



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Marina Lis Wassmansdorf

Ativismo político e direitos humanos: netas e netos apropriados pela ditadura argentina na
história recente

Florianópolis
2020

Marina Lis Wassmansdorf

Ativismo político e direitos humanos: netas e netos apropriados pela ditadura argentina na
história recente

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de mestra em História.
Orientadora: Profa. Cristina Scheibe Wolff, Dra.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Wassmansdorf, Marina Lis

Ativismo político e direitos humanos : netas e netos
apropriados pela ditadura argentina na história recente /
Marina Lis Wassmansdorf ; orientadora, Cristina Scheibe
Wolff, 2020.
172 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. 2. História Latino-Americana - Argentina. 3.
Ditadura militar. 4. Direitos humanos. 5. Netas e netos
apropriados. I. Wolff, Cristina Scheibe. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

Marina Lis Wassmansdorf

Ativismo políticos e direitos humanos: netas e netos apropriados pela ditadura
argentina na história recente

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Janine Gomes da Silva, Dr.(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Jimena María Massa, Dr.(a)
Instituição UNC-Córdoba, Argentina

Prof.(a) Mariana Rangel Joffily, Dr.(a)
Instituição UDESC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em História.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Cristina Scheibe Wolff, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2020

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos não serão fáceis de se fazer. O caminho até aqui foi árduo, e levou muito mais tempo do que eu imaginaria. Muitas pessoas cruzaram comigo nessa história. Entre elas, estão aquelas que me ajudaram diretamente a finalizar esse trabalho. E ajudaram também no meio. E no começo. E estão aquelas que estavam ali, as que passaram, as que ainda estão. A todas essas pessoas, estou agradecida.

Agradeço, então, primeiramente, à Cristina Scheibe Wolff, minha orientadora. Obrigada por me inspirar a conciliar a pesquisa com os sentimentos e por representar tão bem o lugar de uma historiadora militante pelas causas que acredita. Nas marchas feministas, nas manifestações de esquerda, nos movimentos pela educação e pela ciência – você sempre estava lá. Agradeço a confiança, demonstrada já nos primeiros meses de trabalho em conjunto, quando transferiu insumos do seu projeto para financiar o meu primeiro trabalho de campo. Obrigada pelas reuniões, orientações e contribuições à essa pesquisa. Também pelas valiosas dicas para realizar as entrevistas na Argentina. Mas tenho que te agradecer, mais do que tudo, pelo encorajamento para continuar. E por seguir junto até o final. Definitivamente, essa foi uma pesquisa de emoções.

Em segundo lugar, agradeço àquelas que compõem minha banca de defesa e que também compuseram a qualificação - Mariana Rangel Joffily e Jimena Maria Massa. Pelo esforço de leitura dos resultados finais de minha pesquisa e pelo pente-fino realizado com o resultado preliminar, estou muito agradecida. À Mariana, agradeço ainda pelos cafés e e-mails trocados para tratar de algumas angústias, os aportes da História do Tempo Presente e o incentivo para continuar pesquisando. À Jimena, agradeço o café que pensou o projeto de pesquisa antes mesmo de ser aprovado, os cafés que se seguiram, à grata surpresa que seríamos colegas de um mesmo curso, o convite à banca de doutorado (dia em que conheci a Mónica) e a realização de uma tese tão caprichada sobre um tema similar que usei e abusei por aqui. Perdoem se as disponho num mesmo parágrafo, mas essa colaboração em duplicidade, como vocês bem sabem, vem desde o meu TCC. E nesse tema, vejo-as como um ying-yang, cada uma com seu aporte complementar.

O trabalho com a pretensão de pesquisar em outro país requer não só apoio e financiamento, mas também hospedagem “solidária”. Por isso, em relação ao campo na Argentina...

Agradeço à Mónica Tarducci, a qual me recebeu duas vezes em duas longas estadias em sua casa no bairro *Once*, em Buenos Aires. Até hoje me recordo daquele amplo e aconchegante quarto, que me servia para descansar e estudar. Da cozinha onde preparava meus vários cafés diários com as xícaras coloridas. Dos ímãs feministas e anarquistas da geladeira. Dos vasos de suculentas e da biblioteca do balcão interno. E do banheiro com suas revistas de esquerda que faziam sátiras da política nacional. Eu adorava esse apartamento. Como boa mãe de várias jovens pesquisadoras, você também me adotou. Agradeço os mapas à mão para chegar aos locais das entrevistas, as boas conversas, as broncas, as risadas, os jantares, os almoços, os chás, os mates e os livros. Agradeço também por ter me mostrado o seu mundo e o seu trabalho no *Instituto de Investigación de Estudios de Género* da *Universidad de Buenos Aires*, e me convidado a eventos e reuniões das *Caf*, a coletiva de antropólogas feministas. As memórias dessa experiência estão guardadas no meu arquivo pessoal de epistemologias para o feminino.

Nessa mesma experiência, agradeço à Celeste Jérez -uma prestativa *Caf*- e a primeira a me receber na chegada na capital portenha. Além daquele dia, nos veríamos em tantos outros, tanto na Argentina como aqui no Brasil. Mas naqueles dias do campo, você não só se apresentou para ajudar na pesquisa como me acolheu dentro de sua própria família. Um beijo grande a sua tia e ao seu primo. Agradeço a confiança em tão pouco tempo de encontro, e a parceria que se seguiu.

Agradeço também à Juli, amiga de outros tempos, que também me recebeu em sua casa, em La Plata. Compartilhamos bons mates e momentos, e entre cervejas e pizzas, revivemos histórias e reafirmamos os laços. Obrigada por me apresentar teu mundo peronista!

Agradeço ainda às contribuições acadêmicas de Marina Franco, Sabina A. Regueiro e María Marta Quintana, as quais tomaram um tempo de suas atividades pessoais - em sua faculdade, em um dia de feira com a filha e em um café - para falarem da minha pesquisa.

À *Abuelas de Plaza de Mayo* e sua equipe, por ter aberto o seu espaço físico para realizar algumas entrevistas e por facilitar o acesso às suas obras por meio da digitalização. Sou uma grande admiradora da associação e do trabalho realizado com tanta sobriedade e resiliência por todos esses anos. Se eu fosse dedicar esse trabalho, seria a vocês, por propiciar todos esses encontros.

Ao Arquivo *Memoria Abierta*, pela boa recepção e pela possibilidade de pesquisar em seu acervo.

Em relação à minha trajetória acadêmica no Brasil, tenho que agradecer...

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), citando a professora Janine Gomes da Silva, pelas pertinentes discussões no âmbito da disciplina de Gênero e Memória e o professor Tiago Kramer de Oliveira, por ter me “puxado” a ser uma historiadora melhor.

Ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pelos deliciosos encontros de leituras de quarta-feira à tarde; pelas I Jornadas realizadas, culminadas num livro do qual faço parte, por me proporcionar a experiência de estar e ajudar a monitorar o maior congresso de gênero do mundo, que foi o Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero de 2017, na nossa própria casa. Há muito o que me orgulhar por ter pertencido a esse laboratório, que não só produz ciência, mas a produz desde teorias feministas emancipadoras. Às professoras e às alunas e alunos leghianos – meu muito obrigada!

Ao programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), em especial às coordenadoras que por ali passaram – Cristina (minha orientadora) e Beatriz Manigomian - por terem sempre sido muito abertas e solícitas às demandas de saúde mental no meu caso pessoal, mas também dos pós-graduandos em geral. Agradeço em especial à secretária Daiane Antonini Bortoluzzi, que resolveu muitos dos meus problemas, sempre com muita paciência e amabilidade.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição que me abrigou desde a minha graduação em Direito - e que financiou duas idas a eventos durante a pós-graduação: uma na Argentina, no ano de 2017 e outra na ANPUH-SC, em 2016.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), por ter financiado meus estudos durante dois anos em Florianópolis.

Agradeço, ainda, àqueles que, literalmente, colocaram a “mão na massa” nessa dissertação e colaboraram - por meio de suas habilidades técnicas e teóricas - ou no processo de tratamento e análise das fontes ou mesmo na escrita, formatação e revisão do texto. Sem vocês, eu provavelmente seria vencida pelo cansaço. Pelo árduo trabalho de transcrição de parte das entrevistas, agradeço às incríveis Luciana e Rafaela. Pelo trabalho de sumarização na madrugada, agradeço ao metódico Luiz Egberto (Beto). Pela revisão bibliográfica, agradeço à habilidosa escritora Andressa. Por notas de rodapé, citações e revisão de texto, um trabalho minucioso e às vezes ingrato, agradeço ao perfeccionista capricorniano Vinícius. Pelas biografias e pelas referências bibliográficas, agradeço mais uma vez à Rafaela. E pelas

contribuições que permitiram o “giro político” da dissertação, pode entrar mais uma vez Luciana. Cada um de vocês representou um respiro, um alívio nesse árido processo que vinha enfrentando...em especial você, Rafaela, que ao final, veio de maneira “primorosa” (olha esse trocadilho) me ajudar a finalizar cada etapa que faltava.

Também preciso agradecer a toda a rede de sociabilidades com a qual convivi durante os dois anos de mestrado em Florianópolis. E as que vieram depois, com as mudanças de cidade.

Às minhas maravilhosas colemigas dos anos de 2016 e 2017. As de mestrado – Arielle, Fabiane, Janaína, Jessica, Líbia, Luana e Mariane, e as de doutorado – Talita e Renata. Entre salas de aula, bares, casamentos e jantinhas em casa - vocês são a melhor lembrança desses tempos!

Às pessoas que dividiram lar comigo nesse meio tempo, quando vivia em Florianópolis. Bruna, Marina e Thaís, roomies da casa no Pantanal. Além de Andressa, Carrinho, Isaac, Kath, Nelsinho e Rafa, co-habitantes da república “Pasteur Palace”. Entre cafés da tarde e almoços de domingo, papos historiográficos, festas barulhentas, casa bem suja e às vezes limpa, compartilhamos uma experiência em tanto!

Às amigas que me ajudaram nesse processo quando eu já não tinha mais casa na capital catarinense, oferecendo teto, comida, vinho e muita louça na pia: Marja e Joana.

À amizade das “barbies de esquerda”, pessoas que mudaram o meu olhar sobre morar em Jaraguá do Sul, tornando essa experiência de retorno muito mais aprazível: Ana e Décio. Entre elas, aquela que também regressou à cidade e que passou por poucas, boas e más junto comigo, e que foi minha principal amiga e escuta durante um ano inteiro: Jessica (pela segunda vez aqui).

Às amigas que fiz em Curitiba... Adri e Iara, cada uma com uma habilidade curativa boa para acalmar a alma. E aquela que foi se fortalecendo ainda mais, desde Florianópolis, passando pela Ilha do Mel e chegando até Morretes...Andressa (pela terceira vez aqui). Também ao meu primo Jorge, meu parceiro de caminhadas, furadas e acertadas.

À minha “família nuclear burguesa”, meus pais (Laídes e Celso) e meus irmãos (Beto e Vinícius). Agradeço vocês pelo apoio moral, financeiro e afetivo. O financiamento da universidade, da bolsa e dos projetos de pesquisa e mesmo as hospedagens solidárias não chegavam a cobrir todos os gastos. Sabemos o quanto é dispendiosa uma viagem para o exterior. E vocês nunca se negaram a ajudar, quase que formando uma fundação à parte. Portanto, o nosso grande aprendizado, nessa história extenuante de quatro anos, é que vocês nunca mais

vão pagar nada para mim nem me apoiar incondicionalmente! Isso visivelmente não dá certo rs. Agradeço, em especial, ao meu irmão Vinicius, companheiro fiel do fim dessa jornada.

O meu último e, por isso, fundamental agradecimento, vai aos meus interlocutores dessa pesquisa. Manuel Gonçalves Granada, Jorgelina Paula Molina Planas, Mariana Zaffaroni Islas, Mario Daniel Navarro, Ignacio Montoya Carlotto, Leonardo Fossati Ortega, Ximena Vicario Gallicchio, o meu mais sincero obrigada! A escrita dessa dissertação decorre do crédito que vocês deram a uma jovem pesquisadora ao aceitar o convite, da disposição em doar um pouco de seu tempo para ajudar a construir um trabalho acadêmico de outro país e da confiança depositada em mim ao dividir suas histórias pessoais comigo. Esse atributo de generosidade, provavelmente, não vai ser liquidado pelo resultado da análise que aqui se encontra.

O espaço do trabalho com entrevistas orais na história do tempo presente traz uma série de desafios, como a confrontação com os atores vivos. Quatro anos depois, com as drásticas mudanças no cenário político nacional argentino, provavelmente algumas histórias seriam contadas por vocês de uma maneira muito diferente. Por disso – e diante da descrição de um pedaço de suas intimidades, cheguei a considerar não os expor nominalmente nesse texto, mas, ao mesmo tempo, as suas trajetórias seriam facilmente reconhecíveis pelo público.

E, olhando por outro ângulo, seria preciso levantar a importância dessa identificação com nome e sobrenome, se estamos de acordo que vocês são sujeitos e protagonistas dessa história. Além disso, é inestimável o valor dos seus testemunhos para a produção do conhecimento histórico. O registro oral de suas visões pessoais em depoimento pode já ser considerado um documento excepcional na historiografia sobre esse tema.

Assim, o que aqui se apresenta é uma interpretação particular baseada na pesquisa que realizei, que levou em conta um processo de maturação acadêmica. Vocês claramente não têm obrigação de concordar com essa análise, ela é apenas uma visão. Tentei ao máximo ser respeitosa nas minhas interpretações e peço desculpas antecipadas caso isso tenha gerado algum desconforto. Essa é uma interpretação que nunca poderá captar a autenticidade do atravessamento da experiência no ponto de vista do próprio sujeito.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema a conformação do mundo dos netos restituídos em torno do ativismo político dos direitos humanos da Argentina nos anos recentes, a partir de seus próprios testemunhos. Esses netos e netas nasceram em cativeiro ou foram sequestrados ainda crianças junto a suas mães e pais na ocasião da perseguição política da última ditadura argentina (1976-1983) e foram entregues a militares, policiais ou pessoas próximas das forças repressivas do Estado para serem criados como filhos próprios sob outra identidade. As suas avós biológicas, organizadas na associação civil *Abuelas de Plaza de Mayo*, foram em busca dessas crianças ainda durante o regime e, desde aquela época até o presente, tem realizado essa empreitada. Muitos já foram localizados e tiveram sua “identidade restituída”, de forma a tomar conhecimento de que uma família os “apropriou” e de sua condição de filhos de desaparecidos. Hoje, com cerca de 40 anos de idade, alguns deles se dedicam à política no país e tem recobrado seus pais como militantes que também deram a vida por uma “causa” social. No entanto, em um universo de 130 netos localizados, esses “netos políticos” não são a maioria. Nesse viés, desembaraçar a configuração social dos netos, a partir da análise das leituras individuais que fazem do seu lugar “como neto” e a maneira como se posicionam na trama social dos direitos humanos no presente nacional, é um dos objetivos deste trabalho. Através, portanto, não só de entrevistas orais com esses sujeitos netos, mas também de documentos da organização *Abuelas* e de arquivos da Argentina, investiguei essas especificidades, somando-me às perspectivas da História do Tempo Presente e da História Oral. Com sete netos interlocutores, cheguei ao seguinte panorama: sujeitos que assumem o protagonismo do ativismo social e se veem como representantes da causa social de *Abuelas* e sujeitos que mantêm uma distância crítica por divergirem do discurso mobilizado ao redor da associação em algum grau, em sendo essa dissidência a respeito de três temas principais: à reivindicação da política como modo de vida; à articulação política das organizações de familiares com o kirchnerismo e ao julgamento penal de seus apropriadores.

Palavras-chave: “Netos restituídos”; “Direitos Humanos”; “Militância Política”; “Ditadura Argentina”

ABSTRACT

This dissertation proposes to investigate the theme of the “lost grandchildren” around the Argentina’s human rights activism over the past few years, based on their own testimonies. These grandson and granddaughters were born in places like the detention camps or have been kidnapped with their mothers and fathers during the political persecution of the Argentina’s last military dictatorship (1976-1983) and were been handed over to military staff, policemen or people close to the security forces to be raised as their own children under another identity. Their biological grandmothers, organized around the civil association *Abuelas de Plaza de Mayo*, have been seek those children since that point of time. Many have already been located and have had their “identity restored”, in order to find out that they have been “appropriated” by their “adoptive” parents and about their condition as son and daughters of the political disappeared. Today, they are around 40 years old, and some of them are devoted to politics. Besides, they have had recovered their parents as activists who also gave their lives for a social cause. However, in a universe of 130 grandchildren that were been restored, those "political individuals" are not the majority of them. In this way, detect this social configuration, based on the analysis of personal views about their “grandchild identity” and how they are relate with the human rights activism in the national scene, is one of my goals with this research. Therefore, through not only oral interviews with these grandchildren, but also documents from *Abuelas* organization and archives find out in Argentina, I investigated these specificities, adding to the perspectives of the History of Present Time and Oral History. With seven “grandchildren interlocutors”, I arrived at the following picture: individuals who assume the role of social activism and see themselves as emblem of the *Abuelas*’s cause and individuals who maintain a critical distance for diverging from the discourse mobilized around the association in some way, this dissent over three main themes: the claim of politics as a way of life; the political articulation of the related to victims of the state terror with the Kirchner government and the criminal judgment of their “adoptive” parents.

Palabras clave: “Recovered grandchildren”; “Human Rights”; “Political Activism”; “Argentine Dictatorship”.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO 1. A REIVINDICAÇÃO DA POLÍTICA COMO MODO DE VIDA.....	43
2.1	TEMPOS DE RESTITUIÇÃO	44
2.1.1	De “ <i>algo habrán hecho</i> ” ao reconhecimento público das violações	48
2.2	O DISCURSO INSTITUCIONAL DE ABUELAS E SEUS MATIZES	52
2.2.1	A verdade do sangue e da genética: uma proposta liberadora.....	52
2.2.2	Flexibilidades em torno da “verdade do sangue”	55
2.2.2.1	<i>Os difíceis</i>	56
2.2.2.2	<i>Uma história de merda</i>	58
2.2.2.3	<i>Revelia</i>	60
2.2.2.4	“¿Y vos como podés?”: A não interrupção da relação com os apropriadores..	62
2.3	OS NETOS QUE “TOMAN LA POSTA”	65
2.4	O LEGADO DOS ANOS 70	74
2.4.1	A família e a política estão no sangue: a narrativa dos familiares em torno do passado político dos desaparecidos	76
2.4.2	A militância revolucionária na Argentina.....	79
2.4.3	Lidando com o legado	81
2.4.3.1	Leonardo: “eles arriscaram suas vidas conscientemente”	81
2.4.3.2	Ximena: “neta por engano”	82
2.4.3.3	Manuel: “Montoneros.”	83
2.4.3.4	Mario: uma origem difícil	86
2.4.3.5	Jorgelina: implicações entre o cuidado e a revolução.....	88
2.4.4	O legado entre H.I.J.O.S e <i>Abuelas</i> : reelaborações e recusas.....	92

3	CAPÍTULO 2. O IMBRÓGLIO DO KIRCHNERISMO.....	96
3.1	“COOPTAÇÃO POLÍTICA”: FAMILIARES E KIRCHNERISMO	97
3.1.1	“Politização de <i>Abuelas</i>”: a visão crítica das netas.....	99
3.1.1.1	<i>O Ineditismo da esquerda como motor de estranhamento</i>	<i>102</i>
3.1.1.2	<i>Contexto das entrevistas</i>	<i>105</i>
3.1.1.2.1	<i>Memória institucional</i>	<i>109</i>
3.2	INTEGRAÇÃO NO COLETIVO	110
3.2.1	Efeitos do apagamento da política: embates impossíveis.....	113
3.3	CONTEXTOS FAMILIARES	116
3.4	ATIVISMO E KIRCHNERISMO.....	119
3.5	POLÍTICAS DE REPARAÇÃO E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....	121
4	CAPÍTULO 3. O PROCESSAMENTO JUDICIAL DOS APROPRIADORES.....	127
4.1	MOVIMENTO DE DIREITOS HUMANOS EM CENA PELA JUSTIÇA: DA DITADURA À DEMOCRACIA	127
4.2	OS APROPRIADORES NA JUSTIÇA	131
4.2.1	Megacausas e construção jurídica da apropriação	134
4.2.2	O julgamento penal dos “pais de criação”: entre culpas e responsabilidades.....	136
4.2.2.1.1	<i>Reflexões finais.....</i>	<i>149</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
	ANEXOS.....	164

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema a conformação do mundo dos netos restituídos em torno do ativismo político dos direitos humanos da Argentina nos anos recentes, a partir de seus próprios testemunhos. Esses netos e netas nasceram em cativeiro ou foram sequestrados ainda crianças junto a seus pais e foram entregues a militares, policiais ou pessoas próximas das forças repressivas do Estado para serem criados como filhos próprios sob outra identidade. Isso aconteceu com aproximadamente 500 crianças, na ocasião da perseguição política durante a última ditadura argentina (1976-1983).

Esse evento foi alcunhado de “apropriação” ou “plano sistemático de roubo de bebês”, e se fundava em três medidas principais: o assassinato dos seus pais, membros de organizações clandestinas de esquerda da época; o desconhecimento de seu paradeiro pelos seus familiares consanguíneos (MASSA, 2016) e a criação dessas crianças de acordo com a ideologia militar. As suas avós biológicas, organizadas na associação civil *Abuelas de Plaza de Mayo*, foram em busca de seus netos ainda durante o regime e, desde aquela época até o presente, tem realizado essa empreitada.

Atualmente, essas crianças já possuem cerca de 40 anos de idade e, para descobrir se podem ou não ser filhos de desaparecidos políticos, devem realizar um teste genético que permite descobrir a compatibilidade com os parentes biológicos das vítimas da repressão estatal. As campanhas massivas de *Abuelas*, então, dirigem-se não só a essa geração de adultos, mas a toda a sociedade que possa apoiar e aportar com alguma informação sobre o paradeiro desses sujeitos. A ampla difusão de suas políticas de busca pela identidade também diz respeito ao fato de que, em relação aos eventos que marcaram o terrorismo de Estado da época, a restituição passou a ser entendida como a resposta coletiva que a sociedade argentina deve a si mesma.

Como resultado dessa luta, muitos já foram localizados e tiveram sua “identidade restituída”¹, de forma a tomar conhecimento de que uma família os “apropriou” e de sua condição de filhos de desaparecidos. Hoje, alguns desses apropriados se dedicam à política no país e tem recobrado seus pais como militantes que também deram a vida por uma “causa” social.

¹ No passado, a restituição reportava ao retorno à família de origem e, hoje, relaciona-se com o teste positivo do exame genético.

No entanto, em um universo de 130 netos localizados até 2020², esses "netos públicos-políticos" não são a maioria. Alguns, ainda que ativistas sociais, não tem ligação com a política representativa; outros resistem ao ativismo coletivo e outros ainda, optaram por uma caminhada mais individual ou até mesmo "reclusa" quanto a sua condição de "ser um neto". Nesse viés, desembaraçar a configuração social dos netos³, a partir da análise das leituras individuais que fazem do seu lugar "como neto" e da maneira como se posicionam na trama social dos direitos humanos no presente nacional, pode ser considerado um dos pontos de chegada dessa dissertação.

O ponto de partida foi outro.

A pesquisa teve início no ano de 2016, por meio do projeto de pesquisa de mestrado aprovado para a produção neste departamento de Pós-Graduação. No entanto, desde 2014, essa temática já se fazia presente em meus trabalhos acadêmicos. Quando dei a partida na investigação à campo, dedicava-me em descobrir, por meio dos relatos dos netos e netas restituídos, o que *salpicava* do discurso da organização *Abuelas de Plaza de Mayo*, formada em plena ditadura. Os netos que apareciam na mídia, que eram influentes na política, que lutavam ao lado das avós, e eram em suma, referentes para a política dos direitos humanos, já eram de conhecimento do público. Descobrir os outros casos, ou, pelo menos, investigar os motivos pelos quais nem todos os "apropriados" se sentiam abarcados pelo aparelho institucional - formado por organizações familiares de direitos humanos - era o meu interesse inicial.

Esse tema emergiu como problemática a partir da conclusão de meu Trabalho de Conclusão em História, apresentado em 2014 e de aprendizados em torno da temática a partir de outro trabalho de finalização do curso, também sobre o tema, mas na área do Direito. Com esses estudos, deparei-me com duas ideias principais: a necessidade de se ampliar o "campo de restituição" e a constatação da existência de um certo discurso institucional que exercia a gestão da memória sobre as experiências de restituição.

A questão que invocava, era a seguinte:

Relembra-se que há uma gama de netos/as que rejeitaram o "mundo de *Abuelas*". Nesse sentido, as narrativas e práticas conformadas no destino e na categoria de ser um "neto restituído", ao traçar um destino, também

² O número é acrescido a cada tempo, fruto da incessante busca da organização e demais envolvidos.

³ Para um estudo aprofundado da configuração social dos netos, deveria levar-se em conta, a partir de cada caso, o contexto histórico e político de suas restituições, as questões espaciais (onde vivem e se deslocam), bem como razões profissionais, padrões financeiros, de escolha política e os afetos, etc. Alguns elementos estão presentes nesta pesquisa.

representam uma carga a esses sujeitos/as que ainda estão em dúvida. Por isso, defendo que o espaço da restituição deve ser o mais aberto e plural possível: dando lugar às múltiplas famílias, identidades e posicionamentos. Reitero a importância dos relatos que fazem inverter e repensar diversos parâmetros dos discursos e da memória acerca do processo de restituição. De forma que quanto mais diferentes são as situações de restituição, mais pessoas sentem que podem se aproximar (WASSMANSDORF, 2017, p.295)⁴.

A meu ver, à época e em continuação, em 2016, quando escrevi o projeto de pesquisa de Mestrado, era importante visibilizar os relatos que excediam a intermediação de *Abuelas*, na medida em que, se a política de restituição se baseia em oportunizar que aquela geração de adultos aproxime-se dos órgãos responsáveis para realizar o teste de compatibilidade com as vítimas do desaparecimento, a disponibilização de uma diversidade de histórias contribuiria para aumentar significativamente o alcance da política de restituição. Naquele momento, compreendia que, se a luta era encontrar mais netos, então esses mesmos possíveis netos poderiam encontrar mais pontos de aproximação se interpelados por experiências de restituição não necessariamente mediadas por um suposto “discurso oficial”.

A partir disso, passei a me interessar por escavar para além das histórias que aparecem nos meios de comunicação, das histórias visíveis e públicas, já que nem toda a restituição assume um viés “liberador” ou mesmo possui um “final feliz”:

As avós e os familiares tiveram de enfrentar novos desafios e situações imponderáveis; tiveram de compreender que, em toda restituição, pode estar ocorrendo uma nova separação (mesmo que de uma relação sustentada sobre uma base de mentiras e experiências traumáticas) e que a descoberta do que ocorreu aos pais verdadeiros representa um novo choque emocional, da mesma forma que saber o quanto a família de criação estava envolvida nisso. Talvez o maior desafio para quem procura tenha sido enfrentar a dolorosa situação de que o “final feliz” tão aguardado foi, em muitos casos, uma ilusão, um desejo distante das situações concretas que se apresentaram caso a caso, e ter de aceitar que essas crianças que foram sequestradas e mantidas desaparecidas pelos pais apropriadores, podiam ainda sentir carinho por eles, mesmo após tamanha descoberta. (PADRÓS, 2007, p.153-154).

Já na etapa de processo de transcrição e análise de entrevistas, com leituras e interlocuções mais apuradas, -e também depois do exame de qualificação-, fui alterando algumas dessas premissas, tanto em termos epistemológicos/metodológicos, quanto filosóficos. Alguns conceitos foram flexibilizados. Primeiro em relação a existência de um “discurso

⁴ Trecho da conclusão que guiava os meus trabalhos à época.

oficial” de *Abuelas* e de sua potência para o enquadramento e invisibilização de histórias individuais (as avós sabem que não há finais felizes), segundo quanto à instrumentalização dos interlocutores em categorias analíticas introdutórias, às quais poderiam capturar suas subjetividades. E no tocante às políticas de busca de *Abuelas*, conjectura-se, talvez, que o quadro de recepção se abra -não pela disposição de histórias de jovens restituídos com trajetórias e posições políticas distintas- mas, fundamentalmente - pelo debate dos direitos humanos na arena pública, sendo o aparecimento das histórias com perspectivas distintas uma consequência desta política. O que explicaria, portanto, pelo menos a alguns entrevistados, os motivos pelos quais passei a fazer uma interpretação mais “dura” de suas visões, com as quais, inicialmente e parcialmente, havia certa conciliação.

Uma das hipóteses que me permitiu pressupor “outras histórias” foi justamente a de que se a criação da instituição e seu propósito fundava-se em encontrar pessoas que cresceram com a identidade alterada propositalmente –, então não necessariamente essas pessoas carregavam a suposta ideologia política e ideológica das organizações. Portanto, era natural que tivesse que ser enfrentada a questão das diversidades políticas e ideológicas desses sujeitos sociais⁵.

Durante a trajetória da pesquisa, certas questões de ordem filosófica também apareciam: O quanto os espaços em que convivemos (instituição família / escola / espaço de sociabilidades / igreja / política) nos influencia? Quais forças sociais e culturais de nossas experiências em vida nos fazem alterar nossas percepções sobre o mundo? E por que motivo essas histórias se tornaram símbolo nacional? Seria a força emocional dessas histórias (MASSA, 2016) ou o que importa é o que se faz e se fez sobre esse passado, o que se produz no presente, as ações pelo não-esquecimento, sendo, portanto, o tema da restituição muito mais uma batalha cultural e discursiva (de memória) que se faz relevante no presente? Como, em sendo um restituído, lida-se com toda essa dimensão afetiva e política de sua trajetória?

Compreender, portanto, como aquelas pessoas apropriadas e posteriormente localizadas, estariam vivendo sob essa condição - de ter a sua história de vida identificada com a história do país, parecia ser uma escolha metodológica adequada para essas questões

⁵ Nos caminhos da pesquisa a categoria “ideologia” desloca-se para outra conotação teórica, a de “discurso”: a narrativa dos direitos humanos, formulada em meio a um campo cultural, é também uma identidade contingente produzida conforme os cenários políticos. Nesse ponto de vista, *Abuelas*, assim como *Madres de Plaza de Mayo* - não surgiram com suas identidades atadas ao peronismo, ao contrário, aproximaram-se dessa bandeira nas últimas décadas, a partir das políticas kirchneristas em prol de suas causas, em especial, pelo apelo discursivo do ex-presidente Néstor – considerado um filho representativo daquela geração afetada pela ditadura.

epistemológicas. Como não encontrava respostas suficientes nas histórias das quais só tinha acesso por suportes intermediados pela própria organização ou pela mídia argentina, as entrevistas orais despontaram como um interessante instrumento de intermediação.

Para Amado e Ferreira, o uso do testemunho oral possibilita esclarecer outras histórias e versões individuais, às vezes ausentes em outras produções históricas, principalmente no que diz respeito a sua subjetividade, às emoções ou ao cotidiano (AMADO; FERREIRA, 2006):

(...) a pesquisa com fontes orais apoia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas – porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos-, como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano. (AMADO; FERREIRA, 2006, p.14)

Através, portanto, não só de entrevistas orais, mas também de documentos da organização e reportagens publicadas em jornais nacionais e internacionais, acerca do tema, intentava investigar tais especificidades, somando-me à perspectiva da História do Tempo Presente⁶. Lembrando que a História do Tempo Presente, segundo o historiador Carlos Fico (2012), pode ser entendida por um dos dois vieses: como uma forma de periodização, ou como uma especialidade de abordagens. A primeira classificação, de uma história que se faz num período histórico novo, é a que lhe parece fazer mais sentido – quando entendemos que o presente vivido se pratica através de uma série de eventos não concluídos.

Ao longo dos anos, *Abuelas* produziu um acervo documental importante sobre suas políticas de busca e compilou esse conteúdo em sua página eletrônica, disponível ao público. Esses textos institucionais, organizados em uma espécie de biblioteca virtual, conformam uma narrativa institucional sobre suas lutas políticas. Essas obras publicadas, tem apresentado, entre outros assuntos, as estratégias do grupo formado pelas avós biológicas das crianças sequestradas para encontrar os seus netos apropriados na clandestinidade e a maneira como foi se institucionalizando e organizando essas tarefas até os dias atuais. Alguns materiais apresentam compilados dos colóquios realizados por suas equipes –genética, psicológica e jurídica- as quais tem realizado, respectivamente, as tarefas de localizar os jovens apropriados,

⁶ Enquanto que Franco, M. e Levin (2007), consideram que essa história não deve ser definida por termos metodológicos ou por condições temporais, e sim, fundamentalmente: “a partir de cuestiones siempre subjetivas y siempre cambiantes que interpelan a las sociedades contemporáneas y que transforman los hechos y procesos del pasado cercano em problemas del presente.”. (FRANCO, M.; LEVIN, 2007, p.35)

de acompanhar o processo de restituição desses sujeitos em relação às informações novas que se apresentam e de resolver os crimes de apropriação. Serviram a essa dissertação, tanto como fonte de análise (em relação à conformação do discurso institucional ao longo dos anos) quanto como material referencial, as seguintes obras: *Restitución de niños* (1997); *Identidad, despojo y restitución* (2001); *Primer Coloquio Interdisciplinario de Abuelas de Plaza de Mayo* (2004); *Abuelas de Plaza de Mayo: Fotografías de 30 años de lucha* (2007); *La Historia de Abuelas: 30 años de búsqueda. 1977-2007* (2007)⁷.

A etapa prévia ao campo constituiu-se na realização um mapeamento de dados acerca do universo dos netos e netas restituídos, a partir das informações contidas no site oficial da associação e de entrevistas presentes no instituto *Memoria Abierta* e nos periódicos eletrônicos argentinos, como *Página 12*. Além disso, vídeo-documentários e livros⁸ que contam com os netos e netas restituídos como protagonistas dessas narrativas, também foram ferramentas agregadoras para a análise e produção de dados acerca do universo íntimo desses netos e netas. Por já estar familiarizada com o tema desde meu trabalho concluinte da graduação, seja pela leitura de livros, conhecimento de sites e entrevistas e pela análise de um documentário sobre esses netos – essa etapa de mapeamento já estava parcialmente encaminhada.

A partir dessa fase, busquei formular uma lista de netos que abarcassem diferentes trajetórias e experiências. O número de entrevistados e a escolha dos netos e netas foi pensado juntamente à pesquisadora Jimena Maria Massa, a qual, por experiência com o mesmo objeto investigativo, mencionou alguns netos e netas que estariam abertos a conceder entrevistas. Lembrando que, num universo de 117 netos e netas restituídos, naquela época, pelo menos 20 (vinte) deles considerava-se⁹ que eram ativistas sociais por *Abuelas*. A escolha levou em conta meu conhecimento prévio acerca da trajetória desses netos/as, especialmente por sua presença no documentário “*Acá Estamos*”, que foi objeto do meu trabalho de conclusão de curso. Também se procurou contemplar uma maior diversidade de trajetórias, ao listar netos/as militantes, que trabalham pela organização, que ficam mais à margem da mídia, que ainda se relacionam com seus apropriadores, que já se afastaram, etc.

⁷ Toda essa bibliografia pode ser encontrada na página eletrônica oficial de *Abuelas de Plaza de Mayo*: abuelas.org.ar. Neste site, além desses documentos, também se encontram as listas com todos os netos e netas restituídos e uma pequena biografia de cada um, além sessões com relatos de netos e netas restituídos, vídeos e notícias sobre esse universo – materiais também utilizados neste trabalho.

⁸ Livros como: “*De vuelta a Casa*” (2008), da jornalista Analía Argento, a qual conta a história de dez netos restituídos.

⁹ Um número aproximado que eu e Jimena cogitamos.

Durante o campo e a escrita da dissertação, além de *Página 12*, os demais jornais eletrônicos argentinos (nacionais e regionais) como *La Nación*; *Anfibia*, *El Patagónico*; *Continental*; *Perfil* - além da agência publica de notícias nacionais (*Télam*) - serviram para explorar informações sobre a política argentina contemporânea e sobre o campo dos direitos humanos no país. Enquanto que nos periódicos eletrônicos internacionais como *El País* (Espanha) e *Sudestada* (Uruguai), localizei dados relativos ao status de processos judiciais de crimes contra os direitos humanos. Aliás, esse tipo de documentação, em especial às relacionadas aos julgamentos dos repressores, foram encontradas em arquivos, blogs e canais de informação jurídica nacional (todos *online*). Citam-se:

- O arquivo do *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)*, organização não governamental argentina com sede em Buenos Aires, a qual possui uma vasta documentação jurídica relacionada ao passado autoritário. Foi fundada em plena ditadura, por advogados e familiares, com intuito de dar assistência legal aos familiares das vítimas de detenções ilegais e desaparecimentos. Segundo informações de seu site: “El alcance temporal del Fondo CELS es desde 1974 hasta la actualidad. En la sección histórica está la producción vinculada con las primeras denuncias y documentación del terrorismo de Estado, la ayuda legal y asistencia a los familiares de las víctimas. También incluye los registros de las acciones de promoción y defensa de los derechos humanos durante la transición democrática en temas como violencia institucional o derechos económicos, sociales y culturales, entre otros”¹⁰.

- Blogs que acompanharam os julgamentos dos crimes contra os direitos humanos, como aqueles que acompanharam a mega-causa *Juicio Campo de Mayo* (*Blogspot* e *Wordpress*)

- Canais de notícias oficiais dos órgãos jurídicos, provenientes da agência nacional de notícias jurídicas (*Infojus*) e da página eletrônica dos promotores públicos argentinos (*Fiscales.gob.ar*).

Foram realizadas 14 entrevistas relativas ao tema - sendo 10 netos restituídos entrevistados (dois sendo entrevistados por mais de uma vez), além do advogado de *Abuelas* e da filha de um ex-militar em exercício na última ditadura. Uma das facilitadoras foi o acesso a lista de netos encontrados disponível no site oficial da instituição, onde figuram seus nomes completos (ainda que muitos restituídos não necessariamente utilizam os nomes e sobrenomes biológicos em suas redes sociais e vidas particulares). No entanto, como fonte para este trabalho, escolhi 7 (sete) netos como interlocutores (aquelas entrevistas que, em razão do tempo

¹⁰ Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/archivo-2/>. Data de Acesso: 18/05/2020.

disponível, permitiam uma maior diversidade de trajetórias). São eles: Manuel Gonçalves Granada; Jorgelina Paula Molina Planas; Mariana Zaffaroni Islas; Mario Daniel Navarro; Ignacio Montoya Carlotto; Leonardo Fossati Ortega; Ximena Vicario Gallicchio. O restante – como a do advogado, funcionaram como referencial.

Além dessas entrevistas, integro na análise outras -desses mesmos interlocutores-coletadas de:

- Jornais como BBC (Brasil), *Página 12* (Argentina), *KyenyKe* (Colômbia), *Deutsche Welle* (Alemanha), também da revista *Gatopardo* (Argentina) – todas encontradas nas páginas eletrônicas de seus canais.

- Documentários, como “*Acá Estamos: historias de nietos que recuperaron su identidad*” (Argentina)¹¹

- Arquivos nacionais argentinos, como o mencionado *Instituto Memoria Abierta*, com sede em Buenos Aires. A instituição possui um acervo oral de entrevistas relacionadas à ditadura, contendo entrevistas também de filhos de desaparecidos que foram apropriados. O arquivo possui entrevistas de três deles: Manuel Gonçalves Granada, Paula Logares e Victoria Ruiz Dameri. Segundo o instituto: “Uno de nuestros principales objetivos es lograr que todo registro de lo ocurrido durante la última dictadura militar y sus consecuencias sea accesible y sirva a los fines de la investigación y educación de las futuras generaciones”¹². Tive a oportunidade de escutar a entrevista de Manuel e fazer algumas anotações pertinentes.

A metodologia aplicada para as entrevistas foi a da História Oral. A principal diferença com o método aplicado em documentos escritos, é que a subjetividade na história oral é sua qualidade, no sentido de que sempre a levamos em conta (PORTELLI, 1997). Por isso, depara-se facilmente com que os sujeitos falantes da história oral não são apenas os entrevistados, mas também o (a) pesquisador (a). Em um primeiro relatório parcial, logo após minha primeira ida à campo, em julho de 2016, assim contemplava a questão do acesso às fontes e a minha posição como pesquisadora:

Um dos principais problemas relacionados às fontes, não foi, necessariamente, o processo de entrevista ou de roteiro, ou ainda a distância espacial. A apreensão durante o trabalho de campo foi menos com o lidar de “temas

¹¹ACA ESTAMOS: Historias de nietos que recuperaron su identidad, Direção: Paula Romero Levitt, Produtoras: Barakacine e Zafra Producciones, Produção: Canal Encuentro & Abuelas de Plaza de Mayo, Argentina, 2012. Duração: 30min. Série de TV/Documentário (8 capítulos). Disponível em: <http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/programas/ver?rec_id=111321>. Data de Acesso: 15/06/2015

¹² Informação disponível em: http://www.memoriaabierta.org.ar/quienes_somos.html. Data de Acesso: 14 de novembro de 2011.

sensíveis” – suas histórias de sequestro, assassinato e desaparecimento de seus pais biológicos, apropriação, ocultação de sua história de origem, etc., e mais com as dificuldades de contatá-los para a entrevista bem como o meu lugar de entrevistadora. Em relação a isso, destaca-se que esses netos e netas possuem suas trajetórias de vida bastante públicas (principalmente por meio da internet) e são alvo constante de jornalistas, acadêmicos e outros profissionais que buscam acessar suas histórias. Ao mesmo tempo, suas histórias são de domínio público, o que faz com que muitos busquem proteger a vida íntima. Como então acessar seus e-mails ou telefones? Em geral, a organização *Abuelas* é quem media boa parte do contato com esses netos e netas, portanto, o trato é sempre indireto. As solicitações de entrevistas que chegam à sede são encaminhadas a uma lista/grupo de e-mails formado pelos netos e netas, e, havendo disponibilidade, eles se apontam. Meu pedido de entrevista também seguiu esse procedimento, mas, como se trata de uma via indireta e deve haver uma carga incessante de pedidos de entrevistas recebidos pela organização cotidianamente - não recebi resposta por este tipo de intervenção. É por isso que a comunicação com os netos (as) entrevistados (as) não foi por meio da mediação oficial de *Abuelas*, mas sim da minha busca e contato informal destes netos e netas nas redes sociais. Minha primeira entrevista, por exemplo, foi com um neto que me respondeu via *facebook*, enquanto a segunda entrevista realizada foi possível através da mediação de um contato de confiança.

Com relação às questões mais subjetivas, contemplo aqui meu próprio lugar de entrevistadora. Sou mais jovem que essas pessoas que hoje possuem quase quarenta anos de idade e me caracterizo como uma *outsider* (provenho de outro país). Ser uma “jovem pesquisadora brasileira” fizeram com que eu sentisse, durante o processo de pesquisa, que não possuía a legitimidade para compartilhar com os entrevistados de suas histórias de vida. Uma certa insegurança me acompanhava previamente a todas as entrevistas, ainda que fosse ganhando confiança com a boa recepção e gentileza de meus entrevistados. Ainda acrescento que relatar sua história ao mundo acadêmico, muitas vezes, pode não ser tão atrativo quanto aparecer em um documentário, na televisão ou ainda em revistas e jornais. Os jornalistas e escritores, neste aspecto da recepção, podem ter algumas vantagens. No entanto, como meus colegas sempre me alertaram durante a pesquisa, essas categorias podem tanto ser elementos de abertura ou fechamento do campo, dependendo das sensibilidades que toma cada espaço relacional. Em termos de entrevistas com pessoas, passa a ser difícil prever o que as fará sentirem-se mais ou menos cómodas.

A história se alterou significativamente, e entendi que essas identificações foram mais facilitadoras do que complicadoras para a abertura do campo. A imersão na Argentina, como denomino o trabalho de campo realizado no país vizinho, aconteceu em etapas diversas. Durante os anos de 2016 e 2017, fui à Argentina em quatro momentos, em julho e em novembro - no primeiro ano de pesquisa; e em julho e novembro do ano seguinte. As entrevistas foram realizadas em sua maioria em Buenos Aires capital e região metropolitana, mas também houve

encontros nas cidades de La Plata e Olavarría - ambas localizadas no estado de Buenos Aires, além da cidade de Rosário capital, localizada no estado de Rosário.

Em minha primeira viagem, entrevistei Pablo Lachener, advogado de *Abuelas*, como fonte para meu trabalho de conclusão de curso na área de Direito. Na ocasião, pretendia entender os procedimentos jurídicos da restituição da identidade no âmbito civil pelos quais os (as) netos (as) precisam enfrentar, como a alteração do nome e a questão da herança. Naquele momento, realizei também a minha primeira entrevista para esta dissertação, com o neto Manuel Goncalves Granada, além de realizar uma visita ao instituto *Memoria Abierta*, localizado no espaço *Memoria y Derechos Humanos* (Ex-ESMA)¹³. Em novembro de 2016, voltei ao país, quando entrevistei a neta Jorgelina Molina Planas. Depois, em julho de 2017, pude entrevistar Manuel e Jorgelina por uma segunda vez; assim como Diego Martin Ogando, Mariana Zaffaroni, Ignacio Montoya Carlotto, Mario Navarro e Federico Spoturno. Em novembro de 2017, retornei para um evento acadêmico e finalizei as entrevistas com Carlos D'Elia Vasco, Ximena Vicario, Leonardo Fossatti e Liliana Furió - esta filha de um ex-repressor e militante por *Historias Desobedientes*¹⁴.

Nessas viagens, participei de pelo menos três eventos relacionados ao objeto dessa dissertação, onde também apresentei comunicações orais como parte do desenvolvimento de minha pesquisa: o IX *Seminario Internacional Políticas de la Memoria* (2016); as IX *Jornadas de Jóvenes Investigadores* (2017) e as I *Jornadas Río Platenses por el Derecho a la Identidad*. Também tive a oportunidade de conhecer a associação *Abuelas de Plaza de Mayo* desde dentro, e realizei duas entrevistas no espaço.

Se alguns contatos foram alcançados via redes sociais de internet, outros foram confiados pelos próprios interlocutores entrevistados. Essas aberturas em rede parecem ser

¹³ A Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), localizada na capital Buenos Aires, era uma escola para suboficiais, que, durante a ditadura, serviu como um centro clandestino de detenção (CCD), tortura e extermínio. Contemporaneamente, mais especificamente em 2004, com o governo de Nestor Kirchner, o espaço foi ocupado por diversas organizações de direitos humanos, cuja estrutura foi simbólica e territorialmente ressignificada: “Nuestra invitación a participar en ellas es un llamado a hacer de este lugar, que fue de terror y muerte, un espacio de vida, un territorio de acción, reflexión y aprendizaje abierto a la sociedad y a las nuevas generaciones”. Há uma agenda mensal com atividades e eventos culturais; como filmes, teatros, apresentações musicais, mostras, visitas guiadas, eventos educativos, entre outros. A administração é mista: fazem parte dela o governo de Buenos Aires, o governo nacional e as organizações de direitos humanos. Disponível em: <http://www.espaciomemoria.ar/>. Data de Acesso: 16/06/2015.

¹⁴ “*Historias Desobedientes: Familiares por la Memoria, la Verdad y la Justicia*” é um coletivo formado em 2017 por filhas e filhos de ex-repressores da última ditadura argentina, que, desde o seu vínculo de parentesco, tem o objetivo de repudiar ao terrorismo de Estado e aportar às causas de direitos humanos relacionadas a esse passado de violência política.

muito próprias do campo. Não obstante, meu lugar como acadêmica brasileira também angariava um contorno distinto. O lugar social da instituição educativa e científica garantia certa “sobriedade” quanto aos meus objetivos, enquanto o aspecto “forâneo” e ao mesmo tempo “próximo” de provir do país vizinho “hermano” - produziram uma certa situação “afetiva” pré-relacional e transferiram certo caráter “despretensioso” para meus interesses, de forma que considero que esses elementos contribuíram para que eu fosse lida, no geral, como uma interlocutora que não despertava grandes ameaças. De fato, alguns netos (as) fizeram notar que já não realizam mais entrevistas com jornais nacionais e locais de circulação. É inerente também que há um peso em se compartilhar discussões de impacto público com os próprios conterrâneos, visto que não só estão sujeitos a juízos morais como pode haver consequências no próprio tempo vivido.

Dessa forma, houve uma certa abertura para tratar comigo de temas relacionados à dissidência, em que pese minha intermediação representava uma audiência “livre de julgamentos” e ao mesmo tempo interessada naqueles assuntos mais “tabu” ou “privados”, que não poderiam ser ditos publicamente, mas que foram se apresentando por uma escuta disposta a ouvir e por um certo desejo de se “confidenciar”.

A problemática da pesquisa foi se constituindo a partir das próprias entrevistas: enquanto a primeira entrevista foi realizada com um neto que adere ao discurso de *Abuelas* e é conhecido publicamente como “neto recuperado”, a segunda entrevista foi realizada com uma neta que -embora tenha se movimentado, por algum tempo, numa trajetória que pode ser considerada de ativismo pelos direitos humanos- “desativou” sua presença nos espaços integrativos e militantes que rodeiam a associação, em razão de desacordos ideológicos. Estas duas marcações distintas dentro do campo dos familiares dos direitos humanos instou-me a interrogar o quanto a apropriação ou não por parte destes netos (as) do discurso da associação os faz menos ou mais visíveis.

Manuel é aquele que assume o legado: trabalha pela Comissão Nacional do Direito à Identidade (CONADI), e, da mesma forma, é representante, por essa mesma comissão, da organização *Abuelas*. O neto ainda é muito requisitado para fazer entrevistas – seja para livros, documentários, portais de notícias, jornais importantes, etc, participa de conferências internacionais e é muito bem quisto pelas avós membros da associação. Já a entrevista com Jorgelina possibilitou a guinada crítica do campo. Não apenas por seu aporte como neta desde outro ponto de vista - como ela mesma coloca; mas especialmente porque foi ela quem

intermediou o contato com outros (as) netos (as), críticos à militância de direitos humanos que se organiza ao redor das organizações de familiares; ou como auto conclamou-se um deles - “dissidentes”-, sendo esta, portanto, uma categoria nativa.

A partir dos caminhos da pesquisa, especialmente através das entrevistas realizadas à campo, fui percebendo que, na realidade, todos os netos aos quais eu podia interpelar – eram sujeitos que já haviam tocado o cenário público dos direitos humanos pelo menos alguma vez. Houve pelo menos uma entrevista, um documentário, alguma foto atual, algum evento nos quais pude reconhecê-los. A diferença que se estabelecia, portanto, entre esses apropriados, não era tanto a tônica de aparecer ou não publicamente, já que todos eles, em alguma medida, ao assumir a identidade de neto no campo social, tornavam-se visíveis. A distribuição se dava ao nível do discurso, já que, ao tencionar as narrativas mais institucionalizadas da organização *Abuelas*, fui chegando a esses relatos.

A operação metodológica, ainda que bastante rudimentar, foi oportuna: quando “apartei” os netos das avós, abri o campo para a dimensão do discurso. A instituição *Abuelas* elabora um discurso gerador de uniformidade do campo - os netos, ou melhor, os apropriados - não necessariamente carregam esse mesmo discurso. Foram essas heterogeneidades que encontrei no trabalho com as entrevistas, a partir de testemunhos de netos que não se sentiam identificados ou não correspondiam às consignas do campo dos direitos humanos. De forma que chegaram a sentir-se “excluídos” / “apartados” / “diferentes” / “difíceis”. O que eu pretendia, então, era destrinchar e definir essas outras memórias – encaradas, por algum tempo, como “dissidentes”.

Para Portelli, os documentos de história oral são sempre resultado de um relacionamento entre entrevistador e entrevistado (PORTELLI, 1997). Nesse viés, o sentido vai se construindo a partir das entrevistas e não de uma hipótese e questionário prévio. Por isso, entendo que minha posição e o processo relacionado às entrevistas caracterizou-se por ser “aberto” e “ativo”, aspectos que, segundo a pesquisa social interpretativa (ROSENTHAL, 2014) - outro apoio metodológico – desdobram-se em duas dimensões principais: a perspectiva construtivista e a escuta.

Segundo essa perspectiva e assim como na presente pesquisa, o campo trouxe a pergunta, por meio da construção mútua da narrativa junto aos interlocutores. Se a narrativa se opera, em parte, no momento material da entrevista e depende da co-produção entre entrevistador e entrevistado, vi-me construindo os interrogantes e sentidos caso a caso. A

interlocutora Jorgelina, por exemplo, representou o relato-transferência da problemática da dissidência.

Em algumas entrevistas, ainda, motivados pelo interesse do tema, eles mesmos começavam a contar o que supunham que eu buscava saber, tanto por creditar-se em um lugar de dissidência, quanto de referente. Em outros casos, interpelaram a mim sobre minha própria problemática, indagando diretamente o que eu intencionava com aquela entrevista. Estes casos mostram que a interpelação do entrevistado foi se revelando substancial para o processo de investigação.

Assim sendo, o sentido de “escuta” também ganhou uma dimensão importante em minha interlocução. Durante o processo de pesquisa, participei do Curso Gratuito de Formação Profissional “Como lidar com os efeitos psicossociais da violência”, iniciativa do Centro de Estudos em Reparação Psíquica de Santa Catarina (CERP-SC)¹⁵. Através dele, pude colocar a escuta como primordial no processo de entrevista, na medida em que essa relação pode ser compreendida em seu viés reparatório. Aconselhada por uma pesquisadora-amiga, decidi que tomaria a posição de “escutar o que eles tinham para falar”.

O que não significava que estava em um lugar neutro, já que havia uma pesquisa interessada: buscava saber o que eles pensavam sobre a política levada por *Abuelas* e de que forma entendiam o seu lugar no mundo dos (as) netos (as). Por essa razão é que é preciso levar em conta o controle do discurso histórico por parte do historiador, aquele que não só escolhe os entrevistados, como também as perguntas, realiza a transcrição e elabora o texto final. Por isso, torna-se fundamental que se conste as perguntas e intervenções do entrevistador-pesquisador no texto escrito (PORTELLI, 1997). Em relação às perguntas dirigidas aos netos (as) – elaborei um roteiro prévio, mas reconsiderei sua utilidade ao longo das interlocuções na medida em que seguia a lógica do campo e o sentido da entrevista em seu momento. Por este motivo, é preciso denotar que não houve perguntas prévias idênticas, mas equivalentes, segundo a trajetória e as subjetividades de cada sujeito-interlocutor.

Antes de cada entrevista, meu método consistia em: buscar, via uma rudimentar pesquisa no site de buscas Google, *as entrevistas já realizadas com aquele neto ou neta* (passando por vários periódicos eletrônicos argentinos). As entrevistas já realizadas eram meu

¹⁵ Destinado a profissionais que lidam, em suas práticas diárias, com os efeitos psíquicos da violência e das graves violações de direitos humanos, ou que possuam interesse justificado nesta temática. O curso contribuiu significativamente para o meu trabalho, desde o ponto de vista da memória, do testemunho e da violência estatal. Disponível em: <http://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/o-curso.html>. Data de Acesso: 14 de agosto de 2016.

termômetro para pensar que tipo de coisas já haviam sido mais gastadas e quais aspectos haviam sido pouco explorados. Assim, poderia compilar os quesitos mais repetidamente perguntados, conhecer suas narrativas mais condensadas e extrair elementos que me despertavam curiosidade para interpelação direta, de forma a possibilitar uma posterior entrevista mais dinâmica e driblar a retórica habitual, se e quando essas questões fossem de interesse do objeto investigativo: *a relação com a instituição, com o tempo político presente, com os sentidos de memória acerca daquele tempo político passado*, assim como *as reflexões sobre o “seu lugar” como neto restituído*. Essas entrevistas também me permitiam definir as demandas sociais enfrentadas e suas respostas frente a essas demandas, para então desentranhar os afastamentos e aproximações com o lugar político esperado. Então, preparava pequenos itens de interesse de forma a dinamizar, explorar e aprofundar seus relatos para além da narrativa institucional, por mais neto envolvido que fosse, e que partiam da pequena biografia que eu mesma costurava por meio de retalhos de entrevistas. A cada entrevista também, surgiam perguntas novas, quando o neto ou neta trazia à tona alguma problemática que não havia me deparado anteriormente. Então ao neto seguinte, fazia aquela interpelação herdada da experiência relatada do entrevistado (a) anterior.

Se a construção de sentido se deu em conjunto, na interação com o entrevistado (a), também cabe ponderar que a minha intervenção influenciou o discurso emitido, que, no caso daqueles que conformaram os relatos dissidentes, teve um tom mais crítico que o médio. Evidencia-se aqui mais um ensinamento da história oral: o historiador cria a fonte, muito mais do que as descobre; o historiador é parte da fonte (PORTELLI, 1997).

À época da realização de entrevistas, como mencionado, perseguia o aspecto da importância de se abrir o quadro de recepção de *Abuelas* com outras histórias e posicionamentos políticos. Portanto, fazia questionamentos que apontavam à ampliação do “quadro de recepção” da organização, com a expectativa de que os netos tencionaram ou mesmo concordaram com esse discurso. Dessa forma, por meio de minhas perguntas, também “os inspirei” a respostas mais críticas¹⁶. Não há como deixar de notar que certas respostas me geravam certo desconforto, inclusive, por minha postura política de esquerda.

¹⁶ Segundo uma parte dos dissidentes, a política da instituição deveria se destituir de determinado discurso “ideológico” e do “ativismo político” para lograr chegar aos outros netos ainda não localizados - que tem dúvidas. A justificativa se centra no fato de que, boa parte desses apropriados, deve possuir uma visão política bastante distinta daqueles que participam e militam em *Abuelas*, já que possivelmente foram criados em famílias de direita.

A partir dessas questões, fica evidente que construção do objeto de pesquisa não é alheio ao campo: eu fui interpelada por eles e eles foram interpelados por mim. A neta Mariana Zaffaroni, por exemplo, diz ter desencadeado um processo de reflexão novo acerca dos questionamentos que lhe fiz, respeito de sua memória acerca de como se desenvolveu seu processo inicial de restituição de identidade e dos dispositivos de nome e herança. Da mesma forma, como produto da investigação e do campo, também terminei redefinindo meu posicionamento anterior. Fica evidente, como preconiza Portelli, que a história oral quebra com o ideal do narrador onisciente, alijado do evento que descreve (PORTELLI, 1997). A peculiaridade dessa história empurra o narrador para dentro da narrativa, passando ele (no caso eu) a ser um dos personagens.

A coleta das fontes efetuou-se por meio de gravação por áudio, tanto com o uso de celular quanto de aparelho gravador. Como eu dominava o idioma espanhol, não tive dificuldades nesse âmbito de conversação, no entanto, a inexperiência com entrevistas orais fez com que o tratamento dessas mesmas fontes fosse prejudicado. Como não prestei o devido cuidado na captação limpa dessas vozes, as entrevistas aconteceram sem microfone e em sua maioria em lugares públicos, como cafés – e o resultado foi um áudio extremamente comprometido. Esse descuido tornou penosa a etapa seguinte do tratamento dessas fontes. Durante a transcrição, percebi que não conseguia escutar com clareza o que havia sido dito, e muitas partes das entrevistas ficaram comprometidas, embora tenha utilizado programas que prometiam corrigir chiados e ruídos. Despendi um longo período de tempo nessas transcrições na medida em que o esforço era menos a transformação do áudio em texto escrito do que a compreensão daquele mesmo áudio. Cheguei a contratar uma amiga e uma prima que também compreendiam o idioma para auxiliar nas entrevistas mais acessíveis, deixando para mim aquelas menos inteligíveis. Ao final, logrei extrair boa parte do material.

Se nos inícios de minhas imersões sobre o tema (2014) predominavam os relatos elogiosos à luta, a partir de 2016, já com o projeto de mestrado em andamento, as críticas às organizações de direitos humanos compostas por familiares vinham cada vez mais à tona¹⁷.

¹⁷ Um artigo de opinião publicado no jornal *La Nación*, em novembro de 2017, intitulado “El relato que corrompe los derechos humanos” mostrava-se emblemático, na época, quanto a recorrente construção e veiculação da imagem das organizações familiares de direitos humanos -por parte dos meios de comunicação hegemônicos argentinos- como um espaço corrompido. Quem fez a menção do texto a mim foi o próprio Leonardo Fossati, durante a nossa entrevista, por conta do teor da matéria, a qual vulgarizava a imagem da presidenta da instituição *Abuelas*. O neto, considerado um dos netos militantes da causa, demonstrou preocupação e recriminação por essa divulgação, publicada um dia antes do nosso encontro. “El relato que corrompe los derechos humanos”. *La Nación*, 5 de novembro de 2017. Opinión, Derechos Humanos. Disponível em:

Dado que o processo de incremento das políticas institucionais de busca dos familiares instou diferentes vínculos com o cenário político nacional e com a arena civil, o prestígio das organizações, por meio das percepções públicas e privadas, também se modificaria.

Apesar das críticas à maneira como são conduzidas as políticas de direitos humanos, no contexto latino-americano, a Argentina foi o país mais enérgico na resposta aos crimes cometidos. Em 1983 criou-se a primeira Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas. As denúncias dos familiares das vítimas, nos inícios da ditadura e a maneira como entraram no cenário internacional para o atendimento de suas demandas, foram fundamentais para esse início de apuração dos crimes. Hoje, o país já condenou cerca de 800 militares e civis pelo envolvimento em mortes, torturas e desaparecimentos e segue sendo referência única no mundo pelo fato de seus processos terem sido velados pela jurisdição interna e por suas penas estarem sendo cumpridas na prisão comum. E o desenvolvimento das políticas de reparação em termos de esclarecimento e castigo aos responsáveis contou com o movimento de direitos humanos como personagem ativo e fundamental.

Ao longo dos anos, o status de *Abuelas* e de demais organizações de familiares na cena pública argentina, a partir de sua relação com o Estado foi se alterando. As avós fizeram suas primeiras reuniões em segredo e suas ações de busca pelos desaparecidos frente aos agentes estatais eram intermediadas pelo vínculo do parentesco, já que associações e partidos políticos estavam proibidos (JELIN, 2007).¹⁸ A partir da redemocratização, a organização e demais familiares, reconhecidas oficialmente pelo Estado, passam a disputar as narrativas no espaço público nacional. Nas últimas décadas, tornaram-se símbolos sociais de resistência e sua luta encontrou cada vez mais adeptos. No entanto, se, junto do governo de Cristina Kirchner, a busca das crianças desaparecidas se torna um assunto de incumbência presidencial (MASSA, 2016), com Mauricio Macri, o papel dos direitos humanos passa a ser questionado e o acionar das organizações, em especial a de familiares, desacreditado:

Pues, de forma impensable hasta hace un par de años atrás, hoy se cuestiona la existencia de dichos organismos y se los desafía a revisar el rol que adoptan –o deberían adoptar- frente a un Estado que ha dejado de incluirlos de manera prioritaria en la planificación de su política pública (BARROS..., 2017, p.1).

<https://www.lanacion.com.ar/opinion/el-relato-que-corrompe-los-derechos-humanos-nid2079476>. Data de Acesso: 13 de abril de 2019.

¹⁸ “¿Por qué debían ser planteadas en términos de parentesco las denuncias y demandas del movimiento de derechos humanos?” (JELIN, 2007, p.43). Discorre Jelin que, no contexto da ditadura – em que organizações e sindicatos estavam suspensos - a denúncia e o protesto dos familiares era a única que podia ser expressada.

Portanto, posto que realizei as entrevistas no intervalo dos anos de 2016 e 2017, em meio às acusações de contaminação política das instituições e à reativação de vozes revisionistas (e negacionistas) do passado – surgiram o que eu chamo de “advertências do campo”. As pessoas (refiro-me aos pares argentinos) estavam com receio de que esses discursos críticos pudessem enfraquecer a força das lutas pela memória, que, naquele momento, não estava mais em uma situação favorável, de forma que até mesmo a minha escolha epistemológica foi questionada, em relação ao que se denominou de “fetiche acadêmico pelas zonas cinzas”.

Essas ocorrências da pesquisa talvez caracterizem um dos principais sintomas do trabalho de um tema relativo à História do Tempo Presente, a qual, segundo Fico (2012), tem como única particularidade o enfrentamento com os atores sociais vivos.¹⁹ Nesse sentido, encontrei-me com uma série de questionamentos sobre a relevância do meu tema em tal tempo político e a desnecessidade de se conjecturar tais movimentos críticos ao campo dos direitos humanos em tempos em que essas organizações e seu papel se encontravam em cheque. Afinal, qual é o limite da interdependência dos campos ciência, da política e do fim social?

O que eu enfrentava, destarte, era a discussão científica de um tema de alta relevância política, que, nos anos recentes, ganharam espaço na agenda pública Argentina - o campo do terrorismo de Estado. Esse campo, como produto da memória dos anos 70, simboliza e reforça a tensão ideológica que tem polarizado os debates políticos no mundo entre os eixos direita e esquerda, desde o período moderno, pós revolução industrial – o que lhe confere uma potência de afetação social. Além disso, a política do tema se revelou mais intensa em meio a alterações do cenário político representativo, em um tempo co-habitado pelos sujeitos sociais, por mim, e pelos meus interlocutores vivos.

Somado a isso, eu já vinha discutindo com meus pares brasileiros a preocupação quanto à possibilidade estar dessacralizando um referente cultural (STERN, 2002).

De acordo com a socióloga Elizabeth Jelin (2007), existe um claro apoio e admiração social pelo trabalho da organização *Abuelas*, por avançar no esclarecimento e na restituição da identidade; e também foi o que a minha experiência pessoal no país revelou. Quando compartilhava o tema de minha dissertação logo se teciam comentários positivos acerca dos

¹⁹ Ou, em suas próprias palavras: “(...) a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar”. (FICO, 2012, p.44).

netos e avós ou mesmo uma confirmação do que as pessoas previamente imaginavam que eu estaria pesquisando em seu país: o tempo da última ditadura. Dentre os movimentos sociais e o meio acadêmico mais mobilizado, as instituições familiares de direitos humanos, principalmente as avós, despertavam ainda mais admiração. Nesse viés, elas se inscrevem sob uma certa sacralidade no imaginário social argentino.

As histórias sagradas, segundo Visacovsky (2005), são úteis a determinadas instituições e grupos porque definem identidades, determinam posições e legitimam pontos de vista; além de servir a projetos de luta e resistência de um determinado grupo. O temor de escrever sobre histórias sagradas, portanto, advém do fato que a análise crítica de um pesquisador leva ao processo de “dessacralização”. E o desencantamento dos relatos considerados sagrados pode fazer questionar trajetórias de vida, instituições e identidades. (VISACOVSKY, 2005).

Contudo, defende o autor argentino que, diante da história sagrada - dessacralizar é dever do investigador comprometido com a ciência empírica (VISACOVSKY, 2005). Por outro lado, Franco, M., discorre que o investigador pode preferir, em sendo um tema de alta porosidade política, não colocar à tona assuntos que possam debilitar ou prejudicar o tema que tem um fundo social pelo qual o investigador tem afinidade²⁰. E aqui fica mais evidente que a pesquisa e a ciência não são neutras nem descoladas da realidade social e das dinâmicas de poder.

Desta maneira, aconselharam-me de diversas maneiras, em tópicos como: “uma escrita amarrada”, que a pesquisa não precisa ser “chapa branca”, mas que pode ser feita “de maneira cuidada”. Neste ponto, relembro algumas questões relacionadas tanto à ética nas entrevistas e como à escrita em meio ao uso de “fontes vivas”.

Em relação à ética na entrevista e do papel da historiadora nela, Portelli indica atenção e cuidado quanto à pessoa entrevistada, no sentido de fazer da entrevista um “experimento de igualdade”, em que aquele que entrevista deve sempre estar aberto a “aprender um pouquinho” com relação àquele que se dispõe a contar um pouco de sua história de vida (PORTELLI, 1997). Além disso, há o compromisso do entrevistador não só com àquele entrevistado/a, mas também um compromisso social da historiadora com o presente (LANGUE, 2006). Pelos esclarecimentos aqui expostos, acredito que meus objetivos e inclusive algumas escolhas que

²⁰ Discussão levantada pela historiadora como convidada da Mesa-redonda “Ditaduras do Cone Sul: Debates historiográficos e implicações políticas” durante o III Seminário do Tempo Presente, realizado em 2017, na Universidade do Estado de Santa Catarina.

farei, estarão em conformidade com o compromisso que possuo em relação às respostas do presente com relação a esse passado autoritário.

Já em relação ao trabalho da ciência em meio às rachaduras, permito-me dispor um pouco dos ensinamentos que a teoria psicanalítica me permitiu ao longo desses quatro últimos anos. Quanto a esses “temores” que aparecem, parecem eles estar fundamentados em uma premissa compartilhada de que o “furo” é enfraquecedor do discurso hegemônico. Mas, se, ao contrário, entendemos que o desejo de completude só pode ser feito em razão da falta, essa questão deixa de aparecer como um problema, e passa a ser entendida como dinâmica e movimento essenciais para o aparecimento do sujeito/do tema/do problema.

Diante disso, entendo, assim como muitos outros estudiosos, que em todo o trabalho de fazer ciência há um fim social inerente. Proponho, então, na esteira de Jelin (2017), uma escritura híbrida, dentre o acadêmico, o compromisso cívico-político e minha própria subjetividade.

Sangue, identidade e verdade

O discurso das avós que empreende o trabalho de localizar esses “netos” está fortemente vinculado aos laços de sangue e à genética como modo de reconstruir a identidade desses apropriados.

Durante a ditadura, para demonstrar que aqueles que estavam sendo arrebatados pelos militares e sendo criados por outras famílias eram os seus netos, as avós tiveram de criar mecanismos para comprovar a ligação biológica de filiação. As provas por meio de análise de sangue eram conhecidas na época, mas, no caso dessas crianças, os pais estavam desaparecidos. A associação, então, buscou a comunidade científica internacional para a criação de um instrumento que comprovasse essa relação de parentesco indireto, e em 1984, a geneticista Mary Claire King criou o método alcunhado de “índice de abuelidad”, em homenagem às avós. Já em 1987, o Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG) foi criado, com objetivo de guardar os materiais genéticos das famílias biológicas de desaparecidos e realizar os exames de compatibilidade genética com a geração nascida no período do acionar repressivo. (VEIGA; WULF, 2007). Desta forma, o banco genético e as provas de DNA tornaram-se fundamentais para a localização dos netos/as e, ademais de ingredientes primordiais para reconstruir a identidade desses apropriados.

O novo método de análise de DNA também abriu uma porta no cenário jurídico e permitiu não só que diversos netos fossem identificados, mas que os crimes de apropriação fossem julgados. A extração compulsiva do sangue foi instituída por lei no ano de 2009, motivada pela negativa de algumas pessoas a realizar tal análise. (REGUEIRO, 2010). Segundo informações do advogado da organização *Abuelas*, até 2013, 10 (dez) netos/as haviam sido compelidos a fazer o teste de DNA. (IUD, 2013). A discussão jurisprudencial desses casos, foi feita, em termos gerais, pelo direito à verdade e pela proteção às relações familiares versus o direito à intimidade, uma batalha que acaba sendo travada entre familiares biológicos e o suposto filho/a de desaparecido/as, dentro do contexto de crimes contra a humanidade.

De acordo com Da Silva (2005), se por um lado, a apropriação desarma e desarticula comunidades de identidade, por outro, é necessário restituir, reconstruir, recuperar – não exatamente porque se encontrou “a identidade”, mas porque se retirou de seu espaço de pertencimento ao nascer. E o sangue²¹, menciona Regueiro, é uma metáfora para dar sentido ao que as pessoas emparentadas têm em comum (REGUEIRO, 2010). A restituição vem então atrelada não só à força do sangue, mas também à recuperação do nome, da genealogia e dos laços primordiais. (DA SILVA, 2005, p.97).

No período mais recente de buscas por parte de *Abuelas*, um neto ou neta é considerado restituído a partir do resultado do BNDG, o qual confirma sua filiação biológica. A partir de uma análise genética positiva, *Abuelas* realiza uma coletiva de imprensa para informar à sociedade que localizou mais um neto. Neste evento, costuma-se ser lido um documento onde são informados o circuito de desaparecimento e entrega dessa criança, os caminhos institucionais percorridos até encontrá-la e a história familiar prévia. Em relação a este último aspecto, realiza-se um breve recorrido da biografia dos progenitores, a forma como esse casal se conheceu, bem como as organizações políticas pelas quais militavam e de que forma foram desaparecidos. Em vista disso, além dos caminhos da apropriação, parece importante reportar ao público (e ao jovem localizado) o espaço de pertencimento a que pertenciam.

Para isso, ainda, a cada restituição, a organização entrega ao apropriado recém localizado um arquivo bastante especial, contendo a sua história de origem até então desconhecida. O “Arquivo Biográfico Familiar” é um acervo memorial construído para cada neto pela organização *Abuelas*, contendo fotografias, documentações, além de áudios e

²¹A autora também reforça que o sangue não é importante apenas para *Abuelas*, mas corresponde a um sentido comum da modernidade ocidental. (REGUEIRO, 2010).

transcrições de entrevistas com parentes, amigos de infância e companheiros de militância dos pais desaparecidos, de forma que o sujeito possa acessar toda a documentação e informação sobre seus pais e sobre a história de sua família biológica. Para Gatti, o arquivo:

Es un proyecto singular puesto em marcha por las Abuelas para preparar el legado que dejarán a aquellos de sus nietos que en el futuro puedan ser recuperados y que, solos, no tengan a quien acudir para rehacer la historia de los que engendraron y de su familia, la historia de la que fueron despojados. (GATTI, 2011 p.141).

O conteúdo do acervo, ademais, serve para que eles “puedan dar sentido a su identidad, cuando así lo decidan, organizando fragmentos de hechos y episodios, que le permitirán de diversas maneras negociar con la realidad que les ha tocado vivir”. (DA SILVA, 2005, p.98). Por meio dessas performances, a associação tem construído historicamente a busca dos jovens apropriados em torno do direito, dessas pessoas, “de saber a verdade”, um postulado fortemente pautado no atributo da “identidade biológica” e na família biológica como “a verdadeira”.

Como bem denota Sanjurjo, “Abuelas de Plaza de Mayo definiria os apropriados como pessoas cuja identidade lhes foi arrebatada. Nesse sentido, ninguém poderia negar-lhes o direito de saber quem são”. (SANJURJO, 2013b, p.204). A cada encontro, os elementos do sangue, da identidade e da verdade são reforçados e as comunidades de pertencimento reestabelecidas desde esse lugar.

Revisão bibliográfica

Boa parte dos trabalhos lidos acerca do tema remetem à relação do sangue e da genética como estrutura central do discurso da associação e de seus conflitos como potência identitária e de (re)conexão familiar. Nesta pesquisa, estas discussões também se fazem presentes de alguma forma, contudo, o meu interesse era justamente prescrutar suas posições individuais com relação a essas narrativas que se conformam ao redor dos encontros e da restituição.

A novidade da abordagem aqui proposta, portanto, situa-se não só na utilização de relatos de netos e netas restituídos como motor de análise, mas na própria realização de entrevistas a propósito de servirem à investigação acadêmica. Salvo pela tese de doutorado de Massa (2016) - não foram publicados, segundo meu conhecimento, trabalhos científicos que produziram a fonte oral junto aos interlocutores netos e que, da mesma forma, tenham se

interessado por adentrar em suas histórias de vida e suas problemáticas mais subjetivas dentro dessa trama social. E apesar de outros trabalhos publicados inscreverem os relatos dos jovens apropriados como constructo para suas abordagens (Padrós, 2007; Da Silva, 2005; Regueiro, 2010, 2013), apenas a já mencionada Massa, Quintana (2017), Sanjurjo (2012 e 2013) e Wassmansdorf (2014) empregam os testemunhos desses sujeitos como fonte central para suas análises.

Em sua tese de doutorado, Massa (2016) analisa quais ingredientes são responsáveis por estabelecer o parentesco no caso dos netos restituídos. Partindo de entrevistas orais e de documentos de ordem etnográfica, e tendo como base teórica estudos da área de antropologia do parentesco, a autora reflete sobre o processo de (re)construção das identidades das netas e netos restituídos. Sua tese perscruta outros elementos que fariam parte da formação das identidades, como as questões de ordem política, as emoções ou as memórias. Nesse sentido, Massa aborda também a dicotomia entre o que chama de uma visão biologizante do parentesco, e os aspectos culturais relacionados ao mesmo.

Quintana (2017) aborda os relatos dos(as) netos (as) restituídos (as) contidos na publicação *La historia de Abuelas. 30 años de búsqueda*, organizado pela associação das *Abuelas de Plaza de Mayo* e publicado em 2007. Na obra, as netas e netos reafirmam o caráter libertador da restituição, colocando a verdade sobre suas vidas como necessária e preferível à mentira, ainda que causadora de muita dor. Lançado em um contexto sócio-político favorável à causa e à militância pelos direitos humanos, o livro apresenta uma convergência entre os discursos das avós e o dos netos restituídos.

Questionando a ligação de sangue enfatizada pelos discursos presentes no livro - Quintana aponta outros elementos que também considera importantes para a construção das narrativas sobre as netas e netos restituídos. Como exemplo, ressalta a importância da utilização de possíveis testemunhos de terceiros que possam trazer informações sobre as crianças apropriadas. Do mesmo modo, a autora tenta indicar as possíveis preocupações éticas e a responsabilidade envolvida em atividades de grupos como as *Abuelas*.

Nesse sentido, as duas autoras incorporam outros elementos em suas discussões, que problematizam a relação de sangue/genética entre avós e netos (as) restituídos como o principal elemento identitário e de (re)conexão familiar. Seguindo nessa linha, Sanjurjo (2012) traz à tona os relatos dos netos(as) restituídos(as) e apresenta as discussões e os dissensos em torno das demandas relativas às políticas recentes de direitos humanos em diferentes setores da

sociedade argentina, bem como as disputas em torno da memória de sua última ditadura militar. Do mesmo modo, sua discussão aborda as polêmicas envolvidas na aprovação da chamada Lei do DNA, de 2009, que regulamenta os procedimentos para a obtenção do DNA dos envolvidos em investigações sobre crianças apropriadas durante a ditadura. Através desta lei, juízes podem emitir mandatos de busca para coleta de objetos de uso pessoal que contenham material genético (como fios de cabelo, por exemplo), e vem sendo usada em casos de jovens apropriados que se recusam a passar pelo exame de DNA voluntariamente.

Desta forma, Sanjurjo tenta neste artigo compreender de que maneira as noções de parentesco relacionadas ao sangue são ressignificadas a partir de outras questões, como a militância política. E desta forma, como essas novas relações vem delineando a construção da memória pública e da noção de verdade sobre esse período da história argentina. Em outro texto de 2013, a autora aprofunda algumas discussões, voltando às polêmicas envolvidas na aprovação da Lei do DNA, e discutindo a construção da apropriação enquanto crime ao longo do tempo.

Sua abordagem volta a refletir como a questão do sangue/ genética acabou por ser o elemento central de uma narrativa de verdade histórica, e como esta se relaciona com outros domínios, como os elementos políticos. E, por fim, Sanjurjo também mostra a complexidade do processo de restituição de identidade, vivido e pensado de diversas maneiras por distintos apropriados, o que inclui disputas pela memória, embates e visões de mundo diferentes. Novamente, o peso da presença das *Abuelas de Plaza de Mayo* e suas atividades é destacado, delineando e redefinindo narrativas, políticas públicas e configurações jurídicas.

Por sua vez, meu próprio trabalho anterior (Wassmansdorf, 2015) também aborda o processo de restituição de identidades das netas e netos apropriados, focando em suas experiências particulares e tentando compreender como se conformam os aspectos pessoais e os políticos nos relatos de reconstrução de suas trajetórias. Do mesmo modo, o trabalho reflete como as narrativas se aproximam ou se afastam dos discursos da instituição *Abuelas* e de outras memórias coletivas presentes nesse processo. Assim como os outros estudos supracitados, neste trabalho discuto as contradições e dissensos em torno das questões de sangue/ genéticas, e as diferentes posturas públicas tomadas pelos netos(as) apropriados(as). Ainda abordo o campo dos sentimentos e afetos envolvidos no processo de restituição, bem como as dimensões políticas incorporadas, como a militância ativa por parte dos jovens restituídos e seu reflexo em novas configurações políticas na Argentina.

Como mencionado, um dos caminhos que me levou à problemática dessa dissertação foi a interrogação acerca da situação de “outras” trajetórias pessoais, as quais se operassem em lógicas diferentes dos parâmetros acerca dos discursos e da memória pública organizada ao redor do processo de restituição²². Pressupunha que a existência de netos e netas que ainda estivessem envolvidos de alguma forma com seus apropriadores e apropriadoras era motivo para que tomassem algum distanciamento da militância organizada ao redor dos direitos humanos.

A jornalista Analía Argento, que escreveu o livro *De Vuelta a Casa* (2008), buscou contar as mais diversas histórias de netos e netas após a restituição, e também daqueles que seguem em contato com seus/suas apropriadores/as. Para ela, a escolha pelo não afastamento se deve a “porque a pessoa da criação não teve a ver com a repressão ou com a desapareição de seus pais, já outros têm dúvidas ou sim sabem que tiveram. E é muito difícil compatibilizar ambos mundos”²³. Nesse entendimento, destaco o que foi relatado pela neta Victoria Montenegro- ativista pelos direitos humanos e atualmente deputada nacional pela cidade de Buenos Aires- a no documentário co-produzido pela organização *Abuelas*, a qual afirma que, frente ao amor de seu pai, incriminado por crimes contra os direitos humanos, não pode reivindicar o terrorismo de Estado:

A mí reivindicar el terrorismo de Estado, no me sirve [...] es la persona que cumplió el rol de mi papá [...] y yo nunca pude dejar de quererlo, pero lo que hizo no está bien, es terrible. Y cometió crímenes de lesa humanidad. (Victoria, *Acá Estamos*, 2012, cap.7, 25:04-25:17)

Por isso, nessa tentativa de compatibilizar os mundos, minha hipótese era de que o afastamento era esperado, assim como posicionamentos mais críticos com relação ao passado autoritário, principalmente quando há envolvimento dos/das apropriadores/as com a repressão (WASSMANSDORF, 2015). Pelo menos é o que se observa por parte da literatura acadêmica. Outra neta, também protagonista do documentário, Mariana Zaffaroni (e interlocutora deste trabalho), a qual continuou o vínculo com o pai apropriador, teve sua história analisada pelo historiador Enrique Padrós (2011):

²² É importante frisar o limite no uso dessas trajetórias – as quais não minimizam o sequestro, o assassinato, o impedimento do dolo ou do compartilhar de um ritual de nascimento, nem mesmo a negação da existência de uma pessoa e a destruição de vínculos, entre outros atos, cometidos pelos apropriadores/as.

²³ Trad. CORDEU, Mora. "De vuelta a casa", historias de hijos y nietos restituidos. **Editorial Marea**. Disponível em: <http://www.editorialmarea.com.ar/analiaentrevista.html>.

[...] Mariana Zaffaroni, quem apesar da contundência das provas, justificava a continuidade da sua relação com o “pai-apropriador”, o repressor Furci. Segundo ela, ele a salvara, por amor, de ser executada junto com os verdadeiros pais. Essa perspectiva de Mariana descontextualiza tudo o que ocorreu e desconsidera o protagonismo do repressor. Como apropriada, tornou-se refém desde que foi arrancada dos braços dos seus pais, tornando-se também refém das suas emoções, através de um sentimento de gratidão ou de fidelidade que parece irracional. (PADRÓS, 2011, p.154).

Nessa compreensão, a relação dos/as netos/as com seus/suas apropriadores/as, ainda que não expressamente, é uma situação considerada ambígua, culposa; e a situação tomada como passageira: apenas um processo de tomada de consciência para que ocorra o afastamento. Discordo do autor, nesse ponto, por conformar a neta num lugar de vítima passiva, de irracionalidade, como refém. O afeto pode não se desfazer mesmo com a tomada de consciência de que aqueles que os criaram fizeram parte dos mecanismos de apropriação da época. Mariana, em seus diversos relatos durante esse meio tempo de estar restituindo a sua identidade parece lograr “somar esse afeto” sem deixar de mobilizar-se politicamente. Nessa continuação, a relação entre o afeto e sua capacidade de (des) mobilização política, trouxe contornos teóricos interessantes para este trabalho.

Situando a pesquisa...

A repressão política argentina

A história das apropriações de filhos de detidos políticos na Argentina remonta aos anos 1970. Tanto o Brasil como a Argentina passaram por experiências ditatoriais nas últimas décadas. Embora no país vizinho, a amplitude que alcançou o plano sistemático contra a “subversão”, o alto número de desaparecidos, bem como a apropriação de crianças, sejam considerados únicos de seu processo.

No dia 24 de março de 1976, as Forças Armadas desferiram o golpe militar na República Argentina e foi iniciado o que autodenominaram de “Processo de Reorganização Social”. Esse processo, entre outras medidas, instalaria um fenômeno de limpeza social por meio da repressão política e do uso extensivo da violência, culminando na eliminação (física e identitária) de seus opositores.

Os principais esforços dos militares estavam concentrados nos militantes provenientes das organizações políticas de esquerda – as quais entraram em clandestinidade durante o regime – quando passaram, também, a desenvolver atividades guerrilheiras. Entretanto, a repressão recairia também em torno de uma figura mais elástica – a do “subversivo” - elaborado como o inimigo social, político e ideológico da nação argentina pela doutrina militar da época (NOVARO e PALERMO, 2007, p.108)²⁴. A condição subversiva era identificada pelo marxismo e pelo esquerdismo. No entanto, “os católicos terceiro-mundistas, os freudianos, os ateus, e, em medida considerável, os peronistas, os liberais e os judeus” (NOVARO e PALERMO, 2007, p.115) também representavam uma ameaça à ordem. De forma que cerca de 30.000²⁵ pessoas seriam desaparecidas durante o acionar repressivo, que durou até 1983.

De forma a combater o seu inimigo, o regime colocou em prática um plano de operações que abarcava técnicas de infiltração e interrogatório e de atividades como sequestro, tortura e assassinato. Além disso, uma estrutura de centros de clandestinos de detenção foi criada com o intuito de proceder ao que foi denominado de projeto desaparecedor (CALVEIRO, 2004) da ditadura militar:

O objetivo de tal estrutura foi o desaparecimento de todo um espectro da militância política, sindical e social que impedia o assentamento hegemônico do poder, e o alvo principal desta modalidade repressiva foi a guerrilha (MASSA, 2016, p.20).

As apropriações

As principais organizações políticas guerrilheiras argentinas da época eram os *Montoneros*; o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, pertencente ao *Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT-ERP)* e as *Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR)*. E, apesar do perigo que poderia ser a prática política clandestina e armada, na Argentina, os filhos eram encorajados entre os militantes, porque representariam o legado da revolução social pretendida. De forma

²⁴ E podem ser encontradas muitas analogias em regimes repressivos contemporâneos a esse processo no Cone Sul.

²⁵ Lembrando que o número de desaparecidos vem sendo disputado ao longo dos anos. O número oficial, até 1995, era de 9.505 desaparecidos, informados pela CONADEP, na reedição do Informe *Nunca Más*. A *Amnesty Internacional* estimou que 15.000 desapareceram entre 1976-1983. Já o cálculo de 30.000 sempre foi sustentado e defendido pelos organismos de direitos humanos (DA SILVA, 2001, p.72), e a cifra foi autenticada pelo novo prólogo do referido Informe, editado em 2006, na gestão do então presidente da República Argentina Nestor Kirchner. Essa cifra seria novamente tensionada, quando partidários do governo de Mauricio Macri chegaram ao poder, no ano de 2015.

que, em meio às ações de detenção e desaparecimento desses militantes – os militares também encontrariam com os filhos desses casais de esquerda, os quais também foram detidos e desaparecidos, mas alguns seriam realocados para outros fins.

Essas crianças, em particular, as que eram bebês ou recém-nascidos, seriam entregues à outras famílias – consideradas as “boas famílias” pelo regime, pois, pela idade, ainda estavam em circunstâncias de ser “salvas” da “subversão”. A ideia era que fossem submetidas a casais em condições de dar-lhes uma educação ocidental e cristã, valores defendidos pelos adeptos do “Processo”. De acordo com Regueiro:

El pensamiento hegemónico de la dictadura testimoniaba la intención de controlar la reproducción ideológica de aquellas familias productoras de sujetos “subversivos”. Las familias “desnaturalizadas”, “abandonaban” a sus hijos a raíz de su actividad político-militar, los ponían en “peligro”, por lo que debían ser “salvados”. Reubicarlos en familias “decentes” sería una forma de evitar que fueran educados para la “subversión”, para ser “enderezados”, evitar futuros actos de “venganza” y que retomaran el proyecto político de sus padres desaparecidos. (REGUEIRO, 2013, p.177).

Existiram duas formas de concretizar essas apropriações burocraticamente: a) apropriações encobertas por *adoção* – geralmente crianças de até 3 (três) anos sobreviventes das ações de invasão da casa dos seus pais, os quais eram sequestrados ou assassinados; ou b) apropriação encobertas por *registro falso* das crianças como próprias – geralmente, eram bebês nascidos em centros clandestinos de detenção. O registro em certidões de nascimento falsa, eram, em geral, assinadas por médicos, sendo eles civis ou militares. Alguns formavam parte das Forças Armadas e de segurança e trabalhavam nas maternidades dos centros clandestinos de detenção. No entanto, outros médicos, civis, provenientes de clínicas privadas, também falsificavam essa documentação. Já a operação de conceder legalidade jurídica à adoção, ainda que se utilizando de instrumentos irregulares e dados falsos, era realizada, em especial, pelos Tribunais de Menores. Essa operação tinha como personagem principal os juízes, mas contava também com assistentes sociais, médicos, psicólogos, e também por lares de crianças, igrejas e forças de segurança do Estado Militar.

Para que o procedimento jurídico de adoção fosse possível, a atividade política dos pais sequestrados era associada à “subversão”, de forma a apresentar “perigo moral e material” aos seus filhos, sujeitos do “desamparo”. Portanto, o “abandono”, construção jurídica da época, passou a ser a figura burocrática que se atribuía à origem das crianças – embora as famílias consanguíneas das vítimas fossem conhecidas pelos juízes de menores. Ignorando os clamores

de seus familiares biológicos e em consonância com os valores do “processo”, os juízes tornaram essas crianças passíveis de serem adotadas por outras famílias (REGUEIRO, 2013). Já os centros clandestinos, os quais foram, primeiramente, formulados para destinar os presos políticos - os quais eram alvo de torturas e viviam sob um ambiente bastante precário, foram depois utilizados para gestar os nascimentos. Nesse sentido, nestes locais, ainda, foram criados rudimentares hospitais-maternidade - onde se realizavam os partos das mulheres grávidas e se mantinham os bebês recém-nascidos que seriam futuramente apropriados. Depois do parto, as mães eram assassinadas.

Para Da Silva (2005), a apropriação das crianças contém inexoravelmente uma mensagem política, já que, no processo de eliminação do inimigo, busca-se, por um lado, a sua eliminação identitária e, por outro, a criação de uma identidade alternativa. Assim, elimina-se o inimigo mas preserva-se sua descendência, com o intuito de que seja transformado. Por isso, os militares fizeram questão de que elas fossem realocadas para famílias que as criassem com uma nova identidade religiosa e política e de que seus familiares consanguíneos não pudessem encontrá-las.

Não se pode dizer ao certo se os militares já previam realizar um apagamento de identidades políticas por meio do “plano sistemático de roubo de bebês”, contudo, depararam-se com essas crianças quando realizavam os sequestros dos militantes nos seus próprios lares e com mulheres presas políticas que estavam grávidas – e essa contingência teve de ser gerenciada. À vista disso, o realojamento dessas crianças, apagando os seus rastros de origem, converteu-se numa estratégia preventiva por parte dos militares, para encobertarem os sequestros e os assassinatos de seus genitores, de forma que nem os familiares consanguíneos das vítimas nem mesmo os filhos biológicos descobrissem²⁶. Por outro lado, o passo-a-passo para lidar com essa identidade considerada politicamente “impura” demonstra como a prevenção converteu-se, nos usos da figura das mulheres e de seus filhos, em um projeto político:

(...) llevar a término los embarazos, hacer parir a las madres en lugares clandestinos, permitirle ver a sus hijos y hasta amamantarlos por un tiempo, cuidarlas en ese período, para luego sacarles a sus hijos, “desaparecerlos”, torturarlas y finalmente asesinarlas (...) lo que se comparte (...) es la perversa

²⁶ Nas palavras de Massa: “Essa explicação das “apropriações” como práticas ‘preventivas’ surge inclusive de declarações dos próprios militares que, naquela época e em conversas particulares, admitiram sua preocupação pelo “ódio” que poderiam desenvolver os/as filhos/as dos/as “desaparecidos/as” com relação às instituições castrenses”. (MASSA, 2016, p. 24).

imagen de niños usados como cosas a ser negociadas, para lograr objetivos, para herir, para matar, para denigrar, para hacer sufrir, en fin, para hacer política. (DA SILVA, 2005, p.93)

Histórias de *madres e abuelas*

A partir das ações de desaparecimentos do regime, surgem esforços em torno da busca dessas pessoas, por meio de ações de organizações já existentes e de outras que passam a surgir com a integração de ativistas e familiares de desaparecidos²⁷. Mas se visibilizou, especialmente, as histórias das mães desses desaparecidos que começaram a se organizar para realizar passeatas na Praça de Maio, em Buenos Aires, em frente ao palácio do governo argentino (Casa Rosada). Usando fraldas brancas na cabeça, de modo a simbolizar os seus filhos perdidos, elas circulavam marchando pela praça, com o intuito de protestar contra a ditadura militar e pedir o aparecimento dos seus entes.

Desse processo, o grupo de avós começa a ser formado, quando, especialmente, muitas mulheres percebem que não só deveriam tratar de encontrar os seus filhos desaparecidos, mas também de recuperar os seus netos (JELIN, 2007)²⁸. Essas mulheres foram percebendo que seu caso pessoal não era único, e que “*esos niños estaban transformándose en botines de guerra*”²⁹

²⁷ Elizabeth Jelin (1991) sistematiza os movimentos na defesa dos direitos humanos existentes ao longo do período da ditadura, no país, em torno do critério de afetação, resultando em dois tipos. Os “*no afetados*”, a maioria criada antes do golpe de 1976, mas que, foi se transformando a partir da violência política da ditadura, e dos desaparecimentos massivos como principal modalidade de repressão. Como exemplo, a Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH), de 1975; ademais de -citam-se- Liga, SERPAJ, MEDH, MJDH e CELS (esta, a única criada em 1980, pós golpe). Segundo a autora, esses grupos se heterogeneizam em vítimas ou familiares, políticos, religiosos, profissionais e intelectuais. Como característica, seguiam com mais prudência e estratégia política. A outra categoria é conformada pelos “*afetados*” diretamente pela repressão, e obviamente emergentes a partir dela. Neste grupo estão, por óbvio, as *Abuelas de Plaza de Mayo, Madres, Familiares e Ex-Detenidos-Desaparecidos* – organizações formadas pelos diretamente afetados e suas famílias. Trata-se de um grupo mais homogêneo, integrado por familiares das vítimas e que se aglutinam em torno da demanda de recuperação de um familiar desaparecido. Estavam ainda mais orientados, conforme a autora, a “maximizar o grito”, ou seja, em fazer denúncias referentes às violações, em torná-las públicas e visíveis.

²⁸ Seria pertinente aclarar, portanto, que *madres e abuelas* pertencem a mesma escala geracional, e o que as diferencia, na verdade, é o fator da busca política: enquanto algumas mulheres buscam os seus filhos de desaparecidos, outras buscam os seus filhos e -ademais- os seus netos. Como elas, os filhos de desaparecidos e os netos restituídos também fazem parte da mesma geração, nascida entre os anos 1970 e 1980. A diferença reside no fato de que os netos são filhos de desaparecidos apropriados, enquanto os outros são filhos de desaparecidos por si só, sem a marca da apropriação.

²⁹ Espólio de guerra (trad.). Esse termo foi utilizado pela primeira vez pela organização *Abuelas* em 1985, na primeira edição do livro *Botín de Guerra*, de Julio Nosiglia, e foi endossado pelas cientistas argentinas especialistas no tema da ditadura argentina e familiares: Judith Filc, Elizabeth Jelin, Ludmila Catela da Silva. Para Enrique Serra Padrós, a noção de que elas faziam parte do espólio de guerra “advém do entendimento de que as crianças sequestradas [...] eram valorizadas por serem intelectualmente muito espertas e fisicamente saudáveis” (PADRÓS, 2007, p.147). O espólio de guerra pode ser compreendido, igualmente, a partir dos regimes de violência e crueldade em que mulheres e crianças tornam-se objetos de eliminação do inimigo, e as crianças são utilizadas para dizer

(JELIN, p.46, 2007). Segundo Jelin, quando ficou claro que nem todas as crianças haviam sido assassinadas e que muitas identidades haviam sido mudadas:

Las abuelas se movieron en diferentes direcciones: buscaron rastros y huellas para averiguar dónde podían estar; buscaron el apoyo internacional para prepararse para la hipotética situación de recuperación de la identidad de un niño secuestrado (JELIN, p.46, 2007).

A ajuda internacional veio, principalmente, através da comunidade científica que avançou suas técnicas de estudos genéticos, de forma a elaborar provas sanguíneas e genéticas que ultrapassassem a relação de primeiro grau do parentesco, de forma a serem baseadas no material genético de avós, tios e tias. A conformação desses esforços resultou na criação de um depósito nacional de material genético que, posteriormente, seria incrementado com a criação da *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad* (CONADI), em 1992. Este órgão público recebe e investiga as denúncias das crianças que foram apropriadas no período correspondente ao regime militar. Além dessas, uma gama de iniciativas institucionais, desde sua criação até os dias atuais, além de ter trazido resultados efetivos na localização desses sujeitos, converteu a questão dos netos desaparecidos uma prerrogativa social importante para a nação argentina, a partir do atributo do “direito à identidade”.

No século XXI, são as organizações civis de familiares das vítimas da ditadura que dominam a cena pública argentina na atuação pelos direitos humanos³⁰. A resolução do passado autoritário tem sido uma pauta incessante desses familiares desde o final da ditadura e alcançou uma maior visibilidade social a partir do período democrático, especialmente com a chegada de um governo de esquerda na administração do país nessa primeira década do milênio. Durante os governos kirchneristas, ademais dos julgamentos penais contra os repressores que cometeram as violações durante o regime militar serem reiniciados, as políticas por “memória,

algo. Nesses processos históricos em que se mata por motivos políticos, étnicos, religiosos; as mulheres são utilizadas como um corpo reprodutor e transportador da representação do inimigo, por meio de seus filhos. No caso argentino, as mulheres detidas foram obrigadas a levar sua gravidez até o final, a fim de que seus filhos, ao nascer, pudessem ser roubados para serem transformados – essa é, essencialmente, a noção de espólio de guerra defendida por Padrós (PADRÓS 2007). Em outros casos, como na Iugoslávia, as mulheres eram violadas para criar filhos com a mesma identidade que seus algozes (DA SILVA, 2005).

³⁰ As organizações de familiares, protagonizadas majoritariamente por *Madres de Plaza de Mayo*, *Abuelas de Plaza de Mayo* e *H.I.J.O.S* (JELIN, 1991) tem mantido ativas as bandeiras pela memória, justiça e verdade quanto aos ocorridos na ditadura militar. Por sua vez, com a utilização da presença pública dessas vozes de poder pela agenda de direitos humanos, elas adquiriram uma posição privilegiada na disputa pela memória do passado ditatorial. Por meio da experiência pessoal, daqueles que sofreram em carne viva a repressão estatal bem como de seus familiares mais diretos, seriam considerados “vozes autorizadas” e “legítimos transmissores da “verdade” dos acontecimentos desse mesmo passado (JELIN, 2007).

verdade e justiça” foram alçadas como políticas de Estado, e a memória do passado revolucionário rearticulada, a partir de narrativas que combinaram os valores da militância dos anos 1970 com as políticas sociais do presente. Quanto à busca dos netos desaparecidos, esse se tornou um assunto de incumbência presidencial. De tal sorte que a disputa dos direitos humanos já não era mais na arena civil, havia chegado –oficialmente- ao cenário político.

Essas (e outras) circunstâncias levaram a que muitos netos³¹ se aproximassem do ativismo da associação *Abuelas* e de seu entorno, e fez com que outros tomassem um certo distanciamento (físico e crítico) da militância usual dos direitos humanos e das organizações de familiares que a protagonizavam. Na composição dos entrevistados, chegou-se ao seguinte panorama: sujeitos que assumem o protagonismo do ativismo social e se veem como representantes da causa social de *Abuelas* e sujeitos que mantêm uma distância crítica por divergirem do discurso mobilizado ao redor da associação em algum grau, em sendo essa dissidência a respeito de três temas principais: à reivindicação da política como modo de vida; à articulação política das organizações de familiares com o kirchnerismo e ao julgamento penal de seus apropriadores. Por isso, o texto dessa dissertação está dividido em três partes, num esforço analítico de abarcar essas três marcações singulares na trama social dos direitos humanos.

No primeiro capítulo, “A reivindicação da política como modo de vida”, analisa-se a postura dos netos em relação ao legado da associação e ao passado revolucionário de seus pais e em que medida isso intervém na relação com a reivindicação da política. A conjuntura da época em que são encontrados pela associação *Abuelas*, a herança política dos anos 1970 e a maneira como atravessaram seus processos de restituição marcam aproximações e afastamentos em torno da decisão pelo ativismo social pelos direitos humanos na Argentina. Por isso, será descrito de que forma o discurso de *Abuelas* acerca dos encontros se formulou ao longo dos anos e como as principais organizações de familiares tem retomado o passado revolucionário dos desaparecidos e, ainda, com que intensidade, eles têm reagido com as heranças de “seguir a luta” tanto das avós quanto de seus pais.

³¹ Os “netos” formam parte dessa trama familiar dos direitos humanos, inaugurada pela ditadura (AMADO, 2003), e que é formada por gerações de *madres*, *abuelas*, *hijos*, *hermanos*, *nietos* e agora *bisnietos*. Nesse sentido, a *identidade* de “neto” é tratado aqui como uma categoria, dinâmica e complexa, que abarca netos de avós; bebês e crianças sequestradas; filhos biológicos de militantes desaparecidos, jovens apropriados e adultos restituídos, os quais têm adicionado mais gerações a essa configuração familiar por meio de sua descendência.

Já no segundo capítulo, nomeado “O imbróglio do kirchnerismo”, discuto como a conformação da política nacional dos anos recentes também interferiu na integração com o coletivo que se organiza ao redor da associação *Abuelas*, em especial, no que concerne à articulação política da associação junto dos governos de esquerda que assumiram a condução da política nacional argentina na primeira e metade da segunda década dos anos 2000. No capítulo, ainda, explica-se por quais razões há um imaginário social argentino acerca de que os netos recuperados por *Abuelas* seriam kirchneristas. Do mesmo modo, examina-se como se armou a narrativa de coalização do movimento de direitos humanos na Argentina junto da legenda kirchnerista.

Por fim, em “O processamento judicial dos apropriadores”, terceiro capítulo desta dissertação, relato como as consequências legais enfrentadas pelos “pais de criação/pais adotivos” daqueles que tem suas identidades restituídas pode engendrar afastamentos em relação à militância pública que se organiza ao redor dos direitos humanos. Assim, destaco de que forma a democracia argentina transacionou desde a ditadura, levando em conta a relação peculiar com a justiça. Nesse sentido, busco historicizar a demanda por justiça na história recente da transição argentina por parte dos movimentos de direitos humanos, desde a ditadura até os anos 2000 e de que forma o Estado foi ou não as recepcionando. Além disso, discute-se como a associação *Abuelas* buscou resolver os casos dos crimes de apropriação, que ganharam suas primeiras sentenças ainda enquanto duravam as leis de anistia. A maneira como o tema da apropriação foi ganhando espaço na justiça também é abordado, assim como os primeiros e os grandes casos de condenação dos apropriadores. Finalmente, destaco a maneira como alguns netos tem lidado com a prisão (ou a possibilidade de) de seus apropriadores e a opinião pessoal acerca desses processamentos.

Esta pesquisa se realiza num contexto mais amplo das pesquisas do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do qual faço parte, e tem relação com o projeto de pesquisa do CNPq “Políticas da emoção e do Gênero na resistência às Ditaduras do Cone Sul”³², coordenado pela Prof^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff. O laboratório e as pesquisadoras presentes no mesmo, vem há algum tempo produzindo pesquisas, publicações e fontes orais de alta qualidade acerca dos processos das Ditaduras do Cone Sul, com enfoques, entre outros, aos estudos do gênero, das resistências e da memória. Diante disso, as entrevistas realizadas para esta pesquisa (em seu formato de áudio e texto

³² Número do processo 404840/2016-7.

transcrito), que forem autorizadas em todo ou em parte pelos entrevistados, se juntarão a outras, no acervo do laboratório.

Seria pertinente constar, também, que esta pesquisa foi interrompida pelo menos três vezes por questões de saúde e por dificuldades relacionadas ao tratamento das fontes. Deste modo, os seus resultados são apresentados alguns anos depois da finalização do período regular de duração da pós-graduação.

2 CAPÍTULO 1. A REIVINDICAÇÃO DA POLÍTICA COMO MODO DE VIDA

Em 1977, ainda em plena ditadura, a organização *Abuelas de Plaza de Mayo* foi fundada. As mulheres que compunham o grupo, em seu início, juntavam-se às escondidas, para discutir meios de localizar as crianças desaparecidas. Para não atrair suspeitas, vestiam a fantasia “senhoras idosas”, “velhinhas”: “¿Quién iba a sospechar de las viejitas que traían chocolates?” (VEIGA; WULF, 2007, p.33). As avós iam a cafés, igrejas, fingiam comemorar algum aniversário, utilizavam códigos e faziam as reuniões em apartamentos – algumas delas até deixaram de fumar (VEIGA; WULF, 2007).

Ao longo dos anos, e principalmente a partir da redemocratização, *Abuelas* foi atrás de novos e mais sofisticados métodos de busca, além de terem sido criadas instituições de apoio e complemento, com a função de guardar dados genéticos e de encaminhar casos de sujeitos/as que tenham dúvidas acerca de sua identidade. O meio jurídico também foi acionado de forma a proceder com a identificação dos apropriados. Já na década de 1990, campanhas de difusão em massa passaram a fazer parte das iniciativas de busca da instituição, dentre eles, shows, documentários, apresentações teatrais e centros de memória, com intuito de difundir a importância do “direito à identidade”. Foi ainda nesse período que aqueles que estavam sendo restituídos passaram a ser convocados a auxiliar também nessa busca – convertendo-se ao mesmo tempo, em fruto e propaganda dessa luta. De forma que o início dos anos 2000, marcaria a saída pública dos “jovens recuperados” em defesa da restituição de identidade. Segundo Sanjurjo:

Nesse processo, vários deles desentenderam-se com a família *apropriadora* e, desde então, reivindicavam a sua “verdadeira identidade”: eram filhos de desaparecidos; falavam de seus pais como *militantes populares* que haviam perdido suas vidas lutando por uma Argentina com mais justiça social (SANJURJO, 2013b, p.199).

Como modo de agradecimento por os terem buscado e encontrado, esses jovens atenderam aos chamados das avós e passaram a atuar junto da associação e de outras entidades, auxiliando não só na busca de outros jovens apropriados como eles, mas também promovendo a questão dos direitos humanos no país. Hoje, alguns deles ocupam cargos políticos e desenvolvem políticas públicas voltadas ao tema desde seus postos legislativos.

Tanto o “lugar protagonista” (MASSA, 2016, p.112) relacionado ao seu status de “hipervítimas” - porque apropriados, considera-se que foram os mais afetados dentro do

universo das vítimas de terrorismo de Estado, quanto a condição de “serem filhos/as daqueles que ‘lutaram por um mundo melhor’ e, como tais, supostos ‘herdeiros’ de uma determinada maneira de entender a política e o mundo” (MASSA, 2016, p.115) contribuíram para que fossem dispostos em uma posição discursiva “privilegiada” e dotada de expectativas quanto ao seu papel social no campo dos direitos humanos e no imaginário social de resistência política. Nessa continuação, é inequívoco o impacto público gerado, quando, muitos desses jovens, nos últimos anos, a partir de suas restituições, afirmem publicamente terem se desentendido com a família apropriadora e assumam -además da importância do trabalho de *Abuelas* e do direito à verdade (SANJURJO, 2013b, p.201)-, a postura de ser filho de desaparecidos e a colaboração com a luta pelos direitos humanos no país.

No entanto, muitos netos nunca se identificaram como “bandeira”, “símbolo” ou mesmo “herdeiros do legado”. Em parte, porque tiveram dificuldades em compreender-se dentro da prescrição liberadora da restituição de identidade; e, de outro ponto de vista, tanto o mote de ser filho de desaparecidos-políticos quanto o acontecimento da apropriação, marcam as possibilidades e os limites de encarregar-se desse emblema social. A conjuntura da época em que são encontrados pela associação *Abuelas* também estabelece diferenças em torno da mobilização pública pelos direitos humanos e do “devir” político. A maneira como os netos reagem ao legado da associação e à herança política de seus pais biológicos - e a sua relação com a reivindicação da política, serão tratados neste capítulo.

2.1 TEMPOS DE RESTITUIÇÃO

O período em que o neto tenha sido localizado influencia em sua posição quanto aos rumos institucionais que *Abuelas* toma com o passar do tempo da mesma forma em que os marca distintamente dentro do grupo dos netos. Como mesmo me apontou Jorgelina: “La cuestion es que depende tambien de en que año fueron restituidos que se han marcado como si fueran distintas tribos dentro de un grupo”.

Não é o mesmo ser restituído nos inícios da agrupação, estabelecido pelo fim da ditadura e pelo prelúdio democrático (anos 80 e 90) e ser localizado na égide dos governos kirchneristas (anos 2000). Descobrir-se apropriado ainda na infância ou na idade adulta, además, em distintos contextos de recepção pública dos direitos humanos, regula os modos de interação com a entidade que os localiza e pode nortear posicionamentos políticos.

E não só o contexto cultural e político e os estados geracionais se alteraram durante todos esses anos, também as projeções políticas e a estrutura organizacional da própria instituição. De modo que até mesmo a alteração da liderança de *Abuelas* foi um fator que influenciou a dinâmica institucional, afetando rumos internos e externos – pelo menos é o que me testemunham duas netas.

Ximena e Jorgelina são as duas entrevistadas que declararam seu forte apego emocional à Chicha Mariani, presidenta de *Abuelas* quando foram localizadas. Portanto, quando declaram suas diferenças à Estela de Carlotto - quem a preside atualmente, o fazem também com base nessa conexão nostálgica com a organização, em comparação a quem a regia em seus inícios. Em seus relatos, conflitam com certos aspectos da memória oficial da instituição, como a data escolhida para comemorar o aniversário de *Abuelas* (coincide hoje com a mesma data de aniversário de Estela, no dia 5 de novembro), que segundo elas, originalmente era o próprio dia de fundação (21 de novembro). Apesar da associação sempre ter se organizado de maneira vertical -assim como demonstra o padrão de outras organizações de mesmo cunho- o estilo personalista de liderança de Estela de Carlotto também é controverso segundo a visão de outros grupos de familiares³³.

Nessa identificação institucional, interligada aos tempos de restituição, também entram em jogo os estados geracionais e o contexto social da época. Há, segundo Jorgelina e Ximena, um grupo de netos “mais fechado”, um “subgrupo” dentro do grupo de netos que foi restituído nos anos 80, quando ainda eram crianças e quando o tema de apropriação e o trabalho de busca de *Abuelas* ainda não era público e conhecido. Como diz Ximena, “éramos niños y éramos pocos”, portanto, construíram um laço especial e perene.

(...) porque tenemos, seremos pocos, es una historia rara, no había con quien compartirla, no era algo que se hablara publicamente. Entonces, para un niño que está pasando por una situación tan extraña, encontrarse con otro, que, más o menos, pase por la misma situación...es como que te une algo. Hoy en día como es una situación más hablada, más pública, me entendés, hoy en día no

³³ Essa é a avaliação de H.I.J.O.S, os quais escolheram a modalidade de horizontalidade como valor político para o grupo (CUETO RÚA, 2008). Sobre a pauta organizativa das associações de familiares mais célebres, esclarece Cueto Rúa: “Las Abuelas de Plaza de Mayo eligieron un modo de organizarse que incluye una comisión directiva presidida por Estela de Carlotto (anteriormente fueron presidentas “Licha” de la Cuadra y “Chicha” Mariani) a quién siguen los cargos de Vicepresidenta, Secretaria, Prosecretaria, Tesorera, Protesorera, ocho vocales y una Revisora de Cuentas. Esta modalidad fue evaluada por los HIJOS como “personalista” dada la importancia de la figura de la Presidenta. Lo mismo puede decirse de la Asociación Madres de Plaza de Mayo, y de su líder Hebe de Bonafini. Ambas mujeres son reconocidas en sus trayectorias políticas, pero en general criticadas por su estilo de liderazgo.”. (CUETO RÚA, 2008, p.98).

es raro ser hijo de desaparecidos. ¡En los 80 era una rareza! ¡Hoy somos más de 100! En ese momento éramos 10, 11.

Segundo as duas netas, ainda, é nesse grupo onde vai mais se encontrar os netos e netas menos favoráveis aos rumos tomados pela instituição, especialmente no que diz respeito à aproximação ao governo kirchnerista:

Ximena: (...) bueno, en ese grupo lo que más {??} vas a encontrar - los que no están con el gobierno anterior, con Abuelas - en ese grupo más cerrado; más de lo más niños.

Jorgelina: entonces están los que fuimos restituidos en los años 80, en los inicios de Abuelas, que estaban Chicha, que habían otras abuelas vivas. Tenemos por ahí una idea muy distinta dos que fueron restituidos en el 2000, 2004, 2008, 2010. O sea, todo, la época kirchnerista se amalgamó y son los que hoy llevan adelante la sucesión abuelas. Y los que más colaboran o que más se juntan, los que participan de las asambleas, los que tienen puestos políticos, los que son como que aceptados como nietos. Obviamente esto lo digo desde mi visión.

Não necessariamente o grupo dos “bebês”, -como denomina Ximena sobre o grupo de infantes restituídos nos anos 80-, está afastado da instituição por razões de cunho político ou de desacordo – já que tal distanciamento pode ter razões mais subjetivas, quanto, por exemplo, à extenuação do comprometimento público de ser neto. Nesse seguimento, pode-se considerar o fator da exposição à longa data para aqueles netos restituídos ainda na infância, o que faz com que se entenda, por exemplo, as escolhas pessoais de netas como Ximena e Jorgelina de recusarem propostas de entrevistas de meios de comunicação, preferindo dispor-se a dar seu relato de experiência ou a escritores ou a escolas e universidades.

A restituição está longe de ser um processo tranquilo, mas, com relação àqueles localizados nos anos 80 e 90, a sucessão de acontecimentos pode ter sido mais traumática e/ou confusa. Enquanto a transferência de guarda não é uma realidade para os netos restituídos adultos - para os menores de idade, não bastava alterar os documentos falsos e lidar com as consequências do âmbito civil e penal, também era necessário que as crianças e/ou adolescentes fossem transferidas do ambiente familiar ilegal em que se encontravam para outro designado judicialmente. Na época, tampouco havia uma base legal para resolver os crimes de apropriação (as quais estavam fundadas por adoção ilegal ou registro falso) e os casos eram resolvidos à mercê de um discurso jurisprudencial que dispunha os desaparecidos políticos e os familiares em suspeição.

Em algumas situações, e a fim de evitar graves abalos psicológicos, as avós preferiam não solicitar a guarda de imediato e permitiam que a criança permanecesse em seu ambiente, de modo a tutelá-las de outras formas. Por isso, nesta época, o grupo optou pelo que denominam de “restituição gradual” (VEIGA; WULF, 2007), quando a preocupação central era com o bem-estar da criança, como ficou demonstrado no relato de Ximena:

Ximena: Ella no quería la guarda [...] O sea, mi abuela al principio no quería ni la restitución. Mi abuela quería que yo viviera donde vivía [...] Mi abuela no tenía para pagar abogados. Muchas abuelas hicieron eso, como la abuela de Jorgelina, dijeron: 'no, yo no voy a ir por la restitución, y bueno, con Diego, hay varios chicos que te puedo nombrar que las abuelas no quisieron ir por la restitución.

Marina: ¿Pero porque no querían la restitución? ...porque por ahí no les parecía... ¿eran distintos los motivos de cada una para eso?

Ximena: Era más bien en no llevar el quilombo legal que iba a traer más problemas.

Marina: Claro, entonces, ellos tenían la política de restitución en que, Abuelas, en esa época, tenía muchos más problemas con los procedimientos legales porque no estaba como ahora, que está todo más asentado.

Ximena: Claro.

Marina: Entonces, si ellas no, con lo que estoy entendiendo, asumir - que entiendo como asumir, era por problemas legales no tanto por afectivo. Eso es lo que estoy entendiendo.

Ximena: No son, a ver, no es un tema afectivo ni un tema legal en cuanto a ese problema legal, si no, es que, pensaba traer el juicio de tenencia de un niño de 7, 8 años y meterlo en un juicio - puede ser un juicio de tenencia entre dos padres que se divorcian, [no importa], pero meterlo en ese conjunto de juicio a un niño pequeño no era lo mejor.

Portanto, para estes netos, há essa experiência de restituição permeada pelo conflito legal e familiar, somado à publicização de suas histórias de vida - e pode ser entendido como mais um aspecto para a atual reserva, como ressalta Ximena:

No di muchas entrevistas, eh, porque, yo tuve un problema cuando era más chica, o sea, con el tema de ser tan público [...] Entonces, es un tema de anonimato y privacidad. Yo doy entrevistas para el exterior [...] Para libros, o escuelas, o tesis - de las universidades. Pero no para los medios [...] Claro, yo fui el primer caso, o sea, yo fui la primera encontrada con adopción plena y la primera que anuló una adopción plena [...] O sea, me encontré con todos los trampicones, del vacío legal.

Ximena, até pelo menos os seus 18 anos de idade, enfrentou à duras penas as dificuldades legais do seu processo civil de mudança de identidade, ademais da instabilidade familiar e da exposição à imprensa. Quando criança, foi adotada irregularmente como filha

própria por uma enfermeira que trabalhava no hospital público onde ela foi abandonada por policiais, com apenas alguns meses de idade. A bebê havia sido sequestrada junto a sua mãe, no ano de 1977, quando a jovem fazia um trâmite de documentação na Polícia Federal de Buenos Aires. Ambos os pais de Ximena militavam no PRT-ERP³⁴, à época. Como havia sido adotada plenamente³⁵, quando sua avó biológica a encontra -em 1983, movida por denúncias- não conseguia provar o delito, já que a adoção era aparentemente legal e havia sido validada por um juiz de menores. Um ano e meio mais tarde, foi feito o estudo genético, e Ximena foi a segunda pessoa no país a realizar essa análise que tornava possível comparar o DNA de um bebê com seus avós (faltando a segunda geração, dos pais). O resultado foi 99% positivo. Em 1989, a justiça restituiu sua identidade biológica.

Contudo, o exame havia gerado uma nova identidade que não correspondia a sua identidade de até então. Em sendo ilegal possuir duas identidades e as duas tendo o mesmo peso legal – a justiça disfarçou o binômio com o registro “identidade desconhecida”. Isto requeria que vivesse sob um regime de tutoria legal de um Juizado. Durante quatro anos, viveu com a família adotiva e recebia visitas de sua família biológica, até que aos 16 anos foi transferida definitivamente por uma juíza aos cuidados de sua avó paterna. A partir disso, foi cortando o contato a sua família prévia até não ter mais nenhum. Nesse meio tempo, Ximena e sua avó começaram uma batalha para resolver a situação em duas instâncias. No campo penal, deviam provar o delito de apropriação de menor e de falsificação de documento público. No âmbito civil, era necessário confirmar as irregularidades dos atos do juiz que outorgou sua adoção em sendo filha de desaparecidos e tendo uma família biológica que a buscava. A anulação da sentença que a registrava como filha adotiva, vinculada ao processo civil de adoção plena, só foi possível em 1999, dez anos depois de sua identidade biológica ter sido restituída.

2.1.1 De “*algo habrán hecho*” ao reconhecimento público das violações

³⁴ Trata-se do *Ejército Revolucionario del Pueblo*, braço armado do *Partido Revolucionario de los Trabajadores*, partido político de tendência política leninista-marxista, fundado no ano de 1965, na Argentina. O partido entrou na ilegalidade em 1973 e foi dissolvido em 1980, por forças da repressão estatal.

³⁵ Nesta época, o instituto de adoção na Argentina era dividido em adoção simples e adoção plena. Na adoção simples, a criança não perdia o laço sanguíneo com a família de onde provinha, sendo possível reaver o procedimento. Em detrimento dessa possibilidade, na adoção plena, extinguiu-se o parentesco com a família biológica, atribuindo-se, ao adotado, dos mesmos direitos que um filho biológico. Esta última era, portanto, irrevogável.

O contexto social da restituição faz entender, também, porque os netos que foram encontrados no “período K”³⁶ – muitos inclusive provenientes de famílias de militares – passaram a ser agradecidos a esse governo, passando também a atuar ativamente na luta e a tomar essa legenda como bandeira de luta, e porque os restituídos nos inícios podem não ter se aproximado da militância política de maneira mais ativa. De acordo com Levin (2005), a memória coletiva argentina sobre o passado ditatorial esteve por muito tempo associada a uma representação do passado chamada de “*teoría de los dos demonios*”, produzida a partir do Informe *Nunca Más* e da judicialização do conflito. Essa teoria apontava “aos subversivos” (a guerrilha e as forças armadas), como igualmente responsáveis e culpadas pela violência perpetrada – sendo a sociedade inocente pelos eventos os quais ignorava (LEVIN, 2005).

Se, durante a ditadura os detidos-desaparecidos eram vulgarizados pela lógica da verdade militar – relacionada à “subversão”, nos anos 1990, por conta da teoria supramencionada, ainda era constrangedor ser visto como filho de desaparecidos, em termos de aceitação social. Apenas a partir dos anos 2000 - particularmente no que se refere ao contexto dos governos kirchneristas, quando as políticas de Estado se voltaram para o reconhecimento público das violações do passado e quando o próprio presidente Néstor Kirchner “se posiciona como parte de la generación diezmada por la ditadura” (BARROS; MORALES, 2016, p.108)³⁷ que a condição de ser filho de desaparecidos, não só superou sua carga negativa, como tornou-se condição e motivo de orgulho. Não à toa, de acordo com Sanjurjo,

A partir de 2003, vários filhos de desaparecidos elegeram-se deputados, em grande medida, pelos atributos *morais* do qual são portadores enquanto herdeiros *naturais* dos valores políticos dos *detenidos-desaparecidos*” (SANJURJO, 2013b, p.127).

O relato de Mariana Zaffaroni reporta esta situação. Segundo ela, tardou mais a assumir a identidade, em oposição a netos como Juan Cabandié, representativo dos casos daqueles que aceitaram a identidade rapidamente, abraçaram suas avós em seguida e mostraram-se

³⁶ Período referente à ocupação do Poder Executivo Nacional pelos presidentes Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner pela legenda justicialista (PJ), o que durou de 2007 a 2015.

³⁷ De acordo com as autoras, ainda, “(...) una serie de estudios han centrado sus análisis en la relación que estableció Néstor Kirchner con la generación de militantes de los años setentas a partir de indagar en los modos en que el discurso presidencial recupera al pasado reciente y las representaciones que allí aparecen de la militancia y de otros aspectos tales como la violencia política. Véase Montero, 2012; Carnovale, 2006; Jelin, 2007”. (MORALES; BARROS, 2016, p. 108).

“agradecidos” – chegando até mesmo a concorrer a cargos políticos, porque descobrir a identidade, nesse contexto contemporâneo de abertura, é um alívio:

Mariana: Juan Cabandié

Marina: Ah sí, ya. ¿Cómo que, él político?

Mariana: Bueno, él es diputado ahora y él siempre dice que para él fue como, como una salvación, como un alivio enterarse. Claro porque realmente con su apropiador le pasó muy mal, era un mal tipo, lo trataba mal... Claro, para él saber que este no era su padre, que tenía otros padres, para él fue hermoso. Y para muchos de los nietos... también son otras edades, ¿no? Inclusive los que recuperan su identidad hoy, en seguida abrazan sus abuelas... O sea... No sé si aceptan rápidamente su historia porque realmente no los conozco, pero, lo que se ve es que... obviamente a esta edad tampoco ya lo vas a hacer, no te puedes revirar ya, a mí e pasó a los diecisiete años, en plena rebelión adolescente, y en otro contexto también.

Uma aproximação que se torna viável não só pela configuração social e política, mas também pela idade – os restituídos a partir da década de 20 já são adultos e podem tomar suas próprias decisões de maneira autônoma. A neta continua (respondendo também à minha interpelação sobre a influência do contexto social no processo de assumir a identidade):

...en esto si coincido (...) recuperarle la identidad en un gobierno que tuvo mucha más apertura y que reivindicó, en muchos aspectos, todo eso además es otra cosa, es otro contexto social para recuperarse la identidad. Entonces también, se puede sumar o no para el proceso de la reconstrucción de la identidad de cada uno.

Em contraste, o contexto social e privado vivenciado pelas crianças e adolescentes que restituíam sua identidade e descobriam-se herdeiros dos desaparecidos era outro, porque cresceram ouvindo de suas figuras-modelo um discurso bastante avesso à pauta dos direitos humanos, sem concorrência de outros relatos. Além disso, até aproximadamente a década de 1990, o discurso das organizações de familiares não só não se encontrava assentado como também havia um clima de desconfiança com relação ao trabalho de *Abuelas*. Expressões como “algo habrán hecho” acerca dos detidos-desaparecidos e a alcunha “viejas locas” em relação ao trabalho até então clandestino das avós – são muito lembradas pelos netos acerca da lógica negacionista que imperava dentro de suas casas e no ambiente social argentino.

Observa-se, na memória de Mariana, ainda, que importa o aspecto da criação familiar e a etapa geracional - se foi uma “boa” ou “má-criação” e a idade em que acontece (“en plena rebelión adolescente”) como elementos para que seja possível (ou não) encontrar um alívio na

restituição. Da mesma forma, o contexto social dessa convivência é significativo também na medida em que parte dos sujeitos apropriados compartilharam lares junto àqueles que reivindicavam o acionar repressivo da ditadura - particularmente aqueles que viviam junto à agentes militares, mas também por outros que não agentes militares, mas civis simpatizantes do chamado processo de reorganização nacional. Em seu presente exercício de memória acerca dessa experiência passada, Mariana compreende que essa sua primeira impressão negativa, afinal, esteve fortemente relacionada à conjuntura da época e ao seu ambiente familiar:

Hay muchos testimonios de los chicos que parece que fue como un alivio enterar se, y como algo que tomaron muy bien... Yo lo tomé re mal, muy mal. Pero eso también tiene que ver, y eso lo pudo ver hoy, ciertamente que tiene mucho que ver con la influencia que tenía mi familia de crianza de hablar me mal de una institución como Abuelas. Obviamente, a mi me decían que las abuelas...todo lo mal que podían me decir, ¡me decían! Entonces yo estaba muy influenciada por eso. Yo tardé muchos años en me acercarme de abuelas, por un lado por eso que te digo, de la influencia negativa, de las cosas feas que me decían a respecto de ellas, en mi ámbito familiar (...) Yo, mi percepción individual es que en la época en que yo recuperé la identidad y otros, yo lo sentía que era como que una vergüenza decir que era hija de padres desaparecidos. Era algo que socialmente no tenía la aceptación, ni la apertura que tiene hoy. Era un tema de que se hablaba poco a medias, en medios, en la calle... Yo no sé si era la percepción, porque yo era bastante joven, ¿no? Entonces, yo tenía, insisto, do que a mi me decían en mi casa, y otro poco, como que lo que yo veía en la televisión o por cuanto si hablaba de estos temas... Había como un poco de rechazo, yo lo sentía, ¿sí? Algo como: ¿Ah tu eres hija de desaparecidos? Bueno, algo habrán hecho, por algo les habrá pasado lo que se les pasó. Entonces para mí no era algo para orgullecerme decir que era hija de desaparecidos.

Esses efeitos da relação do contexto social da restituição e do assumir político não são uma regra. Tatiana Sfiligoy, a primeira neta restituída, é uma neta atuante na organização, e presta seus serviços como psicóloga. Ignacio Montoya de Carlotto, restituído em 2014, não assumiu a militância política da maneira em que esperavam, embora tenha se convertido em emblema da luta. E um dos netos restituídos na “era K”, assumiu uma espécie de “contra-discurso”³⁸. Ximena comenta essa diversidade existente mesmo no grupo dos restituídos aos inícios, alcunhados por ela de “os bebês”:

³⁸ O neto restituído 95, cuja identidade foi confirmada através de um exame de DNA determinado pela justiça no ano de 2008, é filho dos desaparecidos Liliana Carmen Pereyra y Eduardo Cagnola. Vale destacar que quando a apropriação é confirmada, há uma mudança compulsória para incluir o sobrenome consanguíneo e excluir o anterior. De acordo com a organização *Abuelas*, a alteração decorre da ilegalidade da inscrição, pois há uma adoção eivada de ilegalidade ou um registro falso como filho próprio, bem como da necessidade de cessar um crime, frisa-se, imprescritível, em que as vítimas não são apenas as crianças apropriadas, como também a própria família que

Los bebés. Que está Carla, Jorgelina, Tatiana, Vicky Moyano, [??]; pero bueno, esa gente, tenemos otro lazo, diferente/perene. Entonces, algunos están con Abuelas; algunos son peronistas³⁹, otros no; pero nos llevamos bien, porque tenemos un lazo diferente que aquél que aparece ayer.

Como visto, se por um lado, na década de 2000, os laços de sangue com as vítimas da repressão passaram a garantir capital social, por outro, em relação aos jovens apropriados, a comprovação biológica de que são filhos de desaparecidos -por meio do exame de DNA- revelaria uma verdade histórica incontestável. O sangue permitiu materializar que os crimes de apropriação ocorreram, e além disso, como resultado dos esforços empreendidos durante todos esses anos, pôde ser enfim assegurada a metade da verdade que faltava (QUINTANA, 2017). Mas é na própria voz desses jovens que a histórica busca de *Abuelas*, legitimada pela “verdade do sangue”, seria potencializada.

2.2 O DISCURSO INSTITUCIONAL DE ABUELAS E SEUS MATIZES

2.2.1 A verdade do sangue e da genética: uma proposta liberadora

No período democrático, a busca dos netos –historicamente promovida como uma prerrogativa apenas daqueles familiares “afetados” pelo acionar repressivo do regime ditatorial- passou a ser investida, por *Abuelas*, como a resposta coletiva que a sociedade argentina devia a si mesma. A recuperação dos/as netos/as simbolizaria a cura das feridas do país inteiro (FILC,

foi privada do convívio, sendo que a inclusão do sobrenome da família biológica representa a materialidade simbólica dessa reparação (WASSMANSDORF, 2017). Contudo, esse neto não concordou com a obrigatoriedade da mudança de seu registro e ingressou na justiça argentina para manter o nome e sobrenome dado pelos pais apropriadores Cristina Mariñelarena y José Ernesto Bacca. Em sua petição, declarou seu direito subjetivo à identidade frente ao direito coletivo de reparação, obtendo êxito na demanda em 2017. Hoje, Hilario Bacca pode continuar utilizando o nome inscrito ilegalmente no passado em sua documentação pessoal. Este conflito foi explorado por alguns setores da mídia, resultando num desentendimento público entre ele e a presidenta de *Abuelas*, Estela de Carlotto, que lhe chamou de “rebeldón”. DEFOIX, Bárbara. “Hilario Bacca lo logró: el nieto 95 podrá conservar su nombre adoptivo”. *Perfil*, 14 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.perfil.com/noticias/politica/hilario-bacca-lo-logro-el-nieto-95-podra-conservar-su-nombre-adoptivo.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2019

³⁹ O **peronismo** é um movimento político argentino surgido em meados da década de 1940, ao redor da figura do ex-presidente da nação Juan Domingo Perón e de vários sindicatos. O partido político PJ (Partido Justicialista) foi fundado naquela época e hoje é a expressão eleitoral de maior força no país. Ao longo dos anos, o peronismo tem sido levantado como linguagem política por diversos partidos, organizações civis e movimentos sociais, em especial por seu apelo à figura do trabalhador e dos direitos sociais. Já o **kirchnerismo** é uma corrente de centro-esquerda que deriva do peronismo.

1997). A partir do “direito à verdade”, a história pessoal desses sujeitos mesclou-se a própria história do país. Eles se tornaram símbolos de que a restituição é liberadora e de que a verdade vale a pena.

Por essa ótica, o testemunho público dos netos recuperados tem uma importância destacada na defesa do “direito à verdade”. Primeiro porque, como uma geração adulta, já são capazes de proferir o caráter liberador da restituição (QUINTANA, 2017). Segundo, “pues ellos mismos pueden atestiguar que la verdad siempre es preferible a la mentira, el robo, el ocultamiento”. (QUINTANA, 2017, p.67).

O discurso proferido por Juan Cabandié, -analisado extensamente por alguns autores (SANJURJO, 2013, 2012; QUINTANA, 2017, etc.) e noticiado por vários veículos de comunicação argentinos da época-, em 24 de março de 2004, no marco da transformação de um centro clandestino de detenção um espaço de promoção de memória e direitos humanos, tornou-se emblemático para compreender essa potência que conformaria os discursos contíguos de avós e netos encontrados:

En este lugar le robaron la vida a mi mamá. Ella está desaparecida. En este lugar idearon un plan macabro de robo de bebés. Acá hubo personas que se creyeron impunes, jugando conmigo y sacándome la identidad. Pero el plan siniestro de la dictadura no pudo borrar el registro de la memoria que transitaba por mis venas y me fui acercando a la verdad. La verdad es libertad, y como queremos ser íntegramente libres, necesitamos saber la verdad total (CABANDIÉ, 2004)⁴⁰.

Assim como Cabandié, outros jovens apropriados vêm demonstrando o benefício que constitui o procedimento de restituição de identidade (SANJURJO, 2013b, p.201). Contudo, eu já tinha como hipótese de que a experiência de restituição, para alguns netos e netas, não era necessariamente favorável à etapa em que desconheciam suas origens. Uma das primeiras quebras observadas nos depoimentos de alguns entrevistados é com a ideia de um discurso liberador, tese sustentada historicamente pela associação *Abuelas*. (QUINTANA, 2017, p.68).

Em 2004, na abertura do Primeiro Colóquio da associação, assim encerrou o ato Estela Barnes de Carlotto:

⁴⁰ O discurso, em sua íntegra, pode ser encontrado em: https://es.wikisource.org/wiki/Discurso_de_Juan_Cabandi%C3%A9_en_el_D%C3%AD_a_de_la_Memoria_2004. Data de Acesso: 15/11/2019.

Creo que para las Abuelas, para los que estamos aquí reunidos, para la sociedad argentina y para el mundo, no hay mejor premio que darle la libertad a un nieto robado durante la dictadura. Muchísimas gracias (citada em ABUELAS..., 2004, p.14)

Esta liberdade a que se refere a presidenta está fundada numa ideia de que, enquanto os netos estiverem em posse dos apropriadores, estarão submetidos a uma mentira, impossibilitados de conhecer suas histórias de origem ou mesmo de desenvolver-se plenamente (HERRERA; TENEMBAUM, 2001). Esta construção psicológica da restituição de identidade está bastante vinculada aos esforços iniciais da associação, em mediados dos anos 1990, quando ainda localizava crianças e adolescentes⁴¹.

Se por um lado, o crime de apropriação foi autorizado por juízes por meio de mecanismos irregulares e de discursos que apelavam para o “abandono” dessas crianças pelos seus “pais subversivos” (REGUEIRO, 2013), por outro, *Abuelas* tinha que provar que essas crianças não haviam sido abandonadas, e que, ao contrário, eram com esses apropriadores que a situação de abandono se configurava⁴². Neste caminho, a associação teve de estabelecer um discurso legal e científico que provasse a legitimidade do parentesco, para além dos testes genéticos, calcado no retorno dessa criança a sua família de origem e em contra as valorações da vivência experimentada junto da família apropriadora (REGUEIRO, 2010).

Assim, na descrição que faz, em sua obra biográfica, da trajetória das crianças localizadas que retornam às suas famílias biológicas, estipulava que, enquanto o desenvolvimento psicomotor da criança parecia estar obstaculizado quando em posse da família apropriadora, quando junto dos familiares biológicos, ele florescia:

A partir de que el niño-niña retorna a vivir con sus familiares, se manifiestan paulatinamente y –en forma gradual– crecientes evidencias de integración, intercomunicación y conductas en constante evolución adaptativa. Estos procesos son asombrosamente rápidos y en algunos casos, espectaculares. Es como si la personalidad del niño-niña floreciera: hay crecimiento mental,

⁴¹ Embora o livro, que relaciona o trabalho das equipes jurídica, genética e psicológica, tenha sido reeditado em 2007, sua primeira edição é originária de 1990. HERRERA, M.; TENEMBAUM, E. (1990). **Identidad, despojo y restitución**. Buenos Aires: Ed. Abuelas de Plaza de Mayo. 2001. Disponível em: <http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=bibliografia.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php>. Data de Acesso: 25/05/2015.

⁴² A despeito desse olhar, Regueiro, ao analisar as narrativas jurídicas em torno dos processos de restituição de identidade, dispõe que os apropriadores e apropriadoras argumentam que as estavam salvando. Além disso, as qualidades atribuídas à mulher (mãe biológica e mãe apropriadora) foram utilizadas pelas defesas de ambos os lados para justificar a apropriação, acusar o abandono ou legitimar o retorno à família biológica. (REGUEIRO, 2010).

desarrollo de capacidades creativas, con un evidente placer en la recuperación de estilos y partes naturales de su estructura personal que estaban coartados en su desarrollo y que ahora se manifiestan con esplendor (HERRERA; TENEMBAUM, 2001, p.180).

Já a experiência de conhecer a família biológica, nesta época, foi descrita pela equipe psicológica da associação da seguinte forma:

Si bien conmocionado (refere-se à criança que acaba de conhecer sua história de origem), por momentos perplejo y a veces y por momentos algo hostil, su comportamiento se transforma, ya en esas primeras horas, en un creciente y afectuoso acercamiento (tanto emocional como físico) a sus familiares, con un fuerte desarrollo de su curiosidad y ansia por conocer los datos verdaderos de su origen, de su familia y de su historia (HERRERA; TENEMBAUM, 2001, p.178).

Esses enunciados operam sentidos de que o retorno à família biológica e conhecer a “verdade de sua origem” eram benéficos àquela criança que havia sido apropriada e foram necessários para confrontar o “imaginário apropriador”. Contudo, esse discurso, primeiramente utilizado de maneira prática e estratégica, reverteu-se, ao longo dos anos, na análise de alguns autores, num paradigma cada vez mais dominante e cristalizado (GATTI, 2011; QUINTANA, 2011)⁴³. De acordo com Massa:

Durante os primeiros anos de busca solitária, e sempre com vistas a demonstrar que as “apropriações” efetivamente existiram, que não se tratava de regulares adoções e que as crianças precisavam voltar para suas respectivas famílias biológicas, *Abuelas* elaborou um discurso fortemente baseado no apelo do sangue - um tipo de essencialismo estratégico, necessário para confrontar com o imaginário “apropriador” - e na identificação genética como fundamento da “verdad” (MASSA, 2016, p.52).

2.2.2 Flexibilidades em torno da “verdade do sangue”

⁴³ Gabriel Gatti e María Marta Quintana discutem os problemas do discurso institucional de *Abuelas* acerca da identidade. Para Gatti, a necessidade prática e tática fez do laço biológico a arma de localização do desaparecido vivo. Em contrapartida, observa o autor, a estratégia tornou-se definição ontológica, a qual colonizou o campo da identidade, por meio de poderosas retóricas: “verdadeira identidade”, “identidade biológica”, “recuperar a identidade”, “o nome biológico”, “o nome do DNA”. (GATTI, 2011, p.127-128). Nessa mesma compreensão, Quintana entende que a apelação ao essencialismo possa ser de caráter estratégico, além de efetivo ao dismantelar o artifício apropriador. Mas pergunta se ao projetar uma visão essencializada da identidade, ela não levaria ao risco de dismantelar o caráter construtivo e relacional de toda a identidade (QUINTANA, 2011).

O fato é que as crianças foram crescendo e as práticas discursivas institucionais também foram se modificando. Embora não intencione elaborar as alterações decorridas dentro do discurso institucional ao longo do tempo, posso precisar que, atualmente, *Abuelas* já lida com uma geração não mais vulnerável e que já tem formado suas próprias famílias. A esses adultos, *Abuelas* garante que a liberdade, será a de escolher o que fazer, após “a verdade” vir à tona:

Cada historia de un joven localizado y restituido por "Abuelas" es diferente, aseguran Carlotto y Kaleck. Unos consideran que conocer la verdad los libera, otros mantienen cierta distancia con su familia biológica y muchos no pueden ni quieren cortar el contacto con la familia de crianza, aún cuando se trate de "apropiadores"⁴⁴. (LIMA, 2010)

Nesse viés, a associação reconhece que os jovens podem não querer interpor relações junto aos novos parentes biológicos ou mesmo com o legado social que carrega a restituição – assegurando a sua privacidade quanto à identidade civil que conviviam até então. Dessa forma, os discursos da política de busca da associação tem sido revestidos dessa tônica bastante sóbria, no sentido de que apenas esperam que eles encontrem com a origem ocultada de sua história e que auxiliem a encerrar essa etapa de violação de direitos⁴⁵.

Se bem o discurso de *Abuelas* se veja flexibilizado, “a força do sangue” ainda tem uma presença destacável na memória do que foi a experiência de ter sido localizado. Para alguns netos e netas, sua história particular contradiz a norma. Os seus relatos demonstram, - particularmente quando fazem inferência à etapa das expectativas dos encontros com os parentes biológicos- de que forma a restituição de identidade os afetou de maneira distinta de como o discurso institucional se constituiu e da experiência de outros jovens recuperados.

2.2.2.1 Os difíceis

Como visto anteriormente, Mariana foi uma das netas que tardou a assumir sua identidade, não sendo um alívio. Em um momento da entrevista, ela comenta que se “sentia diferente”. Eu então a questiono se esse sentimento não seria uma consequência de como os

⁴⁴ LIMA, Rosa Muñoz. *Abuelas de Plaza de Mayo: la verdad, la justicia y la memoria*. Deutsche Welle, 2010. Disponível em: <<https://www.dw.com/es/abuelas-de-plaza-de-mayo-la-verdad-la-justicia-y-la-memoria/a-5129427>>. Data de Acesso: 15/11/2019

⁴⁵ Esta ideia está ligada a uma construção jurídica de que as famílias biológicas são também vítimas de apropriação, e, neste sentido, possuem o direito de saber, assim como os apropriados. (IUD, 2013).

membros da associação teriam interpretado sua escolha de não se desfazer do contato com sua família apropriadora⁴⁶. Ao que ela me responde:

A ver... A medida de todo lo que fuimos hablando, yo me estoy me dando cuenta de que si ellos tienen una actitud muy prejuiciosa [preconceituosa, trad.] por allí... - que la prejuiciosa soy yo. En el sentido de que yo creo que ellos además van a pensar.. (inaudible) que por allí, eso no sucede, pero yo siento que es así, o yo imagino que es así. Y por allí desde ese prejuicio es que interpreto cosas que me dijeron, como ves que sí, que siempre fui la oveja negra.. Bueno, por ejemplo, Rosa, la vice-presidenta de Abuelas, me dijo “Ay Mariana, lo que te buscamos a vos...”, o sea, un par de veces si hicieran el comentario como yo fui difícil... Por allí, ya te digo por allí el cobijo fue totalmente normal, y yo como pienso que soy una perseguida que piensa que todos lo están pensando (risos)... Lo interpreto como que [...] yo interpreto todo bajo el filtro de los difíciles y los fáciles. Los difíciles y los agradecidos.

Segundo Mariana, existem os “difíceis” - esses netos, como ela, que tardam a “assumir a verdade”, levando anos para assumir os vínculos familiares biológicos; e os “fáceis/agradecidos” - aqueles posicionados na experiência gratificante dessa experiência, assumidos militantes da luta e do legado dos pais, como no caso simbólico de Juan Cabandié. Enquanto relatava, a neta, ainda, ressignifica a memória pessoal de sua restituição e interroga-se se o destaque negativo do processo, naquela época, não poderia ser mais fruto de seus próprios preconceitos quanto às prováveis expectativas sobre seu processo de assumir a identidade do que de fato uma perseguição daquelas avós que as buscavam.

Em outra instância, acede que, em detrimento de outros casos mais imediatos, seu caminho de aceitação se processou de modo mais “demorado” e que havia uma grande expectativa do seu entorno familiar biológico de que houvesse reconhecimento e gratidão de sua parte:

Yo siempre decía que mi abuela era como que, yo tenía la sensación de que ella tenía esperado que yo corriera a decirle gracias por tener me encontrado, y fue todo lo contrario. Por eso yo digo que hay como un grupo donde están los que agradecen y en seguida abren un camino para vincularse con su familia, y estamos los que traemos veinte años (risos)...

⁴⁶ Cabe trancrever minha pergunta: En el medio de la entrevista dijiste rápidamente algo como que yo.. algo como que “yo era diferente”. ¿Crees que en algún momento te pusieron como la nieta diferente porque, digamos, estabas con las dos familias?

2.2.2.2 *Uma história de merda*

Na entrevista com Ximena, argumentamos⁴⁷ acerca de uma certa idealização da restituição. A partir disso, refletiu ela que parte dessa idealização é fruto de uma circunstância geracional: é melhor ser filho de jovens idealistas do que ter sido abandonado. A neta se refere a esses órfãos nascidos nos anos 1970 e 1980, que buscam saber sobre sua identidade de origem e que depositam suas esperanças no trabalho da instituição. Pois, em detrimento de um passado sem amparo, há a possibilidade de ter sido desejado, de pertencer a uma história prévia que se vincula a um imaginário de resistência e luta social:

Marina: Incluso el lugar de romanticidad en eso.

Ximena: Sí, bueno (...) vos te enteraste o que no sos hijo; de que sos adoptado; o apropiado - siempre es más lindo pensar que tus padres no te abandonaron; que fuiste un niño deseado, que las circunstancias te separaron de tus padres. ¡Pero no una madre que te deja abandonado! O que te regala, o que te deja en adopción o que te vende - como pasa. Entonces, nadie quiere eso. Nadie quiere encontrarse con esa realidad. Entonces, claro, que es más lindo pensar que podés ser hijo de jóvenes idealistas (...)

Mas, em seguida, a neta desmoraliza essa visão romântica da restituição:

Pero no es una historia romántica - ¡es una historia de mierda!

A partir da minha expressão facial de espanto pela entonação e teor da frase empregada, Ximena riu, e em seguida produziu outra interpretação da experiência de restituição - a partir de seu lugar de vítima do terrorismo de Estado, o que leva a sentidos desse passado político muito menos exemplares:

[entre risas] Esa es la verdad. ¡O sea, un Estado depredador que nos pasó por encima, y nos arruinó la vida - como una tomadora! – ¡de golpe! Con [?] te quedaste sin padres, sin familia, sin la posibilidad de ser criado por tus padres, ni por sus abuelos, ¡ni por nadie de su familia!

A neta então destaca os problemas e as dificuldades no âmbito individual dessa trajetória - como a questão dos afetos na restituição, as quais, segundo ela, não estarão usualmente presentes nos meios de comunicação ou discurso da instituição, posto que armam

⁴⁷ Aqui fica evidente meu tom mais crítico também à instituição, do qual eu me identificava naquela época.

“histórias muito legalistas e românticas”. Em relação à família biológica –comenta a neta- muitas vezes, ela não será “estruturada” como se imagina, da mesma forma em que aponta para as dificuldades de se construir os laços com essa família que aparece:

(...) en los medios vos vas a ver que Abuelas y todo ponen historias muy legalistas, muy románticas, muy bonitas. Pero eso podrá quedar en los papeles - un día; no es nada romántico, no es nada bonito. Y a todos les cuesta, y por [?] encontraste tu abuela; y quizás esos mismos que fueron pensando en hacerse los analisis para el banco, se presentan a la CONADI y piden, y todo; después cuando les llega la carpetita, [?], tu abuela quizás se murió una, tenés otra, tenés tíos - también les cuesta armar lazos y relación. Aparte es muy difícil armar un lazo con una familia cuando vos no tenes los recuerdos ni las vivencias. Porque vos lo que te une con tu familia a veces no es la forma de pensar, las cosas en común - [?] cosas [?] infantiles; tal vez de gente que estuvo siempre en tu vida, digo, primos y abuelos y demás - que ya desde que vos nacés. Bueno, eso cuando vos no lo tenes tus familiares es difícil de golpe encontrarte, me entendés, y tener una barbara relacion con tus primos a los 20 años. Quizás no tienen nada en común. Y quizás la gente tampoco tiene nada en común con sus primos, pero tienen recuerdos de su infancia con sus primos - las travesuras, fiestas, navidades, cosas. Bueno, cuando vos no tenes nada de eso y no te llevas bien con otro ya no te llevarás. Entonces, toda esta cosa idealista no existe.

Ximena parece fazer referência ao aperfeiçoamento, por parte da associação, do tratamento legal da busca e da restituição de identidade ao longo dos anos. Como observado anteriormente, a neta passou por uma restituição de identidade bastante conturbada, muito exposta na imprensa⁴⁸, vinculada aos inícios da resolução dos casos de apropriação, quando ainda não havia uma base legal e jurisprudencial para o tratamento destes casos, nem mesmo um esquema mais rigoroso quanto aos eventos de descoberta de identidade.

Segundo sua memória pessoal, a alteração de sua condição legal caótica só foi possível depois de um árduo trabalho solitário promovido por ela e sua avó. Em 1992, quando ainda era uma adolescente, conta que elas procuram um deputado que as auxilia na criação de um projeto de lei que alterava o código civil argentino, de forma a anular todas as adoções plenas datadas da época do acionar repressivo. Por isso, até os seus 23 anos de idade, diz ela ter vivido sob a condição de uma identidade que não a permitia trabalhar ou viajar ao exterior, e de ter todos os seus trâmites legais, necessariamente, sendo vistoriados por um juiz. Em uma entrevista concedida a um jornal colombiano, no ano de 2012, afirma que “o Estado no las ayudó con un peso (*um real* - trad. livre). Nadie las ayudó. Una vez que ubican a estos niños desaparecidos,

⁴⁸ Conta que, à época em que localizaram sua identidade, veículos da imprensa iam procurá-la até na porta de sua escola.

se los devuelven a sus familias biológicas y luego ellos mismos tienen que salir adelante por su cuenta”⁴⁹

Como se observa, a neta possui um certo ressentimento com relação a essa época, por não terem - ao contrário do que se observa nas práticas institucionais atuais (como o cuidado na manutenção do sigilo do nome registrado para aqueles que são encontrados bem como o tratamento mobilizado por equipes de profissionais nos casos de uma situação sensível de alteração de identidade) – a ajudado a superar sua condição jurídica. Contudo, como bem certifica Massa (2016) em sua tese, o instituto da adoção, na Argentina - o qual possuía brechas para a circulação ilegal de crianças - foi alterado como eco de batalhas jurídicas, legais, diplomáticas e científicas do trabalho realizado por *Abuelas*. Além disso, indenizações financeiras foram distribuídas pelo Estado, tanto para os herdeiros dos desaparecidos quanto para os filhos que também sofreram com o acionar repressivo naqueles anos.⁵⁰ De qualquer forma, há de se reconhecer as graves consequências, no campo da vida pessoal desses sujeitos, dos limites do tratamento de restituição de identidade naqueles anos.

2.2.2.3 *Revelia*

Ignacio Montoya de Carlotto, encontrava-se, ao tempo de nossa entrevista – reservado (no que diz respeito a sua privacidade frente à sua celebração), em detrimento da rápida ascensão pública e da presença ativa em diversos eventos que seguiram a notícia de sua restituição. Em vista disso, não estava mais concedendo entrevistas, pelo menos não como “neto restituído”, reservando-se apenas àquelas relacionadas à sua profissão como músico. Na verdade, aceitou especificamente este convite para ser entrevistado porque eu buscava me encontrar com os netos que não aderiam integralmente ao discurso de *Abuelas* ou com os “netos dissidentes” – como ele mesmo alcunhou. Por isso, a trajetória de sua restituição, três anos

⁴⁹ “Tenían un criadero de chicos, como si fueran perros”. **Kyenyke**. Disponível em: <https://pro.kienyke.biz/historias/tenian-un-criadero-de-chicos-como-si-fueran-perros>. Data de Acesso: 27/04/2020.

⁵⁰ Tratam-se das leis reparatórias 24.411 - Indemnización por desaparición forzada o fallecidos por el accionar del terrorismo de Estado, de 7 de dezembro de 1994 (ARGENTINA, 1994b) e 25.914 - Imndenización para Hijos, de 4 de agosto de 2004 (ARGENTINA, 2004). A primeira é dirigida aos herdeiros daqueles falecidos ou desaparecidos pelo acionar repressivo do Estado até o ano de 1983 e a segunda aos filhos de detidos-desaparecidos por motivos políticos que também tenham sido detidos junto aos seus pais ou que tenham nascido durante a privação de liberdade de suas mães, entre os anos de 1955 a 1983

depois de seu encontro, ganha contornos distintos e a memória que faz é de um processo que tampouco se encaixa na experiência liberadora.

Ignacio é o mais famoso neto restituído da Argentina. Ele é o neto da presidenta da associação, e sua restituição, em agosto de 2014, repercutiu no mundo inteiro. A conferência que o apresentou publicamente à sociedade foi televisionada, ele chegou a conhecer e jantar na casa da presidenta mandatária da nação à época - Cristina Fernandez Kirchner e viajou, nos meses seguintes, por vários países junto a sua avó Estela, para contar sua história. O impacto emocional de sua aparição mobilizou as redes sociais, e até mesmo o jogador argentino, mundialmente famoso, Leonel Messi, publicou sobre sua localização e sobre a importância de se apoiar a causa⁵¹. (MASSA, 2016). O “efeito Guido”, segundo Massa, “foi superior a qualquer campanha; as pessoas ligavam para *Abuelas* para consultar, mas também para aportar dados” (MASSA, 2016, p.91).

Embora portasse um nome próprio prévio designado - “Guido”, o jovem optou por manter o nome de criação “Ignacio” junto ao sobrenome biológico “Montoya Carlotto”. O “nome” é também um dos atributos “do sangue” referidos nos processos de restituição de identidade, como uma maneira de restituir não só suas histórias de origem, mas também de reparar um delito. De forma que, para Ignacio, essa decisão guarda uma problemática de fundo político e de contornos bastante simbólicos para o campo de direitos humanos.

Uma vez que o neto recupera sua identidade, estão por lei obrigados a alterar o sobrenome. A retificação dos documentos tem a intenção não só de cessar o crime (quanto à ilegalidade da inscrição, por exemplo) como também de reparar os familiares da criança desaparecida, considerados eles também vítimas da apropriação (IUD, 2013). Nas palavras do advogado da associação, Alan Iud:

Reparación que por definición es imposible efectuar en forma íntegra (no puede volverse el tiempo atrás ni compensar el dolor sufrido por la pérdida), pero que en este tipo de casos consiste sencillamente en crear la posibilidad de que aquellos lazos familiares quebrados por la violencia del Estado puedan restablecerse (IUD, 2013, p.3)

Nos casos em que havia uma pré-eleição do nome ademais do sobrenome, em documento prévio gerado pela família daquela criança – como no caso de “Guido”, o nome primeiro poderá ou não ser incluído.

⁵¹ A comoção social em torno de sua restituição, foram melhor analisados pela autora em sua tese (2016).

Embora Ignacio tenha retificado seu sobrenome, sua decisão de sustentar o primeiro nome designado por seus familiares que não os “do sangue”, tem um peso importante, visto que ele era “Guido” não só para seus parentes biológicos, mas para aqueles que acompanhavam a luta histórica da organização. Nas palavras de Massa: “O neto da presidenta de Abuelas, Estela de Carlotto - para citar um exemplo paradigmático por sua visibilidade - foi “Guido” desde o início de sua existência social e durante os 37 anos de busca (...)” (MASSA, 2016, p.186).

“Guido”, como neto da presidenta da organização, sempre representou um signo dessa luta social. Essa foi a maneira como Estela de Carlotto se referiu a ele durante todos esses anos de busca. Portanto, sua inscrição é prévia a sua aparição, do mesmo modo que sua restituição foi capaz de restaurar apelos triunfais à história de uma nação ferida - de que o bem vence o mal, de que a mentira (pacto de silêncio dos repressores) se desvanece frente à verdade (MASSA, 2016, p.91), de que, afinal, para aqueles que conformam o movimento de direitos humanos na Argentina, “a luta vale a pena”. À vista disso, sua escolha de manter o prenome de criação em detrimento do nome-título que é um signo cristalizado para luta, embora seja o seu direito, prevê uma carga de “revelia”, na medida em que poderia interferir ou mesmo ferir os pressupostos dessas identidades políticas. Segundo me relatou o próprio neto -o qual demonstrou ter bastante consciência de existe um símbolo para além de sua história individual- sua decisão foi alvo de antipatia por certos militantes:

Marina: Eso, decís que tardó a percibir - esa cosa del símbolo, como puedo decir, como que también te alivió un poco percibir después, que hay un símbolo; ¿Y que vos sos otra cosa?!

Ignacio: No, yo me di cuenta enseguida. El problema es los demás que no se dan cuenta.

2.2.2.4 “¿Y vos como podés?”: A não interrupção da relação com os apropriadores

Este elemento, à primeira vista, não é formalmente um ponto de dissidência, visto que, aparentemente, é socialmente aceito, entre o grupo de netos e também nas próprias matizes dos discursos da associação, a manutenção dos vínculos com aqueles que o criaram, existindo ou não o crime de apropriação ilegal. Contudo, pode ser considerado uma quebra de expectativa em torno do processo de assumir a identidade: afastar-se e mesmo repudiar os apropriadores, ademais de condenar o terrorismo de Estado são movimentos esperados para aqueles que descobrem que foram apropriados. Da mesma forma, o não desligamento afetivo com esses que

cometeram crimes não só contra eles mesmos - mas que, em alguns casos, como aqueles que eram ao mesmo tempo os seus “pais” e agentes da repressão ativos durante o regime militar - também fizeram outras vítimas, pode gerar alguns desconfortos nas interações sociais junto da cena dos direitos humanos, especialmente com os sobreviventes e familiares dessas vítimas.

Mariana Zaffaroni, como já escrevi em diversos textos prévios a essa dissertação, é uma neta que, publicamente, não escondia sua proximidade com aqueles que a apropriaram. Em 2012, relata, a um documentário, seu receio quanto à integração no grupo dos netos pela possibilidade de julgamento por sua escolha em manter os vínculos com os seus pais apropriadores:

Y, realmente, era lo que a mí me tenía muy preocupada y apartada de... juntarme con otros nietos. Yo decía: "Acá no me van a entender. Soy sapo de otro pozo. Me van a juzgar, me van a decir... Me van a empezar a cuestionar por qué yo sigo teniendo relación con ellos". Y, cuando empecé a ver que no, que había, no digo muchos, pero había bastantes chicos que, de una forma o de otra, seguían teniendo relación con sus familias de crianza y que, incluso, los otros chicos, los que no tenían relación con su familia de crianza, nos aceptaban con mucho cariño, y nos decían que, bueno, que todos somos como hermanos en esta historia y, en lugar de poner la nota en todo aquello en lo que somos diferentes, tratan de buscar aquello que nos une, que es que nos haya pasado todo lo que nos pasó, la verdad es que me hizo sentir muy bien porque yo siempre pensaba que nadie me iba a entender. (Mariana, *Acá Estamos*, 2012, cap.5, 16:00-16:56).

Seu relato à época, intermediado por um documentário produzido e divulgado pela instituição *Abuelas*, buscava demonstrar que sua apreensão não foi confirmada, já que a haviam aceitado plenamente. Ainda assim, eu compreendia que ali morava uma quebra de expectativa importante. Quando a entrevistei, alguns anos depois, aparece mais uma vez em sua memória que dito vínculo foi, de fato, motivo de julgamento – o que corroborou, segundo ela, para ter estado às margens por muito tempo:

Y por otro lado... Yo no me sentía identificada con eso... Como yo siempre digo el estereotipo, prototipo del nieto recuperado, yo no me veía reflejada para nada. Y me pasó, en una vez en Uruguay, que fue una de las primeras veces donde yo me junté con otros nietos, en Uruguay, nietos argentinos y uruguayos en un evento de derechos.. Y una de las nietas me pregunta, ¿y vos que relación tienes con sus apropiadores? Sigo manteniendo vínculo, sigo viendo, sigo recibiendo a ellos... ¿Y cómo podes? Era como que siempre lo que yo más temía, que me juzgarían, que no pudieran ni comprender porque yo no había podido, no había querido, romper el vínculo con ellos. No sé, y sentirme señalada o culpada, que eso también había me mantenido mucho

tiempo a margen. Porque no quería me ponerme en un lugar de que preguntarán y mi jugarán por mantener el vínculo con ellos.

Contudo, essa dimensão, de seguir mantendo relação com os apropriadores (as), principalmente quando envolvidos com a repressão ou com o desaparecimento dos pais biológicos -que me parecia uma dissidência importante no caso dos netos e netas restituídos-, tornou-se menos impactante pelo relato de Mariana: tanto por sua reflexão presente (de que talvez ela poderia ter sido mais aberta à época) quanto pela própria movimentação pessoal que se seguiu durante esses anos. De fato, na medida em que foi apropriando-se de sua história, a alteração da relação habitual com os apropriadores foi inevitável⁵²:

Cuando va pasando el tiempo, y a poco, porque a mi me llevó realmente muchísimos años conocer a mi familia, ir conociendo los de a poco, aceptar el nombre, querer escuchar sobre mis padres, el tema de la fecha de nacimiento, de cuando yo festejaba mis cumpleaños... O sea, todo eso me llevó muchísimos años. En ese periodo, y al largo del tiempo, obviamente yo empecé a ver que esos padres que me habían creado se hayan hecho un montón de cagadas. ¡Habían hecho las cosas, en lo que respecta a eso, puntualmente, muy mal! Y que.. más allá de como padres fueran buenos, en ese aspecto, habían cagado groso, no? Bueno, allí fue donde yo empecé a distanciar me, o hacer les reclamos, tipo que te parece este texto? A mí me parece mal... y empezamos a discutir... O sea, no dejé de verlos, no dejé de tener vínculo, pero ya era una visión mucho más crítica a respecto de ellos, consideraba mal algunas decisiones que ellos habían tomado. Y, bueno, el vínculo existía, pero no era ese vínculo tan estrecho, tan incondicional, que había antes.

Visto dessa forma, algumas dessas nuances de rompimento com certos enunciados da identidade são muito mais um anúncio de como nem todos vão assumir integralmente as expectativas em torno do papel social que se incumbe a um neto, do que uma total quebra com o discurso que se vê organizado ao redor de *Abuelas*. Portanto, embora não se identifiquem como “herdeiros do legado”, eles transcorrem por outros caminhos que podem ser entendidos como igualmente vinculados a algum tipo de ativismo pelos direitos humanos: Ximena foi a escolas e colégios militares, Mariana está usualmente no Uruguai em eventos desse porte e Ignacio já participava (antes mesmo de conhecer sua origem) e continuou aportando para *Música por La Identidad*⁵³.

⁵² O seu apropriador foi preso e sua apropriadora negava as responsabilidades.

⁵³ *Música por la Identidad* compõe uma das campanhas pela conscientização e difusão da importância do tema de busca da identidade impulsionadas pela instituição, assim como *Deporte por la Identidad*, *Teatro por la Identidad* e o mais recente deles, *Pueblada por la Identidad*. Mais sobre essas campanhas em: <https://www.abuelas.org.ar/categoria-difusion/campanas-por-la-identidad-3>. Data de Acesso: 15/04/2019.

Ainda assim, uma trajetória de restituição marcada por situações “difíceis”, podem ser compreendidas como motivos de reserva em relação às expectativas que se impõem. Nesse viés, certas rupturas com a experiência “liberadora” da restituição da identidade (o nome, a verdade “imediata” do sangue, o não desligamento afetivo com os apropriadores etc.) também os marcam distintivamente no “mundo dos netos” e podem distender a possibilidade de “assumir o legado da associação”.

2.3 OS NETOS QUE “TOMAN LA POSTA”

Os netos/as restituídos são fruto da busca da organização *Abuelas*. Os netos/as “nascem” por meio da instituição, são os “filhos das avós”, e essa perspectiva, traça um destino e define pertencimentos. As integrantes já estão envelhecendo, e logo não estarão mais presentes, de modo que os netos e netas herdaram uma tarefa especial: localizar os outros netos/as restantes (GATTI, 2011).

Sendo assim, os netos que “*toman la posta*” (assumem o legado, trad.), segundo o jornal Página 12, como “um dever natural” derivado da restituição de sua identidade, assumiram o legado de buscar a outros jovens apropriados junto à organização. Se nos inícios desses chamados, eles apareciam dando o seu testemunho público e convertendo-se na melhor propaganda que a organização poderia ter frente à efetividade dos resultados de suas políticas de busca - hoje, “*tienen responsabilidades, voz y voto en las decisiones que toman las Abuelas de Plaza de Mayo*”⁵⁴.

A história de participação dos netos na instituição que os localizou passou por diferentes graus de mobilização, de acordo com as especificidades geracionais e com a ativação dessas vozes na produção dessa memória histórica - como bem resume o jornal:

Muchos hijos de desaparecidos que recuperaron su identidad o que tienen hermanos que fueron apropiados participan en Abuelas de Plaza de Mayo desde pequeños. Las Abuelas los llaman genéricamente nietos. Primero, sólo iban a jugar o a pasar el rato mientras sus abuelas se ocupaban de la búsqueda. Luego, comenzaron a “dar testimonio”: reportajes, charlas en escuelas y, de a poco, se fueron involucrando en el trabajo de la institución: recibían denuncias, hacían entrevistas y construyeron el archivo biográfico familiar⁵⁵,

⁵⁴ GINZBERG, Victoria. Tomar la posta. **Página 12**, 2017. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/72382-tomar-la-posta>>. Data de Acesso: 15/11/2019

⁵⁵ O Arquivo Biográfico Familiar é um acervo memorial construído para cada neto pela organização *Abuelas*, contendo fotografias, documentações, além de áudios e transcrições de entrevistas com parentes, amigos de

que es la historia de los padres de los niños secuestrados. Desde hace más o menos diez años, nietos y hermanos comenzaron a tener voz y voto en las decisiones que toman las Abuelas (GINZBERG, 2017).

Como mencionado, foi em meados dos anos 90 que os jovens restituídos foram convocados a fazer parte dessa busca junto a *Abuelas*. O modelo de “busca espontânea” data de 1997, quando *Abuelas* percebe que as crianças já estavam crescendo, portanto elas também poderiam procurar a organização, ao invés de serem somente buscadas:

En una de estas reuniones, en 1997, decidieron cambiar el modo de búsqueda. Como sus nietos ya eran grandes, deciden estimular el acercamiento de ellos a las Abuelas por sí mismos. Así comenzaron las campañas de difusión masiva: teatro, música, plástica, deporte, gráfica, radio, televisión. (PASQUINI..., 2007, p.85).

A partir deste ponto, as campanhas de difusão de *Abuelas* passaram a direcionar-se a essa geração que possuía dúvidas acerca de sua identidade, de forma que uma intensa produção cultural e multimídia foi engendrada (GATTI, 2011). Para este projeto, então, a difusão do máximo possível de informação se fez importante, e, dentre elas, fotos e informações acerca dos desaparecidos onde era possível. Mario Navarro – um dos interlocutores que contribui a essa dissertação, relatou-me que desde muito antes de sua localização, já sabia que era adotado, tinha dúvidas sobre sua origem e fazia pesquisas na internet, tentando encontrar parecidos físicos com as fotos de casais desaparecidos.

Mas foi apenas nas últimas décadas que essa incorporação se viu reforçada por meio da intensificação desse vínculo tanto no âmbito decisório quanto profissional. Hoje, aproximadamente 15 netos colaboram diretamente com a instituição⁵⁶ - distribuídos, para além da capital, nas distintas filiais de *Abuelas*: Rosário, Córdoba, La Plata e Mar del Plata, alguns com cargos representativos⁵⁷ e/ou remunerados. É o caso de Leonardo Fossati, Manuel Gonçalves e Mario Navarro, entrevistados para esta pesquisa, sendo que apenas os dois

infância e companheiros de militância dos pais desaparecidos, de forma que o sujeito possa acessar toda a documentação e informação desses pais e de sua história familiar pouco conhecida.

⁵⁶ Segundo Manuel, esse é o número aproximado de netos que possuem responsabilidades institucionais em *Abuelas*. Em 2010, a associação *Abuelas* encontrava-se assim estruturada: “[...] actualmente está delegada en un grupo de unas 35 personas que trabajan cotidianamente (esto es en la sede de Capital Federal, sin contar con los miembros del Archivo Biográfico Familiar y los psicólogos del Centro de Salud; además de tres sedes más en Argentina con un menor número de personas), de las cuales sólo la tercera parte son familiares”. (REGUEIRO, 2010, p.23).

⁵⁷ Atualmente, os netos compõem aproximadamente metade do órgão diretivo. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/abuelas/institucional/comision-directiva-66>. Data de Acesso: 23 de março de 2020.

primeiros desempenham o trabalho de busca como atividade profissional, além de terem exercido cargos diretivos dentro da entidade.

Por ser uma organização não-governamental sem fins de lucro, *Abuelas* sempre teve que contar com as colaborações financeiras de instituições, órgãos internacionais e países solidários com a causa⁵⁸. Nesse diapasão, sugere-se que a possibilidade para que esses netos pudessem dedicar-se integralmente à causa tenha sido por intermédio da conversão de certas funções institucionais em atividade profissional remunerada. Pressupõe-se ainda que o investimento de exclusividade e remuneração a certos cargos se tornou mais viável a partir do momento em que a organização passou a contar com o financiamento permanente por parte do Estado. A vinda desse recurso, para a “irmã”⁵⁹ Lorena Battistiol - à cargo de funções administrativas em *Abuelas* - constituiu o ponto de virada para firmar sua atuação dentro da instituição:

Después me echan del laburo [me demitem do trabalho, trad.] y salió la posibilidad de un proyecto con la Comisión Provincial por la Memoria de hacer entrevistas en la provincia de Buenos Aires. El camino se fue dando solo. Pero había que remarla todo el tiempo hasta que apareció la ayuda del Estado. (GINZBERG, 2017).

Segundo Delgaldillo, “la Asociación Abuelas de Plaza de Mayo recibe anualmente una partida económica contemplada en el Presupuesto General de la Administración Nacional, además de estipendios extraordinarios a través de la Secretaría General de la Presidencia” (DELGALDILLO, 2009-2010, p.8). Não é precisa a informação de quando esse recurso estatal passou a ser recebido de maneira contínua, embora o ano de 2003 - o mesmo ano de eleição de Nestor Kirchner – apareça, em sua história institucional, como um ano “positivo para las Abuelas a nivel financiero (ABUELAS..., 2007, p.171)”⁶⁰. Já em sua página oficial, na sessão acerca de seu financiamentos, pode ser conhecida a informação de que, recentemente, foram firmados convênios junto ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação sob a égide de

⁵⁸ Segundo Delgaldillo, ainda: “[...] reciben aportaciones de la Unión Europea, el PNUD, el Consejo Mundial de las Iglesias, y los gobiernos de España, Italia, Noruega, Suecia, Gran Bretaña y Holanda” (DELGALDILLO, 2009-2010, p.8).

⁵⁹ “Battistiol, que busca a su hermano o hermana nacido en Campo de Mayo, también está la comisión, trabaja en la administración de Abuelas y en la Casa por la Identidad y es la representante de la institución en las reuniones periódicas con otros doce organismos de derechos humanos”. (GINZBERG, 2017). Há vários casos de irmãos, na Argentina, que se sentiram convocados a buscar os seus colaterais de sangue que foram apropriados.

⁶⁰ A construção dessa narrativa que estende como um divisor de águas a eleição de Nestor Kirchner para o início de uma relação “fluida y cercana” (ABUELAS... apud Quintana, 2016, p. 34) das organizações de direitos humanos junto ao Estado foi analisado em Quintana (QUINTANA, 2016).

uma lei complementar orçamentária⁶¹, a qual vige desde 2005 – data que pode indicar o marco inaugural do estabelecimento desse subsídio anual. Assim, de certa forma, poderia ser indicado que, para a memória institucional, o trabalho de busca foi incrementado, substancialmente, a partir dos governos kirchneristas.

A possibilidade de netos e irmãos participarem das instâncias decisórias da entidade foi fruto de um processo negociado, possível com a ativação geracional dessas vozes ao longo dos últimos anos. Até 2008, o estatuto da associação previa que apenas as avós poderiam participar das reuniões anuais e da comissão diretiva. Em 2014, o primeiro neto incorporou-se à comissão. É o que esclarece ainda Batisttiol, em entrevista à Página 12:

En 2008 hubo una asamblea anual complicada. Nos presentamos todos los nietos y hermanos que queríamos participar. Fue cuerpo a cuerpo con las Abuelas, porque había que enfrentarlas con el paso del tiempo. Queríamos tener derecho a voto. Y tuvimos respuesta positiva. En 2014 formalmente se incorporó un nieto en la comisión. (GINZBERG, 2017).

No entanto, apesar dessa abertura e, como bem denota a reportagem, ainda há uma hierarquia a ser respeitada: “mientras haya una Abuela, manda una Abuela. Y es así”, conta Manuel Gonçalves (GINZBERG, 2017). Ao que parece, respeitar essas regras verticais, e, além do mais, reverenciar a geração precursora dessa luta histórica – são requisito para aqueles que “*toman la posta*”.

Gonçalves foi esse primeiro neto a incorporar-se na comissão diretiva. E apesar de não ter vínculos trabalhistas com a associação, sempre exerceu cargos profissionais conectados. Hoje atende como secretário executivo na Comissão Nacional pelo Direito à Identidade, a CONADI, um órgão executivo vinculado ao Ministério de Justiça e Direitos Humanos da Argentina, que impulsiona a busca dos filhos e filhas de pessoas desaparecidas durante última ditadura⁶². Neste local, também realizamos sua entrevista. É ainda diretor da *Casa por La*

⁶¹ Assim consta a informação: “Abuelas de Plaza de Mayo puede continuar su lucha gracias al financiamiento otorgado por diferentes instituciones y organismos internacionales, países solidarios con nuestra tarea en derechos humanos y por el Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, en el marco de un convenio suscripto al efecto y de acuerdo a las disposiciones de la Ley 11.672”. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/abuelas/institucional/financiamiento-67>. Data de Acesso: 20/11/2019.

⁶² A CONADI foi criada em 1992, por iniciativa de *Abuelas*, com objetivo de recepcionar e iniciar os trâmites daquelas pessoas com dúvidas sobre sua identidade e encaminhá-las para o BNDG, o qual realiza análises genéticas gratuitas. Segundo Manuel, cerca de 10.000 pessoas já se aproximaram do órgão com dúvidas acerca de sua identidade, desde a sua criação.

*Identidad*⁶³, um centro de memória que rende homenagem ao histórico trabalho de *Abuelas*. Ambas se localizam em Buenos Aires. Enquanto Fossati, também entrevistado, está a cargo da filial de *Abuelas* em La Plata, uma cidade próxima da capital. Além disso, coordena o Centro de Memória da cidade, inaugurado no ano de 2019. Neste espaço funcionava uma delegacia⁶⁴ que serviu como centro clandestino de detenção na última ditadura, e adquire uma importância estritamente pessoal visto que é o mesmo local de seu nascimento⁶⁵

Manuel, antes de se tornar funcionário público e exercer essa atividade diretamente vinculada à busca de outros jovens apropriados como ele, contribuía por meio de seus depoimentos, participava dos espaços e encontros e, indiretamente, produzia conteúdos para a associação por meio de uma produtora. Em depoimento ao *Página 12*, conta que de início, não era sua ideia trabalhar oficialmente pela associação, inclusive, não vivia na capital, mas na região metropolitana de Buenos Aires:

Cuando me encontraron, tenía 20 años. Vivía en Guernica, me quedaba lejos venir, pero siempre que podía iba a la casa de las Abuelas, porque era donde me sentía mejor, era donde todos sabían qué me estaba pasando, cómo hablarme, y eso me fue acercando. Pero elegí no estar dentro de Abuelas como mi trabajo. Primero trabajé en una productora en la que hacíamos contenido para Abuelas. Después participé en la producción de Nietos, de los institucionales de ese momento. Siempre trabajé en la difusión, iba a charlas. Pertenezco a Abuelas porque sentí que tenía que hacer lo que esté a mi alcance para devolver lo que habían hecho por mí y por todos los nietos y nietas. Ahora trabajo en Conadi, estoy en la comisión directiva de Abuelas y dirijo la Casa por la Identidad. (GINZBERG, 2017).

Ao passo que Leonardo, antes de firmar-se em cargos institucionais, comandava uma agência de viagens, herança de seu “pai de criação”⁶⁶, da qual foi flexibilizando o horário em prol do trabalho na organização:

⁶³ “La Casa por el Derecho a la Identidad de las Abuelas de Plaza de Mayo, es uno de los tantos edificios recuperados del predio donde funcionó uno de los Centros Clandestinos de Detención y Exterminio más emblemáticos de la Argentina, la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA). Hoy es un espacio de promoción del derecho a la Identidad”. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/abuelas/casa-la-identidad-12>. Data de Acesso; 26/03/2020.

⁶⁴ Trata-se da delegacia 5ª, a qual foi (re)projetada a partir dos recursos criados a partir de um projeto de lei que visa tornar os espaços repressivos em centro de memória.

⁶⁵ A jovem militante Inés Beatriz Ortega, detida pelo acionar repressivo na localidade de Quilmes, Buenos Aires, tinha apenas 17 anos e estava grávida de 7 meses quando foi transferida para a delegacia 5ª de La Plata, onde teve o seu filho, Leonardo, na cozinha do local. Apenas cinco dias depois do seu nascimento, o recém-nascido foi separado dela e encaminhado para ser adotado por outra família, por meio de documentação falsa.

⁶⁶ Assim o neto o nomeia.

Claro. Essa empresa deixou de existir com a última grande crise de país aqui em 2001. Fechou e eu fui trabalhar em um operador atacadista muito grande, e na medida trabalhava com esse atacadista, eu mantive alguns cliente, então somente que vendia, e seguia comprando quando eu deixei de trabalhar nesse atacadista, e comecei a trabalhar como freelancer e esse foi o momento que comecei a aproximar a *Abuelas* porque comecei a ter mais tempo e flexibilidade de horários...assim que na mesma gente que se foram somando de pouquinhos a alguns que me sigam acompanhando...cliente desde muitos anos...

Como visto, o caminho para a dedicação exclusiva em *Abuelas* ou em órgãos consoantes, para esses dois netos, decorreu de situações específicas que possibilitaram que se liberassem de suas atividades profissionais antigas e passassem a atuar centralmente pela instituição. Nesse sentido, explica Manuel, sobre o processo de engajar-se ou não com a luta, que há fatores externos que impedem uma militância mais ativa:

O que acontece é como eu te dizia, muitas não estão vinculados não porque não querem, mas porque não podem, por causa de suas ocupações, ou porque não vivem próximo, tem muitos netos que vivem em províncias que não tem *Abuelas* ativamente. Então, bom, não tem uma relação com o cotidiano da Instituição. Nós vivemos em Buenos Aires, eu trabalho aqui, posso ir à *Abuelas* todo tempo, meu trabalho mesmo é conectar-me com *Abuelas*, então isso também...Igual antes, quando trabalhava em uma produtora de cinema e publicidade também estava próximo de *Abuelas*, mas essa foi a minha decisão. Tem alguns que decidem não, suponho que não, capaz que não se sintam, não sentem que podem contribuir, ou não, se faz difícil falar dessa história, e são mais reservados com a sua história. Eu entendi que era importante contá-la porque bom, também para mim era uma maneira de justamente devolver às *Abuelas* o que elas haviam feito por mim e pelos demais. Isso para mim mesmo era uma questão de poder fazer algo diferente do que a ditadura quis que eu fizesse, uma história que eu não saberia, que não fale disto. Bom, agora que eu sei vou dizer, vou contar e sei que isso ajuda os outros.

Realmente, ocupações profissionais e familiares, dificuldades financeiras ou mesmo as distâncias a serem percorridas (de viverem em regiões mais periféricas em relação ao centro de Buenos Aires ou ainda em outros estados) – são alguns dos entraves relatados por alguns netos entrevistados que culminam a que não acessem o espaço institucional de *Abuelas* com facilidade. Em compensação, certos jovens recuperados tomaram a contrapartida de fomentar eventos regionais com o intuito de expandir o “empreendimento” de *Abuelas* para o interior, logrando assim o aperfeiçoamento de duas situações – tanto a ampliação do alcance da política de busca quanto a criação de oportunidades de agir politicamente sobre suas próprias localidades e sem sair delas.

Mario Navarro, por exemplo, -proveniente de uma região rural do estado de Santa Fé [ao norte da Argentina] - desde a sua restituição, preocupou-se com difusão do trabalho de busca de outros jovens apropriados em localidades como a que se criou. Por isso, tem fomentado, junto a outros netos, a campanha “*Pueblada x la Identidad*”⁶⁷, com o intuito de conscientizar sobre a importância do direito à identidade ao interior do país, numa disputa “saúdável” de movimentar projetos dentro da instituição para além da capital. Pela familiaridade com o tema do desaparecimento político desde antes de sua confirmação de DNA, e pela oportunidade de conhecer sua mãe viva, o engajamento de Mario foi muito rápido⁶⁸.

Apesar de parecer que esses netos tiveram processos facilitados para o engajamento, esse caminho -como refere Leonardo- levou anos, e implicou uma decisão de vida:

Em seu momento, faz alguns anos, me preocupava bastante porque não éramos muito os netos que participavam na Instituição e porque também é uma decisão de vida. Tem que dedicar o seu tempo. E depois a medida que foi passando o tempo, fui entendendo certas coisas são de maneira naturais não é como alguém tem que decidir em algum momento...algumas coisas sim, você precisa tomar uma decisão muito clara de que caminho tomar algum dia, e outras vezes cada um vai fazendo o caminho à medida que vai caminhando digamos. Em meu caso com *Abuelas* aconteceu isso, a medida que fui fazendo as coisas que “me nascem”...à medida que participei dos julgamentos, de que comecei a contribuir com *Abuelas*, como forma de agradecimento de terem me dado a possibilidade de ter recuperar minha identidade...me dei tomei conta que estava cada vez mais tempo com isso, e que me fazia sentir bem, e quase sem me dar conta fui transitando esse caminho que aqui estou, e já passaram mais de 10 anos.

Assim sendo, seu relato é sugestivo de que “empoderar-se” de sua condição e assumir o legado - não tem relação com um dispositivo ascético de consciência, mas com um esforço

⁶⁷ *Pueblada x la Identidad* é uma campanha federal promovida por *Abuelas de Plaza de Mayo* com o objetivo de conscientizar as pequenas comunidades sobre a importância da luta pela busca da identidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/117928545647761/>. Data de Acesso: 23 de março de 2020. Essa campanha faz parte de outras iniciativas da associação que se espalham por todo o país. Segundo Massa: “[...] as ‘campañas x la identidad’ - que têm sido objeto de pesquisas específicas por seu valor artístico e político - se multiplicam há mais de uma década, ocupando ruas, palcos, telas de televisão e redes sociais [...] Milhares de pessoas assistiram as emissões de ‘Televisión x la Identidad’ sobre as vidas dos/as ‘netos/as restituídos/as’ e as peças do ciclo ‘Teatro x la identidad’, realizado de forma ininterrupta há 16 anos, com apresentações em salas de todo o país e do exterior e a edição de livros com os roteiros das peças [...] Além do consagrado ciclo de Teatro por la Identidad, entre as campanhas e atividades realizadas por Abuelas, figuram Deporte por la Identidad, Moda por la Identidad, Música por la Identidad, Rock por la Identidad, Jazz por la Identidad, Arquitectura por la Identidad, Cine por la Identidad, Tango por la Identidad, Diseño por la Identidad, Radio por la Identidad, entre outras.”. (MASSA, 2016, p.47)

⁶⁸ Mario Navarro, o neto restituído 119, nasceu na prisão onde sua mãe Sara havia sido detida e logo após seu nascimento foi levado por um enfermeiro. Cerca de seis meses após dar à luz, Sara foi liberada e em 2015 pode reencontrar-se com seu filho. Disponível em: <<https://lasrosashoy.com/component/content/article?id=622:una-historia-de-amor-en-estado-puro&Itemid=437>> Acesso em: 21/11/2019.

prático, desenvolvido a partir da colaboração ativa na busca de outros jovens que viveram a mesma história de vida que ele. Leonardo, assim como Manuel, participaram de vários casos de restituição de netos/as, auxiliando-os pessoalmente nesse processo de transição⁶⁹. Uma troca que, invariavelmente, auxiliaria a eles mesmos a dotar de sentidos suas escolhas políticas e a firmar-se não apenas como apoiadores, mas como militantes ativos por essa causa social.

O neto também cita a participação nos juízos que tiveram o intuito de processar os crimes pelos direitos humanos como uma instância para seu engajamento. Desde os anos 2000, a associação *Abuelas* tem se convertido em autora em juízos orais e públicos de crimes contra os direitos humanos, denunciando e comprovando a participação de militares e civis no crime de apropriação de menores. Cogita-se que as instâncias judiciais, ao tecer uma memória “imparcial” e “técnica” sobre o passado ditatorial, por meio de provas, alegações e documentos, produzem uma “verdade forte” sobre o ocorrido. Nesse viés, a gama de informações produzida nesse espaço, que tem detalhado o funcionamento do acionar repressivo do Estado, tem servido à “conscientização”, por parte desses netos, de sua condição de “vítimas de terrorismo de Estado”⁷⁰.

No caso de Manuel - a despeito de hoje viver na capital de Buenos Aires, onde também está localizada a associação e afirmar que sua ocupação anterior facilitou sua proximidade com o trabalho da instituição - “custou-lhe” a decisão de tomar essa história como própria. Em entrevista ao Memória Abierta, em 2005, conta o neto que, dez anos antes, quando restituiu sua identidade, só conseguiu aceitar que era “filho de desaparecidos” após receber o resultado do exame de DNA:

La historia empieza en el 76. Llegué justo. [...] Yo que me encuentro con esa historia en el 95 que es cuando me encuentra el Equipo de Antropología Forense y me cuenta que tengo a mis papás desaparecidos, que soy hijo de desaparecidos y todo lo que vino ahí. [...] La noticia era demasiado. No sé, es como que no... Me costaba encontrar un lugar. No sabía si ponerme contento, si ponerme a llorar, si creerlo, si no creerlo. De hecho hasta que no tuve el ADN, lo tomaba como es demasiado, no puede ser así. Todo lo que había pasado [...] de hecho hasta que me entregan el ADN me costaba tomar como propia esa historia. (*Manuel Gonçalves* citado em SANJURJO, 2013b, p.223-224)

⁶⁹ Histórias contadas para o documentário *Acá Estamos* e analisadas em alguns de meus trabalhos prévios (WASSMANSDORF, 2015).

⁷⁰ Esta é a análise do advogado da associação Pablo Lachener, com o qual tive a oportunidade de conversar no ano de 2015.

E ao debater, junto a Leonardo, algumas dificuldades para que alguns jovens apropriados não se mobilizem politicamente, remeteu ele à complexidade no adquirir um sentido para a causa. Nesse sentido, o motor político é diferente para cada geração que se vê afetada: enquanto as avós se viam abaladas diretamente pelo sequestro de seus familiares, a busca para os netos, não adquire, de imediato, um acionar direcionado ao papel de um pai e uma mãe que perde um filho:

Por aí teve uma etapa em que se abriram e deram muitas entrevistas e depois não quiseram dar mais nada, e à medida que foram participando outros netos, foram cobrindo outras necessidades. E por isso também está boa essa mudança. Por que a diferença entre as avós que nasceram a partir dos sequestros de seus filhos e filhas, e grávidas ou com bebês já nascidos [...] tiveram a possibilidade de procurar e dedicar todo o tempo necessário na procura, porque seu filho é adulto e seu marido foram os que seguiram trabalhando, digamos. E nesse caso os netos que à medida que vão recuperando sua identidade, muitos de nós já temos outro trabalho, outros começaram a participar das procuras e trabalhar na *Abuelas*, mas é mais complexo porque temos os outros ideais, porque a situação é diferente. Não estamos buscando nossos filhos ou nossos netos, senão o que estamos [fazendo] é [buscar] reconhecimento, pelo que nos permitiram as *Abuelas*, ou como Lorena, que está buscando seu irmão.

Por isso, sentir-se mobilizado é um processo que pode levar tempo, e adquire experiências e fundamentos diversos. Por exemplo, várias entrevistas de netos restituídos mostraram que foram adquirindo a dimensão da importância desse trabalho político quando se reconheceram nas avós pelas suas próprias experiências de maternidade e paternidade (MASSA, 2016; WASSMANS DORF, 2015). Nesse viés, ao imaginar como seria ter, também, o próprio filho arrebatado, atribuem legitimidade àqueles que foram “vítimas do terrorismo de Estado”.

A restituição de identidade, para os apropriados, comporta a possibilidade de assumir (ou não) duas condições como próprias: a de “vítima de terrorismo de Estado” e a de “filho de desaparecidos-políticos”. Em ambos os casos:

A questão da origem, para os apropriados, não escapa ao seu referente político: os relatos que constituem e definem as histórias dessas crianças desaparecidas e de suas famílias biológicas encontram sua principal referência nos crimes e violações perpetrados no passado em nome da política. (SANJURJO, 2013b, p.209).

Por esta ótica, ainda que não sejam posições fáceis ou simples de se identificar, compreendo que há uma carga adicional em reconhecer-se como filho de desaparecidos. Assumir-se como “filho de” faz com que esses apropriados tenham que se deparar com a “herança” do passado político dos anos 1970. No contexto da esfera pública dos direitos humanos na Argentina, ainda, isto implica não só movimentar-se num campo altamente conflitivo – dotado de diferentes sentidos atribuídos acerca do passado revolucionário recente, mas também de posicionar-se nessa mesma esfera por meio da incorporação e reivindicação (ou não) desses legados. (SANJURJO, 2013b).

Nessa direção, quando “muitos dos jovens restituídos repudiam a apropriação, condenam o terrorismo de Estado e destacam as qualidades morais e políticas dos detidos-desaparecidos e de suas famílias biológicas” (SANJURJO, 2013b, p.232) – esta postura pode projetar-se até mesmo como um posicionamento militante e compromissado, uma “opinião forte” – como expressou Mariana, a qual envereda por um caminho de mobilização mais “tímido”, ao mencionar os netos mais ativos na causa:

Ya te digo.. o sea... Igual también hay una cuestión de que los chicos que tienen más participación, y más militancia, y más compromiso, tienen ideas muy fuertes, y muy formadas sobre un montón de cosas. Yo no tengo tanta opinión.

2.4 O LEGADO DOS ANOS 70

Impressionou-me, de início, a constatação de que os (as) netos (as) entrevistados (as), não convocam (a história política dos) pais desaparecidos. Dessa forma, portanto, esses netos romperiam, por um lado, com o ideal de militância dos anos 70 (crítica geracional), e, por outro, com o parentesco biológico como legado político (“a verdade do sangue”).

Estas categorias de pertença são importantes na medida em que, se os filhos de desaparecidos foram criados por suas famílias biológicas, “em meio de *Madres e Abuelas*” (SANJURJO, 2013b, p.222), e “podem remeter-se às memórias familiares e às genealogias de militância para explicar suas trajetórias políticas” (idem), os netos restituídos ou filhos de desaparecidos *apropriados*, os quais cresceram não só entre militares e repressores, mas entre famílias que porventura desconheciam sua origem, “recorrem ao **sangue** para estabelecer as associações entre o processo de *restituição* de suas identidades e a **incorporação de legados**

políticos” (idem, grifos meus)⁷¹. Segundo os vários testemunhos de netos que assumiram a política legislativa como mote de vida - se a verdade lhes foi revelada pelo exame de DNA, os valores políticos de seus pais seriam igualmente transmitidos por meio do sangue (SANJURJO, 2013a, p.202)

No caso dos netos entrevistados para esta pesquisa, a situação é um pouco diferente. Primeiro que nenhum deles buscou o rumo da política representativa para suas vidas, o que faz com que não convoquem, à primeira vista, os valores políticos dos protagonistas dos anos 1970. Enquanto que, mesmo para os netos “aderentes” (ao discurso de *Abuelas*), a mobilização está mais inserida naquilo que se refere ao trabalho e ao discurso da organização *Abuelas*. Nesse sentido, mobilizam-se por uma causa que faz com que o assumir os valores políticos da época esteja condensada e ressignificada em seu próprio trabalho de busca de outros jovens apropriados e nos gestos de memória como vítimas do terrorismo de Estado. Na realidade, do que foi notado em suas entrevistas – tanto das realizadas por mim quanto aquelas encontradas em outros meios diversos, os interlocutores deste trabalho não vão, explicitamente, relacionar sua condição filiatória ao legado político. De fato, é difícil que mencionem, *espontaneamente*, algum debate sobre a militância política de seus pais em suas entrevistas.

Em outra instância, Manuel iniciou uma causa para investigar o juiz que autorizou sua adoção ilegal na época, e, Leonardo - além de coordenar o centro de memória que foi outrora o centro clandestino de detenção em que sua mãe o pariu em condições de presa política-, foi quem iniciou os trâmites judiciais, junto à *Abuelas*, para dar início ao projeto legislativo que permitiu a alteração funcional do local. Por esse ângulo, é indubitável as formas como se encarregam dos acontecimentos passados da última ditadura, além de ser inquestionável como suas escolhas de vida os aproximam da escolha de vida dos seus progenitores. Contudo, interroga-se se esses gestos não restituem a história de suas origens em dedução à trajetória militante de seus pais.

Em contrapartida, na entrevista de Jorgelina e Ximena – em alguns casos por que perguntadas diretamente em outros por que o assunto despertava (voluntariamente) motivado

⁷¹ Alerta-se para o aspecto de que os netos restituídos relacionam o legado político não só ao sangue, mas também à transmissão social e à cultura familiar. Quando tem suas identidades biológicas reveladas, muitos desses sujeitos passam por um processo de (re) conhecimento familiar, de forma que os relatos de seus tios e tias biológicos, dos companheiros e companheiras de militância de seus pais e mesmo o acesso a documentações deixadas pelos seus progenitores (como cartas) passam a ser centrais na viabilização e na constituição dessa herança política. Além do mais, os netos que foram localizados ainda na infância, também tiveram a oportunidade de crescer em convívio com as mulheres ao redor da associação *Abuelas*.

por temas políticos - pude observar uma narrativa crítica da militância clandestina dos anos 70 e descolada de qualquer “aparentamento político”. Entendo que suas concepções acerca dessa época política estão imersas em memórias coletivas que foram lhe sendo disponibilizadas ao longo de suas trajetórias, por isso, certo aspecto de seus relatos serão analisados pelo viés da crítica geracional. Não obstante, esses netos também são filhos desses desaparecidos, e nesta dimensão, também é preciso analisar o afastamento no que há de res(sentimento) pelo viés da condição de “ser filho de” (abandonados pela política).

Nesta parte, pretendo apresentar, especialmente, de que modo esses netos interlocutores compreendem a experiência política clandestina dos anos 70, a relação com os valores construídos na empreitada dos familiares em restituir esse passado - o que leva a considerar “(...) o peso das narrativas dos familiares de desaparecidos na definição da memória pública sobre a ditadura na Argentina” (SANJURJO, 2013b, p.201), e de que forma este processo está imerso de emoções e afetos, particularmente na conexão que fazem com seus pais biológicos. Aqui eles vão dar outros sentidos sobre o passado e a chave de entendimento é a discussão do parentesco e sua possibilidade de estabelecer elos e distanciamentos com o passado político, e vice-versa.

2.4.1 A família e a política estão no sangue: a narrativa dos familiares em torno do passado político dos desaparecidos

Nos primeiros anos de transição democrática, para dar legitimidade aos seus reclamos, os familiares evocaram o apelo às “vítimas inocentes”, e acabaram por silenciar as organizações políticas clandestinas pelas quais os desaparecidos militavam. Nesse seguimento, Crenzel (2010) comenta que a memória da redemocratização argentina, oficializada pelo já mencionado documento *Nunca Más*, acolheu como principal característica a narrativa humanitária, com base nos testemunhos daquelas que eram consideradas as vítimas da violência política, de forma a garantir o consenso de que houve grandes violações aos direitos humanos no período (CRENZEL, 2010). Essa narrativa era, em grande parte, movimentada pelas organizações familiares de direitos humanos – *Madres e Abuelas*, que em oposição ao discurso do Estado militar sobre os detidos-desaparecidos como “terroristas subversivos”, projetava uma imagem do desaparecido como um “bom filho”, que procedia de uma família “normal” (JELIN, 2007).

Para Huyssen (2004):

Para afirmarem politicamente os seus direitos, elas precisavam negar que alguns de seus filhos tinham sido guerrilheiros armados. Como resultado, a figura purificada da inocente vítima não política tornou-se ainda mais poderosa na Argentina. A política e a história foram reduzidas à linguagem da família e das emoções, como se vê com clareza no poderoso filme de Luis Puenzo intitulado *A história oficial*, um sucesso internacional. (HUYSEN, 2004, p.163).

Ouso discordar do historiador Huyssen quanto a sua discussão de que a política e a história foram reduzidas à retórica da família e das emoções. Já que essas pessoas, como bem destaca Wolff em sua análise acerca da narrativa humanitária dos familiares, “agiram com sentimentos, usando as emoções como argumentos, mas sua ação teve consequências políticas” (WOLFF, 2015, p. 981).

Nesse sentido, Cueto Rúa vislumbra que:

Quedará para futuras investigaciones la pregunta acerca de la raíz del rechazo a la **violencia** de las Madres y Abuelas. Pudo haber sido una estrategia para despegarse políticamente de sus hijos o se pudo tratar de la ignorancia de lo que sus hijos hacían; en algunos casos sus hijos no formaban parte de las organizaciones armadas. A modo de hipótesis es posible señalar que todo eso confluía y aseverar que la indiscutible eficacia del reclamo de estas mujeres se basó, en parte, en la posibilidad de no mostrarse en línea con las prácticas políticas de sus hijos, a su vez posibilitado por la valoración que socialmente tiene el vínculo sanguíneo (CUETO RÚA, 2008, p.31, grifo meu).

A partir da segunda metade da década de 1990, o grupo H.I.J.O.S⁷² se formava, e foi um dos marcos para o aparecimento de novos relatos, tanto dos filhos/as de desaparecidos-políticos quanto dos ex-presos políticos⁷³, os quais inseriram a militância política e a luta armada no debate pela memória dos desaparecidos:

A reivindicação da militância setentista constituirá parte fundamental da luta pela memória empreendida pelos familiares. Se num primeiro momento foi necessário transformar os *detenidos-desaparecidos* em “vítimas inocentes”, a

⁷² *Hijos e Hijas contra la impunidad y el Olvido* (H.I.J.O.S) é uma agrupação formada em 1995, que reuniu os jovens filhos da geração política que foi desaparecida durante a ditadura, motivados a juntar-se para “reivindicar la lucha de nuestros padres, madres y sus compañeros, buscar a nuestros hermanos apropiados, luchar contra la impunidad”, segundo informação retirada do site oficial do coletivo que se organiza em torno da capital do país. Disponível em: <http://www.hijos-capital.org.ar/>. Data de Acesso: 24/05/2015.

⁷³ Da Silva, em “*De eso no habla*”, retrata que, durante muito tempo, ex-presos políticos silenciaram em relação à sua militância, já que a mesma estava carregada de significados pesados como os de “subversão” e “terrorismo”, em detrimento de uma memória familiar pautada por agentes sociais e familiares das vítimas. (DA SILVA, 2000, p.74).

fim de inverter a acusação “*algo habrán hecho* para desaparecer”, expressão comumente evocada durante os anos ditatoriais, posteriormente, os familiares se empenharão em demonstrar precisamente o que faziam *politicamente* as vítimas para tornarem-se alvo da política repressiva do *Proceso de Reorganización Nacional* (SANJURJO, 2013b, p.140).

A importância do ideal político foi recepcionada pelas demais organizações de familiares. A partir desse ponto, *Abuelas de Plaza de Mayo* –por exemplo, passou a mencionar, em todas as suas declarações oficiais de restituição para a imprensa, os partidos revolucionários dos quais pertenciam os pais da criança restituída, inclusive as que se utilizavam da violência armada.

Historicamente, portanto, a linha que teceu a reivindicação da memória setentista e explica e legitima o acionar ativista dos direitos humanos no presente, é, basicamente, a do parentesco. H.I.J.O.S, *Madres*, *Abuelas* e demais familiares, segundo Sanjurjo, “organizam-se como movimento social através de linhas geracionais muito claras, definidas a partir das vítimas do terrorismo de Estado” (SANJURJO, 2013b, p.165), o que os constitui também como militantes, “transmitindo de uma geração a outra legados políticos, identidades e responsabilidades dos antepassados e sobre o ocorrido” (idem).

Dessa forma, a reivindicação da militância setentista pelos familiares, em seus valores morais e políticos, passou a ratificar as escolhas políticas tanto do passado como do presente. Para o passado, o esforço de reconstrução e valorização dos ideais políticos teve a intenção de inserir o conceito de “perseguição política” e de uma “causa justa”, invertendo a lógica da já mencionada “teoria dos dois demônios”. Para o presente, os filhos de desaparecidos herdariam o reconhecimento e o prestígio tanto dessas organizações pioneiras quanto daqueles que foram detidos e desaparecidos, consagrados como “heroicos militantes sociais e populares” (SANJURJO, 2013b, p.185). Nesse caminho, a legitimidade pública adquirida pela qualidade moral atribuída pelos laços de sangue (SANJURJO, 2013b) contribuiu para que a empreitada legislativa de muitos desses filhos, dentre eles os jovens restituídos, se desenrolasse com relativo sucesso. Desde então, não deixaram de reivindicar o compromisso com o legado político dos seus pais, o que se estabelece como uma herança que ratifica e reifica suas posições para os seus eleitores e para a sociedade no geral, e mais amplamente, serve de constructo às tarefas sociais que seus cargos públicos impõem.

No marco do aniversário do desaparecimento de seus pais – Roque Orlando Montenegro (Toti) e Hilda Ramona Torres (Chicha), militantes da esquerda marxista da época - a deputada

nacional pela frente kirchnerista e “neta restituída”, Victoria Montenegro, produz um texto representativo da perpetuação do dever social. A história da militância de sua família, a qual sofreu tentativas de “derrota” pelos mecanismos da repressão que desapareceram os seus pais e a apropriaram quando criança, seria continuada a partir de sua própria personificação (“vitória” - já sonhada e imaginada) como ativista política:

Hace 44 años una patota de la dictadura cívico militar nos desaparecía a mamá a papá y a mí. Entraron a casa y desaparecieron a nuestra familia. Chicha hacia 13 días me había traído al mundo con sus 18 años, papá tenía solo 20. Me pusieron de nombre Victoria porque soñaban con que la victoria estaba a la vuelta de la esquina. 44 años después, seguimos soñando sus mismos sueños. Toti y Chicha presentes!⁷⁴

2.4.2 A militância revolucionária na Argentina

O sonho da geração política dos anos 1960 e 1970 era -ademais da desestabilização da ditadura militar vigente- a revolução social em bases comunistas. Por isso, convém mencionar o que se compreende por militância revolucionária, e como se deu esse fenômeno na Argentina nessas décadas.

Ao mesmo tempo em que se instalava a ditadura na Argentina e em outros países da região, Wolff recorda que se desenvolvia na América do Sul e no mundo inteiro, o fenômeno da “Nova Esquerda”. Esses grupos se inspiravam principalmente na Revolução Cubana e na Revolução Chinesa e questionavam as principais orientações dos partidos comunistas alinhados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Os grupos da Nova Esquerda, ainda, segundo a autora:

(...) organizaram-se em torno da esperança de que movimentos que começariam com pequenos grupos de vanguarda poderiam se espalhar por outras camadas sociais, como ocorreu em Cuba nos anos 1950 ou por acreditar na rebelião popular, como a que ocorreu na China (WOLFF, 2012, p.7).

As ações desses movimentos emparentados que se proliferaram tanto na América Latina como em outros países com projetos independentistas, nos anos 1970, segundo Calveiro, colocaram, ademais, a sua atenção no uso das armas como ferramenta necessária para criar as chamadas “condições revolucionárias” (CALVEIRO, 2004). Dessa forma, o fenômeno da ação

⁷⁴ Texto retirado do perfil público da deputada na rede social *facebook*. 13/02/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/MontenegroViki/posts/1057938337903206>. Data de Acesso: 18/04/2020.

armada argentina, segundo a autora, só pode ser entendido nessa tendência global de concepção da política por aqueles que se organizavam radicalmente naquele período:

La guerrilla argentina formó parte de este proceso, sin el cual sería incomprensible. La concepción foquista adoptada por las organizaciones armadas, al suponer que del accionar militar nacería la conciencia necesaria para iniciar una revolución social, las llevó a deslizarse hacia una concepción crecientemente militar (CALVEIRO, 2004, p.7).

Ao comparar as experiências guerrilheiras brasileira e argentina, Fico vislumbra que “assim como no Brasil, havia uma retroalimentação entre as ações armadas da esquerda e a repressão militar (...) entretanto, ao contrário do Brasil, a luta armada foi muito intensa na Argentina, assim como a repressão militar foi bastante visível” (FICO, 2013, p.243). Nesse viés, para o historiador, o processo argentino é singularizado pela extensiva prática da violência pela luta armada (FICO, 2013, p.242). O que explica, ainda, as “muchas voces, incluidas las de políticos, intelectuales, artistas”, segundo Calveiro (2004, p.8), as quais, “se levantaban en reivindicación de la violencia, dentro y fuera de Argentina” (CALVEIRO, 2004, p.8).

Compreendo que história das organizações armadas dos anos 1970 só o é em implicação com o presente político. Sob essa visão, uma das grandes agruras que atravessa todo esse debate, como extensamente declarado pelos autores acima, é o uso extensivo da violência e do militarismo por aquela jovem geração guerrilheira argentina, o que acabou acarretando consequências previstas e não previstas (as mortes). Nesse viés, instala-se -para além das discussões de responsabilidade sobre o tema da “violência insurrecional”⁷⁵ - um problema relacionado ao “legado e sua possibilidade” (TATIÁN apud TOCHO, 2007, p.196), ou, em outras palavras, as possibilidades de “transmissão daquela experiência, que ainda consterna por suas consequências e sua função no presente” (TOCHO, 2007, p.196).

O quê dessa experiência política pode-se concluir, expressar e transmitir desde hoje, desde este tempo presente democrático?

⁷⁵ Na Argentina, o debate acerca da violência insurrecional tem estado em permanente discussão, mas Franco, M. (2018, p.143) chama a atenção, em particular, a um importante debate intelectual e político surgido há alguns anos atrás, pela própria esquerda atuante naquelas épocas. Em 2004, publicou-se numa revista cordobesa o testemunho de um ex-militante das organizações revolucionárias de esquerda da década de 60 sobre aquela experiência. Como consequência, um de seus contemporâneos, elabora uma carta de resposta, recriminando a guerrilha a partir dos crimes contra vida cometidos. A partir disso, a discussão se disseminou. As reações, à época, foram tantas, que chegaram a publicar, pela Universidade Nacional de Córdoba, um volume de dois tomos que reúne todas essas publicações, intitulado “*No Matar. Sobre la responsabilidad*” (BELZAGUI; GARCÍA, 2007 e 2010). Neste volume, encontram-se as reflexões de Tatián, que foram produto da resenha de Tocho (2007), utilizada na presente dissertação.

Os apropriados, no contexto da construção de memória coletiva sobre esse passado, são sujeitos privilegiados (“afetados diretos”) para se pensar as possibilidades e limites de transmissão desse legado. Por sua condição socialmente carregada de “filhos de” (memória geracional), mas ao mesmo tempo “netos de” (memória protagonica), eles aparecem na cena de discussão sobre esse passado com um ethos distintivo. E aqui moram os conflitos de toda ordem - tanto de ressentimentos e temores em se falar de um tema difícil e traumático como de perguntas e silêncios a resolver⁷⁶.

2.4.3 Lidando com o legado

2.4.3.1 Leonardo: “eles arriscaram suas vidas conscientemente”

Ao questionar, a Leonardo, sobre a militância clandestina de seu pai, o neto me explica que enquanto sua mãe militava na *UES*⁷⁷, organização secundarista de inspiração peronista, seu pai atuava pela *Juventud Peronista*⁷⁸, de onde saiu o braço armado *Montoneros* – do qual o mesmo não fez parte. Apesar de seus pais não terem participado da luta armada, perguntei-lhe, diretamente, como opinava acerca dessa opção política e da militância daqueles tempos:

Marina: E qual é sua opinião de usar armas? Qual é a sua opinião sobre essa parte da história?

Leonardo: Eu acredito que tem que, como tudo, colocar contextos, sobretudo esses acontecimentos históricos - não só a nível local, mas a nível mundial. É um erro tentar entendê-los e muito menos julgá-los em circunstâncias absolutamente diferentes, como são as circunstâncias atuais e as que se sucederam naquele momento. Alguém pode dizer sempre que é contra a violência e que isso sempre leva a situações piores, mas o que se estava vivendo naquele momento era de vida e morte, digamos...Não é que escolheram isso, essa opção, tendo uma situação do país aonde não podiam

⁷⁶ Ignacio, preocupado com os desdobramentos de sua fala, preferiu que eu não inserisse sua opinião acerca militância política de seus pais, que militavam por *Montoneros*. Estou de acordo com o neto com suas precauções, pois o tema é polêmico e as suas declarações, pela posição que ocupa, seriam mais ressaltadas. Em relação a esses cuidados de fala, Pollak chegou a dizer que os silêncios que irrompem nas entrevistas, antes de serem resultados de brancos da memória ou de esquecimentos, são antes de tudo “uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado (...) condição necessária (...) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente” (POLLAK, 1989, p.11). Interessante lembrar que tanto ele como Leonardo comentaram que discussões dessa ordem seriam possíveis apenas no âmbito “do privado”, ou seja, que as opiniões relacionadas à luta armada viriam à tona apenas em eventos sociais íntimos, de reunião de amigos e familiares, como os churrascos (o evento característico da cultura de sociabilidades argentina).

⁷⁷ A União de Estudantes Secundários ou União Estudantil Secundária (UES) é uma organização política argentina de estudantes secundários criada em 1953 pelo então Ministro da Educação do governo de Juan Domingues Perón.

⁷⁸ Fundada em 1957, a Juventude Peronista, mais conhecida como JP, englobava o setor juvenil do partido criado pelo ex-presidente argentino Juan Domingues Perón e sua companheira Eva Duarte na década de 1940.

solicitar o respeito aos direitos e à justiça social em um Congresso, não...era a ditadura mais feroz que aconteceu nesse país inclusive antes por que são organizações que claro estão desde antes, mas antes também estava essa violência paramilitar impulsionada pelo Estado, em teoria democrático, e estava a Triple A que matava os opositores. Então era uma situação absolutamente diferente, e como outras etapas de história a nível mundial certas questões eram resolvidas assim. Hoje em dia, quarenta anos depois, e vendo os resultados...é muito mais fácil de opinar. Também naquela época havia consciência, mas não sei se havia uma total consciência do que estava acontecendo ao mundo e, sobretudo na América Latina, como a Operação Condor⁷⁹, e que era uma linha que ia se instaurar de qualquer forma, eu acredito que desde a militância eles sim tinham isso em conta, e arriscaram a sua vida conscientemente.

A opinião de Leonardo acerca da militância clandestina é consoante às análises de muitos filhos, organizados ao redor de H.I.J.O.S, referente ao tema, na medida em que legitima os métodos de ação política utilizados à época. Além disso, compreende os militantes como “consequentes”, conscientes de suas escolhas, de forma a contextualizar o movimento local às tendências à nível regional e global.

2.4.3.2 Ximena: “neta por engano”

Ximena tampouco consente com a experiência da revolução armada. E mesmo que compreenda que a repressão ditatorial é diferente e mais intensa, desaprova que tenham escolhido os mesmos caminhos violentos.

Além disso, conta a história de desaparecimento de seus pais por meio de uma narrativa que aparta a militância de sua trajetória familiar. Dessa forma, ainda que algumas fontes apontem a filiação política, -segundo a neta, seus pais não eram militantes⁸⁰, e foram desaparecidos- assim como ela, porque os militares buscavam roubar o dinheiro de sua família.

El tema es que no todas abuelas querían [?] política, no todos los desaparecidos eran de PRT-ERP [?]. Mis [?] no eran militantes. Mis viejos los

⁷⁹ A Operação Condor consistia numa aliança entre as ditaduras de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com envolvimento e apoio dos EUA, para facilitar a troca de informações entre os militares destes países e a apreensão de “ameaças” aos regimes.

⁸⁰ Diferente dessa versão e segundo documentos das associações que compilam dados sobre os desaparecidos, como a própria organização *Abuelas* e as universidades em que ingressaram - Juan Carlos Vicario e Stella Maris Gallichio pertenciam à organização política guerrilheira PRT-ERP. Disponível em: <http://test.fpsico.unr.edu.ar/?p=1060>, <https://www.lacapital.com.ar/educacion/estudiantes-del-superior-al-rescate-la-memoria-n1372095.html> e <https://www.abuelas.org.ar/caso/vicario-ximena-256?orden=c>. Data de Acesso: 26/03/2019.

desaparecieron para robar plata. Nosotros estábamos por vivir en España. Mi familia es oligarca, de campo, siempre. O sea, nosotros seguimos teniendo campo y seguimos exportando vaca.

Ao contrário do que se poderia supor, porquanto, para ela - seus pais não eram militantes. Ao contrário disso, sua família provinha do campo, sempre teve posses e era profundamente anti-peronista, reitera ela durante a entrevista. É, portanto, no esvaziamento do acionar político que Ximena pode preenchê-lo com a questão patrimonial, de forma que sua narrativa aponta para uma história familiar com classe.

Ao eleger como identidade familiar a descendência de uma família rica, proprietária rural, oposta aos valores do peronismo histórico e afastada dos acontecimentos locais - Ximena almeja adotar um lugar de fala dissonante, na medida em que que provém de um mundo não só diferente, mas oposto ao que se concebe como o mundo dos familiares de militantes. Isso a faz ser distinguida de outros filhos de desaparecidos, que concebem uma continuidade intergeracional com esse passado. É quase como se ela tivesse caído como neta por um engano.

O apagamento da militância política na reconstrução de sua história de origem – permite não só que seu afastamento do ativismo político dos familiares seja explicado, como também justifica sua posição divergente. Esse dispositivo de construção da memória familiar a assenta em um lugar diferenciado, e outorga-lhe uma aparente análise mais distanciada e endurecida do que foi a militância dos anos 70. Porque à diferença dos que se conectam ao passado político na crença de que aqueles militantes estavam “na luta por um país melhor” (e a neta entoa essa frase num tom que sugere ser uma expressão repetitiva) – a neta não os idealiza.

Esta sua identificação como uma neta diferenciada também oportuniza que suas intervenções e colaborações junto ao coletivo de *Abuelas* sejam mais inusitadas. A neta comenta que sempre foi uma integrante que levantou a importância de se falar – e afirma ter sido uma das poucas a ter a coragem de fazer as falas nesses locais - sobre a apropriação e o terrorismo do Estado da última experiência de ditadura aos oficiais que congregam hoje as forças armadas, de forma a inserir uma memória crítica institucional dentro do seio militar.

2.4.3.3 Manuel: “Montoneros.”

Os pais de Manuel Gonçalves atuaram ambos na organização armada *Montoneros*⁸¹. Manuel foi o primeiro neto restituído entrevistado (julho de 2016), e, na época, a opinião dos restituídos acerca da militância clandestina de seus pais ainda não era uma interrogação para minha pesquisa. Além disso, eu ainda estava conhecendo de que forma funcionava a CONADI e em que medida a sua posição como “neto” se relacionava com sua ocupação e com a associação *Abuelas*, e as conversas foram traçadas nessa direção.

Um ano depois, na segunda oportunidade que tive de entrevista-lo, até enredamos por assuntos “mais espinhosos”⁸², e era claro como mesmo aquelas que pareciam ser suas opiniões bastante pessoais, tinham um tom bastante “humanitário” e “legalista”, representativas de sua trajetória dentro do campo dos direitos humanos. Além disso, seu ofício, dentro de um órgão público, lhe incumbe manter certas posturas, e, talvez, inconscientemente por isso também - novamente restei sem questioná-lo sobre esse assunto – o que foi uma pena, dada a riqueza que seria, a seu cargo - sua opinião sobre os métodos e objetivos políticos dos seus pais. Isto porque, para Rúa, em relação à recuperação do legado dos pais por parte de grupos formados por filhos de detidos-desaparecidos políticos da última ditadura:

El problema es que sus padres no pertenecían a grupos humanitarios sino a organizaciones o partidos políticos que pretendían tomar el poder, de allí la complejidad de continuar con esa lucha en el marco del campo de derechos humanos. (CUETO RÚA, 2008, p.112)

Depois dessa entrevista, realizei pesquisas em livros publicados e em reportagens da imprensa que traziam seus depoimentos, com o intuito de desvendar se esse tema havia aparecido. Mas tampouco havia surgido. É preciso equilibrar que esse silenciamento aponta muito mais para uma questão de intenção jornalística do que, de fato, de uma ocultação por parte dos netos, visto que a militância política da última ditadura não é um tema explorado pela imprensa ou mesmo pela literatura do tema, ou pelo menos não quando os interlocutores são os jovens apropriados (como fica manifesto em ARGENTO, 2008; PRADELLI, 2014).

⁸¹ Organização guerrilheira argentina surgida entre os anos de 1968 e 1969 no país. Os *Montoneros* intencionavam reformas sociais e exigiam a volta do ex-presidente Juan Domingo Perón, expulso do país com o golpe de 1955. Orientavam-se por uma mescla ideológica: nacionalismo, teologia da libertação, identificação com o peronismo e com a luta armada implementada pelo revolucionário compatriota, Ernesto “Che” Guevara.

⁸² Questionei-lhe sua opinião sobre a possibilidade dada jurisprudencialmente a Hilario Bacca de usar os nomes registrados falsamente, ao invés do biológico (Federico Cagnola Pereyra) – ao que Manuel acredita ser uma aberração jurídica.

Contudo, recordei-me que, naquele julho de 2016, quando estava prestes a fazer minha primeira entrevista com o próprio – fui ao Arquivo *Memoria Abierta*, e lá, deparei-me com sua entrevista gravada em vídeo, do ano de 2005 (a mesma referida mais acima por Sanjurjo). Na época, como havia um curto espaço de tempo para o campo e os arquivos de mídia não poderiam ser transladados nem encaminhados, fiz apenas anotações em tempo real, sem lograr uma transcrição completa.

O interessante é que o arquivo o questiona justamente sobre esse tema⁸³. A primeira pergunta era se ele sabia em qual organização os seus pais militavam, ao que ele responde pontualmente: “-*Montoneros*.”. Outras perguntas são realizadas e, mais à frente, a entrevistadora volta ao tema, questionando sua opinião sobre a militância dos seus pais.

Nesta parte, tenho apenas anotações. Segundo ele, a percebia como maravilhosa - mas não concordava com as hierarquias de poder dentro dessas organizações políticas⁸⁴. Ao ser solicitado que detalhasse mais essa questão, ele cita os dirigentes, os quais, sob sua ótica, podem ter tomado decisões que tenham custado a vida de outras pessoas.

É importante ressaltar que essa entrevista foi realizada há pelo menos catorze anos, portanto, é muito provável que Manuel, não só pelos muitos anos que se passaram, mas também por toda sua trajetória institucional no campo de direitos humanos que se seguiu – já tenha incorporado o tema do passado político dos seus pais em sua vida de uma maneira distinta. A possibilidade de “anacronismo” em seus depoimentos foi inclusive apontada por ele quando, num momento de nossa entrevista, menciono, genericamente, que havia percorrido por sua entrevista no arquivo: “O que acontece é que.. bom, tem que ver o que me perguntaram, mas seguramente não, hoje eu irei te dizer alguma coisa diferente. Sim, isso acontece muito”.

Apesar de não ser muito possível desvendar, por meio da narração acima, o quanto Manuel estabelece ou não vínculos com o passado militante de seus pais, -o trecho em que ele cita que participou, ligeiramente, da organização H.I.J.O.S, indica que houve uma certa relação de desconhecimento com o grupo:

⁸³ Não é à toa, visto as políticas memoriais de guarda do arquivo: “*Memoria Abierta* [...] promueve la memoria sobre las violaciones a los derechos humanos del pasado reciente, **las acciones de resistencia** y las luchas por la verdad y la justicia, para reflexionar sobre el presente y fortalecer la democracia” (grifos meus). Disponível em: <http://memoriaabierta.org.ar/wp/sobre-memoria-abierta/>. Data de Acesso: 21/11/2019.

⁸⁴ É de conhecimento comum que certas organizações de esquerda na Argentina detinham uma conformação vertical, sendo objeto de estudo e citação, particularmente, os *Montoneros*. Calveiro explora esse tema em seu trabalho “Política y/o violencia: una aproximación a la guerrilla de los años 70” (2004) e Oberti o revisita com o ensaio “¿Lo personal es político?: repensar la historia de las organizaciones político militares”, em 2015.

Fui a H.I.J.O.S a penas se formó H.I.J.O.S. Que también era.. a penas me enteraba de esto. Ni hijos (de H.I.J.O.S) ni yo nos entendíamos. No lo tuve conflictos con ellos ni nada. Entonces eran todos... Era el momento en que se formaba hijos...Por un lado para mi me sirvió porque encontré un montón de gente y no me sentí solo, necesitaba interactuarme con los otros hijos, pero, no me quede en la organización que se formaba en ese momento .

Entrevistadora: ¿Porque no te quedaste en aquél momento en la formación (de H.I.J.O.S)?

Porque...se estaba formando y era muy desordenado. De hecho, era lógico, era el proceso para poder organizarse. Y yo no podía estar en ese momento o en ese lugar. Yo necesitaba otro tipo de contacto. Las asambleas eran de mucha discusión, discusión desordenada, pero bien, para que naciera. Y no en ese momento quería sentarme y hablar tranquilo con alguien. Pero igual me sirvió. No me quedé a militar dentro de la organización.

Como visto, quando perguntado pela entrevistadora os motivos de não ter permanecido no grupo H.I.J.O.S, Manuel remete ao momento de formação da agrupação. Segundo ele, era caracterizada por ser muito “desordenada” e com “muita discussão”, e ele precisava de um outro tipo de acolhimento naquele momento. De fato, os debates da época são lembrados pelos ativistas do grupo como altamente tumultuados (CUETO RUA, 2008). Contudo, a sua partida pode também indicar uma disjunção com a prática política do grupo, cujas ações estavam, à época, estritamente relacionadas ao modo como seria recuperada a militância política revolucionária de seus pais.

2.4.3.4 Mario: uma origem difícil

Mario é um caso excepcional dentro do mundo dos jovens apropriados. Além de ter encontrado com sua mãe viva, o neto não é filho de militantes políticos, posto que sua mãe foi presa mesmo sem ter nenhuma ligação com organização clandestina ou partido político. Mas os motivos de sua detenção ainda são escusos. E a história de sua origem sempre me coloca em emoções difíceis: assombro, repulsa, aversão, consternação...

Segundo me contou pessoalmente, Sara (nome de sua mãe biológica) era garçonne em um bar de hotel, e em uma madrugada, ao regressar de seu trabalho, foi detida e levada à prisão de Villa Urquiza, em Tucumán [estado do norte argentino, vizinho de Santa Fé], onde esteve detida por 1 ano e 3 meses, quando foi torturada e abusada sexualmente. Mario é fruto desse enlace violento. Pelo que presume o neto – ela pode ter sido presa por engano, e, supondo que

sua mãe era uma jovem atraente, decidiram mantê-la⁸⁵. Sara engravida na prisão, e quando pare, o recém-nascido é arrebatado. Um enfermeiro então contata uma mulher na localidade de Las Rosas (no estado vizinho, Santa Fé), que o leva para ser criado em uma outra família, sob um registro falso de nascimento. Ela sobreviveu - e, somente trinta anos mais tarde, conseguiu dar início à investigação sobre o paradeiro de seu filho.⁸⁶

Diferente dos outros casos de apropriação que ocorreram na Argentina, em que as crianças, filhas de militantes, foram utilizadas como objeto simbólico para “dizer algo” (DA SILVA, 2005, p.91), o nascimento de Mario, destarte, não tinha como resultado imediato uma mensagem política⁸⁷. Contudo, a motivação para o aprisionamento de sua mãe, a gestão do seu nascimento e a posterior entrega - apesar de não estarem relacionados ao apagamento de identidades políticas de esquerda, está situado em um crime igualmente político: as violências sexuais⁸⁸ e de gênero promovida pela ordem militar. Segundo Da Silva (2005), a vulneração do

⁸⁵ Segundo Calveiro, os desaparecidos eram, em sua imensa maioria, militantes. (CALVEIRO, 2004, p.69). Por outro lado, pode-se perceber, por meio de documentos arrolados pelo Informe Nunca Más, que houve, pelo menos, 55 casos de vítimas que foram detidas por razões não especificadas ou por abusos de poder por parte dos agentes do Estado. No listado que segue, os casos de não militantes políticos detidos, caracterizavam-se por estarem envolvidos em acusações de roubo, assalto, tráfico, possíveis colaborações e denúncias de vizinhos. (disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/lamemolv/memolv08.htm>. Data de Acesso: 14/11/2019). A detenção por engano (?) ou a manutenção para fins de abuso sexual como é o caso de Sara, não era aparente e não há dados disponíveis sobre outros possíveis casos de violência sexual sem vinculação com a perseguição política. Caberia questionar: esta configuração se deu por que o seu caso pessoal foi único, por que casos dessa natureza ainda não foram sumariamente denunciados ou por que há obstáculos para sua recepção no debate público? De acordo com Joffily, o informe argentino, apesar de ter relegado tratamento específico à violência nos casos das mulheres grávidas presas – por conta da própria peculiaridade da experiência argentina com as apropriações de crianças, elas ainda “aparecem associadas às crianças e à sua função reprodutiva, sem que haja, contudo, enfoque nas violências de caráter sexual” (JOFFILY, 2010, p. 117). Nesse viés, os “vazios” e “esquecimentos” acerca do “gênero” na redação desses documentos estariam vinculados, por um lado, ao próprio caráter da discussão da repressão política e dos impulsos da memória coletiva da época, cujos debates de gênero ainda estavam sendo construídos no país. (JOFFILY, 2009; 2010). Por outro, pode-se avaliar as próprias dificuldades e possibilidades de “escuta”, na Argentina, já que as violências sexuais foram, por muito tempo, secundarizadas ou mesmo renegadas nas denúncias dos crimes políticos. O componente do “embaraço” e da culpabilização da vítima ao denunciar crimes sexuais, também pode estar relacionado. Ainda assim, o mérito da inclusão desse debate na arena pública e na construção da memória coletiva nacional sobre os 70 é das ex-militantes políticas argentinas (FRANCO, P., 2017). Já a incorporação da perspectiva de gênero nos julgamentos dos crimes da ditadura, no país, ocorreu a partir da década de 1990, sendo que apenas em meados dos anos 2000 essas violências sexuais foram alçadas como tortura, período dos mandatos kirchneristas (SONDERÉGUER apud FRANCO, P., 2017, p.93). Apesar de não ser uma ligação direta, foi coincidentemente neste “período de escuta” que Sara pôde falar.

⁸⁶ Parte dessa história está disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/navarro-mario-daniel-329?orden=c>. Data de Acesso: 24/03/2020.

⁸⁷ A mensagem da apropriação seria, de acordo com Da Silva, não só a de eliminação do inimigo, mas de sua eliminação identitária - já que as mães são assassinadas apenas logo depois de terem os seus filhos, para que estes, depois, sejam roubados “para serem transformados”. (DA SILVA, 2005, p.92)

⁸⁸ Os crimes sexuais praticados por agentes militares no período repressivo foram largamente relatados por ex-presas e ex-presos políticos. Para além da vitimação do corpo feminino, os abusos e violências sexuais sofridos nas instâncias dos centros clandestinos de detenção dos regimes repressivos de parte do continente latino-americano, realça os vínculos das forças armadas com uma repressão política ideológica. De certa forma, o sistema

corpo das mulheres e a condução do corpo das crianças ao bel-prazer do ofensor, quando se instauram regimes de exceção (guerras, ditaduras, etc.), converteu-se em uma prática habitual, demonstrando a força desse gesto biopolítico (FOUCAULT, 1976) patriarcal.

Pergunto-lhe, então, sobre sua militância a partir de sua marcação singular, na medida em que ele, diferente de outros netos, não tem pais militantes políticos:

Yo la militancia no creo que pueda heredar. Que te puede potenciar, pero eso es algo que ya llevas con vos, creo. Porque si tu papá fuera militante, vos no decidís de un día para el otro ser militante, decidís militar en lo que sea porque tus papas fueron pensantes de esa manera y fueron secuestrados, asesinados [...] Y conozco nietos que no quieren lo más mínimo militar de nada. - si a ver, si les llaman militantes políticos: pertenecer a un partido político, ir a una banca y presentarse en unas elecciones - a eso mínimo, o tener pensamientos... [Ao contrario] si militar, es esto lo que estoy haciendo yo, bueno, milito por Abuelas.

Observa-se, na ótica de Mario, que o legado político não se transfere como uma continuidade intergeracional, na medida em que esse potencial, para ele, não parece ser despertado em razão de ter pais militantes, mas sim, por conta do desaparecimento e assassinato desses mesmos pais pelo acionar repressivo. Nesse seguimento, o neto relaciona o seu engajamento político ao status de vítima de terrorismo de Estado. Esta interpretação se fundamenta em sua própria história pessoal, associada ao grave tipo de ofensa cometido pelo terrorismo de Estado.

Isto se vê de maneira notória, quando em boa parte da entrevista, o neto busca remarcar o seu interesse em promover outra memória histórica no interior do país. Por meio de seu testemunho público, quer combater narrativas coletivas “arcaicas”, como a teoria dos dois demônios. Neste ponto de vista, o sequestro de não-militantes por parte do Estado militar, como a sua mãe [que realça o caráter de vítima “inocente”] -e as violações cometidas contra ela- demonstram o limite e o absurdo de uma interpretação do passado que possa conceber dois oponentes com forças [e intenções] comparáveis.

2.4.3.5 *Jorgelina: implicações entre o cuidado e a revolução*

normativo por eles defendido (família burguesa) seria mantido pelas violências sistemáticas empregadas nesses corpos masculinos e femininos, aplicadas sob uma perspectiva de maior ofensa ao gênero (JOFFILY, 2009).

A militância social dos direitos humanos mais usual e reconhecida, acontece durante as comemorações do 24 de março - data de aniversário do golpe no país, cujas solenidades servem “para rememorar as ‘vítimas’ e o seu ainda vigente compromisso político”. (LORENZ apud SANJURJO, 2013b, p.156). Esse evento tem ainda mobilizado “setores expressivos da sociedade – organizações de direitos humanos, artistas, partidos políticos e diversos movimentos sociais” (idem, p.26). Pelo seu caráter cada vez mais politizado, essas marchas não são um meio de ação pelo qual Jorgelina se sente representada. Ademais, segundo ela, prefere ficar com os filhos do que ir à atos. A maternidade, neste sentido, não se concilia com a atividade política. Esse impedimento, que passa por uma moral sexual relativa à configuração entre corpo, identidade e política...”⁸⁹, estaria inserido também em sua condição de filha de desaparecidos políticos e à relação que faz entre o cuidado e a revolução.

Em relação a essa militância, sente ainda hoje os efeitos da ausência deles em sua vida e da situação a qual sente ter sido exposta:

Yo soy muy consciente de que, como yo tuve la ausencia de mis padres, y justamente, al ser desaparecidos, y no tuve su presencia en mi vida, y que eso tuvo un montón de consecuencias, un montón de secuelas. No solamente porque hayan desaparecido, sino porque al militar y estar siempre en esta opción de vida, también a mí me estaban siempre exponiendo y también dejaban de ocuparse de un montón de cosas que yo necesitaba como hija en este momento. Entonces, ante a esta carencia de padres, mi opción es yo soy y voy a ser una madre presente, no voy a ser una madre desaparecida.

Por meio da sensação de desprovimento, causada pelas escolhas políticas de seus pais⁹⁰, Jorgelina empreende menos uma crítica geracional e mais um “reajuste” do que foi feito no passado, afirmando que não será uma “madre desaparecida” para seus filhos. Sob a atual maternagem, Jorgelina justapõe os papéis de filha e de mãe, realizando transferências que relacionam o afetivo e político. Nesse sentido, a maternidade e o cuidado - “vou ser uma mãe presente” – são suas escolhas para que os seus filhos não sejam abandonados como um dia sente ter sido:

⁸⁹ Tenho como hipótese que as mulheres revolucionárias são muito mais cobradas por suas escolhas políticas, visto que se espera do sujeito feminino o “sacrifício materno” em priorizar o cuidado dos filhos em detrimento de seus próprios objetivos como indivíduo social. Para a neta, não só a política foi um obstáculo à maternidade, como hoje, a maternidade é um obstáculo à política.

⁹⁰ Seus pais, assim como os de Ximena, atuaram pela organização guerrilheira *Ejercito Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP).

Me sentí abandonada, en concreto ese es el sentimiento profundo. Me sentí descuidada, abandonada... Como que me dejaron también en ámbito de confiar en todo mundo, como si todos me van a cuidar, porque todos eran compañeros, eran amigos, todos eran hermanos, todos eran tíos, pero nadie era mi padre, mi madre, mi familia.

Quando alude a “confiar en todo mundo, como si todos me van a cuidar”, Jorgelina faz referência a uma certa memória que se transmitiu acerca dessa experiência política, a qual infere que, em meio à clandestinidade, os militantes contavam com uma rede de apoio – entre companheiros de militância e parentes, para compartilhar o cuidado dos filhos, de modo a dedicar-se à tarefa da revolução. Segundo Wolff, que analisou a memória de ex-militantes e documentos produzidos pelos grupos revolucionários argentinos, “os filhos, por exemplo, que aparentemente se encorajava a ter na Argentina, deveriam ser assumidos por toda a célula, ou seja, pelo coletivo ao qual o casal pertencia” (WOLFF, 2010, p.145). Jorgelina, por outro lado, a partir de sua experiência como filha, enfatiza os problemas dessa “entrega do cuidado”.

Acerca disso, Wolff destaca o dilema que foi a questão dos filhos de militantes no contexto da clandestinidade, durante os “anos de chumbo”, que caracterizaram os países do Cone Sul nas décadas de 1970 e 1980: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai (WOLFF, 2010). Em relação à experiência chilena:

O Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), do Chile, chegou a conceber uma maneira para resolver esse dilema dos filhos de militantes no contexto da clandestinidade. Na época em que a organização decidiu pela volta dos militantes exilados, alguns filhos de militantes foram mandados/mantidos em Cuba, onde ficavam em casas em que havia pessoas responsáveis por aquele coletivo de crianças (WOLFF, 2010, p.145-146).

Segundo a autora, apesar de ter sido concebida como uma “desmontagem da família burguesa” (WOLFF, 2010, p.145), a partir de uma ideia de que as crianças seriam “responsabilidade coletiva, liberando as mães e pais para a militância” (idem), essa ideia se tornou muito polêmica. Muitos desses filhos teriam se sentido abandonados.

Nesse sentido, o “abandono” e o “perigo” dessa experiência para as crianças são temas bastante novos na leitura do passado acerca dessas experiências políticas no Cone Sul. Na Argentina, a “maternidade” e a “paternidade” em meio à militância clandestina e arriscada são assuntos que surgem a partir de revisitações sobre esse passado por meio de memórias críticas tanto dos filhos dessa geração política quanto das mulheres ex-militantes.

Segundo Wolff:

Ao ter um filho, M., que militava no PRT, acabou por sair de sua célula e deixar a militância, acusada, inclusive, por seu companheiro, de ser burguesa – o que naquele momento era uma terrível ofensa – pois achava que não deveria submeter o filho a viver em clandestinidade, ao perigo constante de perder os pais (o que acabou ocorrendo em relação ao pai). (WOLFF, 2010, p.145).

E Oberti:

No produce desconcierto cuando antes de querer saber cuan heroico era el padre en las acciones, cuan coherente era la madre en sus definiciones políticas, los hijos quieren saber si se querían o cuánto deseo tenían depositado en la maternidad o en la paternidad. (OBERTI, 2005, p.15).

No entanto, caberia perguntar: por que todas estas questões não eram evidentes naquela época? Segundo Wolff, a ideologia revolucionária esperava que essas crianças, consideradas filhas de todos, fossem o espelho da revolução. “O homem novo” tinha suas expectativas calcadas no próprio Che Guevara (WOLFF, 2010). Em relação especificamente às mulheres, aponta Oberti (2015) elas eram chamadas a se encontrar com a figura de Eva Perón. Nesse sentido, a maternidade passou a jogar um peso importante, visto que, como coloca Oberti, essa é a “práctica social en la cual las mujeres tienen una tarea indelegable: el embarazo y el parto, por lo menos” (OBERTI, 2015, p.898). Desse modo, a paternidade/maternidade e a opção pela militância clandestina e arriscada não eram uma contradição para aquela geração setentista. (OBERTI, 2010, p.27). Ao contrário, como faz notar Regueiro, “(...) una razón para la continuidad de la militancia, a pesar del peligro y de los niños pequeños o los embarazos, era que la práctica política no se interrumpía justamente para que sus hijos tuvieran ‘un mundo mejor’”. (REGUEIRO, 2010, p.21).

Desta forma, com as memórias críticas da geração concebida em meio à vivência clandestina, vemos alguns pilares dos sentidos que promoveram aquela experiência política serem balançados. A partir da condição de ser “filha de”, reflete Jorgelina:

Les agradezco la vida, obviamente que agradezco también todo que en el su momento ellos pensarán que era el mejor. Todo eso sí, puedo abrazar, pero también reconocer los errores, y también decir, si, fueran muy idealistas, fueran grandes militantes por ahí lucharan por sus ideales, pero, como padres, yo me sentí sola.

Por fim, para a neta, “nem toda decisão individual é egoísta”, e, desse modo, justifica a sua escolha pelo recolhimento, da mesma forma em que fornece a ideia de que há outros meios para além da militância coletiva que são igualmente políticos, como a escolha sobre valorizar a vida e a arte. Como artista plástica, Jorgelina produz obras acerca da questão da identidade.

Por isso, ainda que a neta rompa com um certo dever de memória - a de prestar sua homenagem pública pelos “militantes populares que lutaram por um país mais justo e solidário” (SANJURJO, 2013b, p.156), e, ainda que se distancie das performances que vivificam o passado político dos detidos-desaparecidos por meio da mobilização coletiva - não deixa de prestar sua homenagem pela via individual e artística. Em suas obras, expressa seu agradecimento por aqueles que a conceberam e lhe deram a vida, além de replicar e recriar imagens de fotografia do seu cotidiano familiar, de modo a constituir vínculos afetivos e construir o parentesco com seus progenitores. Assim, faz parte ela também da produção de ritos que vivificam os desaparecidos e reencenam esse passado⁹¹.

2.4.4 O legado entre H.I.J.O.S e *Abuelas*: reelaborações e recusas

Enquanto que muitos filhos de desaparecidos, particularmente a organização H.I.J.O.S⁹² e aqueles que se tornaram representantes políticos - sentem herdar a vocação e os atributos políticos de seus pais (SANSURJO, 2013, p.225)-, a história política dos pais, para os sujeitos aqui entrevistados, pareceria estar descolada de “aparentamento” político. Um fato curioso é que todos aqueles filhos que compõem as distintas organizações H.I.J.O.S, na Argentina, são membros não-apropriados ⁹³.

⁹¹ Sobre o dever de memória no contexto das produções pelos familiares, na Argentina, esclarece Sanjurjo: “...(...) se transfere para as gerações descendentes junto a performances rituais, constituindo um repertório que é mobilizado para tornar os ausentes presentes. Através da espetacularização pública de seus corpos e narrativas, os familiares conformam uma natureza e uma cultura material e imaterial que se dirige a transmitir memórias e vivificar os desaparecidos (fotos, testemunhos, rituais, exposições, silhuetas, lenços, pancartas e a própria substância biológica – o sangue) ”. (SANJURJO, 2013b, p.171).

⁹² Aqueles que conformam H.I.J.O.S são filhos de pessoas assassinadas ou desaparecidas por motivos políticos, numa visão mais restrita ou podem ser também filhos de exilados e ex-presos políticos, numa visão mais ampla. Sobre a população do grupo, debateu-se, nas diferentes filiais de H.I.J.O.S, essa integração, chegando até mesmo à possibilidade de abrir totalmente à população, para aqueles que não são filhos, mas se sentem também afetados por essa história política (CUETO RUA, 2008).

⁹³ Isto talvez não seja por acaso, na medida em que a lógica de conformação que os condiciona é diferente. No caso dos “filhos por si só”, o sequestro de seus pais é a primeira grande ausência, o primeiro grande trauma o qual conviveram em suas vidas, daí o empenho em recuperar a memória política de seus pais, com o intuito de também recuperá-los. Em muitos casos, buscam, em suas organizações, desprender-se da condição de vítimas, num esforço

Por conseguinte, a visão desses netos, ao vincular seus gestos de “memória, verdade e justiça” ao acionar repressivo do Estado, parecem concentrar suas práticas políticas na condição de “vítimas de terrorismo de Estado”⁹⁴. Para Cueto Rúa, essa visão, presente na narrativa das principais organizações de familiares de direitos humanos – como *Madres e Abuelas*, inseriu o humano em detrimento político (CUETO RÚA, 2008). O que faria parecer que o legado político não fora reivindicado.

Contudo, como fazem denotar Barros e Morales (2016), o legado político dos anos 1970 foi assumido por essas organizações, mas o foi em ressignificação com as bandeiras históricas do peronismo. Segundo essas autoras, isso aconteceu a partir dos anos 2000, quando o presidente Néstor Kirchner, ao reivindicar a legitimidade das experiências daquela época, aproximou os grupos de direitos humanos não só a sua figura em particular, mas também a um ideário político de longa data, com as quais esses familiares haviam tido pouca relação até aquele momento:

A medida que se fortaleció la identificación con los gobiernos kirchneristas, la figura y los ideales de Juan Domingo Perón y Eva Duarte adquirieron relevancia para sus luchas actuales además de que posibilitaron una redefinición de la interpretación de las luchas de sus hijos. En este sentido, **a la definición de “jóvenes revolucionarios” emergente durante los noventas, se incorpora la de “militantes que luchaban por la justicia social”** -incluso aún, en muchos casos se reivindica su militancia peronista (BARROS; MORALES, 2016, p.111, grifos meus).

A reinterpretação das lutas de seus filhos a partir de “ideais sociais” encontrados na figura histórica do peronismo, portanto, tornou possível a inclusão do legado daqueles anos. Nesse interim, o alcance dos “direitos humanos” ampliou-se para causas populares do próprio projeto de nação kirchnerista, que não apenas aqueles relacionados aos crimes da ditadura:

de potencializar a experiência política de seus pais (CUETO RUA, 2008). Enquanto que, para os filhos apropriados, que desconhecera essa história por toda a sua vida, até serem restituídos - a apropriação se torna o marco, porquanto, o esforço político, relaciona-se a esse acontecimento. Nas situações em que ocorreram (sequestro junto aos pais ou nascimento em cativo), há uma intenção preliminar de rememorar o sequestro e o desaparecimento de seus pais quando estavam junto deles ou ainda recuperar espaços e condições em que suas mães deram à luz. Podem ser indicados como um gesto de patrimonialização dos marcos iniciais da apropriação. A etapa seguinte seria, como em muitos casos notados, para além dos entrevistados, o de investigar os mecanismos irregulares bem como os responsáveis que possibilitaram a que pudessem ter sido adotados ou registrados falsamente.

⁹⁴ Esses atos de patrimonialização da memória e de busca da verdade e de justiça são característicos da transição democrática de países que sofreram regimes de exceção, e estão inseridos nas demandas por esclarecimento das vítimas dos crimes contra os direitos humanos. No caso da Argentina, a força do pacto do silêncio entre os militares, estimuladas pelo advento do poder desaparecedor da última ditadura argentina (Calveiro, 2004), explicitam ainda mais a necessidade desses gestos por busca de informações.

questões do presente democrático como habitação, saúde e educação, passaram a integrar o sentido dos seus clamores. Desta forma, o “humano” se tornou absolutamente “político”: as pautas de “memória, verdade e justiça” passaram a ser conjugadas por essas associações de vítimas junto de “inclusão, igualdade e justiça social”⁹⁵ (BARROS; MORALES, 2016, p.111).

A compreensão dos direitos humanos em uma estrutura que abarca também os direitos sociais, vê-se perpassada em uma das falas de Manuel, quando ele busca compreender o fenômeno social “das vítimas” da ditadura na condição da afetação por parte das políticas econômicas do Estado, para além dos crimes de perseguição política:

O sea, los crímenes cometidos por la dictadura - ellos son víctimas en todo caso como la sociedad toda fue víctima de la dictadura, como hoy un chico nace y es pobre, y su padre ya fue pobre, y va a ser pobre probablemente por toda su vida - por consecuencia del plan económico de la dictadura.

Por meio dessas nuances - quais sejam, a identificação da narrativa humanitária com as práticas políticas dos anos 1960 e 70 -ressignificada no presente como uma luta por direitos sociais-, pode-se inferir que -pelo menos- os netos Leonardo e Manuel reivindicam a militância política daquela época, mas ela se torna relevante e propagável de outras maneiras. Nessa interpretação, ainda, a continuidade ao legado político dos seus pais estaria inserida no próprio envolvimento com a militância pelos direitos humanos.

Já visão dos netos críticos – como Ximena, Jorgelina- a essa militância acompanha o escopo geracional de inserção das intenções de ocupação do poder pela esquerda na memória que fazem dos anos repressivos, mas, ao contrário de outros filhos desaparecidos que reivindicam ou justificam as escolhas políticas de seus pais - eles não a validam. Em outras palavras, diferente dos membros de H.I.J.O.S, os quais inserem a opção pela luta armada e pela militância clandestina na memória sobre o passado de seus pais de modo a justificar e reivindicar aquela experiência; alguns netos inserem o político com um olhar crítico.

Porquanto, a compreensão de alguns destes netos não passa pela representação de “jovens revolucionários” (H.I.J.O.S) nem de “jovens que lutavam por justiça social” (*Abuelas*), e sim uma juventude guerrilheira - e esse acionar político não lhes parece defendível.

Neste viés, a escolha política pela violência distenderia a possibilidade de acatar essa escolha como legítima e torna-se crucial para a impossibilidade de transmissão daquela experiência. Assim, se para Leonardo, a violência, naquela conjuntura, era justa; para Ximena

⁹⁵ Essas três últimas são as bandeiras do peronismo histórico.

ela é injustificada em qualquer situação e contexto. Por um lado, há obviamente uma dificuldade em confiar na escolha política clandestina e armada como ferramenta de transformação social na medida em que esse olhar está condensado ao contexto cultural em que vivem, já em democracia. O repúdio dos métodos violentos em qualquer tipo de experiência política, ganharam força nos debates garantistas da transição democrática, por meio de compromissos, elaborados na égide de pactos sociais, a que esses direitos (humanos) não sejam violados novamente.

Por outro, o receio ou mesmo a repulsa dessa escolha – entendo que se encontra vinculada à compreensão da responsabilidade sobre esse fazer político em seus próprios destinos. Visto dessa forma, a militância revolucionária, considerada por eles “inconsequente” e “arriscada”, implicou-os, segundo entendem, a uma situação de “desamparo” e “vulnerabilidade”. Não é menos dizer que o sequestro e roubo de suas identidades ocorreu quando eram ainda bebês, por mais que esses pais nunca pudessem prever esse acionar específico do Estado. Sentir-se abandonado (por causa da política) e exposto ao contratempo de uma vida de enganos é um ponto de vista legítimo desses filhos, e esse pode ser um bom motivo para que não escolham a política como um caminho para suas vidas.

Embora alguns desses netos refutem a política como modo de estabelecer uma ligação de “sangue” com os seus progenitores, isso não faz com que deixem de buscar o emparentamento. Em sua tese de doutorado, Massa (2016) analisa quais ingredientes são responsáveis por estabelecer o parentesco biológico no caso dos netos restituídos. Neste caminho, esses filhos buscam outras conexões significantes para este vínculo parental. Em Jorgelina, por exemplo, fica evidente sua disposição em construir afetos e vínculos parentais por meio das fotografias, transformadas em arte.

3 CAPÍTULO 2. O IMBRÓGLIO DO KIRCHNERISMO

Jorgelina: Y esto también, yo lo había hablado con algunos de los nietos que no están de acuerdo con eso [com a militância kirchnerista dentro de *Abuelas*] y que durante todo el gobierno, también, kirchnerista -porque ese fue un tema candente porque todos los que estaban participando activamente en *Abuelas* eran kirchneristas- [...] Pero sí, que es un cambio muy grande porque casi todos los que fueran nietos restituidos en la era del kirchnerismo son todos militantes. Son todos militantes K.

Mariana: Entonces es como un dilema humano muy complicado y si vos muestras que automáticamente, por ser hijo de desaparecidos, reivindicas la lucha de tus padres, la militancia de tus padres, y militas en un partido, no sé, como un partido de izquierda, como el kirchnerismo, porque hay nietos en todos los partidos, no solo los kirchneristas, los kirchneristas son los más visibles pero hay nietos que participan en la izquierda, no... Y que automáticamente tienes que querer a tu familia biológica porque te buscaran cuarenta años...

O “mundo dos netos restituídos” é formado por sujeitos que preenchem as mais diversas tendências políticas, partidárias e não partidárias. Apesar de alguns recuperados terem enveredado como legisladores pelos quadros kirchneristas, os netos que assumem o legado pela busca de outros jovens apropriados e estão presentes nas distintas filiais de *Abuelas*, não são necessariamente militantes pelos partidos políticos que se concentram ao redor da filosofia política do kirchnerismo⁹⁶ na Argentina. .

Mesmo assim, alguns netos não se sentem à vontade para aproximar-se (ou, por vezes, distanciaram-se) do que se intitula o “grupo de netos mais militantes”, que, junto das avós e dos irmãos que buscam, engajam-se a partir da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*. Seja porque, como visto nas falas acima, não concordam que a organização esteja imersa numa militância partidária; seja por creditar que em torno da identidade de filho de desaparecidos se condiciona o encargo da incorporação do legado político de seus pais, - ao que, como na época, seria a militância em um partido político de esquerda, – fato é que há um obstáculo importante na atuação desses netos dentro dos movimentos sociais de direitos humanos da Argentina. Em parte, isso explica por que, para além do distanciamento espacial em relação a suas casas e as

⁹⁶ O kirchnerismo é um movimento político de centro-esquerda e de orientação majoritariamente peronista, surgido no ano de 2003, quando o falecido Néstor Kirchner passa a presidir a nação argentina. O legado seria continuado por sua esposa e sucessora Cristina Fernández de Kirchner, eleita por duas vezes. Somando ambas eleições, o casal ocuparia o poder executivo nacional por mais de uma década. Integram ao movimento, além do partido político justicialista, pelo qual se elegeram os principais referentes do movimento, outros partidos políticos e movimentos menores, como os partidos políticos La Cámpora, Kolina, etc. Fonte: Wikipédia.

sedes da associação e ainda das ocupações profissionais e pessoais de cada um, a maneira como se conformou a política nacional nos anos recentes e o envolvimento dos direitos humanos nela também interfere na integração.

Dessa forma, questiona-se: Por quais razões há um imaginário social argentino acerca de que os netos recuperados por *Abuelas* seriam kirchneristas? Do mesmo modo, como se armou essa narrativa de coalização do movimento de direitos humanos na Argentina junto dos governos kirchneristas?

3.1 “COOPTAÇÃO POLÍTICA”: FAMILIARES E KIRCHNERISMO

Entre 2003 e 2007, com a presidência de Néstor Kirchner e, em sua continuidade, com os governos seguidos de Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015), iniciou-se, segundo Quintana, um processo político “em el que se llevaron a cabo una serie de medidas tendientes a convertir la memoria social del terrorismo estatal y la defensa de los derechos humanos em política de Estado”. (QUINTANA, 2016, p.25). Nesse sentido, emergiu uma série de análises que sugeriram que houve uma *cooptação* dos direitos humanos por este governo e a consequente perda de autonomia dessas organizações (QUINTANA, 2016, p.35)⁹⁷.

Esses questionamentos surgiram por parte de setores sociais e políticos opositores ao governo, tanto de direita quanto de esquerda. Não obstante, expressaram na organização *Madres de Plaza de Mayo* a metáfora para o que seria um grupo de direitos humanos que “se desviou de seus objetivos originais”. (BARROS; MORALES, 2016, p.115).

No advento da assunção do presidente Nestor Kirchner e da elevação inédita ao Estado de políticas públicas de reparação que propuseram, entre outras medidas, dar fim à impunidade dos crimes da última ditadura⁹⁸, o evento das rondas históricas de *Madres* na praça de Maio⁹⁹,

⁹⁷ Corroboro com a interpretação de Quintana de que o termo cooptação pode ser substituído pelo de articulação política: “la identificación de APM con un gobierno más que ser sinónimo de cooptación es parte de un proceso de articulación política contingente que, como tal, resignifica su lucha [...] Por eso, cabe sostener –con Morales– que los marcos de sentido que inaugura el kirchnerismo si bien condicionan a dichos grupos no los determinan en su capacidad de agencia discursiva y reformulación temporal (Morales apud Quintana, 2016, p.35)”.

⁹⁸ “El 21 de agosto de 2003 fue aprobada la ley 25.779 que declara nulas las leyes de Punto Final y Obediencia Debida. A partir de allí, en 2004, se reabrieron varias de las causas que habían quedado truncadas durante los años 80” (QUINTANA, 2016, p.34).

⁹⁹ Desde 1981, as Madres de Plaza de Mayo realizam a chamada “Marcha de la Resistencia”, em frente ao palácio do governo argentino (Casa Rosada) de maneira interrompida (BARROS; MORALES, 2016, p.111), como forma de denunciar o terrorismo de Estado e reclamar pela vigência dos direitos humanos.

iniciada no período da ditadura militar, é encerrado pela presidenta Hebe de Bonafidi, com o argumento de que “el enemigo no está más en la Casa de Gobierno” (Bonadifi, 2006)¹⁰⁰. Nesse momento, as madres redefinem sua luta a partir de políticas de Estado que, em seu novo projeto de nação, como já mencionado, articularam inclusão, igualdade e justiça social aos processos de “verdade, memória e justiça social”. Nesse marco, inscreveu-se, por exemplo, o projeto “Sueños Compartidos” (Sonhos Compartilhados, trad.), uma parceria entre Madres e governo nacional, o qual tinha como objetivo central, além de outras obras públicas, construir centenas de habitações para famílias carentes na extensão do país.

Contudo, para certas linhas críticas, -tanto da imprensa, quanto dos militantes da esquerda não-oficialista e mesmo do ambiente acadêmico-, isso significou que Madres havia sacrificado sua independência de forma a “tomar partido” das decisões do governo, comprometendo a sua luta histórica (MORALES, 2012). Além disso, os discursos apontaram para “manobras de dominação e estratégias de manipulação” (MORALES, 2012, p.52) de um projeto de continuidade de poder kirchnerista. Nesse entendimento, a figura dessas “familiares” teriam sido usadas para mascarar as “fissuras” do governo de turno.

Acresce-se a essa situação o devir ao centro da cena pública, no ano de 2011, de uma situação de denúncias do referido projeto social encabeçado por Madres, quanto a irregularidades de obras e desvio de recursos econômicos recebidos desde o governo nacional (BARROS; MORALES, 2016, p.113). Essa situação, reproduzida como um “caso de corrupção”, abalou ainda mais os níveis de confiança respeito dessa articulação política.

De acordo com Barros e Morales, as organizações responderam de maneira heterogênea aos chamados do governo durante os doze anos de administração kirchnerista (BARROS; MORALES, 2016, p.113). No caso de *Abuelas*, houve uma colaboração bastante frutífera entre esse grupo e o casal Kirchner, através de “diversas iniciativas governamentais e investimentos em recursos técnicos e humanos, destinados a sistematizar as tarefas de busca e acelerar a identificação dos/as ‘netos/as apropriados/as’” (MASSA, 2016, p.37). Uma delas foi a criação da “Lei do DNA” (2009)¹⁰¹, a qual foi responsável por permitir a identificação de muitos netos

¹⁰⁰ Os inimigos eram, segundo declarações de Bonafidi, a própria ditadura militar e todos os ex-presidentes democráticos argentinos, como Raul Alfonsín (1983-1989) e Carlos Menem (1989-1999), os quais anistiarão repressores, anularam sentenças condenatórias e dificultaram a resolução do passado político.

¹⁰¹ A lei que tornou compulsória a obtenção de amostras de DNA por parte dos que são suspeitos de serem filhos de desaparecidos.

e impulsionar os Julgamentos Orais e Públicos de apropriação¹⁰². Além de terem revertido a busca dos netos e netas em incumbência presidencial (MASSA, 2016), foi público e notório o mútuo apoio existente entre as duas principais figuras políticas e a associação¹⁰³, durante o período que marcou seus governos. Na casa memorial dedicada a contar a história de *Abuelas*¹⁰⁴, por exemplo, estende-se, nas salas, murais com fotografias ampliadas de momentos afetivos entre Estela e Nestor; Estela e Cristina ou mesmo de algum neto recuperado abraçado junto a eles.

Apesar dessa aproximação tão evidente, as críticas a essa instituição foram bem menos intensas, em comparação à *Madres*¹⁰⁵. Esses argumentos fazem com que se compreenda, em que pese, -tanto *Madres* quanto *Abuelas* tenham obtido destaque no laço conferido entre os governos Kirchner e organizações do movimento de direitos humanos-, de que forma, *Abuelas*, gozando ainda de uma identidade social “distintiva” entre os familiares, passou mais incólume à essas denúncias.

3.1.1 “Politização de *Abuelas*”: a visão crítica das netas

¹⁰² Além dessas, “outras medidas orientadas a fortalecer a localização dos/as ‘netos/as apropriados/as’ foram a criação, no âmbito do Ministério Público Fiscal, da *Unidad Especializada para casos de apropiación de niños durante el terrorismo de Estado*; a decisão governamental de oferecer recompensas em dinheiro a quem aportasse informação útil para as buscas; e as ‘*campañas x la identidad*’ veiculadas nos meios de comunicação públicos, convocando as pessoas que tivessem dúvidas em relação a sua origem biológica.” (MASSA, 2016, p.37).

¹⁰³ Estela de Carlotto, expressou, em 2004, na égide da derrogação das leis da impunidade: “El presidente Kirchner es un ignoto [desconhecido, trad.] que está haciendo más de lo que prometió hacer” (Carlotto, 2004, citada em BARROS; MORALES, 2016, p.110)

¹⁰⁴ Trata-se da *Casa por la Identidad*, mencionada anteriormente.

¹⁰⁵ Inclina-se a argumentar que este quadro se justifica, porque, *Abuelas*, em comparação à *Madres*, não fora atingida pelas denúncias de corrupção. Mas há outros fatores sugestivos, com relação a modo como essas organizações se inseriram, simbolicamente, na sociedade argentina, por meio de suas políticas institucionais. Enquanto *Abuelas* é acompanhada pela narrativa “legalista”, respeito da valorização “democrática” do trabalho institucional realizado ao longo dos anos, no que concerne a utilização dos aparelhos institucionais do Estado – como o sistema de justiça e os ministérios - para ampliação do alcance da busca; em relação ao trabalho de *Madres*, a política de direitos humanos caminhou por esferas que foram vistas como mais “radicais”. Desde os inícios da redemocratização, por exemplo, *Madres* tem encabeçado rupturas importantes quanto à compreensão da política em relação aos desaparecidos. Em 1986, houve um desentendimento quanto à política de exumação dos corpos dos desaparecidos. Segundo Hebe de Bonafidi, encarregada da associação da época, o aparecimento dos corpos apenas para alguns familiares individualizaria a verdadeira busca pela justiça, num momento em que elas se reconfigurariam como mães de todos os 30.000 desaparecidos. Esse evento culminou no histórico “racha” da associação, que passou a se dividir, desde então, entre Línea Fundadora – a qual reconhecia a importância de se buscar os corpos e do dolo familiar e Asociación Madres de Plaza de Mayo – a qual é presidida por Hebe de Bonafidi até os dias atuais. Além disso, nas primeiras décadas de 2000, o ativismo de *Madres (Asociación)* passou a relacionar sua luta pelos direitos humanos a uma resistência política fortemente marcada por pautas que tencionavam as estruturas sociais e econômicas (BORLAND, 2006). Essas trajetórias podem ter contribuído para que a organização *Madres* tenha se tornado mais “indigesta” ao olhar do cidadão argentino. Nesse ponto de vista, a figura de Carlotto aparece no imaginário social argentino como “cortês”, em detrimento do retrato mais “combativo” que se faz de Bonafidi.

No tocante às netas Ximena e Jorgelina, estima-se que, embora tenham apontado divergências perante as escolhas institucionais relacionadas às preferências de um estilo de presidência (de Chicha em detrimento Estela), as suas diferenças com a associação *Abuelas* se tornariam mais evidentes a partir dos referidos acontecimentos políticos nacionais. Neste caminho, compreendo que o afastamento crítico dessas netas surgiu em reação ao fenômeno de aproximação das organizações de direitos humanos com um determinado governo, ao que alguns denominam “politização da instituição”. Por esta razão, as críticas à “política”, que serão vistas a seguir, não estão direcionadas ao que seriam as políticas de busca da instituição (como a doação compulsória do sangue, a relação com a justiça, o arquivo biográfico familiar, etc.), mas a uma suposta “política partidária” da mesma, que remete às redes tecidas entre *Abuelas* e os governos kirchneristas. Como mesmo inferiu Ximena: “No soy crítica en cuanto a la lucha de Abuelas, ¡soy crítica cuanto al modo que tienen!”

Por este ponto de vista, o “modo que tem” *Abuelas* de seguir com a sua luta, segundo a perspectiva geral de seus relatos, é caracterizada pela aproximação com o projeto político kirchnerista. Segundo elas, *Abuelas* “casou-se com um partido político” de modo a implicar em sua independência como organização de direitos humanos.

Ximena: Abuelas lo que hizo fue - para mí una cagada - que es casarse con un partido político.

Jorgelina: Entonces, cambia el gobierno y vos seguís siendo la misma institución, y pase quien pase en el gobierno y vos seguís tiendo esa imagen de que te mantienes en tu postura. Pero, mientras que Abuelas se siga como casando con ciertas políticas, porque le parece se le beneficia, bueno, van a seguir pasando esto. Pues, ahora, qué sé yo, llega a ganar Cristina otra vez ¿y que va pasar también? ¿Otra vez van a volver a casarse con Cristina? ¿Después de todo que si sabe qué pasó? O van a ser un poco más inteligentes y van a tratar de ver, bueno, en cosas piden ayuda, en que cosas se separan, ser un poco más crítico [...] No tiene que ser adjuntada al gobierno de turno, de ninguna manera, si no pasa esto [...] tener muy claro que vos no estás apegada a este gobierno, o sea, que vos sos independiente.

Mariana: ...cuando lo más importante que tiene un organismo de derechos humanos es su independencia.

Como visto, a neta Mariana também mostrou preocupação com essa aproximação. E, provavelmente, Jorgelina - quando aponta à possibilidade de uma repetição da história se *Abuelas* apoiasse o retorno de Cristina Kirchner ao poder, faz a advertência: “depois de tudo

aquilo que se sabe que passou? (trad.) ” -, faz inferência aos projetos sociais financiados pelo governo, que culminaram no envolvimento das organizações de familiares em denúncias de corrupção.

Em outra perspectiva, a ameaça à independência ganha fatos e contornos específicos, já que segundo elas, a isenção se viu comprometida pela transferência do Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG) -que até então tinha residência em um hospital da cidade de Buenos Aires-, para o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva, no ano de 2009¹⁰⁶:

Ximena: Para mí el gobierno de Cristina hizo una cosa terrible que es sacar el banco genético que funcionaba en el hospital Durand y llevarlo a el Ministerio de Ciencia y no sé qué, para tener el control del Estado. Eso es algo que no debería estar bajo el control del Estado. Y eso no hizo este gobierno, lo hizo el anterior. Entonces, hay muchas cosas que hicieron mal con los derechos humanos, por más que lo impulsaban políticamente.

Mariana: Justamente yo lo decía otro día del Banco Nacional de Datos Genéticos, me parece que lo más destacable que tiene este organismo es su independencia en relación a todo tipo de Gobierno. Es insospechable, es indubitable, o sea, no se puede poner en tema de juicio, la veracidad de los resultados porque no tiene ningún tipo de influencia. No sé si mi entendes.

Marina: ¿Es técnico?

Mariana: Es indubitablemente objetivo... Es nada que ver... A mí cuando me hacen las analices de sangre, a mí, en verdad, la noticia que me dieron de que yo era Mariana Zaffaroni - no me gustó para nada. Pero yo tenía al menos tranquilidad de saber que me buscaron, o no me buscaron... La verdad era esa, no es que había un indicio de sospecha, de que el resultado puede ser manipulado para favorecer a las abuelas.

Nesse seguimento, vê-se a implicância da desconfiança da relação da ingerência “política” nas pautas pelos direitos humanos respingar também no trabalho de busca de *Abuelas*. De tal forma que o procedimento de modificação do objeto jurídico de um órgão, operado por um princípio de “transparência pública” -o qual altera o processo de identificação dos jovens apropriados de um espaço de ingerência privada para a administração do Estado- foi redimensionado quanto a sua possibilidade de estar sendo cooptado para interesses escusos.

Outro destaque negativo foi este mesmo governo, segundo elas, ter se utilizado dos direitos humanos para fazer propaganda política, de maneira “abusiva”:

¹⁰⁶ Segundo informações da página eletrônica do órgão, tratou-se de uma alteração sob a égide de uma lei, que alterou a jurisdição do órgão para a administração do Estado, funcionando, a partir de então, como órgão autônomo e autárquico. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/ciencia/bndg/historia>. Data de Acesso: 22/11/2019.

Ximena: Lo que a mí me molestó siempre es que un gobierno que usaba los derechos humanos para ganar votos. O para ganar, que sé yo. Lo hacían uso y abuso.

Jorgelina: Cristina resaltó tanto la figura de los derechos humanos, desde el económico, o sea, le pasó un montón de plata, se hacían un montón de cosas, digamos, desde el gobierno, desde el Estado, si invirtió un montón de plata en eso [...] y lo usaba para hacer propaganda de derechos humanos, o de política, que en el fondo es lo que sostenía el gobierno.

Por esta interpretação, a imagem dos direitos humanos serviria, ainda, para tapar supostas irregularidades do governo kirchnerista, com vistas de se manterem no poder:

Jorgelina: la corrupcion y el aparato que se generó para poder mantenerse en el poder para mí es imperdonable, o sea, el usar a los nietos, a los hijos de desaparecidos, a las abuelas, a las madres, dividir las instituciones, generar conflictos internos para ellos mantenerse en el poder. para mí es muy grave.

Entendo, na esteira de Morales (2012) e Quintana (2016), que a aderência de *Madres e Abuelas* ao governo não é sinônimo de cooptação. Como organizações emergentes em plena ditadura, as quais viveram os processos transição democrática de seu país com toda a dificuldade que foram as negociações com o Estado pelo reconhecimento de suas pautas – elas sempre “tomaram partido” (MORALES, 2012, p.63) de suas causas em cada contexto político. Nesse seguimento, “a identificação com o contexto não elimina a capacidade de agência” (MORALES, 2012, p.62). Como denota autora, ainda, as associações aderiram ao governo, mas não necessariamente abrindo mão das fissuras e dos reparos. Portanto, esses movimentos sociais não se deslocaram em prol de manobras de manipulação e dominação de uma suposta propaganda política kirchnerista, mas -, porque interpeladas por um discurso que quebrara a histórica impunidade das respostas do Estado em relação às políticas de reparação-, resignificaram sua articulação política (MORALES, 2012, p.61).

3.1.1.1 O Ineditismo da esquerda como motor de estranhamento

As análises críticas acerca da articulação entre a legenda kirchnerista e as organizações de familiares, surgem, também por parte dos próprios organismos de direitos humanos, porque alguns setores se viram prejudicados por uma adoção de políticas específicas de reparação

(BARROS; MORALES, 2016). Entretanto, a leitura discordante de vários setores de esquerda e de certas organizações direitos humanos não tinha necessariamente o objetivo de canalizar no Estado a origem dos problemas. Não obstante, para essas netas, fica claro que o Estado é uma instância “*controversa*”. Desta forma, embora vejam como positivo certa importância que se deu aos direitos humanos naquele governo anterior, atribuem que o Estado não deveria impulsionar políticas públicas de direitos humanos:

Ximena: Y segundo tampoco creo que eso tenga que ser un pilar del Estado - como hizo el gobierno anterior.

Marina: Y eso de que vos me decías de que no compartías de lo que se pasa en este gobierno... Y, bueno, lo que más dicen los nietos más públicos, que están más acercados del kirchnerismo... como que puso los derechos humanos y la búsqueda por los nietos como algo principal.

Mariana: Es verdad. Se coincidió, digamos, de los gobiernos que a mí me tocó vivir, claramente este es lo que más importancia y relevancia le dio a este tema, sin duda [...] No me parece que con eso solo alcance para que yo esté de acuerdo... les apoyé en un montón de cosas... Tampoco el hecho de que se constituyó una política de Estado y tampoco me parece que hayan hecho bien, porque eso generó mucho rechazo con la población con la Montoya [fala de Estela]...bueno, eso siempre, ¿no? Me parece que eso ocurre siempre... Pero no me gustó la forma con que se instaló. Celebro que lo haga hecho, no me gusta como lo hizo.

A inédita ascensão de um governo de esquerda na administração do país poderia ajudar a explicar algumas dessas ideias. No século XXI, parte dos países que compõem o continente latino-americano, incluído a Argentina, passaram pela experiência da chegada ao poder de partidos políticos de esquerda, o que balançou os pilares da nossa história política. Deste modo, à estas declarações podem ser atribuídas um estranhamento quanto ao advento de um Estado social atuante, em contraposição à conjuntura neoliberal dos mandatos políticos republicanos de até então.

Ao que parece, a concepção de Estado e do sistema político influencia também o campo da reparação, na medida em que embora essas netas compreendam a responsabilidade do Estado pela violação dos direitos humanos – pela naturalização de certas ideias políticas (como a do Estado mínimo), não acreditam que o Estado deva se intrometer, mas apenas permitir o avanço dos direitos humanos, como modo de garantir sua independência. Em outras palavras, para essas netas, a reparação deve ser pautada apenas pelas organizações não-governamentais, e não por políticas de Estado:

Jorgelina: J: ¿Y cuál es la función verdadera de Abuelas? [...] La Abuelas es una ONG, sin fines de lucro, tiene que seguir cumpliendo su función de buscar a los nietos más allá del gobierno que esté, gobierno de turno que esté. Abuelas tiene que ser Abuelas...

Em momentos de instabilidade política, o Estado é uma das primeiras figuras a perder credibilidade. Com efeito, passam a adquirir força, por um lado, as ideologias neoliberais, e, por outro, também, as críticas a todos os governos que se pautam em políticas reguladoras. E a história política contemporânea de parte do continente latino-americano seguiu esse esquema (IBARRA, 2011). De modo que se observa, ainda que indiretamente, uma conclusão crítica recorrente nestas falas: “se o Estado financia *Abuelas*, isso comprometeria a sua isonomia”.

Por outro lado, instalou-se um imaginário social de que os últimos governos de esquerda dessa região foram populistas e corruptos. E o signo kirchnerista, na Argentina, foi alvo principal dessas denúncias (SCHUTEMBERG, 2014) – como ficou evidenciado no projeto social das habitações. Por isso, entendo que suas opiniões acerca da política institucional de *Abuelas* esteja inserido nesse contexto denunciativo. Assim, segundo elas, o financiamento dos direitos humanos pelo governo nacional da época contribuiu (ou pode ter contribuído, como se vê na narrativa cautelosa de Mariana) a que a população e o governo posterior atuassem com rechaço frente às organizações de familiares:

Jorgelina: Y después, cuando ganó Macri [...] así si vos fomentas todo el tiempo la bronca contra todo, y que todos los de acá son los enemigos, generas eso [...] O sea, de blanco vas a pasar a negro, de negro vas a pasar a blanco y así. Entonces, si no encuentras un término medio [...] No tiene que ser adjuntada al gobierno de turno, de ninguna manera, si no pasa esto [...] Como que se juntó tanto con Cristina, ¿Macri lo que hizo? Lo relacionó directamente con Cristina y dijo, bueno, ahora le corto el choro.

Mariana: No termino de estar convencida, pero no me parece que el Estado tiene que favorecer, como desde antes, subsidiar, o sea, tener una participación activa en los organismos de derechos humanos justamente pasa esto que ahora muchos critican, que los organismos de derechos humanos quedan como pegados a un gobierno, a un partido, a una figura política, cuando lo más importante que tiene un organismo de derechos humanos es su independencia.

Ximena: Cuando vos te casas con un partido político y después sube otro, porque toda la política cambia. Hoy toda la gente durante 5 años te vota a ese, pasa el tiempo y empieza a votar al contrario. Y eso pasa así, en todos los países, y siempre es así, o sea. Entonces eso va a cambiar en algún momento y se van a quedar pegado al anterior.

Em alguns desses trechos, nota-se uma responsabilização dos perseguidos políticos pela perseguição. Esta trama argumentativa apoia-se em um movimento de abertura (revisionista) crítica que encontra o seu escopo em uma etapa política posterior à década kirchnerista a qual elas se referem. Nessa continuidade, acresce-se, às narrativas críticas dessas netas, outro contexto de ressonância e possibilidades enunciativas: a chegada Mauricio Macri à presidência da nação, no ano de 2015.

3.1.1.2 Contexto das entrevistas

As entrevistas se realizaram exatamente entre o início e a metade da administração do país por esse presidente, entre os anos de 2016 e 2017. Era o auge do governo Macri. Neste contexto, as condições de exposição crítica encontram seu assento num quadro de descenso e descrédito do projeto kirchnerista de nação e na perda da soberania dos familiares em organizar a pauta dos movimentos de direitos humanos no cenário político nacional. Nesse sentido, as entrevistas também podem ser lidas em sua perspectiva de “desafogamento”, quando as netas puderam finalmente falar sobre esses temas, depois do período de larga aprovação social respeito dos principais personagens envolvidos com as políticas públicas de direitos humanos¹⁰⁷. De acordo com Jorgelina, em relação aos anos do governo de Cristina Kirchner:

...y sin embargo habia un monton de situaciones que estaban tapadas y que no podian se hablar de eso (nov 2016).

El tema es, la gente se hartó también de eso, la gente se hartó de que se usara de los derechos humanos como bandera para después se hacer otras cosas. Como pantalla de la corrupción, como pantalla de negocios personales (jul 2017).

A campanha eleitoral de Macri, que saía pelo Propuesta Republicana (PRO), partido-político de legenda centro-direita, estava fortemente centrada na oposição kirchnerista e foi consumada pela Aliança Cambiemos. A necessidade de “cambio (mudança, trad.)” apelava não só a um caminho “provável” após uma década e meia de experiência de esquerda no poder, mas no caso de sua plataforma para os direitos humanos, propunha uma virada brutal de como a matéria estava sendo disposta no país até então.

¹⁰⁷ A partir dos itens desenvolvidos neste subcapítulo, envolvidos em um contexto específico em que se relacionou essas falas, poderia se questionar como seriam o teor desses testemunhos se essas entrevistas tivessem sido realizadas agora, com a ascensão de Alberto Fernandez, um líder peronista aliado ao kirchnerismo (Cristina Kirchner é sua vice). Provavelmente, muito mais amenos.

Em primeiro lugar, pretendiam dar um fim aos supostos abusos das causas de direitos humanos da última década kirchnerista. Nesta época, ficou muito conhecida a fala do presidente que atribuiu, ao movimento de direitos humanos, o conceito de “curros” (falcatruas, trad.):

Ahora los derechos humanos no son Sueños Compartidos y los «curros» que han inventado. Con nosotros, todos esos curros se acabaron [...] Siento que ha habido un abuso de sectores bajo esas banderas, el más emblemático es el de las Madres (MACRI, 2014)¹⁰⁸.

Para Barros e Morales, essas acusações estão implícitas àquelas críticas de cooptação e ambição pelo poder que circularam no país até então e “que sostenía que los gobiernos de la última década en perjuicio de los derechos humanos manipularon la lucha de los organismos de manera demagógica, de acuerdo a sus intereses particulares y ambiciones de poder.” (BARROS; MORALES, 2016 p.115). Desta forma, o modelo macrista apostou por vincular a pauta que envolveu esses familiares “a um passado revanchista” em detrimento de uma agenda de direitos humanos que impusera “questões do presente” (BARROS; MORALES, 2016).

Essa atualização da agenda, que passou por uma proposta de “deskirchnerização dos direitos humanos” (BARROS; MORALES, 2016, p.116) traduziu-se, nos primeiros meses de governo, na retirada dos eixos de “verdade, memória e justiça” da agenda prioritária dos direitos humanos; pela negativa do presidente em se reunir com os principais referentes do movimento; por demissões e cortes nas dependências dos direitos humanos em setores de Estado e, ainda, pela promoção de direitos e liberdades individuais, acompanhando a conjuntura internacional de tratamento desses direitos (BARROS; MORALES, 2016).

A nova conjuntura não se limitou a desautorizar as pautas históricas dos direitos humanos apenas no campo simbólico, mas também se viabilizou, com observado, em um processo de retirada de insumos nessa área a partir da administração do Estado. Com relação à pauta da busca dos jovens filhos de desaparecidos, isso resultou em perdas materiais bastante específicas, como a desativação do grupo ministerial criado para colaborar com a coleta de amostras de DNA por via judicial daqueles que suspeitavam ter sido apropriados durante a ditadura¹⁰⁹. Além do mais, denunciou-se, por parte de *Abuelas*, que a Procuradoria de Justiça

¹⁰⁸ MACRI, Mauricio. “*Conmigo se acaban los curros de derechos humanos*”. [Entrevista concedida a] Jaime Rosenberg. *La Nación*. 08/12/2014. <https://www.lanacion.com.ar/politica/mauricio-macri-conmigo-se-acaban-los-curros-en-derechos-humanos-nid1750419>

¹⁰⁹ Tratava-se do Grupo Especializado de Assistência Judicial (GEAJ)¹⁰⁹, alocado no Ministério de Segurança da Nação, o qual funcionava como uma intervenção especializada às vítimas quando não era possível tomar as amostras do material genético de maneira voluntária. Informação disponível em:

da Nação, no que diz respeito às políticas de direitos humanos, vinha sendo esvaziada¹¹⁰, ademais do encerramento da equipe de psicólogos para acompanhar netos e familiares nos processos judiciais.

À Leonardo, questionei como estavam conduzindo esse novo panorama a partir de *Abuelas*:

A nível nacional, o que tem que a ver pontualmente com as ferramentas de *Abuelas* com alguma dificuldade, mas continua...e [isso] no [que seria] mais restritamente relacionado às *Abuelas*. Porém, depois, [há um processo de cortes] em situações que sim tem a ver com a temática de direitos humanos, mas que são periféricas às avós ou que são suplementarias às buscas, ou com os julgamentos, ou com a ajuda psicológica aos recuperados e aos sobreviventes. Isso é o que vivemos com muitas preocupações porque houve retrocessos nessas políticas, claramente.

Já em relação às netas, a intenção honesta de isentar suas opiniões frente a um contexto político local tensionado¹¹¹, provavelmente justificaria suas posturas que se confundem às narrativas revisionistas que se instalaram na conjuntura política nacional a partir de 2015. Para pessoas que preferem não se definir politicamente e em tempos de anti-cultura política, há uma certa aspiração de que o Estado e as organizações civis devem ser o mais neutras possíveis¹¹². E essa ambição de neutralidade se vê refletida no que diz respeito à função do Estado e de *Abuelas*:

Jorgelina: Abuelas tendría que mantenerse neutra de todo tipo de gobierno, más allá de que sea de izquierda o de derecha, o sea, creo que Abuelas tiene que ser una ong sin fines de lucro y sin meterse en lo político especialmente. O sea, tienen que trabajar por la identidad de todos en cualquier situación política [...]

<https://csalignac.jusbrasil.com.br/noticias/335394221/governo-macri-fecha-divisao-ministerial-que-buscava-bebes-sequestrados-na-ditadura-argentina>. Data de Acesso: 05/11/2019.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.tiempoar.com.ar/nota/abuelas-denuncia-el-cierre-de-un-area-clave-para-recuperar-nietos>. Data de Acesso: Data de Acesso: 05/11/2019.

¹¹¹ Nos últimos anos, ficou famosa, na Argentina, a expressão “grieta” (rachadura), para designar dois lados supostamente opostos da política nacional: a esquerda e a direita, considerados ideológicos ou radicais em demasia.

¹¹² Sobre essa questão: “O Estado, bradam os negadores, deve ser neutro. O que silenciam, mas acabam por eventualmente revelar, é que tal neutralidade não significa sequer um rigor metódico cientificista, uma utopia de neutralidade valorativa plena no conhecimento; significa, antes, a contrariedade a qualquer margem de contestação aos horizontes normativos que configuraram os assim entendidos como principais espaços relacionais da vida social dita moderna, a saber, a família nuclear, o mercado capitalista e, claro, o próprio Estado com suas instituições (Cf. Honneth, 2015)”. Disponível em: <https://www.tcesociologia.ifch.unicamp.br/intervencoes/da-nega%C3%A7%C3%A3o-da-ideologia-%C3%A0-ideologia-da-nega%C3%A7%C3%A3o-ensaio-sobre-anticultura-pol%C3%ADtica-em>. Data de Acesso: 12 de abril de 2019.

Mariana: Cuando hay un mínimo lugar a que se sospeche de la legitimidad, de la veracidad de algo, ya se pierde todo el importante. Por eso te digo, no me parece bien que el Estado ayude, o favorezca, o prefiera, o elija a los organismos de derechos humanos. Por lo cual, tampoco me parece que sueno subversiva, pero me parece que el Estado no está para eso...que se abran los archivos, es decir que faciliten desde su lugar como Estado, todo lo que tiene que hacer para la investigación, para que se juzgue a quien, a quienes se corresponden...Para que se aplique a ley como se debe aplicarse. Pero no decir que eres a favor ni contra... Un poco eso... Ni decididamente a favor, ni contra, tiene que estar en un lugar neutral, me parece a mí.

O contexto também explicaria a interpretação que possuem do governo de Mauricio Macri, de modo que, ainda que contrárias às suas políticas, as observam como imparciais:

Jorgelina: Sí, sí. No, eso... O sea, soy muy consciente que también, que se hizo un corte muy rotundo o todo lo que es humano, digamos. O sea, no solamente a derechos humanos sino que... hambre. O sea, hecho que no se puede comprar comida. Ese es el tema de fondo...que para mí también eso tiene que ver con derechos humanos. O sea, esta todo carísimo, la comida esta imposible, vas al supermercado y no bajas de gastar dos mil pesos mínimos por compras. Y la gente le está pasando mal, están los impuestos carísimos, no puedes estar pagando dos mil pesos de agua, de gas, de luz, o sea, es una locura. Y yo creo que en eso, más allá de los derechos humanos, como que, creo que eso también es un derecho humano, las necesidades básicas. Entonces, desde ese lugar, no estoy de acuerdo con que ellos están haciendo.

Marina: Claro! Pero que te parece, que Macri hace eso, ¿o no?

Mariana: No termino de estar segura todavía, si me parece que restó [subtraíu, trad.] mucho en cuanto al subsidio, en cuanto apoyo económico, y todo eso, de lo que había antes... Eso, seguro, cortó muchísimo, presupuesto. Pero que tiene que ver con los organismos de los derechos humanos, eso no me parece una obstrucción.

No geral, o enunciado neoliberal se vende como “neutro”, como o “bom-senso”, como sendo “necessário”, o que embaça a sua dimensão de projeto político dentro de um campo de disputa democrática. Em vários momentos, o que fazem esses é creditar suas políticas como apropriadas, e não provenientes de um projeto liberal. Portanto, quando no poder, esses setores de direita, como fez o PRO na Argentina, inauguram um discurso tecnicista de “gestão” e “administração”, adotando medidas de cunho neoliberal (Estado mínimo), sem assim serem reconhecidas (VOMMARO et al apud POLETTI, 2016).

Assim, Jorgelina, por exemplo, ainda que observasse de maneira ambígua as políticas de Estado iniciadas pelo governo de turno, as quais particularmente afetavam o ofício dos direitos humanos, as entendia como inevitáveis. Por exemplo, neste discurso, as medidas de

“austeridade” - os ajustes, são consideradas necessárias, pelo argumento de que o modelo de Estado promovido pela legenda anterior não seria sustentável (KAUTH, 2016)¹¹³:

Jorgelina: Y es lo que se sucedió. Y ahora estamos todos llorando porque Macri está haciendo medidas que son muy difíciles para el pueblo, porque son súper duras. O sea, realmente no se le están pasando bien. Y yo soy, yo totalmente lo veo y lo comparto, digamos, no son políticas que ayuden que la gente esté mejor, digamos. Pero eso también que tiene que ver con un gobierno previo, no es aislado. Eso es que lo ellos no se dan cuenta.

Relembra-se que Mauricio Macri foi bem-sucedido como alternativa viável nas penúltimas eleições presidenciais argentinas também pela figura do político anti-político ao qual encarnava:

Em tempos de crise econômica e política, o fenômeno de figuras que surgem como se estivessem à margem da política é recorrente. O anti-político não seria corrupto, não governaria por interesses próprios, não faria tudo para se manter no poder. [...] O antagonista ao político, neste caso, seria o empresário bem-sucedido, que já é milionário e por isso não precisaria roubar¹¹⁴

3.1.1.2.1 Memória institucional

Por outro lado, suas lógicas poderiam também estar amparadas no fato da identificação social com os direitos humanos, na Argentina, nem sempre ter se operado por meio de uma prerrogativa de envolvimento significativo dessas organizações com o cenário da política representativa. Ao contrário, de acordo com Barros e Morales, isso aconteceu a partir dos sucessos da emblemática crise econômica vivida no país nos anos de 2001 e 2002¹¹⁵:

[...] frente a los devaluados [desvalorizados, trad.] representantes políticos, las agrupaciones de derechos humanos adquirieron un significativo protagonismo y se convirtieron en uno de los espacios de mayor legitimidad

¹¹³ Neste caso em específico, aludindo à “pesada herança K” (KAUTH, 2016).

¹¹⁴ E que na realidade, para ficar rico, expropriou a outros. FERRARO, Silva. “A desconstrução do político”. Esquerda Online, 07 out. 2016. Coluna. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/10/07/a-desconstrucao-do-politico/>. Data de Acesso: 12 de abril de 2019.

¹¹⁵ Em 2001, a Argentina viveu a que é considerada a maior crise econômica de sua história, motivada, entre várias explicações, pela má gestão financeira do Estado. Com a alta do desemprego e medidas impopulares do governo – o mandatário da época, Fernando de La Rúa, foi ‘impeachmado’, em meio a uma grave convulsão social.

para expresar y canalizar los descontentos sociales (BARROS; MORALES, 2016, p.108)

De forma que cabe referir que nem mesmo a memória histórica institucional da organização *Abuelas* esteve sempre conectada com a importância do Estado como espaço primordial de transação em relação às políticas reparatórias. Essa operação discursiva, analisada por Quintana por meio de uma das últimas obras de referência da instituição que marcam a sua memória biográfica (2007)¹¹⁶ é relativa ao ano de 2003 e remonta à vitória de N. Kirchner, momento em que começa a se produzir, como visto, uma transformação favorável às políticas de busca de *Abuelas* (QUINTANA, 2016, p.28). A partir desse ponto, a associação se aproxima do Estado na sua dimensão como campo de negociação.

Dita inauguração enunciativa poderia ser explicada pelos litígios, frente ao Estado, contra as políticas de esquecimento e da impunidade, durante os governos que marcaram a transição democrática. A possibilidade de punir os envolvidos nos crimes de terrorismo de Estado e de tornar as pautas da memória e da verdade sobre esse passado prerrogativa estatal não foi progressiva, e as organizações sociais sofreram uma sorte de reveses durante esses anos¹¹⁷. Por isso, até chegar ao ponto “da busca das crianças apropriadas” ser um assunto de incumbência presidencial, o Estado, era, mais bem, para a organização *Abuelas*, uma “*instância controversa*”. De forma que, em oposição às novas compreensões institucionais da vida política, as netas possuem uma postura comum de identificação com a associação em seus inícios, quando havia uma pretensa ideia de que o grupo não se misturava com política¹¹⁸:

Mariana: Lo que tiene mucho que ver con la política, yo no participo. Trato de acostar, a quedarme en lo que es la búsqueda, (inaudible), en lo que es las Abuelas de eso sentido más originario y menos actual. Actualmente las abuelas como que... no lo veo mal, pero solamente no lo comparto (...) un compromiso político que yo no tengo.

3.2 INTEGRAÇÃO NO COLETIVO

¹¹⁶ Trata-se da obra *La Historia de Abuelas: 30 años de búsqueda. 1977-2007*.

¹¹⁷ A relação das organizações de direitos humanos com a justiça e o Estado será desenvolvida no capítulo 03.

¹¹⁸ Pretensa ideia porque como explica Quintana (2016), *Abuelas*, historicamente, sempre esteve negociando com o Estado e envolvida, porquanto, com a política.

A integração e o sentir-se pertencido ou não no grupo de netos, avós e irmãos reunidos ao redor da associação de *Abuelas* chegou a aparecer substancialmente nas falas de alguns netos entrevistados, e esta questão parece pertinente por algumas razões.

A discussão da participação no movimento social que se reúne ao redor das pautas pelos direitos humanos na Argentina aparece, primeiramente, porque, como já mencionado, aqueles que protagonizaram as pautas pelos direitos humanos na Argentina se reúnem ao redor de uma condição quase que “automática”: a do “familismo”, ao serem considerados “vítimas” (indiretas do acionar repressivo do Estado) por encarnarem a dor ou o sofrimento de terem perdido um parente próximo, à exemplo de hijos, madres e abuelas. Enquanto os netos e netas são, -ademais de filhos de desaparecidos-, “vítimas diretas” do acionar repressivo, mas à diferença dos expresos políticos e exilados da época - suas histórias de apropriação catalisam uma situação sensível: a de que foram incapazes de controlar os seus próprios destinos.

Neste ponto de vista, que os conecta a um certo agrupamento, não é, à primeira vista, a opção política ou as crenças em comum ao redor de uma pauta de “ausência familiar”; mas sobremaneira, a trajetória que lhes foi imposta, ou, em uma expressão proferida habitualmente por eles: “la historia que me ha tocado”. Nesse sentido, a integração e o sentimento de pertencimento convertem-se em uma “questão genuína” para essas pessoas, na medida em que não parece ser tão pertinente o fato de não se posicionarem politicamente ou de assumirem o discurso dos direitos humanos em sua integridade, mas o que condicionou suas vidas.

Isto explica, por exemplo, porque as netas Ximena e Jorgelina não se sintam parte, mas, por outro, reivindicuem o direito de participação.

Jorgelina: El tema es que estoy siempre a las corridas y siento que ya no tengo mi pertenencia con el grupo de los nietos porque pasaron un montón de cosas, o sea, siento que compartimos la historia, pero como que hay situaciones en que no me siento tan cómoda, entonces, eso - estoy pero no estoy, entonces, bueno, me pasa eso.

Marina: ¿En tu lugar, de nieta, se siente nieta?

Ximena: ¡Yo soy parte, todavía soy parte! [...] (soy) crítica a un montón de cosas; ¡pero yo me siento ahí! Si tengo que decir lo digo, y a veces voy a dar charlas, a escuelas y a veces hago cosas. Y voy por Abuelas; hacen ciertas preguntas, y digo: "no eso yo pienso, yo personalmente". Pienso distinto, nada más!

O grupo de netos e netas não foi conformado por uma identidade militante em comum, mas por um fato social compartilhado: seu desaparecimento ainda bebês. Por outro lado, a

história individual está condensada na própria história do país e na memória social em permanente construção: são sujeitos que possuem uma biografia prévia: são netos antes mesmo de que o próprio ‘neto’ o saiba. Por isso, há também uma carga sócio-histórica em carregar esse signo, o que implica que mesmo a simples afirmação “sou um neto” seja uma posição política. Assim, ainda que todos pertençam a essa identidade pela contingência histórica, nem todos almejarão lidar com essa identidade em sua proporção política. O que explica, ainda, o porquê, dessa centena que é localizada, nem todos se reconhecem como “netos recuperados”.

Já para aqueles que se assumem “netos”, mas decidem não atuar coletivamente ou não podem comparecer ativamente (e que com efeito decidem por uma militância mais individual), segundo Jorgelina - a exclusão acaba acontecendo naturalmente. Isto porque aqueles que podem estar sempre presentes, geram uma espécie de “auto-convocação”, segundo ela, no qual “se termina poniendo de acuerdo siempre los mismos”:

Yo lo que siento es como que si vos no estas como totalmente disponible para, sí, para, ir a todas las reuniones o todos los encuentros, para como estar presente todo el tiempo, lo que hacen, te vas quedando solo automáticamente. Porque, o sea, ellos, los que pueden ir, los que pueden estar se convocan todo el tiempo. Se van todos los martes a las asambleas, y están todo el tiempo con las abuelas, se sientan a tomar mate, ya tienen una confianza, una familiaridad, que obviamente no lo va a tener quien no participa de todo es. Entonces por ahí te pasa lo que pasó a mí que va a algún encuentro esporádico, una vez por año, y cuando estas ahí como que sentís que sos sapo de otro pozo, no te hallás, no sos, no porque los demás no te reciban bien, sino que vos te sentís que estas en un lugar que no es tuyo, que no es tu pertenencia.

No entanto, além dessa questão de disponibilidades, a qual dificulta a presença nos espaços que conduz *Abuelas*, a visão política é um elemento importante a considerar quanto ao não envolvimento na militância e no pertencimento ao “coletivo” de avós e netos ativistas. Segue Jorgelina:

Eh, por más que saluden, que estés, que todo, te saludan, te conocen y todo, hay algo que no te pertenece. Y bueno, eso me pasa a mí, y seguramente pasa a otros nietos. Algunos no dicen, algunos directamente ya no van, otros por sus diferencias políticas hasta fueron echados, en el sentido de que “no venga más” porque pensás de tal manera, entonces directamente queremos que ya no venga más. yo porque soy cabeza dura y por más que me digas que no, aun mas que cuando me digas que no...

Por isso, entendo que não é tanto a impossibilidade de participar presencialmente, mas as *visões políticas diferentes* que interferem no campo da disputa pela memória e na integração no “coletivo” de netos. Mariana comenta essa diferença política, quando encontrou outra neta, militante de esquerda e deputada nacional pela legenda do kirchnerismo:

Ayer, por ejemplo, fue al Teatro por la Identidad y me encontré con¹¹⁹ [...] Y, nada, bueno... Su discurso es que todos los funcionarios del gobierno de Macri son todos corruptos, no como las cosas de Cristina que son todas inventadas. O sea, está desafiando mi sentido común, no puede decir que lo estoy inventando... Yo respecto absolutamente a quien cree con convicción en todo eso, más, me siento como tomada por pelotuda, ¡con el perdón de la palabra!

Ximena, em especial, teve o rompimento com a organização *Abuelas* marcada por dois acontecimentos, por assim dizer, “políticos”. Segundo ela, foram as diferenças políticas uma das causas para sua dissidência. A primeira data de 2008, quando houve uma lei da qual beneficiava o agronegócio nos quais ela e sua avó estavam a favor, em detrimento da posição contrária dos organismos de direitos humanos. Em outra ocasião, sua postura fortemente anti-kirchnerista resultou em uma discussão com uma outra familiar de desaparecidos, o que resultou em seu afastamento físico da instituição.

3.2.1 Efeitos do apagamento da política: embates impossíveis

Se, por um lado, apropriação é um fenômeno inteiramente político, por outro, isso não parece estar no horizonte dessas falas. Uma das questões, já trabalhadas nessa análise (ver capítulo 1), podem ser as dificuldades que implica a inserção do “ativismo” em suas vidas na condição de ser filho de desaparecidos-políticos. Em relação aos netos e netas, que estão dispersos em uma arena de direitos humanos extremamente politizada-, essa descrença na política - por um lado; e a militância política partidária - por outro-, tem uma implicação no campo da disputa da memória histórica institucional e na integração com o grupo que se organiza ao redor de *Abuelas*.

O macrismo vinha sendo interpretado pelos militantes da esquerda argentina e, portanto, pelos netos que fazem parte dessa curva política - como um retorno da ditadura militar, no que

¹¹⁹ Preferi não identificar a ativista mencionada por Mariana, por preservação ao relato de confiança da neta.

consiste a continuidade dos laços com o autoritarismo de direita e o liberalismo. Isto no campo da produção de uma memória histórica. Em termos materiais, a plataforma do Estado macrista, como já observado, redefiniu a política de direitos humanos, de forma a autorizar a memória revisionista e destituir a primazia dos direitos humanos das organizações de familiares e de seu agenciamento pela memória do terrorismo de Estado. (BARROS; MORALES, 2016).

Já para essas netas, não integrar o grupo que se conforma ao redor de *Abuelas* se justifica pelo que convém a ser o perfil simpatizante ao kirchnerismo da associação, como relata Jorgelina de suas experiências:

[...] tuve discusiones también con alguna reunión con respecto al festejo de abuelas de porque lo hacían en el Centro Cultural Kirchner si nosotros no éramos una institución que pertenecía al gobierno K, me dijeron bueno que no que porque el gobierno de Cristina es lo que más había ayudado a las abuelas y que tenían que responder y que era una manera de agradecimiento.

Em alguns casos, ainda, teriam simpatizado com o governo Macri – obstaculizando mais ainda a possibilidade de integração. Calcado na figura do empreendedor, a legenda PRO-Cambiamos inseriu sua intenção discursiva de se posicionar fora das ideologias (VOMMARO et al apud POLETTI, 2016). Daí a taxaço em cima dos netos que acabam por tender a esse discurso de isenço – conformada, segundo o relato das netas sobre o olhar dos ativistas, na defesa do macrismo ou na leitura do diário argentino Clarín:

Jorgelina: “sos neta restituida, como vas a defender a Macri”!

Mariana: Che.. Me parece mal.. No sé que haya mucha inflación, que sé yo, del gobierno de Cristina.. “Ah pero, quien eres vos? Que lees el Clarín.” Como que te bombardeaban con todo el discurso de que sos anti peronista, porque es un gorila, porque esté con Macrí.. Esto no me parece bien!

Nestas falas, aparecem convenções político-ideológicas muito próprias da cultura argentina, como “Clarín”, “anti-peronista”¹²⁰ e “gorila” (uma pessoa identificada com a direita)

¹²¹.

¹²⁰ Apesar do peronismo possuir uma gama de identificações, que vai da direita à esquerda, amalgamando até mesmo a legenda kirchnerista, que nasce em seu seio – nesta atribuição, o uso do “anti-peronismo” parece estar se referindo a uma postura “anti-popular”.

¹²¹ Esse termo é utilizado pela esquerda argentina para denominar àqueles que se relacionam com o espectro político da direita. Seria como os usos de “coxinha”, no Brasil, numa tradução imperfeita.

O grupo Clarín, principal grupo de comunicação hegemônica do país, ficou conhecido como oponente da administração pública da esquerda nos anos recentes, e da mesma forma, como apoiador veemente do último governo liberal instalado. A história conflitiva dessa imprensa com os governos kirchneristas é de longa data e remonta à lógica de comunicação política que se inicia com a presidência de Néstor, ao dispor esses meios como um ator político mais (GOLDSTEIN, 2011, p.5). O mandatário da nação, à época, fez um chamado à tomada de posição por parte desses grupos empresariais, os quais se viam confortáveis com o discurso “neutro” que conduziam até então – mesmo que concentrassem, ao redor de suas empresas, a maior parte do monopólio dos meios de comunicação no país. A partir da proposta de regulamentação dos meios audiovisuais, sob a égide da administração de Cristina F. Kirchner, a relação se tenciona abissalmente (BALÁN, 2013). Neste interim, os grupos de familiares apoiadores do kirchnerismo também se veriam atingidos pela difusão de informações midiáticas endereçadas a criticar esses governos pela relação de “cooptação dos direitos humanos”, narrativa já analisada neste capítulo.

Assim, defender Macri, ler Clarín, torna-se sinônimo não só de uma tendência anti-peronista e de direita, mas também refere a um comportamento conivente com a deslegitimação pública dos grupos de familiares, o que instalaria uma dramática contradição entre ser “neto restituído” e essas posturas. Por outro lado, essas recriminações, também operam afastamentos, e contribuem para dificultar a inserção dessas netas no cenário de militância política dos direitos humanos. Desse ponto de vista, o que essas netas estão buscando com essas falas é, - precisamente-, potenciar a sua agência em meio a essa conjuntura política. Em meio a atribuições norteadas pelo campo público dos direitos humanos, elas buscam sua singularidade.

Neste entendimento, ainda que a visão avessa à esquerda seja um elemento importante de dissidência, não necessariamente o compartilhar dessa visão de mundo garantiria a integração. Nos tópicos anteriores, promovi a hipótese de que uma visão que rejeita a política - e em especial, as políticas de esquerda- é um dos principais motivos da dissidência. Mas existem outros elementos de ruptura (observados no capítulo 1) – como não assumir o legado político dos pais ou não sustentar a tese de uma restituição liberadora. Por isso, mesmo uma visão política mais próxima do espectro político das organizações de direitos humanos, ou seja, uma visão mais à esquerda - não necessariamente resguarda da possibilidade de ser “dissidente”. Mariana Eva Pérez, “la princesita Montonera”, filha de desaparecidos e irmã de um neto

apropriado, afirma ter sido expulsa da organização por não sustentar o relato institucional de *Abuelas de Plaza de Mayo*¹²².

3.3 CONTEXTOS FAMILIARES

A opção por não se envolver com o “mundo da política” -seja em partidos políticos, movimentos sociais ou mesmo nas instituições estatais, ainda que tenham motivações pessoais e subjetivas difíceis de calcular - não se desvincula da formação cultural desses sujeitos.

Durante o trabalho de campo na Argentina, tive a oportunidade de levar minha problemática de pesquisa à Marina Franco¹²³, a qual remarcou a necessidade de se pensar que o discurso de suspeição em relação à política sob a égide de que são sujeitos atravessados pela experiência da restituição. Esses netos e netas, levam, em muitos casos, mais de 30 anos de impronta familiar. Nesse seguimento, possuem referências calcadas em não só nos relatos de seus familiares biológicos e na memória pública dos direitos humanos, mas também no seu entorno de criação junto aos apropriadores e na memória social disponível.

Dessa forma - e, tendo em vista que os contextos sócios familiares não foram objeto específico das interlocuções das entrevistas-, farei um esforço acanhado de prognosticar a configuração desse cenário de “impronta familiar” e sua capacidade de afetar suas concepções sobre a política. A partir de uma tônica analítica que perpassa toda essa dissertação¹²⁴, interroga-se: como jogam as relações afetivas e referências familiares em suas convicções? Como essas netas foram criadas, por quem?

Ximena aponta sua proveniência a uma família de fazendeiros anti-peronistas. Como foi localizada ainda na infância, teve uma temporã convivência com a sua avó biológica paterna. Essa mesma avó se envolveu em disputas internas com o grupo de *Abuelas* por seu apoio ao agronegócio – lado do qual Ximena também tomou parte. Apesar dessa pauta talvez não ser relevante para a memória institucional da associação, ela o é para a memória social argentina - vide a instalação de um conflito político e social significativo naquele ano (2008). Foi nesta

¹²² Relato presente em sua obra, que leva o apelido mencionado como título.

¹²³ Marina Franco é uma historiadora argentina com experiência nos estudos do passado recente.

¹²⁴ A tônica seria de que “a política é -acima de tudo-, uma questão de mobilização de afetos” (SAFATLE, 2014).

época, que a divisão entre “neoliberalismo” e “kirchnerismo”, pelas disputas em torno do agronegócio, ganhou um status público de contradição (GOLDSTEIN, 2011)¹²⁵.

Por isso, talvez, Ximena faça questão de remarcar essa memória, já que isso estimula que -embora ela seja uma “neta”- ela o é na relação afetiva com sua avó, e não com o movimento social de avós que se reúne ao redor de *Abuelas*. Assim, os posicionamentos políticos contíguos de avó e neta¹²⁶ localizam-se na outra face do cenário “tradicional” dos movimentos sociais de direitos humanos, envoltos pelas bandeiras de esquerda/ kirchneristas/peronistas. Contudo, a conexão afetiva à história de sua família biológica – em corroboração à retórica de *Abuelas*, demonstra em que medida, sua tendência política aparentemente contraditória, porque calcada na “verdade do sangue” – converte-se em uma prerrogativa legítima.

Ao contrário de Ximena, Jorgelina e Mariana conviveram mais tempo com seus apropriadores.

Apesar de ter sido adotada por civis, Jorgelina comenta, a um documentário filmado no ano de 2012, que viu o seu caso de adoção, com o passar do tempo, tornar-se uma apropriação. Essa interpretação demonstra que, em certas situações, o processo de descoberta e localização de uma criança apropriada, ao contrário de levar à restituição, acarretava uma “apropriação continuada”.

Desde que o Juizado outorgou sua adoção¹²⁷, com quase 4 anos, sua família adotiva fez questão de apagar a história passada, enquanto sua família biológica a buscava. Do mesmo modo, foi criada com rejeição com tudo que era relacionado às *Abuelas*. Em 1984, foi localizada como filha de desaparecidos políticos, mas mesmo assim, sua família adotiva lhe negava a possibilidade de ver sua avó e seu irmão biológico. A situação, considera, era muito violenta: o irmão (biológico) ligava em seus aniversários e sua mãe (adotiva) não permitia que se comunicassem. Vinte e sete anos depois da descoberta, foi o momento em que ela diz ter tomado consciência de que havia sido apropriada:

¹²⁵ De acordo com Goldstein (2011), o empresariado agropecuário argentino, descontento com cortes e desabastecimentos no setor pelo governo federal na época, consegue articular, junto do apoio da mídia hegemônica nacional, um poderoso discurso de oposição ao kirchnerismo, que ganha a opinião pública.

¹²⁶ Poderia ser objeto de pesquisas futuras, perceber se as relações dos netos e netas recuperados com suas avós ajudam a conformar o lugar político, na medida em que, a partir desse afeto, podem (ou não) ter uma posição política correspondente. Essa questão é produtiva a partir da perspectiva da história pessoal dessas mulheres, as quais, podem tanto ser figuras referentes da organização *Abuelas* ou mesmo não ser membros nem mesmo participantes pelo movimento de memória pública dos direitos humanos.

¹²⁷ De modo pseudo-legal.

Y yo, cuando leí esas cartas [cartas enviadas por sua avó da Suécia, escondidas por sua apropriadora] en el 2011, fue como tan contundente y tan claro que no había sido todo de tan buena fe, como me habían dicho, que ahí tomé conciencia de que yo había sido apropiada, que había sido una adopción plena, legal, de civiles, que no habían sido militares, pero que, en el momento en que ellos no permiten que yo vea a mi familia y no permiten que mi abuela me vea, aunque sea que me abrace o que yo tenga relación con ella, ya eso es una apropiación. (Jorgelina, *Acá Estamos*, 2012, cap. 8, 22:49-23:16).

Jorgelina foi criada por essa família em uma região formada pela alta classe social da metrópole bonaerense: San Isidro. Essa procedência, segundo ela, sempre foi motivo de julgamentos, assim como suas amigas - uma de suas amigas era filha de militar. Os residentes dessa localidade, segundo minha experiência em campo, são apelidados de fachos (fascistas) e chetos (endinheirados). Apesar da neta não conviver mais com seus pais adotivos, -a relação estremeceu quando ela decidiu alterar o seu nome no registro civil para àquele que havia sido dado por seus pais biológicos e foi oficialmente cortada, segundo ela me contou, quando essa família adotiva estabeleceu certas artimanhas para que ela não recebesse a transmissão do patrimônio familiar mediante herança- o contexto sócio cultural de seu entorno de criação parece relevante em sua vida atual.

Enquanto Mariana foi criada sob a égide de um modelo familiar representativo da aposta militar com o plano de apropriação: seu apropriador era funcionário de alto escalão num serviço de inteligência do Exército. Ela mesma já remarcou, em várias entrevistas, o quanto sua criação era influenciada por uma retórica de “ameaça comunista”. Mesmo localizada ainda na infância e tendo sido restituída na adolescência, Mariana só se abriu ao relacionamento com os familiares biológicos com quase 30 anos de idade, junto do processo de assumir o lugar de filha de desaparecidos-políticos. Ao passo que - o seu testemunho - e, da mesma forma, o seu comparecimento em eventos por “memória, verdade e justiça” no Uruguai -Mariana é filha de desaparecidos-políticos uruguaios- em conjunto com a busca ativa pelo paradeiro do seu irmão, que pode ter nascido durante o cativeiro de sua mãe - remarcam a transcendência daquela experiência com a tônica ideológica. Desse modo, a memória dos primórdios institucionais - como abordado mais acima- pode ser a referência a qual a neta se apoia para, por um lado, perceber as políticas públicas de direitos humanos como controversas, e, por outro, “estar em dia” com seu ativismo social por esses mesmos direitos.

3.4 ATIVISMO E KIRCHNERISMO

De certa forma, a acomodação político-partidária do “mundo dos netos”, vinculada aos tempos de restituição, pode ser em parte explicada pelo que Jorgelina e Mariana alcunham de “militância por agradecimento”. Mariana parece indicar que a experiência pessoal da descoberta junto da relação com o contexto social em que se é restituído são fundamentais para a decisão de se tomar um caminho na política. Para Jorgelina, os netos ativistas restituídos na “era K” recorrem ao kirchnerismo porque seria uma forma de agradecer a era desses governos pela restituição de suas identidades.

No entanto, mesmo sendo verdadeira essa premissa; cabe perguntar: se alguns netos são a favor de pautas das quais se considera mais liberais e/ou reivindicam o distanciamento partidário dentro das organizações – por que não se reúnem e fazem valer essa narrativa institucionalmente?

Em primeiro lugar, há uma questão de que ser “liberal” ou ser “de esquerda” são categorias-fetiche – ninguém quer se identificar, e, com efeito, tampouco esses netos mais críticos. Já a visão de mundo dos netos mais presentes os faz trabalhar a partir de uma organicidade política, senão à esquerda, como militantes sociais pelos direitos humanos, no mínimo. Dessa forma, reconhecem-se no espectro político, e, -para que pudessem disputar algum projeto- seria imprescindível a esses netos que se identificassem em alguma categoria política.

Por isso, entendo que o ponto de divergência não é antes a questão partidária, mas de posicionamento político, já que o próprio grupo de netos mais ativo e militante é formado por conta dos governos de esquerda das primeiras décadas dos anos 2000 terem incentivado e propiciado espaços para o desenvolvimento das causas dos direitos humanos, em especial, a da localização dos netos. Ou seja, não é que os membros passaram a envolver-se com as pautas partidárias do kirchnerismo, mas a própria ativação militante emergiu como tal em razão de uma movimentação por e pela política (“agradecidos”). Tanto é que nem todos os militantes que se reúnem ao redor de *Abuelas* são kirchneristas.

A suposição circundante na sociedade argentina, de que “os netos recuperados seriam todos kirchneristas” provavelmente se estabeleceu porque pelo menos cinco jovens apropriados, na última década, elegeram-se representantes políticos por legendas aliadas ou integrantes da frente kirchnerista no país: Victoria Analía Donda Pérez (por *Movimiento Libres*

del Sur, em 2007); Juan Cabandié Alfósín (por *La Cámpora*, 2007 e 2013); Horacio Corti Pietragalla (por *La Cámpora*, 2011 e 2017); Andres La Blunda (por *Kolina*, 2017); Victoria Hilda Montenegro (por *Kolina*, 2017). Apesar de Donda ter se desvinculado da legenda e posteriormente ter ingressado nos quadros políticos de oposição de esquerda-, todos os jovens restituídos tiveram suas trajetórias públicas de ascensão na política relacionadas ao kirchnerismo. Em outras palavras, os netos “mais famosos”, conhecidos publicamente e ainda atuantes, na Argentina, resultam ser (ou ter sido) kirchneristas.

Contudo, como observado, apesar da entrada no ativismo social, e, por conseguinte, na representação política, poder ser alçada ao motor emocional do “agradecimento” e apresentar-se como um elemento importante de leitura de conjuntura política e na acomodação do mundo dos netos –, seria necessário precisar que nem todos os que estão participando ativamente das atividades relacionadas à associação *Abuelas* são kirchneristas, e que tampouco existe uma relação direta entre os netos restituídos nesse período e a militância política pelas legendas que se mobilizam ao seu redor.

Desta forma, como os netos entrevistados que “toman la posta” se ocupam da articulação política entre *Abuelas* e kirchnerismo?

Mario, ao comentar como lida com a marca kirchnerista de ser um jovem restituído, parece estar bastante confortável com a autonomia de suas posturas políticas frente à essa presunção social. Da mesma forma, reconhece o avanço das políticas públicas desses governos com relação a esse tema, e elogia a postura da organização pela manutenção de sua função originária:

Yo tengo que explicar que ser un nieto recuperado no me implica ser kirchnerista o haber sido afiliado al partido kirchnerista, yo tengo mis ideas propias. Pero no podemos dejar de reconocer lo que por ahí, un partido o un gobierno anterior hizo por el derechos humanos en Argentina. Hizo muchísimo. Mucha gente te va a decir: "utilizaron los derechos humanos". O sea, depende donde se lo mire todo. Abuelas nunca perdió el objetivo - que es encontrar más nietos [...]no te hablo de Madres de Plaza de Mayo, ni tampoco Línea Fundadora, ni tampoco Hebe de Bonafidi - cómo una representante y como alguien que está demonizado.

Assim, como notei em muitas defesas da reputação da organização (durante o campo), investe-se o traçado genealógico institucional de características como o sustento incondicional de sua causa primeira, frente aos supostos desvios da história (ou, como se viu especificamente na memória coletiva recente do país, frente à suspeição de desvio de funções de outras

organizações civil de mesmo porte). Por um lado, se essa postura demonstra uma preocupação com o “presente político”, por outro, essa operação é interessante porque, como observado, *Abuelas* alterou suas dinâmicas frente ao Estado durante sua história, apostou por criar mecanismos estatais de busca, negociou com a vida política e recondicionou sua luta a partir das diferentes conjunturas.

No caso de Leonardo e Manuel, a palavra “kirchnerismo” nem chegou a aparecer em suas entrevistas. E como representantes “oficiais” da causa de busca pelos jovens apropriados, observam, em suas entrevistas, a importância de que a associação trabalhe em conjunto com o Estado e com os órgãos auxiliares de busca.

Nas palavras de Leonardo: “*Abuelas* é uma ONG que constantemente tem que interagir com o governo na busca, assim que independentemente do governo que está, nós necessitamos das ferramentas estatais”¹²⁸. Essa necessidade de apostar sua política institucional na relação com as instituições estatais e nas demandas e articulações com esse campo, decorre do fato de que *Abuelas* - diferente de outras associações de direitos humanos - necessita de insumos e recursos de alta monta para realizar o trabalho de busca dos apropriados.

Ao fim, as premissas políticas dos dois netos são contíguas ao discurso institucional que aponta o Estado como campo de negociação, construção esta que se fortaleceu, como visto, a partir da relação próspera com os governos da legenda aqui mencionada. Por sua vez, com a possibilidade de dedicar-se à causa social por meio de atividade profissional remunerada, a qual, segundo a memória institucional, corresponde ao governo kirchnerista – poderia ser sugerido que eles estariam “agradecidos” também, a esses ex-governantes.

Ainda assim, que *Abuelas* mantenha a sua independência é um valor importante não só para esses jovens restituídos, mas permeia as apreensões sociais de jovens democracias como é a Argentina. Por isso, o pensar as instituições sociais, bem como os seus contornos e limites, permeados pelo campo do público e da política, são discussões próprias da transição democrática, e serão relacionadas a seguir.

3.5 POLÍTICAS DE REPARAÇÃO E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

A legitimidade do trabalho de *Abuelas* em prol da *restituição dos jovens apropriados* encontra respaldo “na ideia de que a nação argentina deve saldar as suas dívidas com o passado

¹²⁸ Torna-se difícil analisar suas falas porque suas convicções políticas são parecidas às minhas.

ditatorial para consolidar-se como uma sociedade democrática” (SANJURJO, 2013b, p.199-200). Por conseguinte, a sociedade seria convocada a aportar informações sobre o paradeiro dessas crianças. Isto se viu encadeado na promoção dos processos de “verdade, memória e justiça”, durante a transição e particularmente nas últimas décadas, como uma questão de responsabilidade do Estado.

Sob essa ótica, pude identificar, através das entrevistas, duas disputas referentes à forma mais correta em se proceder frente a política de recuperação dos desaparecidos que foram apropriados.

Segundo uma parte dessas netas, as políticas de reparação devem ser protagonizadas exclusivamente pelas organizações não governamentais, excluindo-se a ingerência estatal. Em outras palavras, preferem que o Estado não seja promotor de políticas públicas de direitos humanos, como modo de impedir os interesses político-partidários e garantir sua independência. Enquanto que *Abuelas* e seu relevo parece apontar mais sua política de recuperação aos que podem aportar dados e informações acerca do paradeiro desses apropriados. Em detrimento da prerrogativa anterior, portanto, a preocupação se concentra em estabelecer e garantir os direitos humanos, em especial, a busca de mais netos, como uma política de Estado.

Em relação às políticas reparatórias pelas violações cometidas durante os regimes de exceção, concordo com Jelin que, “en este punto es necesario introducir el rol [o papel: trad.] de la acción estatal” e os problemas da resolução dos conflitos do passado na arena civil:

En la medida en que no se desarrollan canales institucionalizados oficiales que reconozcan abiertamente la experiencia reciente de violencia y represión, la lucha sobre la verdad y sobre las memorias apropiadas se desarrolla en la arena societal, más que en el escenario propiamente político (JELIN, 2005, p.229).

Em contrapartida, segundo a autora, os marcos institucionais estabeleceriam à autoridade sociopolítica (quem pode reclamar, acerca de quê e em nome de quem), -a partir de critérios éticos gerais do estado de direito-, parâmetros básicos de legitimação (JELIN, 2005). A esse despeito, os canais institucionais e legais criados por *Abuelas*, foram, sem ser exaustivos, o Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG), em 1987, a Comissão Nacional pelo Direito à Identidade (CONADI), em 1992, a Rede Nacional pelo Direito à Identidade em 1993¹²⁹, e o

¹²⁹ Consiste numa rede nacional com pontos de atendimento em todas as províncias argentinas, que atua como ponte entre os jovens que suspeitam ser filhos de desaparecidos, as *Abuelas de Plaza de Mayo* e a CONADI (SANJURJO, 2013b).

Grupo Especializado de Assistência Judicial (GEAJ), em 2005. Logo, se *Abuelas*, por um lado, encarna a gramática do afetado direto e da família ferida (BARROS et al., 2017, p.3), por outro, o contexto da ação estatal, aconselha Jelin, desfavoreceria a conversão do sofrimento pessoal em determinante básico da legitimidade e da verdade (JELIN, 2005).

Desse modo, quando se convoca de maneira ampla (o Estado e sociedade civil) pela resolução e esclarecimento da apropriação e para que o direito à identidade nunca mais seja violado, depreende-se outro tipo de mandato quanto à responsabilidade sobre esse passado, na medida em que todos os sujeitos são legítimos reclamantes. O apelo à comunidade como um todo contribui para uma perspectiva mais extensa de cidadania, considerado um dos passos necessários para o estabelecimento da ordem democrática dentro dos debates de transição política (JELIN, 2005). Ao que parece, esse é o caminho que tem percorrido a associação.

Como visto, o discurso da organização *Abuelas* em relação ao Estado e o papel institucional atribuído a ela própria, como associação civil, se alterou fortemente a partir da articulação política junto aos governos kirchneristas. Sob esse ponto de vista, essas interpretações não estão encerradas em movimentos estratégicos puramente desinteressados. Assim, garantir a independência das organizações de direitos humanos e concentrar as políticas de reparação no campo civil, no que concerniu o contexto do último governo argentino da legenda PRO-Cambiemos, tem significados implícitos que podem ser preocupantes. O testemunho de Ximena é emblemático nesse sentido:

Primero, yo creo que los derechos humanos son derechos de todos, no solamente de la dictadura [...] Los derechos humanos están en Formosa¹³⁰, con los chicos que no tienen agua, también tienen derechos - el derecho al agua es un derecho humano. Va mucho más allá de la cuestión política-partidaria.

Por um lado, sua fala poderia evidenciar uma interpretação progressista dos direitos humanos que passa por estrutura mais ampla de atenção cidadã para além da centralização em “vítimas de terrorismo de Estado”. Contudo, na conjuntura de tratamentos desses direitos pela agenda macrista, a fala de Ximena, em específico, poderia ser lida em uma perspectiva bastante diferente..

Na mesma premissa de que os direitos humanos não pertencem a um partido político, dirigem-se também as mensagens proferidas pelo próprio ex-presidente Macri, nos anos iniciais

¹³⁰ Formosa é uma capital do estado argentino de Formosa, conhecida por ser uma região árida.

de sua gestão. Estas e outras declarações, em especial as do ex-secretário de direitos humanos do governo Cambiemos, Cláudio Avruj, foram analisadas por Barros e Morales (2016):

Los derechos humanos de ningún punto de vista son propiedad de un gobierno, y mucho menos pensar que la ideología es la dueña de los derechos humanos. Hay un concepto universal de los derechos humanos, y son de la gente [...] en la Argentina hubo una apropiación de la agenda de derechos humanos y se dejó de lado la agenda de derechos económicos, culturales y sociales del presente (BARROS; MORALES, 2016, p.116-118)

A partir dessas declarações, as autoras buscam destapar que a proposta da agenda macrista, apresentada como uma “iniciativa politicamente neutra” (BARROS; MORALES, 2016, p.116), teve vistas de retirar a soberania pública e política do tratamento destes direitos por estas organizações, ao dispor os direitos humanos como prerrogativas abstratas, imunes às conjunturas sociais. A intenção, seria, na verdade, de devolvê-las ao terreno original da sociedade civil. (BARROS; MORALES, 2016, p.118).

Nesse viés, as discussões que permeiam o papel dos atores sociais e sua relação com o Estado, por meio de um projeto de maior participação da sociedade civil – como é a demanda de algumas netas em relação ao delineamento das políticas da associação, está inserida numa outra questão problema. A partir de reflexões possibilitadas pela cientista social brasileira Danigno (2004)¹³¹, Jelin assevera que os debates da transição democrática na América Latina, por meio de seus impulsos democratizadores e participativos¹³², mesclam-se de maneira perversa aos mandatos neoliberais dominantes que ganharam força nos anos 1990 (JELIN, 2003). Isso se vê catalisado na medida em que os dois requerem uma “sociedade civil ativa e propositiva” (DANIGNO, 2004, p.197), entretanto, enquanto as propostas de “iniciativa popular” buscam o tratamento de questões de cidadania nos espaços públicos participativos, na propositura liberal, a intenção de transferir a questão social e a coisa pública nas mãos da “sociedade civil” é uma prerrogativa do achatamento do Estado. (JELIN, 2003, p.12).

¹³¹ A análise se referia ao Brasil, embora possam ser visualizados processos análogos em outros países da transição latino-americana, como denota a autora brasileira: “Essa confluência, e a crise que dela se origina, são particularmente visíveis no Brasil, embora me pareça possível defender a ideia de que, com diferenças de intensidade, considerando os diferentes ritmos e modos de implementação das medidas neoliberais e dos processos democratizantes nacionais, este cenário é compartilhado por muitos dos países da América Latina” (DANIGNO, 2004, p.195-196).

¹³² Isto, porque, segundo Jelin, “a menudo, los debates acerca de la memoria de períodos represivos y de violencia política se plantean en términos de la necesidad de construir órdenes democráticos en los cuales los derechos de ciudadanía estén garantizados para toda la población, independientemente de su clase, ‘raza’, género o etnicidad”. (JELIN, 2005, p.225).

Retornando à agenda macrista, o projeto veio ainda no sentido de se contrapor ao tratamento dos direitos humanos em como ele foi historicamente gestado na Argentina. Sob esse ponto de vista, para esses setores da administração pública, esses direitos deveriam transcender a “conjuntura local” da qual foram historicamente vinculadas¹³³, e seguir as tendências internacionais de tratamento desses mesmos direitos¹³⁴.

A conjuntura local da qual foram historicamente vinculadas a que se refere a agenda macrista é ao modo como as organizações de direitos humanos geriram suas políticas durante a transição democrática. Trata-se em especial, do apelo à justiça institucional como via de resolução do passado.

A transição democrática argentina desde a sua última ditadura foi percorrida de modo peculiar. No contexto latino-americano, “o julgamento e a condenação de importantes responsáveis por violações de direitos humanos definem sua singularidade” (ACUÑA; SMULOVITZ, 1991, p.1, trad.). Dessa forma, diferente dos processos de “justiça de transição”¹³⁵ da região e do mundo¹³⁶, recorreu-se, no país, aos espaços formais de justiça como uma das formas de reparar as vítimas pelos abusos dos direitos humanos. Assim, na Argentina, os implicados na repressão não só foram condenados, como seus processos foram velados pela jurisdição interna e suas penas têm sido cumpridas na prisão comum. E o desenvolvimento das políticas de reparação em termos de esclarecimento e castigo aos responsáveis, no país, teve o movimento de direitos humanos como impulsionador fundamental.

Como mencionado anteriormente, no caso dos apropriados, o não desligamento afetivo com os seus apropriadores que cometeram crimes não só contra eles mesmos, mas também

¹³³ “Desde la óptica del macrismo, los gobiernos kirchneristas en alianza con el movimiento de DDHH ‘torcieron el deber ser de la causa de los derechos individuales’; es decir, corrompieron su lugar y su misión (de ahí el famoso ‘curro’), exacerbaron el pasado en detrimento del presente y el futuro y sobrecargaron la justicia con el afán de venganza” (BARROS et al., 2017, p.2).

¹³⁴ Segundo as autoras argentinas, esse discurso “es propio de los organismos internacionales supraestatales y del mundo de las organizaciones no gubernamentales” (BARROS; MORALES, 2016, p.119), e tem como prisma a garantia de uma gama de direitos humanos por meio de uma agenda global.

¹³⁵ O conceito de justiça de transição “vincula-se aos processos históricos de transição de ditaduras para regimes pós-ditatoriais” (LIMA, 2012, p.31). Os temas que lhe são importantes podem ser divididos em quatro: “o direito à memória e à verdade, o direito à reparação das vítimas, a responsabilização dos agentes perpetradores das violações aos direitos humanos e a readequação democrática das instituições que possibilitaram os abusos de poder” (BAGGIO apud LIMA, 2012, p.269). O arcabouço da justiça de transição ganhou consistência a partir das experiências argentina e grega, “quando os sistemas judiciais domésticos tiveram êxito em processar autores intelectuais de abusos do passado por seus próprios crimes”. (BICKFORD apud MEZAROBBA, 2009, p.113)

¹³⁶ Além da Argentina, a Grécia também condenou formalmente os perpetradores por meio de seu sistema doméstico (MEZAROBBA, 2009). Os outros países, ou evitaram um processo de judicialização do conflito ou optaram por cortes internacionais. A África do Sul, apesar de ter resolvido o conflito por meio de jurisdição interna, embarcou num modelo de justiça não-convencional.

fizeram outras vítimas (se consideramos que impediram os familiares biológicos de conviver com seu neto, sobrinho, etc.) – é uma situação que pode gerar alguns desconfortos nas interações sociais junto da cena dos direitos humanos, especialmente com os sobreviventes e familiares das vítimas dos crimes cometidos pelos repressores. Questionar, então, a prisão como um destino daqueles que criaram a eles mesmos de maneira ilegal frente aos familiares das vítimas desse ofensor – poderia ser ainda mais inconveniente. Isto se deve não só à lógica pessoal de (justificado) ressentimento perante o ofensor apropriador que violentou o convívio familiar, mas também à construção simbólica que realizaram as organizações em torno das violações do passado.

Os discursos que constroem a identidade social e política das organizações familiares de direitos humanos da Argentina são diversos, mas a justiça formal como demanda de reparação é uma das principais. Desse modo, transitar por um processo de julgamento penal daqueles que consideram “seus pais” converte-se, para alguns apropriados, num importante motivo de afastamento da vida pública que se organiza ao redor da militância pelos direitos humanos.

4 CAPÍTULO 3. O PROCESSAMENTO JUDICIAL DOS APROPRIADORES

Foi durante o governo de Kirchner, como já assinalado, que foram derogadas as leis que garantiam a impunidade dos repressores desde os anos 1980, o que implicou, em 2005, a retomada das investigações de centenas de militares vinculados ao terrorismo de Estado (MASSA, 2016). Desta forma, desde os inícios dos anos 2000, realizam-se, na Argentina, Juízos Orais e Públicos com o intuito de julgar, entre os crimes contra a humanidade¹³⁷, os delitos de apropriação, cujas sentenças têm condenado militares que atuaram como apropriadores e entregadores, além de médicos e civis.

Além da anulação das leis que impediam o avanço da Justiça, em 2009, foi aprovada a lei que tornou compulsória a obtenção de amostras de DNA, que habilita aos juízes, a partir de uma investigação criminal que denuncia a possibilidade de um jovem ser filho de desaparecidos – a obtenção de amostras de seu material genético. Nesse viés, mandados de busca em domicílio foram permitidas para aqueles que se negavam a doar o material voluntariamente. Isto levou com que muitos apropriados descobrissem a sua identidade biológica à revelia. O material biológico constituiu ainda a prova cabal para o processamento penal daqueles que ocultaram sua história de origem – os seus pais de criação, na medida que a obtenção da “verdade” sobre ser filhos de desaparecidos também pressupõe a existência de um delito. Essas consequências “involuntárias” implicaria, para alguns, numa rejeição muito grande de tudo ao que se relaciona ao “mundo de *Abuelas*”.

Dessa forma, o processamento judicial dos apropriadores também pode ser incluído como um importante motivo de desconforto para esses netos que têm sido encontrados. Alguns desses casos bem como a história desses julgamentos, inseridos no contexto da política de direitos humanos em relação à justiça na transição argentina, serão relacionados a seguir.

4.1 MOVIMENTO DE DIREITOS HUMANOS EM CENA PELA JUSTIÇA: DA DITADURA À DEMOCRACIA

¹³⁷ “Se realizan en el país 17 juicios orales por delitos de lesa humanidad durante la dictadura cívico militar”. *Télam*, Buenos Aires, 28 de novembro de 2014. Derechos humanos. Disponível em: <http://www.telam.com.ar/notas/201411/86994-juicios-delitos-de-lesa-humanidad.html>. Data de Acesso: 28/06/2015.

A demanda por justiça na história recente da transição argentina foi um processo social e político que contou com a atuação constante dos grupos de direitos humanos e seus aliados nos governos democráticos, e suas movimentações foram iniciadas ainda no tempo da ditadura. Mas a história do julgamento dos perpetradores nem sempre foi uma bandeira uníssona dentro do movimento - e, até o tratamento das violações dos direitos humanos por vias judiciais estar bem acomodada, passou-se por alguma instabilidade.

Durante o regime ditatorial, as principais tarefas desse novo ator político que surgia, enquanto os desaparecimentos ocorriam, eram, de modo não-exaustivo, a denúncia e protesto, a contenção das vítimas e seus familiares, a difusão de informação sobre as violações e a promoção do tema a nível internacional (JELIN, 2008, p.344). Já no final do regime, as marchas e os protestos passaram a ser também uma marca dessas organizações. E os ativistas tinham como demandas tanto que os culpados fossem condenados (justiça) quanto o estabelecimento do que havia passado (verdade). No entanto, as pautas, dentro do movimento, caminhavam fragmentadas:

Para algunos (la liga por los derechos del hombre), había que dar prioridad al reclamo de la paz, la apertura democrática y la verdad. Pedir más era visto como demasiado duro o quizás irresponsable. Para otros (el Serpaj, las Madres y los Familiares), el reclamo debía vincular la paz con la justicia y la verdad (JELIN, 2008, p.346).

A partir da derrota militar argentina na guerra das Malvinas, e no marco do descrédito do governo militar, cresceram as mobilizações populares em torno do tema dos desaparecidos e o apoio às organizações de direitos humanos. Em outubro de 1982, na chamada “*Marcha por la vida*”, cem mil pessoas se reuniram em torno dos principais clamores dessas organizações, entre eles os lemas “*Aparición con vida*” e “*Juicio y castigo a todos los culpables*”. (CRENZEL, 2016, p.48).

Apesar das demandas variadas, essa marcha apresentou à população um movimento sólido e unificado. E em fins de regime, a pauta por justiça foi prevalecendo. Por um lado, porque a justiça aparecia como uma resposta institucional plausível. Por outro, porque as demandas foram se afunilando para aquelas mais combativas em relação ao governo militar, e eram eles os apontados nos testemunhos dos sobreviventes como responsáveis pelas detenções ilegais e torturas nos centros clandestinos de detenção (JELIN, 2008).

Um ano depois, em dezembro de 1983, a ditadura tem o seu fim e Raul Alfonsín assume a presidência da nação. E o primeiro presidente constitucional argentino, em uma clara inclinação ao atendimento das principais reivindicações do movimento de direitos humanos, lança um decreto que derroga as leis de auto anistia que haviam sido criadas pelos militares. Condena, ademais, os três principais ex-chefes de Estado do chamado “Processo de Reorganização Nacional¹³⁸”, devido aos graves crimes contra a humanidade cometidos no período de 1976 a 1983. (CRENZEL, 2016). Foi chamado de “*Juicio a las Juntas*” (1985), e sua excepcionalidade está situada por ter se tratado de um processo judicial realizado em tribunais civis (em oposição aos usuais processamentos de militares em seus próprios tribunais). Nesse juízo, Jorge Rafael Videla, Emilio Eduardo Massera e Orlando Agosti foram sentenciados à reclusão perpétua (JELIN, 2005). A “justiça” havia sido feita, mas a “verdade” só viera à tona por intermédio de um documento elaborado poucos anos antes. (JELIN, 1991).

Uma das provas fundamentais utilizadas por esse juízo, foi o relatório emitido pela Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas (CONADEP), criada também em 1983, no governo de Alfonsín. A Comissão trabalhou durante 9 (nove) meses recolhendo denúncias e investigando os desaparecimentos durante a ditadura, e contou com fontes dos organismos de direitos humanos e com testemunhos de familiares e ex-presos políticos (MARCHESI, 2001, p.3). Foi chamado informe *Nunca Más* e teve um peso decisivo para a etapa civil do processo contra as juntas. Assim, se o esforço do esclarecimento da repressão política ocorridas nas ditaduras militares latino-americanas, a partir de relatórios de justiça e verdade, elaborou-se inicialmente por iniciativas privadas na maior parte dos países da região do cone sul do continente¹³⁹, na Argentina, foi o Estado que, muito cedo, financiou esse projeto. (JOFFILY, 2009).

No entanto, a partir do desfecho do processamento das autoridades militares, os objetivos em comum do governo democrático e das organizações de direitos humanos começariam a se distanciar. Isto porque, diante da inquietude dos subordinados implicados na repressão - os quais supostamente não teriam poder de mando frente aos seus superiores - pela

¹³⁸ É a autodenominação da ditadura que se instalou na Argentina.

¹³⁹ “Entre esse universo de relatórios é possível apontar para dois tipos de documentos: aqueles promovidos pelos governos, como no caso da Argentina (1984) e do Chile (1991), os quais tiveram como objetivo ‘dar uma respuesta a las organizaciones de víctimas y realizar una condena pública a las practicas desarrolladas durante la dictadura’, e o segundo tipo documental, que caracterizou-se por informes originados pelos setores da sociedade civil, como no caso do Brasil (1985) e do Uruguai (1989), que ‘exigian a los nuevos Estados democráticos um mayor compromiso con el tema de los dd.hh’” (MARCHESI apud FRANCO, P., p.61).

possibilidade de mais condenações, o governo tenderia a atender também, como parte do novo jogo político, as demandas do outro lado (NOVARO, 2011):

Si bien en el momento inicial el problema se formulaba en términos de esclarecer ‘las violaciones a los derechos humanos’, paulatinamente se fue transformando en la ‘cuestión militar’. Eso obviamente no es solo un cambio de palabras, sino que expresa una inversión de prioridades iniciales del gobierno: de la necesidad de resolver el problema ético a la de mantener una relación armónica con el actor militar. (JELIN, 2008, p.349)

Foi então quando as organizações observaram o seu primeiro desencanto com o tratamento dos direitos humanos pelos governos democráticos a partir da publicação, pelo mesmo presidente, da Lei de *Punto Final*, em 1986, e de *Obediencia Debida*, em 1987¹⁴⁰. São as chamadas “leis da impunidade”, porque implicou na anistia e na impossibilidade de processar os outros envolvidos.

O seguinte governante constitucional, Carlos Menem (1989-1999), por meio de sua prerrogativa presidencial, anulou a sentença que havia processado as Juntas Militares e indultou uma série de outros repressores condenados por crimes contra a humanidade, aprofundando os pactos de impunidade habilitados pelo governo anterior. A essas medidas, tão impopulares, foram interpostas tentativas de minimização, e assim foram criadas as leis de reparação econômica às vítimas da ditadura, tanto aos que haviam sofrido detenções ilegais (1990) como também a compensação aos herdeiros (1994), já mencionadas anteriormente.

Os indultos de Menem significaram um golpe forte para os direitos humanos. Houve muitas manifestações de protesto e repúdio, mas logo, os reclamos entrariam em hibernação (JELIN, 2017). Essa “baixa” seria quebrada apenas partir da metade dos anos 1990, tanto pela confissão pública de um militar sobre os métodos de desaparecimento, quanto pelo nascimento da organização H.I.J.O.S.

A confirmação de um ex-general da Marinha, em um programa televisivo nacional, sobre a existência dos “voos da morte”¹⁴¹, em 1995, causou uma onda de notícias acerca desse tema nos meios de comunicação do país. Naquele mesmo ano, impulsionados, muito provavelmente, por esse “retorno dos 70”, os filhos dos detidos-desaparecidos políticos

¹⁴⁰ A Lei 23.492 do Ponto Final estabeleceu a caducidade da ação penal contra os imputados como responsáveis pelos crimes de desaparecimento forçada a partir da publicação da mesma. A Lei 23.521 de Obediência Devida que estabeleceu que, aqueles membros da Força Armada que estivessem abaixo, na hierarquia, do posto de coronel, seriam escusados de responsabilidade penal por terem apenas “obedecido às ordens”.

¹⁴¹ Metodologia de desaparecimento empregada pelos militares, os quais injetavam tranquilizantes nos prisioneiros para depois arremessar os corpos na água, sob o Rio da Prata.

começam a se agrupar, e formam a entidade Hijos e hijas por la Identidade y la Justicia contra el Olvido y el Silencio -primeiro em cidades como La Plata e Córdoba, mais tarde em Buenos Aires-, e reacendem o debate da justiça pelos crimes da última ditadura no cenário nacional.

Em um período em que os canais institucionais encontravam-se bloqueados quanto à impossibilidade de processamento penal dos perpetradores, H.I.J.OS buscou uma inovadora e criativa forma de se fazer justiça: os *escraches*. Os escraches eram manifestações que ocorriam em frente à residência dos agentes apontados como torturadores e sequestradores pelos sobreviventes do regime militar. Primeiro, identificava-se o lugar onde viviam os repressores, para logo difundir nas localidades quem eram, bem como a natureza de seus delitos, para finalmente assinalar suas casas mediante um ato público. Os atos sempre contavam com música, arte e dança. Os protestos “ruidosos” lograram a rememoração do ocorrido e o debate acerca da impunidade. Ao tempo, ganharam aceitação social, bem como a concordância da necessidade de se processar os responsáveis e da reabertura dos julgamentos. (OBERLIN, 2011, p.203-204).

Finalmente, no ano de 2005, sob a égide de N. Kirchner, são declaradas nulas as leis de *Obediencia Debida* e *Punto Final* pela Suprema Corte Argentina. Contudo, o desfecho oficial de anulação das leis que anistiavam os repressores pelos crimes contra a humanidade está inserido em um processo anterior, que contou também com a colaboração de *Abuelas de Plaza de Mayo*.

4.2 OS APROPRIADORES NA JUSTIÇA

Nos inícios da transição democrática, pelas dificuldades interpostas em âmbito nacional pelo reconhecimento da apropriação como um delito, *Abuelas* recorre aos espaços internacionais como estratégia de atendimento aos seus reclamos, quando pôde construir uma base legal e jurídica em torno da consigna do “direito à identidade”. Em vista disso, na Convenção Internacional sobre Direitos da Criança (1989), agiu para que fossem incluídos artigos¹⁴² referentes à fomentação de políticas protetivas da infância pelo Estado, de modo a

¹⁴² Tratam-se dos artigos 7 e 8, também chamados “artigos argentinos”. “**Artículo 7:** 1. El niño será inscripto inmediatamente después de su nacimiento y tendrá derecho desde que nace a un nombre, a adquirir una nacionalidad y, en la medida de lo posible, a conocer a sus padres y a ser cuidado por ellos; 2. Los Estados Partes velarán por la aplicación de estos derechos de conformidad con su legislación nacional y las obligaciones que hayan contraído en virtud de los instrumentos internacionales pertinentes en esta esfera, sobre todo cuando el niño resultara de otro modo apátrida. **Artículo 8:** 1. Los Estados Partes se comprometen a respetar el derecho del niño a preservar su identidad, incluidos la nacionalidad, el nombre y las relaciones familiares de conformidad con la ley sin injerencias ilícitas; 2. Cuando un niño sea privado ilegalmente de algunos de los elementos de su identidad

garantir o acesso ao adotado à informação sobre sua origem e evitar a prática de subtração de identidade. Com a reforma constitucional argentina de 1994 esses dispositivos foram incorporados à constituição. (SANJURJO, 2013b).

Deste modo, embora, pelas leis de impunidade, as desapareições não pudessem ser investigadas, a apropriação indevida de menores de idade, durante a ditadura, trouxe uma brecha jurídica aos juízes que investigavam os casos de apropriação ilegal à época de vigência das leis de anistia (1986-2005). Nesta interpretação, a retenção e o ocultamento de um menor de idade poderia ser considerado um delito imprescritível pelos pactos internacionais de proteção à infância firmados pelo Estado argentino¹⁴³ e, portanto, passíveis de serem investigados. Por conseguinte, ainda no final na década de 1980 e início dos anos 1990, outras pessoas, que criaram, de maneira oculta e ilegal, os filhos de desaparecidos como próprios – puderam ser processados e condenados.

A primeira sentença contra os apropriadores de filhos de desaparecidos, aconteceu pelo caso de apropriação ilegal de Maria Eugenia Gatica. Nesta causa, datada do ano de 1986, Rodolfo Oscar Silva, ex-policial, foi condenado a 3 anos de prisão¹⁴⁴. Miguel Angel Furci (ex agente de inteligência) e Adriana Maria Furci (sua esposa, civil) foram condenados, em 1993, a 7 e a 3 anos de prisão, respectivamente, pela apropriação de Mariana Zaffaroni. Um ano depois, o ex-policial Samuel Miara seria condenado pela apropriação ilegal dos gêmeos Matías e Gonzalo Reggiardo Tolosa¹⁴⁵. Em 1996, María Elena Mauriño, civil, foi condenada a 3 anos e 6 meses de prisão pela apropriação de Maria Victoria Moyano Artigas. O seu esposo, Victor Penna, também apropriador de Moyano, já era falecido. Penna era dono de uma empresa têxtil e foi o seu irmão, Oscar Penna, ex chefe policial, que lhe entrega a menina. Marta Elvira Leiro,

o de todos ellos, los Estados Partes deberán prestar la asistencia y protección apropiadas con miras a restablecer rápidamente su identidad. (ONU, 1989).

¹⁴³ Informações retiradas de: CHILLIER, Gastón. Lo que abre el “fallo Poblete”. **Página/12**, 2006. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/especiales/30anios/momentos_clave-gaston_chillier.html. Acesso em: 24/11/2019; LAS LEYES de Punto Final y Obediencia Debida son inconstitucionales. CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), [s.d]. Disponível em: https://www.cels.org.ar/common/documentos/sintesis_fallo_csn_caso_poblete.pdf. Acesso em: 24/11/2019.

¹⁴⁴ Informações retiradas de: CRONOLOGÍA: 1986-1990. **Página/12**, 2006. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/especiales/30anios/1986-1990.html>. Acesso em: 24/11/2019.

¹⁴⁵ Informações retiradas de: CONDENADO a 7 años el policía argentino que ‘robó’ los hijos a unos desaparecidos. **El País**, Buenos Aires, 23 de dez. de 1994. Disponível em: https://elpais.com/diario/1994/12/24/internacional/788223608_850215.html. Acesso em: 24/11/2019.

apropriadora de Carlos D'elia Casco, também civil, foi condenada a 3 anos de prisão, em 1998. Carlos de Luccia, seu esposo, ex-tenente da marinha, já havia falecido havia dois anos¹⁴⁶.

Mas só nos anos 2000, por meio de um caso impulsionado pelas avós e por CELS¹⁴⁷, que investigava a desapareição forçada do casal José Poblete e Gertrudis Hlaczik de Poblete e de sua filha biológica, que a justiça argentina iria estabelecer uma nova jurisprudência sobre os casos de desapareição. Em 2001, o juiz Gabriel Cavallo, a partir uma sentença que reconheceu a apropriação ilegal da bebê Claudia Victoria Poblete, declarou as leis de anistia inválidas e inconstitucionais, posto que feriam a constituição nacional e os pactos firmados pela proteção dos direitos humanos. Na sentença de Cavallo, ainda, os apropriadores de Claudia – o ex tenente coronel do exército Ceferino Landa e a dona-de-casa Mercedes Beatriz Moreira (sua esposa, à época) foram condenados à nove anos e seis meses e cinco anos e seis meses de prisão, respectivamente, pelas penas de retenção e ocultamento de identidade (ele ademais, por falsidade ideológica)¹⁴⁸. Pela idade avançada do casal, ainda, ela pôde cumprir a pena em regime domiciliar e ele pôde solicitá-la depois de cumprir um ano de pena na unidade Campo de Mayo, em Buenos Aires¹⁴⁹. Quatro anos depois, a Corte Suprema argentina confirma a decisão do juiz, o que possibilitou, então, a reabertura de grandes processos de crimes contra a humanidade da última ditadura. Em vista disso, essa causa particular, movimentada por *Abuelas*, iria ser a primeira a encaminhar o fim da anistia nos governos democráticos contemporâneos da Argentina.

¹⁴⁶ Informações retiradas de: LISTADO de condenados por delitos de lesa humanidad. **Comisión Juicio Campo de Mayo**, [s.d]. Disponível em: <https://comisionjuiciocampodemayo.wordpress.com/videos/listado-de-condenados-por-delitos-de-lesa-humanidad/>. Acesso em: 24/11/2019.

¹⁴⁷ O *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) é uma organização não-governamental argentina com sede em Buenos Aires, fundada em 1979, orientada para a promoção e defesa dos direitos humanos e para o fortalecimento do sistema democrático. Sua criação, em plena ditadura militar, respondeu a necessidade de encarar rapidamente as graves violações de direitos humanos pelo terrorismo de Estado, de forma a proporcionar assistência legal aos familiares das vítimas, especialmente aquelas que estavam passando pela situação de um parente preso político e/ou desaparecido. Atualmente a preside, por meio de sua comissão diretiva, o jornalista Horacio Verbitsky. Informações retiradas de: <https://www.facebook.com/pg/CELS.Argentina/about/>. Acesso em: 28/03/2020.

¹⁴⁸ Informações retiradas de: CASO Poblete: condenaram al matrimonio Landa. **La Nacion**, Buenos Aires, 28 de jun. de 2001. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/caso-poblete-condenaron-al-matrimonio-landa-nid315955>. Acesso em: 28/03/2020; CONDANAN a un militar por el robo de una beba. **La Nacion**, Buenos Aires, 29 de jun. de 2001. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/condenan-a-un-militar-por-el-robo-de-una-beba-nid316058>. Acesso em: 28/03/2020; GINZBERG, Vitoria. Condenaron a los apropiadores de Claudia Victoria Poblete: Un día en que al fin se hizo justicia. **Página12**, 2006. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/2001/01-06/01-06-29/pag13.htm>. Acesso em: 28/03/2020. ARES, Carlos. Primera sentencia en Argentina por el robo de niños en la dictadura. **El País**, Buenos Aires, 29 de jun. de 2001. Disponível em: https://elpais.com/diario/2001/06/30/internacional/993852021_850215.html. Acesso em: 28/03/2020.

¹⁴⁹ A lei argentina 24.660 de 1996 estabelece que o benefício da detenção domiciliar poderá ser outorgado pelo juiz de execução ou competente no caso em que o interno seja maior de 70 anos de idade.

4.2.1 Megacausas e construção jurídica da apropriação

Até dezembro de 2018, 3.081 pessoas haviam sido investigadas por crimes contra a humanidade na Argentina, destas, 891 foram condenadas (acusados de sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados)¹⁵⁰. Entre as causas que se abriram, as “mega-causas”¹⁵¹, relacionadas aos crimes contra a humanidade cometidos nos espaços onde funcionavam os centros clandestinos de detenção, tiveram *Abuelas* como autoras das queixas. Neste marco, os apropriadores e entregadores das crianças foram julgados e condenados. Alguns netos ainda, como vítimas diretas da apropriação, converteram-se em coautores junto à associação¹⁵². Até 2014, 81 pessoas haviam sido condenadas pelo crime de apropriação, entre integrantes das forças armadas, das forças de segurança e civis¹⁵³.

Num dos julgamentos embutidos na “mega-causa de Campo de Mayo”¹⁵⁴, por exemplo, Laura Catalina De Sanctis Ovando processou os seus próprios apropriadores. Eles foram condenados a 15 e 12 anos de prisão -respectivamente, por a terem retido e ocultado, por terem alterado o seu estado civil e identidade, e, ainda, por terem forjado sua certidão de nascimento. Carlos del Señor Garzon era ex oficial da inteligência do Exército, e Maria Francisca Morillo, trabalhava como psicopedagoga. Neste processo, datado de 2013, condenaram, ainda, a médica que assinou o registro falso de nascimento – a 8 anos de prisão¹⁵⁵. Neste caso fica demonstrado

¹⁵⁰ Informações retiradas de: MINISTERIO PÚBLICO FISCAL (Argentina). Juicios en números: durante 2018 finalizaron 17 debates y aumentó la cantidad de imputados con prisión domiciliaria. 27 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/juicios-en-numeros-durante-2018-finalizaron-17-debates-y-aumento-la-cantidad-de-imputados-con-prision-domiciliaria/>. Acesso em: 23/11/2019.

¹⁵¹ As mega-causas são uma série inter-relacionada de causas judiciais de mesmo interesse, neste caso, aquelas que tem como tema as violações dos direitos humanos ocorridas em diferentes centros clandestinos de detenção do país. Cada causa, um centro clandestino.

¹⁵² ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. Las abuelas y la justicia. [s.d]. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/abuelas/historia/abuelas-la-justicia-85>. Acesso em: 23/11/2019.

¹⁵³ YA hay 81 apropiadores condenados y existen otros 69 que fueron procesados. *El Patagónico*, 16 de ago. de 2014. Disponível em: <https://www.elpatagonico.com/ya-hay-81-apropiadores-condenados-y-existen-otros-69-que-fueron-procesados-n750789>. Acesso em: 29/03/2020.

¹⁵⁴ Campo de Mayo é uma enorme área militar localizada a 30km da cidade de Buenos Aires, e, neste espaço, funcionaram quatro centros clandestinos de detenção durante o regime militar, entre eles, “El Campito” e o Hospital Militar. Este último abrigou um dos principais sistemas de partos clandestinos das prisioneiras usados pela repressão.

¹⁵⁵ “Cinco cadenas perpetuas, una de ellas a Bignone, y dos apropiadores condenados a 12 y 15 años”. *Blog Nuevo Juicio por Campo de Mayo*. 12/03/2013. Disponível em:

<http://nuevojuicioporcampodemayo.blogspot.com/2013/03/cinco-cadenas-perpetuas-una-de-ellas.html>. Acesso em: 27/04/2020; CONDENARON a una médica de 81 años por falsificar un acta de nacimiento en la ditadura. *Continental*, 29 de maio de 2014. Disponível em:

-además da postura de ruptura do mandato familiar pela neta e da distribuição ampla das responsabilidades do delito de apropriação- que houve um considerável aumento das penas com relação às atribuídas pelos tribunais nos anos 1990. Não se sabe exatamente o porquê de uma computação tão elevada, - talvez por conta de que se tratava de uma causa jurídica de grande envergadura, ou porque, se havia provado, em juízo, que esses apropriadores estavam à par da combinação delituosa que promoveu sua subtração¹⁵⁶ - de igual forma, parece que contou a recepção, pelo ordenamento jurídico argentino naquela época, dos significados embutidos no crime de “apropriação”.

No ano de 2012, -um ano antes da sentença que condenou os apropriadores de Ovando- a partir da investigação de 35 casos de subtração, retenção e ocultamento de menores de idade, reconheceu-se, por meio de sentença, a existência de um “plano sistemático de roubo de bebês” durante a última ditadura argentina. O julgamento foi emblemático por condenar (mais uma vez e, de maneira definitiva) o ditador e ex-chefe de Estado Jorge Rafael Videla a 50 anos de prisão¹⁵⁷ e por garantir uma “verdade jurídica” inédita que respaldou o constructo de *Abuelas* ao longo de todos esses anos.

De acordo com Sanjurjo:

Abuelas narra o fenômeno da apropriação de menores como um plano sistemático que perseguiu o objetivo de socializar os “filhos da subversão” nos valores da ocidentalidade cristã pretendida pelo projeto da Junta Militar [...] essa alteração produzida na filiação teria sido posta a serviço de proporcionar a essas crianças uma formação condizente aos ideais e valores morais e políticos do processo de Reorganização Nacional (SANJURJO, 2013b, p.203).

Por essa ótica, o projeto militar tinha a intenção de que uma família “decente” criasse essas crianças e as salvasse da subversão. De forma que, segundo a construção narrativa da organização ao longo dos anos, grande parte das famílias -em especial a de militares e policiais,

<https://www.continental.com.ar/noticias/actualidad/condenaron-a-una-medica-de-81-anos-por-falsificar-un-acta-de-nacimiento-en-la-dictadura/20140529/nota/2249523.aspx>. Acesso em: 23/11/2019.

¹⁵⁶ Há uma carta, descoberta pela jovem e utilizada como uma das principais provas em juízo, que aponta evidências de que seus apropriadores contataram um movimento católico que fazia a entrega das crianças. Massa traz mais detalhes sobre esse grupo: “O Movimento Familiar Cristiano é um grupo vinculado à Igreja Católica Argentina que teve participação em vários casos de apropriação de crianças. O MFC nasceu em Buenos Aires em 1948, na Paróquia de San Martín de Tours, promovido por um grupo de casais que procuravam fortalecer sua ‘espiritualidade conjugal’. Conta com uma equipe de adoção que teve uma ativa participação durante a última ditadura, armando as listas de casais candidatos a adotar e oferecendo cobertura para concretizar adoções e inscrições ilegais” (MASSA, 2016, p.228).

¹⁵⁷ O juízo oral e público começou em 28 de fevereiro de 2011 na cidade de Buenos Aires e teve a associação *Abuelas* como uma das autoras processuais.

mas também algumas formadas apenas por civis, que se comprometeram diretamente em criá-las e educá-las, ocultando sua origem política- compreendia-se dentro de um projeto civilizador do Estado, por elas considerado legítimo à época.

A maquinaria repressiva para que essas crianças chegassem a essas famílias – também teve que ser desvendada, de forma que a organização foi constituindo ao cenário jurídico provas documentais e testemunhais para provar não só a gestão desses nascimentos –ao indicar a existência das maternidades clandestinas e de seu funcionamento-, mas também de como ocorria as atividades posteriores de “adoção” dessas crianças, a qual contou com a mobilização de certas instituições sociais (Igrejas, hospitais, orfanatos) para a circulação e entrega, e de outras, como tribunais, cartórios, clínicas médicas, para a regularização documental. Todo esse mecanismo, convém lembrar, como bem denunciado pela associação ao longo dos últimos anos, ocorria por meio de procedimentos irregulares, escamoteados em uma relação de pseudo-legalidade¹⁵⁸.

Desde o final dos anos 1980 até a presente data, então, os diversos processos que correm pelo país têm processado e condenado os responsáveis – militares e civis, pela subtração, retenção e ocultamento indevido de menores de idade, mediante a falsificação de seus documentos. Nesse entendimento, a sanção legal do tipo penal envolvido pode variar muito, mas a possibilidade de uma pena de prisão é relativamente alta para os apropriadores, principalmente os de patentes militares, diretamente envolvidos na repressão política.

4.2.2 O julgamento penal dos “pais de criação”: entre culpas e responsabilidades

Se de um lado, como se vê, com Laura (Catalina) - esses netos se convertem em querelantes contra os seus “criadores”-, com outros, isso implica num entrave ao processo de assumir a identidade. O julgamento desses entes gera uma situação delicada, porque há uma certa implicação de responsabilização e culpa, na medida em que a restituição da identidade: “um direito de saber”, implica na incriminação daqueles que os criaram como filhos próprios, como mesmo me apontou Ignacio: “En realidad, pasó eso. Pero es una situación muy dura,

¹⁵⁸ Termo cunhado por Villalta (2006), no sentido de enfatizar as irregularidades com as quais se outorgavam institucionalmente esses procedimentos. Segundo Regueiro (2013): “La omisión de publicar el hallazgo del niño en los diarios; la postergación de actos que pudieran visibilizarlo (revisación médica, participación del asesor de menores); las solicitudes de información con datos falsos al Registro Nacional de las Personas, constituyeron ‘errores’ e irregularidades que fueron funcionales al ocultamiento del niño”.

no?!... Yo voy a buscar mi derecho, que es ejercer mi derecho a saber quiénes son mis padres biológicos y termino encarcelando a mis padres adoptivos.” Assim, o processo judicial contra os apropriadores também se converte em um dos elementos para compreender a não-aproximação ou o afastamento – em relação ao campo social formado pelos familiares de direitos humanos - de muitos que tiveram suas identidades biológicas reveladas, seja porque não concordam com os processamentos, seja porque isso poderia implicar uma traição àqueles que eram, até então, os seus entes mais próximos.

No momento em que foi entrevistado, essa dimensão da culpa e responsabilização, para Ignacio, estava muito latente, porque aqueles que o criaram estavam sob a situação de “réus” num processo que ainda não havia sido iniciado. Segundo ele, poderia ser discutida a boa-fé do ato de seus pais de criação, visto que eram um casal de origem rural que o “adotou” como próprio, sob intermediação do patrão. O ato originado na ingenuidade e a própria condição dessas pessoas, que já são muito idosas, eram motivos de esperança para o neto e ao mesmo tempo o fazia sentir-se mais responsável pelo cuidado de seus pais adotivos. Naquele momento, seu resguardo estava diretamente vinculado a essa situação familiar.

O medo das consequências legais que podem afrontar os “pais de criação/pais adotivos”, segundo Massa:

aparece em muitos relatos, especialmente nos casos dos netos e netas que passaram vários anos resistindo à realização do teste genético. Alguns saíram da cidade de origem ou do país e outros apresentaram sucessivos recursos judiciais, retardando a concretização do trâmite e solicitando que seu sangue não seja utilizado como prova dos crimes cometidos pelas pessoas que eles/as consideravam (ou consideram, ainda) como seus “pais” (MASSA, 2016, p.33).

Muitos tardaram anos a aproximar-se da descoberta (MASSA, 2016). Necessitaram, inclusive, de motivações individuais como o falecimento de um ou de ambos apropriadores/as, para que pudessem procurar *Abuelas* voluntariamente.

Mario Navarro, por exemplo, buscou saber sobre sua origem enquanto sua mãe de criação ainda era viva. No entanto, ele não pretendia contar a ela sobre suas investigações: “Yo me habia prometido no hablar con ella. Me habia prometido. Es otra cosa que pasa, que es lo que te priva dar el paso, te retiene - es no herir a las personas que te criaron”. Ela faleceu, repentinamente, coincidentemente no mesmo dia que o chamam desde *Abuelas* para ceder o seu material genético – “dispensando-o”, afinal, do enfrentamento que estaria por vir.

Em contrapartida, o neto frisou a importância dos processamentos judiciais na dinâmica de resolver os casos de apropriação, pelo seu papel de abertura das informações escamoteadas pelas circunstâncias clandestinas que fizeram com que as apropriações ilegais pudessem ser empreendidas. Essa postura permanece mesmo que isso levasse, invariavelmente, à inquisição daqueles que o criaram: “Pero, es un inicio. Esta bien que sea así. O sea, para empezar a desenredar todos los nudos que hay, hay que tener inicio. Mis papas, obviamente iban a ser los primeros: ‘de donde los sacaste?’”.

Nesse viés, em relação aos netos que decidiram buscar saber sobre sua identidade, conjectura Massa:

Embora seja impossível generalizar, em algumas das narrativas pode-se perceber que os/as que decidiram saber - “empreendedores da identidade” - conseguiram de alguma maneira “separar” seu desejo de conhecer sua origem da sorte que poderiam correr os “pais de criação”. Alguns deles/as decidiram buscar informação porque confiavam na “boa fé” das pessoas que os/as criaram, acreditando que teriam sido protagonistas de uma genuína “adoção” e não de uma “apropriação” e, portanto, imaginavam que nada ruim aconteceria com elas. Assim, se sentiam com liberdade de ir atrás de sua vontade de saber, sem experimentar culpa ou medo. Outros/as não sabiam com certeza qual tinha sido o grau de responsabilidade dos pais de criação”, mas prevaleceu o desejo de conhecer a própria história. Outros/as simplesmente não se sentiam emocionalmente conectados com seus supostos pais – por ter vivido uma infância difícil e ter mantido uma relação conflitiva com um ou ambos “apropriadores” - e suspeitavam que algo importante lhes era ocultado. (MASSA, 2016, p.164-165).

Ignacio foi um destes que também resolveu conhecer sua origem ainda que consciente do provável destino que aguardava seus “pais de criação”: o processamento judicial. O que essa escolha demonstra, é o impacto da construção do “direito à identidade” por *Abuelas* – o que o fez conseguir separar, em certa medida, esses dois desejos aparentemente contrastantes. Como bem se sabe, associação tem construído historicamente o direito à identidade como um direito, dessas pessoas, “de saber a verdade”.

Contudo, sugere-se que -pela aproximação temporal da “real” possibilidade de condenação dos seus entes adotivos, pelas suas citações em juízo, poucos anos depois da celebrada revelação- a situação se tornaria bastante delicada. O início do processamento do

casal acusado de apropriar-se ilegalmente de Ignacio¹⁵⁹, em março de 2017, poucos meses antes da nossa entrevista, produziu-lhe uma movimentação de recolhimento.

Segundo Massa, ainda:

A análise das narrativas mostra a existência de um conjunto de sentimentos que se articulam entre si formando uma dinâmica emocional, que pode sintetizar-se como *sentimento de dívida / (in)gratidão / culpa*. Vários netos/as relatam ter se sentido “íngnatos/as” com as pessoas que os/as criaram, no sentido de que estas tinham lhes dado “tudo” e, portanto, não era justo que eles/as correspondessem com a decisão de procurar “outros” pais e, além disso, expô-los a um eventual processo judicial. Embora uma análise dos processos penais que envolvem “apropriadores/as” mostre que as derivações judiciais não dependem em absoluto da vontade dos/as “netos/as restituídos/as” - pelo contrário, eles/as não têm como impedir as condenações legais das pessoas que os/as criaram - e apesar de as relações parentais em foco não necessariamente terem sido de amor e cuidado, o certo é que a lógica da reciprocidade é inerente ao universo moral do parentesco e torna-se difícil de rebater. A culpa que gera buscar, em alguns casos era tão intensa que às vezes esta tarefa demorou anos. Nesse sentido, é interessante salientar a dimensão produtiva da culpa, capaz de realizar diversos trabalhos, promovendo ou impedindo processos de conexão. (MASSA, 2016, p.157).

Por outro lado, o atravessamento por experiências como a maternidade ou a paternidade - como já assinalado - tem um papel importante para a mobilização ou inspiração de novos modos de situar-se em relação às suas histórias (MASSA, 2016). No ano de 2016, Ignacio foi pai pela primeira vez, e isso pode também ter contribuído para que - um ano depois de nosso encontro - em entrevista à BBC (2018), voltasse a defender publicamente o processo de restituição de identidade, dessa vez, como um legado para sua filha:

Sinto muita tristeza e muita preocupação em relação a isso [em relação ao processo judicial de seus apropriadores]. É tudo muito doloroso, não apenas para mim, mas também para as famílias que procuraram por mim todo aquele tempo. Mas (faria tudo de novo) porque quero contar a verdade à minha filha. O que deixo para ela, como herança, é essa verdade. (MONTTOYA CARLOTTO, 2008)¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Clemente Hurban e Juana Rodríguez estão acusados de falsidade ideológica e alteração de estado civil, ademais de uma acusação mais grave: o ocultamento de um menor de dez anos, o que poderia levar a uma condenação de até 15 anos de prisão.

¹⁶⁰ MONTTOYA CARLOTTO, Ignacio. Como descobri, aos 36 anos, que não era quem pensava ser. [Entrevista concedida a] **BBC Brasil**, 21 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42721105>. Acesso em: 27/04/2020.

Mais uma vez, o constructo sobre a identidade ressoa em seu testemunho, porque o direito à identidade, seria, ademais, para *Abuelas*, um direito intergeracional:

Preocupadas com a geração de seus bisnetos, Abuelas deu início a uma mobilização para assegurar que o BNDG funcione por mais tempo do que o previsto (ano de 2050), a fim de garantir à outra geração o direito à Verdade (SANJURJob, 2013, p.238).

Das pessoas entrevistadas, Mariana também teve aqueles que a criaram processados. Miguél Angel Furci, ex-chefe da inteligência do Exército, a retira diretamente do local onde foi detida junto à sua mãe biológica e a leva para casa. Sua esposa foi cúmplice, por isso:

Furci y a su esposa Adriana González de Furci, fueron condenados el 18 de marzo de 1993 por el juez federal Roberto Marquevich a las penas de 7 y 3 años de prisión respectivamente por los delitos de ocultación y retención de un menor de 10 años, supresión de estado civil y falsificación ideológica¹⁶¹.

O apropriador continua na prisão, condenado por outros crimes relacionados ao centro clandestino de detenção *Automotores Orletti*, localizado na capital portenha. Já a sua apropriadora faleceu em janeiro de 2017, alguns meses antes de nossa entrevista. Acredita-se que a sua mãe apropriadora, pela pena reduzida, tenha cumprido o regime em casa. Pelo que se observa da história de Mariana, o processamento desses entes não parece ter influenciado negativamente em seus caminhos de restituição de identidade. Contudo, o fato de que “Furci está preso por otras causas que no tienen que ver conmigo”, pode ser um indicador interessante sobre o desdobrar pessoal da culpa, já que que o encarceramento dessa pessoa que, segundo ela, está idoso e muito mal de saúde, não permanece por “sua causa”, mas sim, por delitos de inteira responsabilidade dele, à época.

Segundo a organização *Abuelas*, o nível de participação dos/as apropriadores/as pode ser medido em quatro categorias:

a) Apropriados por secuestradores, quienes intervinieron directamente en la desaparición y/o asesinatos de los padres y en la desaparición-apropiación de los niños como parte del saqueo. b) Apropriados por cómplices, quienes tuvieron una intervención directa como cómplices en la desaparición-apropiación de los niños, aunque no actuaron directamente en la desaparición

¹⁶¹ EL apropiador de Mariana también fue condenado a 25 años de prisión. **Sudestada**, 29 de maio de 2016. Disponível em: https://www.sudestada.com.uy/articleId_49b32f3c-19d3-45cc-95b2-776365ea9c8a/10893/Detalle-de-Noticia. Acesso em: 19/11/2019

de los padres. Apropiadores com complicitad en el saqueo. c) Apropiados por falseadores, quienes, sabiendo el origen del niño falsean su nombre, su nacimiento, su origen y su historia, anotándolo como propio. d) Apropiados por “adopción”, quienes “adoptaron” a los niños buscando que la institución de la adopción actuara como encubridora de la apropiación. (EQUIPO INTERDISCIPLINAR ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 1997, s/p. Os grifos são meus).

É pertinente esclarecer que os apropriadores poderiam ou não ser militares; e se fossem civis, poderiam ou não estar vinculados a institutos de repressão. Em alguns casos, os apropriadores eram agentes militares que retiravam essas crianças diretamente do local dos sequestros ou mesmo das maternidades que operavam nos centros de detenção clandestinos - e as levavam para serem criadas em suas próprias famílias (como fez Furci). Em certas ocasiões, os apropriadores eram civis, colegas ou conhecidos de agentes militares, que recebiam essas crianças diretamente destes agentes - sabendo de sua origem. Em outras, esses apropriadores recebiam as crianças de entregadores (médicos, enfermeiros, vizinhos, conhecidos da família) e, no geral, o procedimento que seguia era a inscrição como filho próprio por meio de certidão de nascimento falsa, sem que a informação de que era filho de detidos-desaparecidos estivesse clara. Poderiam ainda ser “adotantes” que buscavam instituições sociais de “menoridade”, como orfanatos, hospitais ou mesmo Juizados para poder iniciar trâmites de adoção. Ainda que posteriormente esses atos jurídicos tenham sido comprovados irregulares, esses pais e mães “adotantes” não foram responsabilizados penalmente pela apropriação, porque teriam seguido os procedimentos da lei para adotá-las 162.

De forma a combater -como já mencionado, no capítulo anterior- as narrativas jurídicas que pretendiam convocar a legalidade do procedimento de adoção por parte daqueles que os apropriavam, a organização criou uma base jurídica para fundamentar a ilegitimidade desses procedimentos. Segundo *Abuelas*, os “pseudo-padres” só puderam criar os netos/as porque fundaram essa operação na mentira, no ocultamento de sua origem e, por consequência, na cumplicidade da desapareição de seus pais biológicos:

La ilegitimidad de los pseudo padres radica en la imposibilidad de fundamentar su deseo en la ilegalidad. Los pseudo padres, al negar, mentir,

¹⁶² Aqui expressam-se as situações dos outros netos entrevistados. No caso da apropriadora de Ximena, ela mesma, como enfermeira, a inscreve como filha própria. Até onde consta, essa enfermeira não foi processada. Manuel e Jorgelina, embora adotados pseudo-legalmente, tiveram sua adoção outorgada pelos tribunais. Como o caso desses netos não configura uma problemática de “processo penal contra os apropriadores”, não serão tratados no presente capítulo.

ocultar o callar su origen a los niños y al violentar la voluntad y el proyecto de vida de sus progenitores, representados ahora por sus familiares legítimos, no pueden invocar la adopción, ya que se tratan en el mejor de los casos, de siniestra complicidad, puesto que condena al niño, literalmente a desaparecer. Las situaciones de hecho son de fraude y falsificación, sin ley y sin verdad. (EQUIPO INTERDISCIPLINAR ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 1997, s/p.).

Por isso, a associação diferencia os atos daqueles que conheciam aqueles que desconheciam a origem da criança:

[...] familias que, motivadas por el deseo de adopción, concurrieron a juzgados e instituciones de menores, donde les fueron entregados nuestros niños disponiendo de ellos como si se tratara de verdadeiros huérfanos desvalidos o carenciados abandonados por su familia. Estas familias, ante la convicción de que era niños a quienes la represión había alcanzado privándolos del derecho de vivir con los suyos, llegado el momento, se pusieron a disposición de Abuelas, para en común, encontrar la verdad de su origen e historia para possibilitar la integración con quienes nunca los abandonaron. (EQUIPO INTERDISCIPLINAR ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 1997, s/p.).

Nesse viés, para *Abuelas*, adotavam de “boa-fé”: a) as famílias que desconheciam a origem das crianças¹⁶³ e b) as famílias que desejavam adotar e as encontraram, em instituições sociais de guarda, “abandonadas”. O discurso de ignorância da origem, somado à realocação ética e formal por meio do instituto jurídico de adoção, portanto, fez com que as avós reputassem certas famílias como “adotivas”.

Leonardo avalia que sua “adoção”, apesar de não ter sido formal, caracterizou-se por ser de boa-fé, porque disseram a seus pais que ele havia sido abandonado. Foi a parteira que entregou o bebê ao casal (após ter sido retirado de sua mãe biológica, que o havia parido em uma maternidade clandestina), à época, que lhes contou uma história de abandono. Contudo, o casal –motivados pela impossibilidade de ter filhos naturais– não só chegou a ir até a casa da entregadora, como também chegou a comprá-lo¹⁶⁴. Ademais, seus pais de criação, à princípio, não lhe contam que não era filho biológico, por temor que a relação entre eles mudasse. No entanto, quando Leonardo desconfia de sua origem, acabam contando-lhe a verdade. Segundo

¹⁶³ O exemplo das netas Laura e Tatiana, um dos casos mais antigos de restituição resolvido pela organização, é de uma família que as adotaram desconhecendo sua origem, porque as meninas haviam sido abandonadas em uma praça. Depois da localização, as avós puderam contatar facilmente as netas, que ficaram com a família adotiva. (VEIGA; WULF, 2007, p.38).

¹⁶⁴ LEONARDO Fossati: Nieto restituído por las Abuelas de Plaza de Mayo. **Educación y memoria**, [s.d]. Disponível em: <https://www.educacionymemoria.com.ar/leonardo-fossati>. Acesso em: 27/04/2020.

ele, seus pais também se sentiram enganados quando ele descobriu sua outra identidade. Esse caso de anotação falsa foi vista como honesta e os seus pais de criação não foram processados.

Não é possível afirmar, certamente, o que fez com que os apropriadores de Leonardo não fossem reputados como tal, já que eles o anotam falsamente e escondem, até o momento em que ele desconfia – de que era adotado. Talvez o imediato comportamento de se prontificarem a auxiliar aportando informações quando ele restitui sua identidade, talvez as narrativas que surgiram após: “nos sentimos também enganados” ou mesmo por estarem completamente desligados do acionar repressivo da época.

De qualquer forma, converte-se em um caso excepcional, visto que, alegar desconhecer a origem das crianças bem como o não envolvimento com a repressão política não é um argumento consistente no âmbito dos julgamentos de apropriação. Quando se funda essa “adoção” ou “registro” em procedimentos irregulares, não procurar saber se a criança possuía uma família que a buscava é um requisito. Ou seja, o desconhecimento é, na verdade, muito mais um ato autoconsciente e persistente no tempo. Além disso, o desejo por terem mais filhos revela que a chegada da criança nessas famílias não teria sido ao acaso.

A condenação judicial dos apropriadores de Hilario Bacca – um neto que não entrevistei, mas que teve o seu caso “não-convencional” de restituição de identidade analisado por Massa (2016), demonstra como a jurisprudência tem sentenciado em relação a esses casos atualmente:

Em 2013, o Tribunal Oral Federal¹⁶⁵ Nº 4 condenou o casal e a mulher que atuou como “entregadora” a seis anos de prisão pelos delitos de “retenção, ocultamento e supressão de identidade” de um menor de dez anos, e pela falsificação de documento público (MASSA, 2016, p. 213).

Hilario não concordou com os processamentos, e a condenação daqueles que considera seus verdadeiros entes converteu-se no evento crucial para definir a sua rejeição em saber sobre sua história de origem e o afastamento definitivo com aquela que seria sua avó materna, Jorgelina “Coqui” Azzarri de Pereyra¹⁶⁶. Sua história foi resumida desta forma pela autora:

Hilario (é assim que ele quer ser chamado) nasceu em 27 de fevereiro de 1978 na ex-ESMA. Seus pais biológicos, Liliana e Eduardo, eram militantes de

¹⁶⁵ Os tribunais orais federais são órgãos judiciais que atuam sobre temas de acusação penal de interesse público. O nome “oral” vem provavelmente do uso da técnica de sustentação oral de provas e alegações que são levadas diante do juiz, como também acontece no Brasil.

¹⁶⁶ A relação de avó e neto já estava prejudicada pelo fato de que, para Hilario, a postura de sua avó – a qual pertencia aos quadros de ativismo de *Abuelas* – em relação ao passado, era de muito ressentimento. Eu tentei contato com o neto, à época, para entrevista-lo, mas houve conflito de agendas.

Montoneros e em 5 de outubro de 1977 foram sequestrados na pensão em que moravam em Mar del Plata e levados a um centro clandestino dessa cidade. Pouco depois do sequestro, a mulher, que estava grávida de cinco meses, foi trasladada à ex-ESMA, onde deu à luz um bebê, que chamou Federico. Logo depois de parir, foi trasladada novamente a Mar del Plata, onde foi assassinada. [...] O bebê, por sua vez, foi entregue por Inés Graciela Lugones - esposa do repressor Guillermo Minicucci - a Cristina Mariñelarena e José Ernesto Bacca, um casal que já tinha uma filha biológica e não podia ter outros filhos. Graciela e Cristina eram amigas de infância, e a esposa do repressor sabia que sua amiga queria aumentar a família. Segundo disseram no processo judicial posterior, Bacca e Mariñelarena não perguntaram sobre a origem do bebê e o inscreveram como filho próprio, com uma certidão de nascimento falsa [...] Hilario afirma que sabe desde os quatro anos que não é filho biológico daquele casal, mas diz que nunca quis conhecer sua origem (MASSA, 2016, p.211-212).

Apesar de ter sido entregue diretamente pelas mãos da esposa de um repressor – os apropriadores de Hilario, por meio de sua defesa, alegaram não saber de sua origem: “insistió [o advogado] con el desconocimiento de sus clientes sobre las atrocidades que cometía el terrorismo de Estado”¹⁶⁷. No contexto dos crimes contra a humanidade, parece importante advogar, portanto, pela não cumplicidade com o acionar repressivo do Estado militar. Ademais – e em oposição ao caso de Leonardo, afirmaram que nunca lhe esconderam que era adotado, com intuito de enfraquecer o argumento de “ocultação da identidade”. Por sua vez, não saber a origem dessas crianças parece ser o determinante para dirimir a cumplicidade com o plano sistemático de apropriação. Assim, inaugura-se aqui um elemento que pode ter feito a diferença na instância de julgamento dos tribunais. Enquanto os apropriadores de Leonardo o compram de uma parteira, os apropriadores de Hilario integravam as redes de sociabilidades de uma família vinculada à repressão militar à época.

Nesse viés, o grau de participação dos apropriadores (e, portanto, um possível agravamento de pena pela justaposição de delitos¹⁶⁸) pode ser compreendida em duas variedades de envolvimento: no “plano sistemático de roubo de bebês” (evento próprio da repressão militar, que consistiu no apagamento das identidades políticas por meio da prática

¹⁶⁷ CONDENAM a seis años de prisión a los responsables de la apropiación del hijo de Liliana Pereyra y Eduardo Cagnola. **Blog Juicio por la apropiación del hijo de Liliana Pereyra y Eduardo Cagnola**, 15 de março de 2013. Disponível em: <http://juicioporapropiacionpereyracagnola.blogspot.com/2013/03/jamas-mis-clientes-ocultaron-que.html>. Acesso em: 26/04/2020.

¹⁶⁸ Não seria possível responder certamente como a jurisprudência argentina tem tratado da responsabilização desses apropriadores quando se comprova saber da origem dessas crianças. Saber da origem, simplesmente, não tem implicado uma pena maior (como é o caso das apropriadoras esposas de militares). Contudo, poderia se pressupor, que, ao longo dos anos, a imputação da pena dos apropriadores tem aumentado, vide as novas informações, documentos e narrativas sobre apropriação que o meio jurídico tem se deparado.

sistemática e generalizada de subtração, retenção e ocultamento de menores de idade) ou na “circulação ilegal de crianças” (prática social sistemática, persistente). Enquanto muitos apropriadores eram agentes do acionar repressivo, ou, se civis (como as esposas e os amigos desses policiais e militares), tinham proximidade ou mesmo simpatia com o “processo de reorganização social”, e, portanto, sabiam da proveniência dessas crianças (de que eram filhas de militantes de esquerda detidos, de que haviam nascido em maternidades clandestinas ou que foram sequestradas junto a seus pais, etc.), acreditavam que “as estavam salvando” (da subversão) e até mesmo poderiam atuar como partícipes de seu sequestro e entrega, outros apropriadores eram civis com nenhuma relação com as práticas repressivas da época, que as recebiam de entregadores, e, pode-se dizer, com certo cuidado, que realmente “ignoravam” a origem política dessas crianças. Em outras palavras ou em termos de direito penal, essas pessoas não cometeram ou não foram cúmplices dos delitos de subtração dessas crianças, e sim dos crimes de retenção e/ou do ocultamento da identidade, quando em posse delas.

Esta segunda possibilidade de apropriação estaria relacionada então, às concepções em torno da infância e da adoção da época¹⁶⁹, a qual levava em conta dois elementos para serem realizadas: os dispositivos sociais construídos ao redor da “menoridade” - como o “abandono”, de forma que a criança pudesse ser convertida em objeto de intervenção do Estado, e a existência de famílias desejando ter filhos. Por outro lado, não estavam isentos de possuir “motivações políticas” para apropriá-las. Nesse seguimento, em relação ao contexto dessas práticas, conjectura Massa que, no circuito de entregas e adoções pseudo-legais, seria preciso levar em conta, por um lado, a facilidade de resolver a “adoção” pelo que constituía a alternativa de inscrever essas crianças “abandonadas” (dispositivo social que desconsiderava as famílias que as buscavam) como filhas próprias e, por outro, o valor atrativo dessas crianças para os entregadores, e em consequência, para os apropriadores – as quais eram, no geral, brancas e oriundas de classes médias (MASSA, 2016).

¹⁶⁹ Nessa continuação, como assevera Massa, as apropriações não podem ser entendidas sem relacioná-las a um contexto social mais amplo, anterior à própria ditadura.: “Por sua vez, e tal como descreve Villalta (2012), as ‘apropriações’ também são explicáveis como consequência de um sistema de práticas sociais vinculadas à infância, existentes desde muito antes da ditadura, e que tinham como alvo a infância considerada ‘abandonada’ ou ‘em perigo’. A autora descreve uma série de mecanismos jurídico - institucionais, normalmente permeados de preconceitos, que permitiam a ‘menorização’ das crianças e sua conversão em objetos de intervenção estatal. No contexto da ditadura, esses mecanismos acabaram facilitando a concretização do ‘plano sistemático de roubo de bebês’”. (VILLALTA apud MASSA, 2016, p.24). Esta relação se torna expressa na situação que possibilitou a entrega de Leonardo: ele foi comprado.

Para adicionar mais complexidade à conjuntura da época, à motivação e à duplicidade do nível de culpa/inocência daqueles que apropriaram essas crianças - ainda existem o caso das pessoas que criaram Mario e Ignacio. Os seus “pais de criação” – como denominam, além de serem civis, sem nenhuma ligação de parentesco ou de amizade com militares, eles também eram trabalhadores da zona rural. E essa característica faz com que os netos acreditem que não devam ser responsabilizados penalmente por suas próprias apropriações.

Mario, quando restituiu sua identidade, já tinha os seus dois pais falecidos. Quando questionado sobre um possível julgamento de seus pais - um casal de agricultores, assim me responde:

Hoy, yo pienso que, si un juez, hubiesen llamado mis padres también todavía con vida. Hubiesen llamado y: "señores ustedes sabían que su hijo no nació en la pareja?!". Y sí. Entonces, automáticamente, pasas a ser cómplice. Porque nunca denunciaste. El tema es conocer como era, como era la idiosincrasia de esa gente, y como era la realidad que ellos viven. Y si realmente, tenían las herramientas para preguntar si venían de la dictadura [...] **sabemos lo que son los padres del interior** (grifos meus).

Para ele, os seus pais ignoravam a situação do regime militar e também alega que seria plausível que os casais do interior tivessem aceitado tomar essas crianças trazidas de outro lugar como filhos próprios por falta de instrução. De certa forma, o neto abrandava as intenções dessas pessoas a partir de um imaginário idílico sobre a cultura camponesa. Por sua vez, recobra que, frente às condenações daqueles que criaram esses bebês sem dimensionar totalmente a ilegalidade dos seus atos, aquelas pessoas que realizavam as entregas –e que efetivamente possuem informações sobre o paradeiro outras crianças- por falta de provas, restam sem ser julgados¹⁷⁰. Seu argumento se estende a todos aqueles que viviam aquele contexto, inclusive com relação aos pais de Ignacio. Ficou patente, aliás, nas entrevistas, que os dois netos nutrem profunda estima e afecção entre si, pelas origens similares.

Com esse mesmo entendimento, Ignacio defende o casal de agricultores que o criou: “Ellos vivían en el medio del campo, donde no tenían ni radio”. No entanto, como visto, Clemente Hurban e Juana Rodriguez foram autuados, e paira sobre eles a acusação de falsidade ideológica, alteração de estado civil e ocultação de um menor de 10 anos de idade. A causa foi

¹⁷⁰ Este é o caso da entregadora de Mario, uma “comadre” de seus pais da cidade onde cresceu. Segundo me contou, ela atuava como entregadora e teria informações sobre o paradeiro de outras crianças, mas se recusa a contar e tampouco foi punida judicialmente.

iniciada em 1991, pela própria Estela de Carlotto, quando ainda buscava o seu neto, e ainda está em andamento.

Em outubro de 2019, os advogados do casal pediram o sobrestamento (interrupção do processo). Apesar de algumas notícias¹⁷¹ que circularam afirmarem que o processo foi interrompido a pedido pessoal do neto e que corre judicialmente com mais morosidade que os outros, estas informações, até onde se investigou, tratam-se de mera especulação. *Abuelas*, por um lado, mantém a posição tradicional de acompanhar as causas, sem intervir ativamente, e Estela não renunciou à queixa. Estima-se que, em final de 2020, se ditará sentença. Segundo as informações do jornal, ainda, eles podem ser condenados a até 15 anos de prisão. Uma pena bastante alta, que poderia ser mitigada se fossem levadas em conta (além da idade do casal) as alegações da defesa acerca do contexto da entrega.

Nesse viés, talvez contaria menos o peso do fato de a causa de apropriação ser do neto de Estela, como tenta presumir o jornal Perfil - e sim, o contexto rural vivenciado, à época, bem como o fato da apropriação do bebê ter sido intermediado pelo empregador do casal. Daí o inovador pedido do advogado pessoal dos processados em encomendar um antropólogo social para investigar como eles viviam: “Quieren demostrar que estaban aislados de lo que pasaba en el país y que no sabían que había desapariciones de personas ni apropiaciones de niños y que su patrón tenía una fuerte influencia sobre ellos”¹⁷² – informou o advogado de *Abuelas* ao supramencionado jornal.

Dessa forma, haveria mais elementos à mitigação da responsabilidade nos crimes por parte daqueles que o criaram, visto que viveriam sob submissão do patrão. Carlos Francisco Aguilar era um latifundiário, criador de gado, com forte influência na cidade de Olavarría (foi presidente da Sociedade Rural da cidade e saiu como candidato a vereador pela legenda PRO, em 2007). Assim, poderia ser levantado como argumento o pouco poder de escolha que tinham e a ocorrência de que foram enganados com a confiança de que todo o trâmite era regular, como contou Ignacio à revista argentina Gatopardo:

Según le contó Montoya Carlotto [Ignacio] a *Gatopardo*, Aguilar era el empleador de Hurban y Rodríguez y sabía que el matrimonio no podía tener hijos. Por eso, un día les dijo en la estancia que había un bebé en La Plata, que

¹⁷¹ CARRILO, Santiago. Se frena la causa del nieto de Estela Carlotto en beneficio de los apropiadores. **Perfil**, 30 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.perfil.com/noticias/equipo-de-investigacion/la-cause-por-la-apropiacion-de-ignacio-montoya-carlotto-esta-frenada-y-se-beneficia-a-sus-padres-de-crianza.phtml>. Acesso em: 27/04/2020.

¹⁷² Idem

era de una familia que no lo quería y que él se iba a encargar de los papeles. Les aseguró que era todo legal. Según relata Montoya Carlotto, el matrimonio Hurban y Rodríguez se subieron al auto del terrateniente para viajar a la capital de Buenos Aires y recibir al bebé de manos de Aguilar. “Por la salud del niño es preferible que nunca le digan nada”, les habría dicho el patrón (MANNARINO, 2019)¹⁷³.

As alegações de “ingenuidade” e/ou a “inocência”, ou mesmo de uma submissão a uma relação abusiva de poder, embora seja utilizada aqui para compreender as intenções dessas pessoas que vivem num contexto do campo, já foi utilizada também apaziguar a acusação de algumas apropriadoras, no geral, esposas de militares. Como bem retrata Massa:

A mulher acusada pela “apropriação” de Hilario Bacca / Federico Cagnola Pereyra disse, no depoimento que deu nos tribunais, que ela ignorava por completo a história de origem do menino que receberam, e que ela e seu esposo nunca imaginaram que estavam lhe provocando um dano. O argumento de “não saber nada” sobre a procedência das crianças é uma constante por parte dos “pais de criação”/“apropriadores/as”. Na maioria dos casos, as pessoas processadas explicam que queriam ter um filho/a e que, diante da impossibilidade de gestá-lo, acolheram essa criança que lhes foi entregue - quase sempre de mãos de um amigo ou parente militar - convencidos de que ela tinha sido “abandonada”. Ouvi argumentos similares em algumas narrativas, especificamente de dois “netos”, que desculpavam pontualmente as “mães de criação” por considerá-las inocentes ou, inclusive, vítimas dos enganos dos maridos “apropriadores” (MASSA, 2016, p.257).

Segundo a instituição *Abuelas*, a participação das mulheres apropriadoras foi suavizada pela Justiça e pela sociedade em geral. A crítica é a de que, principalmente, nos anos 80 e 90, as mulheres ou não receberam condenações ou elas foram relativamente baixas, com relação aos homens que apropriaram¹⁷⁴ (WASSMANSDORF, 2015).

Estela, na mesma reportagem publicada pela revista supramencionada, tampouco suaviza a participação dos pais de criação de Ignacio, reconhecidos, por ela, como apropriadores.

En tanto, Carlotto [Estela] le confió a la revista *Gatopardo* que la relación con su nieto está en un “impasse”. “Sé lo difícil que es descubrir el engaño, saber que tus padres no son lo que decían que era. Pero mi verdad es otra. A mi nieto se lo robaron, no fue que otros lo habían abandonado y éstos los adoptaron

¹⁷³ MANNARINO, Juan Manuel. El nieto perdido. **Gatopardo**, 18 de setembro de 2019. Disponível em: <https://gatopardo.com/reportajes/ignacio-montoya-carlotto-nieto-encontrado-abuelas-de-plaza-de-mayo-argentina/>. Acesso em: 27/04/2020.

¹⁷⁴ Informação retirada de artigo hospedado no site oficial da instituição *Abuelas*. DEVANNA, Cecilia. “Cual es la responsabilidad de las apropiadoras de bebés?”, 19 de março de 2015. **Infojus**. Disponível em: http://www.abuelas.org.ar/comunicados/prensa2012/pre150420_1318-1.htm. Acesso em: 01/06/2015.

después. Él dice que los perdonó, yo no soy quién para perdonar ni para juzgar. En todo caso sería Laura (su hija). Y Laura no está. Esa herida no cicatriza. Para mí, ellos no son sus padres adoptivos, son apropiadores. Para él, son sus padres, que lo criaron bien y con amor. Entonces, trato que no sufra por lo que pienso. Me invita a su cumpleaños y voy sabiendo que ellos están en el mismo salón, pero no voy a tener ninguna conversación con esa gente porque el dolor trasciende”. (MANNARINO, 2019)¹⁷⁵.

Por sua vez, a sentença dos pais de criação de Ignacio é bastante aguardada e poderia, segundo o neto, trazer uma jurisprudência inovadora para os casos de apropriação. Em caso de que fossem inocentados – acredita o neto, isso poderia reverberar numa abertura para aqueles que estão paralisados em buscar a verdade de sua origem pelo receio das consequências legais que pode se interpor a aqueles que consideram seus pais. Neste caso, tratar-se-ia daqueles que não estavam envolvidos diretamente ou desconheciam a repressão; com o requisito, ademais – como os seus pais, de encontrar-se num contexto que limitava a agência de seu livre-arbítrio a obstaculizava a onisciência da legalidade de suas práticas.

Nesse viés, poderia ser compreendido o impasse vivido, por um lado, pelas avós que pertencem à instituição, as quais encontram os seus netos e que solicitam, em demanda final, justiça e reparação por aquilo que lhes foi retirado, e por esses netos, que, embora estejam de acordo com a importância do direito à verdade/identidade, tentam mitigar as consequências que podem sofrer aqueles que amam. Como no caso de Hilario Bacca e de sua avó Coqui, esses desejos podem ser irreconciliáveis¹⁷⁶.

4.2.2.1.1 Reflexões finais

Além de impulsionar as causas judiciais, os movimentos de familiares, vem promovendo uma ampla campanha para a sua difusão. “Principalmente HIJOS trabalha no sentido de atrair a atenção social e de fomentar a participação da sociedade” (SANJURJO, 2013b, p.265).

Por exemplo, na Argentina, tem se tornado comum que, nas datas em que se ditam as principais sentenças dos julgamentos orais e públicos contra os repressores, seja montada uma estrutura de palco, ao ar livre – com telões para que o público possa ver o interior das salas de audiência – espaço onde “discursam sobreviventes, ativistas de *HIJOS*, *Madres*, *Abuelas*, bem como advogados que atuaram como parte da acusação”. Nessas ocasiões, intercaladas com

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Coqui faleceu no ano de 2015, sem lograr que a relação dos dois fosse reestabelecida.

manifestações artísticas, música, comida e bebida, promovem-se verdadeiros festivais para celebrar que “a única vingança é a de ser felizes”¹⁷⁷. (SANJURJO, 2013b).

Diante dessas mobilizações e da dimensão que ganhou o tema dos desaparecidos políticos no país, em que “o processo de transição política na Argentina jamais pôde ser negociado pela via do perdão, da reconciliação ou da anistia irrestrita, como observado em outros países do Cone Sul”. (SANJURJO, 2013b, p.252) - a postura de defesa desses pais de criação pelos apropriados contra à penalização de seus atos passados em um contexto de um ativismo político fortemente voltado ao “Juicio y Castigo a los Culpables” tornaria o convívio impensável e a integração inoportuna no espaço em que se organiza a militância pelos direitos humanos¹⁷⁸. Pelo menos é o que se observa na reclusão de Ignacio e na indisposição de Hilario.

Por sua vez, a não condenação desse perfil de apropriadores pela justiça formal, traria, hipoteticamente, um resultado importante no quesito da ampliação do espaço de restituição. Nesse viés, questiona-se: não processar judicialmente aqueles que criaram essas crianças - seria uma possibilidade viável?

Tendo em vista a experiência, em outras regiões do globo, de modelos de transição marcados por processos de reparação não-convencionais¹⁷⁹, poderia se interpor uma discussão, na Argentina, pela aplicação de penas alternativas. Esta “volta atrás” teria a intenção, então, de que mais jovens em dúvida pudessem se aproximar da “verdade de sua origem”, de forma que se trocariam os processos penais de apropriação (aquilo que, pretensamente os impede de buscar) pelo suposto encontro de mais bebês apropriados.

A ideia de se trocar a “justiça” pela “verdade” não é nova na Argentina, e houve uma maior repercussão dessa narrativa quando a gestão PRO oficializou o revisionismo. Certos setores¹⁸⁰ criticaram o “desmedido” apelo pelo uso da justiça institucional para a resolução dos crimes contra os direitos humanos, a partir do momento em que viu a parte civil

¹⁷⁷ Declaração do ativista de H.I.J.O.S Carlos, citado em Sanjurjo (2013b, p.248).

¹⁷⁸ De nenhuma forma isso sugere que os familiares e a militância estariam equivocados em pautar a demanda dessa forma, apenas que esse seria o ponto de vista dos apropriados que defendem os seus apropriadores.

¹⁷⁹ A experiência das Comissões de Verdade e Reconciliação da África do Sul, encontra o seu comparativo exemplar -pelos setores revisionistas-, na medida em que se optou, no país, por um formato de justiça de mediação entre vítimas e algozes, sem a previsão de condenação e pena de prisão.

¹⁸⁰ Segundo Marina Franco: “[...] el arco de cuestionamientos al proceso de justicia como política de derechos humanos provino, por un lado, de sectores de la derecha política, claramente asociados a los intereses dictatoriales en los años setenta, es decir, las jerarquías de la Iglesia Católica, un sector de la prensa, especialmente, el diario *La Nación*, algunas universidades privadas, y más recientemente el historiador Luis Alberto Romero”. (FRANCO, M., 2018, p.153).

responsabilizada nos processos que investigaram as atuações nos mecanismos repressivos do regime.

Segundo a visão dessas pessoas, um modelo de redução de penas ou alternativo à prisão traria uma reparação real no processo da transição democrática, já que persuadiria os militares a que aportem informações acerca do sucedido com os desaparecidos e sobre o paradeiro das crianças apropriadas. Para além da análise da conjuntura de emissão desses comentários, que surgem em contextos de proteção de empresários, profissionais liberais e autoridades religiosas com amplos poderes na sociedade argentina contemporânea, Franco, M. (2018) analisa, cabalmente, o conteúdo dessa tentativa de solução de conflito.

Para a autora, deve se interpor a existência de um pacto (ideológico) de silêncio entre as Forças Armadas na Argentina – que nunca estiveram realmente dispostas a contribuir com informações. Por isso, supõe-se que os militares, mesmo com medidas de redução de pena, continuariam convictos de suas crenças e não aportariam informação efetiva (FRANCO, M., 2018). A “verdade”, portanto, não chegaria por meio dos testemunhos militares. E embora muitos apropriadores sejam civis, e não estivessem vinculados à repressão - estiveram, bem ou mal, implicados com procedimentos irregulares, à época, e a inquirição processual é uma medida para que alguns segredos escamoteados saiam à luz. Aliás, os processos judiciais, ao longo desses anos, têm se constituído como instância de produção de verdade sobre esse passado, com as investigações, provas e testemunhos arrolados, e permitiram, no marco das audiências de apropriação - por exemplo, o esclarecimento sobre os mecanismos de entrega das crianças sequestradas.

Além disso, já não seria possível voltar atrás na maneira como se tem lidado com a justiça, e mais especialmente, com os processos de restituição de identidade. Primeiro porque o modelo de resolução do conflito passado, na lógica da transição argentina, não é meramente formal. Como visto na recuperação histórica acima, a judicialização do passado foi fruto de um processo intenso de lutas sociais e debates institucionais. E as categorias de “verdade” e “justiça” tampouco são intercambiáveis, porque esses mesmos processos, gestados desde a ditadura, estão amalgamados na construção de uma estrutura de reparação para as vítimas e no consequente fortalecimento das instituições redemocratizadoras do país. Por esse viés, ainda que não seja possível prever o resultado da sentença em relação às responsabilidades daqueles que criaram irregularmente Ignacio, as circunstâncias da entrega serão (e devem ser) investigadas como tal, de acordo com a base jurídica acumulada sobre esses casos.

Efetivamente, as crianças apropriadas precisam ser encontradas, mas com a condição de que o processo institucional e democrático para que esse encontro tenha sido um dia possível também seja respeitado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto alguns netos tomaram para si a tarefa de encontrar os netos restantes, para outros, uma trajetória de restituição marcada por situações “difíceis”, inquieta o ideal reparador da restituição. A falta de apoio e de uma estrutura institucional para transitar o seu processo de mudança de identidade desgastou Ximena, a cobrança em carregar o emblema da restituição colocou Ignacio numa posição incômoda e, por um certo tempo, a ligação afetiva com os apropriadores e a dificuldade em aproximar-se dos familiares biológicos instalou em Mariana um sentimento de que não seria aceita por aqueles que se organizavam ao redor da associação que a localizou. De fato, ela foi, por vezes, julgada por suas escolhas pessoais. Junto com Jorgelina, nenhum deles se auto-identifica como “herdeiros do legado” das avós. Em contrapartida, eles tomam para si a condição de “netos restituídos” e se mobilizam, da maneira como entendem poder colaborar, na busca de outros apropriados.

Sentir-se mobilizado é um processo que pode levar tempo, e adquire experiências e fundamentos diversos. Se a participação em juízos e a colaboração ativa no processo de transição de outros apropriados podem ser considerados “motores” iniciais de engajamento, o elemento “financeiro”, contaria como propulsão contínua a essa engrenagem. Observa-se que, para alguns netos que consideram assumir o legado, a possibilidade de ocupar-se à causa de maneira integral, foi por meio da conversão desta de atividade profissional remunerada.

Por sua vez, as experiências pessoais de maternidade e paternidade que transitam os apropriados depois de restituída a identidade também são propulsoras da conscientização política. Reconhecem-se nas avós-mães em busca de um filho-neto perdido e reconhecem os seus próprios filhos como vítimas das violações de identidade. Portanto, embora muitos netos não levem ao pé da letra o legado do sangue da família progenitora “como verdadeira”, o impacto político e afetivo do sangue faz-se presente na consideração da necessidade de se realizar a reparação intergeracionalmente.

Já quando o ativismo político dos familiares se voltou não só a um governo de turno, mas também a uma legenda de esquerda – isto causou certo rechaço para muitos setores sociais na Argentina, tanto de direita quando da própria esquerda não-oficialista. Não foi diferente com as netas, que atribuíram que “*Abuelas* havia se politizado”. Essas posturas poderiam ser explicadas tanto pelo advento inédito da esquerda no comando da nação argentina e o estranhamento causado pela administração reguladora destes governos, mas também pode ser

atribuída uma certa nostalgia de um ideal institucional, vinculada aos caminhos iniciais da associação, quando suas políticas de busca aos desaparecidos eram centradas no terreno civil da reparação.

Estes posicionamentos, por sua vez, causariam problemas com a integração com o grupo que se organiza ao redor da associação *Abuelas* - não só porque esse grupo seria considerado oficialista ou partidário demais em relação ao kirchnerismo, mas, adiciona-se, porque esses familiares posicionaram-se politicamente retomando a herança política de esquerda da década de 1960 e 1970. E esse não é o legado que alguns apropriados parecem querer compartilhar. Assim, enquanto alguns ressignificam a luta política dos seus pais como uma luta por direitos sociais ou mesmo na forma de luta pelos direitos humanos – a qual eles mesmos dão prosseguimento, para outros, a exposição e o abandono ao qual teriam sido submetidos - pelas escolhas revolucionárias de seus progenitores - tem se colocado como uma razão para não “tomarem partido” das causas políticas.

Por fim, no caso dos apropriados, o não desligamento afetivo com os seus apropriadores que cometeram crimes não só contra eles mesmos, mas também fizeram outras vítimas (se consideramos que impediram os familiares biológicos de conviver com seu neto, sobrinho, etc.) – é uma situação que pode gerar alguns desconfortos nas interações sociais junto da cena dos direitos humanos, especialmente com os sobreviventes e familiares das vítimas dos crimes cometidos pelos repressores. Entrementes, uma postura de defesa desses pais de criação contra à penalização de seus atos passados em um contexto de um ativismo político fortemente voltado ao “Juicio y Castigo a los Culpables” torna o convívio impensável e a integração inoportuna no espaço em que se organiza a militância pelos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUELAS de Plaza de Mayo. Argentina. Disponível em: <http://www.abuelas.org.ar/>. Acesso: 25/05/2015.

ABUELAS de Plaza de Mayo. Identidad: construcción social y subjetiva. **Primer Coloquio Interdisciplinario de Abuelas de Plaza de Mayo**. Buenos Aires, 2004.

ACUÑA, Carlos H./ SMULOVITZ, Catalina. Ni olvido ni perdón? Derechos humanos y tensiones cívico-militares en la transición argentina. **Cedes**, Buenos Aires, v.39, 1991.

AMADO, Ana María. Herencias: Generaciones y Duelo en las Políticas de la Memoria. **Revista Iberoamericana**. Buenos Aires, v.69, n. 202, p. 137-153, jan./mar. 2003.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006 (2ª ed.).

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Stella Bresciani e Márcia Naxara (org.). Campinas. Editora da Unicamp, 2004.

ARGENTO, Analía. **De vuelta a casa**. Buenos Aires: Marea, 2008

BALAN, Manuel. Polarización y medios a 30 años de democracia. **Revista SAAP. Sociedad Argentina de Análisis Político**. v. 7, n. 2, p. 473-481, nov. 2013.

BARROS, Mercedes María; MORALES, María Virginia. Derechos humanos y post kirchnerismo: resonancias de una década y esbozo de un nuevo panorama político. **Revista de Estudios Sociales Contemporáneos**, Mendoza, nº 14, p. 104-124, 2016.

BARROS, Mercedes; MORALES, Virginia; QUINTANA, M. Marta. 40 años de activismo em Derechos Humanos em Argentina: eventos, derivas y reconfiguraciones. **Identidades**. Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco, ano 7, n. 13, p. 1-8, dez. 2017.

BORLAND, Elizabeth. Las Madres de Plaza de Mayo en la era neoliberal: Ampliando objetivos para unir el pasado, el presente y el futuro. **Colombia Internacional**. Bogotá, n. 63, p.128-147, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122006000100007&script=sci_abstract&tlng=es. Data de Acesso: 29/04/2020.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición**: los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires: Colihue, 2004. Disponível em: http://www.jovenesxlamemoria.com.ar/wp-content/uploads/2016/04/Poder_y_Desaparicion_-_Calveiro.pdf. Data de Acesso: 29/04/2020.

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique. “Le prisme des émotions”. In: CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique (Org.). **Les passé des émotions. D’une histoire à vif. Amérique Latine et Espagne**. Rennes: PUR, 2014. p. 7-10.

CRENZEL, Emílio. Políticas de la memoria en Argentina. La historia del informe Nunca Más. **Papeles del CEIC**, Espanha: Facultad de Ciencias Sociales - Universidad del País Vasco, v. 2010/2, n. 61, set. 2010. Disponível em: <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/61.pdf>. Acesso: 25 maio 2015.

CRENZEL, Emilio. Entre la historia y la memoria. A 40 años del golpe de estado en la Argentina. **História: Questões & Debates**. Curitiba, v. 64, n. 2, p. 39-69, Jul/Dez 2016.

CUETO RÚA, S. **Nacimos en su lucha, viven en la nuestra. Identidad, justicia y memoria en la agrupación HIJOS-La Plata**. Dissertação em Historia y Memoria. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2008. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.426/te.426.pdf>. Acesso: 15 de abri 2019.

DA SILVA, Ludmila Catela. De eso no se habla: Cuestiones metodológicas sobre los limites y el silencio em entrevistas a familiares de desapararecidos políticos. **História, Antropología y Fuentes Orales**, Espanha, v.2, n.24. 2000. Disponível em: arpa.ucv.cl/articulos/deesonosehabla.pdf. Acesso: 25 maio 2015.

DA SILVA, Ludmila Catela. Un juego de espejos: violencia, identidades, nombres. Un análisis antropológico sobre las apropiaciones de niños durante la última dictadura militar argentina. **Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos, (TELAR)**. Tucumán, v. 2, n. 1-2, p. 89-100, 2005. Disponível em: <http://www.filo.unt.edu.ar/rev/telar/revistas/telar2-3.pdf>. Acesso: 25 maio 2015.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis: Cidade Futura, n. 5, out. de 2004.

DELGADILLO, Juan Mario. Dos visiones, dos historias de La Plaza de Mayo. Estrategias de Abuelas y Madres para la articulación de políticas públicas de la memoria em la Argentina. **Instituto de Iberoamérica**. 2009-2010.

EQUIPO INTERDISCIPLINARIO DE ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. El secuestro. Apropiación de niños y su restitución. In: ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. **Restitución de niños**. Buenos Aires: Eudeba, 1997. Disponível em: http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=bibliografia.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php. Acesso: 25 maio 2015.

FARGE, Arlette; tradução Fernando Scheibe. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia hist.** [online]. 2012, vol.28, n.47, pp. 43-59. ISSN 0104-8775. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>. Acesso: 25 maio 2015.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi (Rio J.)**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261. Jul/Dez 2013. Disponível em: www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi27/TOPOI_27_A02.pdf. Acesso: 25 maio 2015.

FILC, Judith. **Entre el parentesco y la política: familia y dictadura**. 1976-1983. 1ªed. Buenos Aires: Biblos. 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FRANCO, Marina. La última dictadura argentina en el centro de los debates y las tensiones historiográficas recientes. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 138-166, jan./mar. 2018.

FRANCO, Marina; LEVIN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para um campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

FRANCO, Paula. **A escuta que produz fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na comissão nacional da verdade (2011-2015)**. Dissertação em Mestrado em História – Programa em História do Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GATTI, Gabriel. **Identidades desaparecidas: Peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada**. Argentina: Prometeo Libros. 2011.

GOLDSTEIN, Ariel. Medios y política en Argentina y Brasil: los casos del Grupo Clarín durante el conflicto agropecuario y del Grupo globo durante la crisis política de 2005-2006. **IX JORNADAS DE SOCIOLOGÍA**, Buenos Aires, 2011.

HERRERA, M.; TENEMBAUM, E.: **Identidad, despojo y restitución**. Buenos Aires: Ed. Abuelas de Plaza de Mayo. 2001. Disponível em: http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=bibliografia.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php. Acesso: 25 maio 2015.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos. Uma história**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: **Intercom**. Porto Alegre, 2004.

IBARRA, David. O neoliberalismo na America Latina. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 238-248, jun 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000200004&lng=en&nrm=iso. Data de Acesso: 01/05/2020.

IUD, Alan. La apropiación de niños y el análisis de ADN obligatorio. In: ANITUA, Gabriel I.;

GAITÁN, Mariano (Comps.). **Las pruebas genéticas en la identificación de jóvenes desaparecidos**. Editores del Puerto, Buenos Aires, 2013, p. 223-251.

JELIN, Elisabeth; AZCARATE, Pablo. Memoria y política: Movimiento de Derechos Humanos y construcción democrática. Universidad de Salamanca, España. **América Latina Hoy**, n. 1, p. 29-38, jul. 1991.

JELIN, Elisabeth. Exclusión, memorias y luchas políticas. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. p. 219-239

JELIN, Elisabeth. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.29, p. 37-60, jul-dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a03n29.pdf>. Acesso: 25 maio 2015.

JELIN, Elisabeth. La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina posdictatorial. In: **Dictadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. FGV Editora, 2008.

JELIN, Elisabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. **Espaço Plural**. V. 10, p. 78-88, 2009.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, jan./jun. 2010.

KAUTH, Angel Rodriguez. "El gobierno del pro Y la 'carga de la herencia kirchnerista'." **Archipiélago**, N. 94, 2016. Disponível em: *Gale OneFile: Informe Académico*. Data de Acesso: 01/05/2020.

LANGUE, Frédérique. O sussurro do tempo: Ensaio sobre uma história da sensibilidade Brasil- França. In: ERTZOGNE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (Orgs.). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 21-32.

LEVIN, Florencia. Arqueología de la memoria. Algunas reflexiones a propósito de Los vecinos del horror. Los otros testigos, **Revista Entrepasados**, ano XIV, n. 28. 2005.

LIMA, Jozely Tostes de. O que é Justiça de Transição? **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, Brasília, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/277>. Acesso: 23 jan. 2017.

MARCHESI, Alberto Aldo. “Las lecciones del pasado”, memoria y ciudadanía en los informes “nunca mas”. Informe final del concurso: **Culturas e identidades en América Latina y el Caribe**. Programa Regional de Becas CLACSO. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2000/marchesi.pdf>. Acesso: 15 jun. 2015.

MASSA, Jimena Maria. **"Restituição de identidades" e (re)construção de parentesco em casos de "neto/as apropriados/as" pela ditadura militar argentina**. Tese - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MEZZAROBBA, Glenda. De que se Fala, quando se diz “Justiça de Transição”? **BIB**. São Paulo, n. 67, p. 111-122, 2009.

MORALES, Virginia. Asociación Madres de Plaza de Mayo: kirchnerismo y resignificación. Morales Virginia (2012) In: Barros, Mercedes; Daín Andrés y Virginia Morales. **Escritos K**, Córdoba, Eduvin, 2012, p. 47-66.

NOVARO, Marcos. Las políticas de derechos humanos, de Alfonsín a Menem. In: ANDREOZZI, Gabriele (coord.). **Los juicios por crímenes de lesa humanidad en Argentina**. Buenos Aires: Atuel, 2011. p.43-64.

OBERLIN, Ana. El processo de justicia desde la mirada de uma abogada representante de víctimas y militante de H.I.J.O.S. In: ANDREOZZI, Gabriele (coord.). **Los juicios por crímenes de lesa humanidad en Argentina**. Buenos Aires: Atuel, 2011. p.43-64. p.199-216.

OBERTI, Alejandra. La flexión del sí mismo en las interpretaciones de la violencia política. In: **II CONGRESO INTERNACIONAL COMUNICACIÓN Y POLÍTICA**. México: Universidad Metropolitana Xochimilco, nov 2005. Disponível em: <http://www.elortiba.org/oberti.html>. Acesso: 25 maio 2015.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria ; WOLFF, Cristina Scheibe. (Orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul** 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 2010, p.13-30.

OBERTI, Alejandra. ¿Lo personal es político?: repensar la historia de las organizaciones político militares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.23, n.3, p. 893-911, setembro/dezembro. 2015.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projeto: Reflexões sobre Agência. In: Grossi, M.; Eckert, C; Fry, P. **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. “Botim de Guerra”: desaparecimento e apropriação de crianças durante os regimes civil-militares platino. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v.6, n.11. 2007.

PASQUINI, D.J.M; REYNOSO, A. & MADARIAGA, A. **Abuelas de Plaza de Mayo: Fotografías de 30 años de lucha**. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007.

PÉRES, Mariana. **Diario de una princesa montonera**. Buenos Aires: Ed. Capital Intelectual, 2012.

PRADELLI, Ángela. **En mi nombre: historias de identidades restituidas**. Buenos Aires: Paidós, 2014.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, nº 15, abr/1997, p. 13-49.

QUINTANA, María Marta. Sentido(s) de identidad: el caso de la apropiación/restitución de niños/as y jóvenes en Argentina. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1 e 2, p. 45 a 54, Jan/Dez 2011.

QUINTANA, Maria Marta. Reconstrucción narrativa de Abuelas de Plaza de Mayo en el contexto del kirchnerismo. Un análisis de La historia de Abuelas. 30 años de búsqueda. **Raigal, Revista Interdisciplinaria de Ciencias Sociales**, Villa María, n. 2, p. 23-38, Abri/Set 2016.

QUINTANA, Maria Marta. Identidad, verdad, responsabilidad: configuraciones discursivas de las y los nietos restituidos em la escena pública. **(En)clave Comahue**, Río Negro, n. 22, p.65-82, 2017.

REGUEIRO, Sabina Amantze. Análisis genético para la identificación de niños apropiados: construcción política y científica de la “naturaleza” y el parentesco. **REF: Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(1): 288, jan/abr. 2010.

REGUEIRO, Sabina Amantze. El secuestro como abandono. Adopciones e institucionalizaciones de niños durante la última dictadura militar argentina. **R. Katál**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 175-185, jul./dez. 2013.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa**: uma introdução. Tradução de Tomás da Costa. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

SANJURJO, Liliana. Sangue, identidade e verdade histórica: crianças desaparecidas e memórias sobre o passado ditatorial na Argentina. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 427-438, jul./dez. 2012.

SANJURJO, Liliana. La Sangre no Miente: Memória, identidade e verdade na Argentina pós-ditatorial. **Revista de Antropologia**. São Carlos, v. 5, n. 2, p. 200-224, jul./dez. 2013a.

SANJURJO, Liliana Lopes. **Sangue, identidade e verdade**: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina, 2013. 336f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013b.

SAFATLE, Vladimir. Por outros corpos políticos, individuais e coletivos. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro/RJ, v. 6, n. 2, p.220 - 224, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27/04/2020.

SCHUTTENBERG, Mauricio. “La oposición al kirchnerismo. Una aproximación a los posicionamientos y reconfiguraciones de la ‘centro derecha’ (2003-2011)”. **Sudamérica**. N. 3. 2014. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/1051>. Data de Acesso: 01/05/2020.

STERN, Steve. De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). In: Elizabeth, J. (comp.): **Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas in-felices**. (pp.11-33). España: S. XXI. 2002.

TOCHO, Fernanda. Defender la vida, ¿matar la revolución? Un debate sobre la responsabilidad de la izquierda revolucionaria en los '70. Reseña de: AA.VV, (2007) **No matar. Sobre la responsabilidad**. Córdoba, n. 25, p. 193-197, 2009.

VEIGA, Clarisa; WULFF, Guillermo. **La Historia de Abuelas**: 30 años de búsqueda. 1977-2007. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007. Disponível em: http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=bibliografia.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php. Acesso: 25 maio 2015.

VILLALTA, Carla. "Cuando la apropiación fue adopción. Sentidos, prácticas y reclamos en torno al robo de niños", **Cuadernos de antropología social** N° 24 (2006): 147-173.

VISACOVSKY, Sergio, "El temor a escribir sobre historias sagradas", In: FREDERIC, Sabina; SOPRANO, Germán (Orgs.), **Cultura y Política en Etnografías sobre la Argentina**. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

VOMMARO, G.; MORRESI, S., BELLOTI, A. Mundo PRO. Anatomía de un partido fabricado para ganar. Editorial Planeta, Buenos Aires, 2015. Resenha de: POLLETI, Paulina. **Estudios Sociales**. Vol. 50, N° 1, 2016

WASSMANSDORF, Marina Lis. **Y vos, adónde estás?** dimensões políticas e subjetivas nos relatos de netos restituídos (Argentina, 2012).108 p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Graduação em História, Florianópolis, 2015.

WICKBERG, Daniel. "What Is the History of Sensibilities? On Cultural Histories, Old and New," **The American Historical Review**, Vol. 112, No. 3 (June 2007), 677.

WOLFF, C. S. **Lágrimas como bandeira: Emoções e gênero na retórica da resistência no Cone Sul**. Projeto de Pesquisa. – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Laboratório de Estudos de Gênero e Família. Florianópolis, 2012 (Aprovado na Chamada Universal MCTI/CNPq N ° 14/2012).

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 975-989, nov. 2015. ISSN 0104-026X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41944>. Acesso em: 14 ago. 2016.

WOLFF, Cristina Scheibe. O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In: PEDRO, Joana Maria ; _____. (Orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 2010, p.138-155

ANEXOS

- Breve biografia dos entrevistados (por ordem de época da entrevista) e algumas *selfies* (com quem eu me recordei de pedir) junto a eles durante o campo.

Manuel Gonçalves Granada

- A primeira entrevista foi realizada na sede da CONADI em Buenos Aires, no dia 18 de julho de 2016. Outra foi realizada em julho do ano seguinte, ocasião da foto.



Foto: Arquivo pessoal.

Seu pai Gastão Roberto José Gonçalves foi sequestrado em 24 de março de 1976, no primeiro dia do golpe militar, permanecendo detido na Brigada de San Martín e na delegacia de Escobar, e assassinado em abril do mesmo ano. Sua mãe Ana Maria del Carmen Granada estava grávida de cinco meses. Os dois viviam na Capital Federal mas militavam na Juventude Peronista na zona de Escobar e de Garín. Como ela estava sendo perseguida se mudou para San Nicolás,

uma cidade no norte da Província de Buenos Aires, aonde viveu clandestinamente em uma casa com uma família formada por outro casal com dois filhos pequenos, também perseguidos pela ditadura. Em junho de 1976 Manuel nasceu e em 19 de novembro a casa foi invadida pelas forças conjuntas do Exército, Polícia Federal e Polícia de Buenos Aires, ação que resultou na morte de todos exceto o bebê, único sobrevivente pois sua mãe o havia escondido em um guarda-roupa. Foi levado ao Hospital de San Nicolás aonde ficou pelos próximos quatro meses, com custódia policial, e no final foi vítima de uma adoção irregular por uma família longe dali. Viveu como Claudio Novoa até os dezenove anos quando é visitado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense. Em 1997 realizou as análises imunogenéticas que confirmaram sua verdadeira identidade. Foi o primeiro neto a incorporar-se na Comissão Diretiva da Associação Abuelas de La Plaza de Mayo e atualmente trabalha como secretário executivo na Comissão Nacional pelo Direito à Identidade, a CONADI.

Jorgelina Paula Molina Planas

- Foram realizadas duas entrevistas com a neta, em novembro de 2016 e em julho 2017, ambas em sua casa, no município de San Fernando, que forma parte da grande Buenos Aires.



Foto: Arquivo pessoal.

Jorgelina nasceu em 5 de agosto de 1973, na província de Rosário, Santa Fé. Seus pais militavam pela organização armada *Ejercito Revolucionario del Pueblo* e Jorgelina viveu com eles até os seus 3 anos e meio, quando foi sequestrada em sua casa na localidade Lanús, junto à sua mãe, a qual possuía um filho – Damián, de um casamento anterior. A menina ficou aos cuidados de uma vizinha que a levou até o Juizado de Menores. Por ordem da juíza Delia Pons, foi dada irregularmente em adoção plena por um casal de civis. Em 1984, quando ainda não existia o Banco Nacional de Dados Genéticos da Argentina, foi localizada pelos esforços de seus familiares. Nesta época, segundo a neta, que ainda se chamava Carolina, sofreu uma situação muito violenta – visto que a sua família apropriadora não a permitia conviver com sua família biológica. Nesse meio tempo, entrou para a faculdade de Artes, foi para um convento e, -depois de severas crises psicológicas e emocionais-, busca o seu irmão biológico e logra reestabelecer laços afetivos com essa família e conectar-se com o seu passado, vendo-se finalmente como “Jorgelina”. Ela não se relaciona mais com seus pais adotivos e separou-se do

ex-companheiro. Hoje em dia, dedica-se às artes plásticas e tem a guarda de seus três filhos adolescentes. Segundo ela, sua separação matrimonial foi uma das consequências do processo que constituiu o seu processo de transição de identidade.

Mario Daniel Navarro

- Entrevista realizada em julho de 2017, em um café da cidade de Rosário, província de Santa Fé.

Mario nasceu em maio ou junho de 1976 em cativerio, em uma prisão ainda ativa na capital de Tucumán, chamada Villa Urquiza, na província de mesmo nome ao norte da Argentina. A mediação do seu sequestro e registro falso foi possível por meio da atuação do enfermeiro que realiza o parto no centro clandestino, e por uma facilitadora que o batiza ainda em Tucumán e forja sua certidão de nascimento com um obstetra, no interior de Santa Fé. Dali, é levado a Las Rosas, onde é entregue por essa “madrinha” à família que o criou – sob a justificativa de ser um bebê “rejeitado” pela família biológica. Seus apropriadores eram trabalhadores rurais que não abriram o jogo sobre sua origem, apesar de suas suspeitas. Já sua mãe biológica, apesar de ter sido presa e torturada em vistas do acionar repressivo, não era militante política e sobreviveu. Animou-se a apresentar-se para fazer o teste genético após o falecimento de seus pais de criação, em fevereiro de 2015, recebendo o resultado no mesmo ano, em 19 de novembro. O evento que tornou público sua restituição foi envolta de muita comoção por onde circulou, por conta da ventura de filho poder conhecer sua mãe. Hoje com 43 anos de idade, ainda vive no mesmo local que se criou – junto de sua esposa Deco e seus três filhos-, onde também exerce atividades relacionadas ao campo, ademais de engajar-se pela busca de mais netos e netas desde a filial de *Abuelas* em Rosário.

Mariana Zaffaroni Islas

- Entrevista realizada em julho de 2017, em um café da capital Buenos Aires.



Foto: Arquivo pessoal.

Seus pais eram militantes políticos uruguaios e exilaram-se na Argentina por conta da perseguição política da ditadura militar de seu país, instaurada três anos antes do vizinho. Lá, continuaram a atuar, então pela formação do partido político-uruguaio *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP). Mariana nasceu em 22 de março de 1975, em Buenos Aires. Em 1976, quando tinha 1 ano e meio, foi sequestrada junto a eles na casa em que viviam, no bairro Florida. Ambos foram levados ao centro clandestino de detenção “Automotores Orletti” da capital. María Emilia Islas Gatti, estava grávida de 3 meses. Em 1983, Abuelas de Plaza de Mayo localizou Mariana por métodos próprios, a qual se encontrava apropriada pelo agente de inteligência Miguel Ángel Furci e sua esposa. Imediatamente eles fogem para o Paraguai com a menina. Somente 8 anos depois, a associação voltou a encontrar-se com o paradeiro de Mariana e, a partir de um pedido de intervenção de um juiz, fez o teste de DNA. Em 1991 confirmaram a sua filiação pelo Banco Nacional de Dados Genéticos. Em 1993, a justiça restituiu sua identidade no certificado civil, quando Mariana tinha 17 anos. Contudo, nesta

época, ela refutava viver com a família biológica, e os via segundo condições interpostas pelo juiz. Em 1999, quando nasceu sua filha, a relação tensa e cortante foi se afrouxando. Hoje, Mariana ainda vive em Buenos Aires, é casada e possui três filhos, todos adolescentes. Além de se envolver em atividades relacionadas aos eventos pela memória, verdade e justiça da ditadura uruguaia, busca o paradeiro do seu irmão, que pode ter nascido durante o cativeiro de sua mãe.

Ignacio Montoya Carlotto

- Entrevista realizada em julho de 2017, em uma cafeteria na cidade de Olavarría, a 309km de Buenos Aires.



Foto: Arquivo pessoal.

Ignacio nasceu em 26 de junho de 1978, no Hospital Militar Central Dr. Cosme Argerich, em Buenos Aires, e é o filho biológico de Laura Estela Carlotto e Walmir Oscar Montoya. Ambos militavam na organização *Montoneros*, ela conhecida por “Rita” e ele por “Petiso”, “Chiquito”

ou "Capitán Jorge". Laura, estudante de História de La Plata, foi sequestrada em 26 de novembro de 1977 em sua casa em Buenos Aires e estava grávida de dois meses e meio. Walmir foi sequestrado no mesmo mês, e possivelmente, tenha permanecido detido em um centro clandestino conhecido como La Cancha, mesmo local que Laura estava detida. Laura foi assassinada em 25 de agosto de 1978 e somente em 1985 seus restos foram exumados no cemitério de La Plata e identificados pela EAAF (Equipe Argentina de Antropologia Forense). Em maio de 2009, os restos de Walmir foram identificados, seu corpo havia sido enterrado no cemitério de Berazategui, em dezembro de 1977. O neto foi criado por um casal rural na Colônia de San Miguel de Olavarria, e aos 12 anos mudaram de cidade para que ele pudesse estudar música. Desde então, desenvolveu sua carreira artística. Em 2014, Ignacio enviou um e-mail a Abuelas por que suspeitava que fosse filho de desaparecidos. Em agosto, os resultados dos testes genéticos solicitados pela CONADI confirmaram que era filho de Laura Estela Carlotto e Walmir Oscar Montoya, e assim se tornou o neto 114, o mais famoso da Argentina, já que é neto da presidenta da Associação Abuelas de Plaza de Mayo, Estela Barnes de Carlotto.

Ximena Vicario Gallicchio

- Entrevista realizada em novembro de 2017, em um café da capital de Buenos Aires.

Ximena nasceu em 12 de maio de 1976, em meio à militância de seus pais, Stella Maris e Juan Carlos na organização *Ejercito Revolucionario del Pueblo*, braço armado do *Partido Revolucionario de los Trabajadores*, em Rosário. Ximena e sua mãe foram sequestradas quando a jovem realizava um tramite de documentação para a bebê de apenas alguns meses, na Polícia Federal de Buenos Aires. Nesse mesmo dia Juan Carlos foi sequestrado em sua casa. Ximena foi abandonada por policiais em um hospital público infantil, onde uma enfermeira do local a encontra e resolve adotá-la irregularmente como filha própria. Nesta época, o instituto de adoção na Argentina era dividido em adoção simples e adoção plena. Na adoção simples, a criança não perdia o laço sanguíneo com a família sendo possível reaver o procedimento, em detrimento, na adoção plena, extinguiu-se o parentesco com a família biológica, atribuindo-se, ao adotado, dos mesmos direitos que um filho biológico. Era um instituto irrevogável. Ximena havia sido adotada plenamente, portanto, quando sua avó biológica paterna a encontra, em 1983, movida por denúncias, não conseguia provar o delito, já que a adoção era aparentemente

legal, havia sido validada por um juiz de menores. Um ano e meio mais tarde, por iniciativa de Abuelas, foi feito o primeiro estudo imunogenético movido pelo “índice de abuelidad”, quando passou a ser possível comparar o DNA de um bebê com seus avós (faltando a segunda geração, dos pais). O resultado foi 99% positivo. E em 1989, a justiça restituiu sua identidade biológica. Durante quatro anos, viveu com a família adotiva e recebia visitas de sua família biológica, até que aos 16 anos foi transferida definitivamente por uma juíza aos cuidados de sua avó. A anulação da sentença que a registrava como filha adotiva, vinculada ao processo civil de adoção plena, só foi possível em 1999, dez anos depois de sua identidade biológica ter sido restituída. Ximena hoje é casada com outro neto restituído, Gonzalo Reggiardo Tolosa.

Leonardo Fossati Ortega

- Entrevista realizada em novembro de 2017, em uma cafeteria na cidade de La Plata.



Foto: Arquivo pessoal.

Leonardo nasceu no dia 12 de março de 1977. Seus pais, Ines Beatriz Ortega tinha 17 anos e Ruben Leonardo Fossati tinha 22 anos, quando foram sequestrados em 21 de janeiro do mesmo ano na localidade de Quilmes província de Buenos Aires aonde viviam. A jovem estava grávida de sete meses e foi na cozinha da delegacia 5° de La Plata, um dos maiores centros clandestinos da cidade, que teve seu filho e após cinco dias, separaram a criança da mãe biológica. Ines militava União Estudantil Secundária (UES) enquanto Rubén militava na Juventude Peronista. O neto viveu toda a vida em La Plata e para seus pais adotivos foi contado uma história de abandono. Foi na adolescência que surgiram os questionamentos e dúvidas sobre sua identidade, e em 2004 se aproximou de Abuelas em La Plata e realizou o teste genético no BNDG; após longos 9 meses, houve a confirmação de que era filho de Ines e Rubén, que seguem desaparecidos. “Como um dever natural” da recuperação de sua identidade, uniu-se a associação Abuelas da Plaza de Mayo, e após um tempo começou a desempenhar funções na sede central até chegar a formar parte atualmente da comissão diretiva da associação *Abuelas*. Esteve à frente do projeto do Espaço de Memória da delegacia de onde nasceu.